

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 109

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 14 DE AGOSTO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH
1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO
2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI
1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI
2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME
3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES
4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA
5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02 - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 072ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
14 DE AGOSTO DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczy, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se ausente o senhor deputado Sérgio Spada (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Antes de iniciarmos a Sessão, quero dar as boas-vindas aos nossos visitantes e peço a compreensão de todos para que tenhamos uma Sessão tranqüila, sem qualquer...

(Tumulto)

Peço a compreensão, se vocês querem assistir à Sessão, peço que tenham respeito com a Casa de vocês.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

O SR. WALDYR PUGLIESI (Pela Ordem)

Senhor presidente, de maneira tradicional nesta Casa, até para o bom desempenho dos trabalhos, se convencionou que a tribuna à direita seria destinada aos assessores e aos políticos e visitantes ligados aos deputados governistas. E essa tribuna, senhor presidente, que tradicionalmente tem que ficar à disposição da Oposição, hoje não acontece isso, de maneira indevida, prejudicando o trabalho de nossas assessorias. Elementos ligados ao governo estão aqui impedindo que possamos desenvolver o nosso trabalho.

Quero registrar o protesto das oposições, porque julgo ser este comportamento até um ato de violência e que caminha na direção que os trabalhos não serão desenvolvidos de maneira tranqüila.

Gostaria que V. Exa. tomasse uma providência e pedisse para que os assessores do governo, dos deputados do lado de lá, estivessem lá onde eles sempre ficaram. Aqui é um espaço da Oposição que, neste momento, está sendo tirado de nós todos!

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, o pedido do líder Pugliesi faz sentido, porque quando ocupamos aquela tribuna, que é a tribuna da Oposição, se não tiver assessores perfeitamente afinados com o parlamentar, ficam falando e atrapalhando o orador que ocupa a tribuna. Então, é mais do que justa a reivindicação do deputado Waldyr Pugliesi, no sentido de que os assessores do governo fiquem lá.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Respondendo a questão de ordem de V. Exa., esta Casa nunca teve lugar determinado, nunca teve. Podemos fazer uma tentativa de acordo entre os partidos...

(Vaías, apupos)

Não vamos admitir desrespeito nesta Casa, vou avisá-los que não vamos permitir.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, quero fazer um apelo à população que está aqui, para que possamos dar continuidade ao trabalho, mas também pedir para que os funcionários do governo e cargos em comissão que também estão aqui, que fiquem em silêncio, para podermos dar continuidade aos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Aqui, nobre deputado, não tem distinção se é a favor ou contra, todos têm que se portar da mesma maneira.

O SR. NEREU MOURA

Cargo em comissão deveria estar trabalhando, o povo paga para eles.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)

Senhor presidente, entendo que V. Exa. coloque que nesta Casa não há lugar marcado, no entanto V. Exa. há de ouvir, senhor presidente, que teremos uma Sessão de alta tensão, com a defesa forte, acalorada, tanto de um lado como de outro. Mas, se não há uma lei escrita, há uma lei respeitada: - que esta tribuna é da Oposição. Sugeriria com bom senso, para que tivéssemos um bom andamento deste trabalho, sob pena de, daqui a pouco, estourar a confusão neste lado, que V. Exa. mande sair, inclusive funcionários da Assembléia Legislativa, perfeitamente identificados com gabinetes parlamentares.

É apenas uma solicitação, senhor presidente. V. Exa. tem toda a razão em dizer que pode ficar, no entanto a Oposição não se responsabiliza, porque não são cidadãos comuns, são pessoas identificadas com gabinete parlamentar.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Indago a V. Exa., senhor presidente, se existem cidadãos de primeira ou de segunda categoria? Se vamos discriminar o cidadão que nos honra, nesta tarde, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná? Quero saber se a Oposição discrimina cidadãos que visitam esta Casa, senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

(Está suspensa a Sessão por cinco minutos)

(Reaberta a Sessão)

Dando continuidade à Sessão e pedindo a compreensão dos nossos visitantes, solicito a leitura do Expediente pelo senhor 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Valdir Rossoni)

(Lê Expediente)

Telex:**TELEX**

Do senhor ministro Marco Aurélio, presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2319, requerente: Partido Social Liberal - PSL e requeridos: governador do Estado e Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que foi proferido a seguinte decisão: "O Tribunal por unanimidade de votos, deferiu a liminar para suspender, com eficácia *ex nunc* no *caput* do artigo 115 da Constituição do Estado do Paraná, a expressão 'após a aprovação da Assembléia Legislativa'; o § 2º do referido artigo; e, no artigo 118, também da Constituição do Estado do Paraná, a expressão contida na letra 'f' do inciso I 'não podendo, a título nenhum, exceder os do procurador-geral da República'. Na Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, o Tribunal deferiu a liminar para

suspender o § 1º do artigo 10; no artigo 16, a expressão 'submetendo-o à aprovação pela Assembléia Legislativa', e os §§ 2º e 3º do referido artigo 16".

Ao conhecimento da Casa.

Ofício:

OFÍCIO S/N

Curitiba, 14 de agosto de 2001.

Senhor Presidente:

Na qualidade de presidente em exercício do Partido Republicano Progressista - PRP, venho, pela presente, solicitar a V. Exa., se digne proceder a leitura desta, para que fique registrado nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, neste grave momento da vida política e civil de nosso Estado, o nosso repúdio pela pretensão de venda de uma empresa do porte da Copel, dotada de força, renome e credibilidade, construída com o trabalho e sacrifício de todo este nosso povo.

Reforça esta nossa contrariedade o fato de que pesquisas do Ibope e Datafolha, demonstram cabalmente que 90% de nossa população manifesta-se fortemente contrária a esta venda espúria.

O Partido Republicano Progressista - PRP, dentro de sua principal convicção, que consiste em levar o povo a voltar a acreditar em seus políticos, por entender que a política é a mais digna das atividades humanas, principalmente quando desenvolvida sob os postulados da democracia e aceitando a lei como mera servidora da liberdade, não poderia, neste momento furtar-se de manifestação oficial, irmanada aos senadores Álvaro Dias, Roberto Requião e Osmar Dias, contra este lamentável ato de esbulho.

Pelo fato de não possuímos, ainda, representante nesta Casa de Leis, solicitamos ao nobre deputado Antonio Anibelli, que proceda em plenário a leitura deste manifesto, para que conste e registre o repúdio do PRP nesta controvertida votação.

Contando com sua atenção e deferência antecipadamente agradecemos.

Sala das Sessões, em 14.08.2001.

(a) REGINA GOMES GUIMARÃES LEPREVOST
Presidente do PRP

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2488

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a votação nominal para o Projeto de Lei nº 240/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, item 01 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 14.08.2001.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 2486

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, prorrogação do horário regimental para término da presente Sessão Ordinária, pelo período de 6 (seis) horas.

Sala das Sessões, em 14.08.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2487

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, prorrogação do horário regimental para término da presente Sessão Ordinária, pelo período de 6 (seis) horas.

Sala das Sessões, em 14.08.2001.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 2490

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, prorrogação do horário regimental para término da presente Sessão Ordinária, pelo período de 7 (sete) horas.

Sala das Sessões, em 14.08.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2489

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER que seja registrado em livro especial, na forma do artigo 106 do Regimento Interno desta egrégia Casa de Leis, toda a tramitação e decisão referente à questão de ordem suscitada pelo deputado Algaci Tulio e outros, referente a nulidade no procedimento de tramitação do Projeto de Iniciativa Popular nº 248/2001, pautado para discussão e votação na Sessão do dia de hoje.

Sala das Sessões, em 14.08.2001.

(a) ALGACI TULIO

Apoiamento:

Nereu Moura, Tony Garcia, Ademir Bier, Eli Ghel-
lere, Waldyr Pugliesi, Renato Gaúcho, Caíto Quin-
tana, Edson Strapasson, Irineu Colombo, Orlando
Pessuti, Serafina Carrilho, Marcos Isfer, Cezar Sil-
vestri, Chico Noroeste, Hermes Fonseca, José
Maria Ferreira e Pastor Edson Praczyk.

REQUERIMENTO Nº 2477

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos

desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Idê Loyola, aos 67 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 14.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2478

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ermenegildo Richard, aos 76 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 14.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2479

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Nicolau Langowski, aos 80 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 14.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2472

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao Sr. José Carlos Gomes de Carvalho, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, pela feliz iniciativa em patrocinar a atleta acadêmica de Direito da Universidade Federal do Paraná, Lívia Maria Siviero Bittencourt, para participar do Campeonato Mundial de Universitários em Pequim - China.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Dr. José Carlos Gomes de Carvalho.

Sala das Sessões, em 14.08.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A atleta paranaense, Livia Maria Siviero Bittencourt (modalidade de Tênis de Mesa), acadêmica do Curso de Direito, com Registro nº 012428-1, da Universidade Federal do Paraná, foi convocada para participar do Universide (Campeonato Mundial de Universitário), a se realizar no período de 19 a 31 de agosto de 2001, na cidade de Pequim - China, para representar o Brasil.

A atleta em referência é heptacampeã paranaense e possui várias medalhas em campeonatos nacionais e internacionais, sem recursos financeiros, até hoje não possui patrocinador para poder se juntar à equipe brasileira para defender o nosso País em Pequim.

Ao receber, nesta data, o nosso apelo, o Dr. José Carlos Gomes de Carvalho, sensibilizou-se acolhendo a angustiante solicitação, patrocinando a ida da atleta para Pequim.

Em todos os países civilizados do mundo, o esporte é hoje contemplado nas atividades educativas como parte imprescindível de seu programa. Nem poderia ser de outra forma se quisermos atingir o aforismo latino: *Mens sana in corpore sano*. Sim, um espírito sadio num corpo sadio é o escopo de todos os povos que almejam ocupar um lugar preponderante entre as demais nações do globo.

O Dr. José Carlos Gomes de Carvalho, ao tomar em consideração o pedido para patrocinar a ida da atleta, mostrou mais uma vez sua identidade repleta de grandezas e amizades nos momentos difíceis.

No dizer de Milton Nascimento:

“Amigo é coisa pra se guardar,
Debaixo de sete chaves,
Dentro do coração.

Amigo é coisa para se guardar
No lado esquerdo do peito,
Mesmo que o tempo e a distância digam não,
Mesmo esquecendo a canção,
E o que importa é ouvir
A voz que vem do coração.”

O Dr. Carvalhinho é aquele amigo que não se nega, oferece-se; Amigo com quem podemos contar não para o que é nossa obrigação fazer, mas para ajudar-nos naquilo que não podemos fazer.

“Para quem caminha em direção
ao sol, é sempre madrugada.”

(Helena Kolody)

REQUERIMENTO Nº 2476

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, envio de votos de congratulações à direção e funcionários do

jornal Folha de Colombo, pela passagem do 12º aniversário de sua fundação, que ocorrerá no dia 18 de agosto de 2001.

Requer ainda que da decisão da Casa seja dada ciência à diretora do jornal, Sra. Rosana Bonato, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Zacarias de Paula Xavier, 310 - CEP 83414-160 - Centro, Colombo - PR.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o regime desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.08.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 2480

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de congratulações à Sra. Odete Dorigon, coordenadora da Pastoral da Criança de São Miguel do Iguaçu, pelos relevantes serviços prestados à comunidade.

Destacada líder comunitária e que tem contribuído para elevar a importância do Paraná, Odete Dorigon esteve recentemente no Timor Leste representando a Pastoral da Criança no Brasil, num trabalho voluntário em favor desta entidade, que é referência internacional pelos relevantes serviços que desenvolve.

Sala das Sessões, em 14.08.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 2473

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, do artigo: “Sem patrocínio, atleta pode não ir à China”, publicado na Gazeta do Povo do dia 11 de agosto de 2001.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, diretor presidente da Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 14.08.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O artigo que estamos solicitando a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa, servirá para legar aos pósteros tão importante assunto.

A mesatenista paranaense, Livia Siviero Bittencourt, realmente vivia um drama, sem patrocínio, corria o risco de ter que ceder a vaga para outra atleta para disputar o Mundial Universitário em Pequim, na China.

Graças ao apoio da Gazeta do Povo, com a publicação do mencionado artigo, o Dr. José Carlos Gomes de Carvalho, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, sensibilizou-se acolhendo nossa angustiante solicitação patrocinando a ida da atleta para Pequim, mostrando mais uma vez sua identidade repleta de grandezas.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)

Gostaria, deputado Valdir Rossoni, de, se V. Exa, declinasse qual o assunto tratado nesta concessão de liminar.

O SR. VALDIR ROSSONI

Encaminhei a V. Exa. uma fotocópia.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Antes de iniciarmos o Pequeno expediente, quero solicitar aos nobres colegas deputados, que respeitem o tempo regimental de cada orador.

Inicialmente com a palavra, deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores parlamentares.

Inicialmente, para desfazer qualquer dúvida no que diz respeito a vantagem de privatização no setor energético, quero ler o início de um texto, de um economista americano, ex-funcionário da agência reguladora, que traz por título: “O que os corsários não querem que você saiba.”

Começa assim (Lê):

“Quero contar um segredo.

Consultores americanos venderam ao mundo, as maravilhas do mercado livre e dos empreendimentos privados. Mas se existiu uma nação que teve os seus serviços públicos socializados, essa foi os Estados Unidos. Nos Estados Unidos, três de quatro cidadãos, são servidos por empresas abastecidas por estatais.

O governo detém quase 100% do sistema de esgoto. Dos 3.000 sistemas elétricos na América, 2000 são do governo ou de cooperativas de consumidores.”

E diga-se de passagem, senhor presidente, senhores parlamentares: os Estados Unidos da América não possuem, como o Paraná principalmente - vamos entrar no nosso assunto - a capacidade de geração hidrelétrica. O americano usa muito termelétrica. E assim mesmo são de iniciativa do Poder Público.

Aqui no Paraná, depois de seis meses - ou mais do que isto - de caminhada; depois de visitar todas as regiões; depois de entregar nesta Casa, um projeto de iniciativa popular com 130 mil assinaturas; depois de fazê-lo acompanhar de baixo-assinado de aproximadamente 200 mil assinaturas; depois de consultadas as entidades não governamentais; depois de termos, inclusive, na CNBB Região Sul, uma tirada de posição pela Igreja Católica; depois de tirada uma posição pela CONIC, representando as igrejas evangélicas; depois de unir a FAEP, a FETAEP, todas as entidades, 90% do povo do Paraná, dizendo “NÃO, nós não queremos vender a Copel.”

Afunila-se neste Plenário.

Vejam a importância da representação parlamentar. Milhares, centenas de milhares de paranaenses estão ou estarão olhando por essas televisões, por esses rádios que aqui estão, pelo jornal, o comportamento de 54 deputados aqui. Estamos vivendo uma democracia representativa, se lutamos por ela, se cada parlamentar é representante de uma parcela de uma Região, se esse Projeto de Iniciativa Popular traz 1% das assinaturas de todos os municípios do Paraná, de todas as regiões do Paraná, a democracia participativa e representativa só terá valor se os parlamentares respeitarem a vontade popular, se não é uma farsa onde o interesse de grupos menores falam mais alto do que o próprio povo que o elegeu.

Senhor presidente e senhores parlamentares, aceito aplausos do povo, repudio vaias daqueles que, comissionados, estão faltando um dia de serviço para vir aqui apoiar um projeto contrário à vontade popular.

Perco, senhores, benefícios. Venho aqui com cinco mandatos nesta Casa, costumeiramente atendendo a vontade da população. Não me importa as madrugadas dentro que esse governo passou, tentando convencer parlamentares; não me importa os benefícios que possa dar para a sustentação atual àqueles que ajudarem a trair a vontade popular nessa votação, porque tenho a consciência tranqüila que no ano que vem, nós, companheiros que aqui estamos repudiando as ações da forma como foram feitas, poderemos subir em cada palanque, em cada reunião, em cada entidade, para dizermos que cumprimos o nosso dever, votamos em consonância com o povo e queremos manter a Copel fornecendo energia elétrica para o povo do Paraná.

Olha minha gente, sem paixão, num instante em que o Brasil inteiro está com apagão, com racionamento, com sobretaxa. Olhem a loucura que estamos fazendo! Nós, que somos exportadores de energia, amanhã poderemos estar alijados do processo de desenvolvimento do País, porque se tem uma coisa, deputados da Base do Governo, que o governo do Paraná pode ofertar e que os outros Estados não têm, é energia elétrica para as fábricas que estão fechando em outros Estados, por terem racionamento de energia.

Espero ainda, que no final da votação, comemore a vitória do povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Dando continuidade ao Pequeno Expediente, deputada Serafina Carrilho.

A SRA. SERAFINA CARRILHO

(Lê):

Senhor presidente, senhores deputados e senhora deputada, eleitos pelo povo para representar os interesses paranaenses.

Por que a deputada Serafina Carrilho, nesta questão da venda da Copel, deixará de dar apoio ao atual governo do Estado e votará contra a venda da Copel? É importante que todos neste Plenário, as galerias, a Mesa

Executiva, os parlamentares desta Casa, a imprensa do Paraná, saibam por que Serafina Carrilho é contra a venda da Copel. Eu vou dizer agora o porquê. Porque eu tenho certeza que o povo paranaense não quer que vendamos a Copel. É simples de entender, é uma questão de consciência.

Os eleitores que me colocaram neste Parlamento, não querem que vendamos a Copel, custe o quanto custar, o povo está disposto a arcar com ônus de não se desfazer da Copel.

Os outros Estados venderam sua empresas de energia elétrica e agora, lá estão eles no apagão, talvez por não terem água suficiente para gerar energia.

Mas nós, do Paraná, que temos a maior reserva de água potável do mundo, a mais propícia Bacia Hidrográfica para geração de energia hidromecânica do mundo, vamos vender a galinha dos ovos de ouro do povo do Paraná?

Para quê?

(A oradora passa a usar o Horário da Liderança do PL, concedido pelo Pastor Edson Praczyk e com o consentimento do senhor presidente Hermas Brandão)

“Para tapar buraco do Estado?”

Porque outras empresas internacionais não querem ter a Copel como concorrente? O Paraná deve procurar outras fontes de receita para colocar os programas do Estado novamente em execução.

Tenho consciência de que o Estado encontra-se em dificuldades, mas não é justo que o patrimônio do povo, construído por tantas gerações, seja entregue a estrangeiros. Estamos entregando as contas de luz do povo do Paraná para grupos internacionais cobrarem a fatura.

Senhores deputados lembrar da Telepar que foi vendida? Ela poderia estar aí, concorrendo com as demais e ainda ganhando.

Lembram da Rede Ferroviária? Foi trocada por migalhas, por papel podre e logo depois foram demitidos milhares e milhares de paranaenses e em seus lugares foram colocados trabalhadores de outros Estados. Isto trouxe desemprego para o Paraná. Hoje, a empresa que comprou a Rede Ferroviária, está querendo vendê-la novamente, depois de sucateá-la, sugá-la por completo. Sei da dificuldade da Copel para angariar recursos externos para investimentos;

Sei que a Copel não poderá expandir-se para outros Estados; sei que a Copel deve seguir normas administrativas arcaicas, como concorrência pública e outras mas e daí?

A Copel tem milhões de investidores paranaenses dispostos a colocá-la frente a frente com a competição de mercado no Paraná, e não esqueçam que o mercado que estamos falando é o do povo do Paraná que não trairá a sua própria empresa.

A Copel é lucrativa, a Copel é forte, a Copel é do povo!

Se este parlamento autorizar a venda da Copel, estará fazendo um serviço para grupos internacionais e não ao povo do Paraná. Neste instante, temos que separar as necessidades do Estado dos interesses do povo!

Tenho idade suficiente para não deixar enganar, e muito menos para enganar o povo do Paraná.

Represento as mulheres e a região de Maringá e queria deixar claro a este Parlamento: Povo do Norte do Paraná não quer que autorizemos a venda da Copel! Ficarei com o povo nesta questão da Copel!

Talvez perca alguns benefícios do governo, mas com certeza ganharei muito mais tendo um futuro cada vez mais unido aos interesses do povo, dormirei tranquila, sem consciência pesada, com a satisfação de meu dever cumprido junto àqueles que me elegeram!

Não à venda da Copel!

Estou falando em nome das mulheres do Paraná! Somos duas representantes femininas nesta Assembléia: eu, Serafina Carrilho e a deputada Luciana, pensamos da mesma forma, embora em partidos políticos diferentes. Quero sair desta Assembléia deste Poder Legislativo, ouçam o que esta senhora deputada tem a lhes dizer: o povo não esquecerá desta vez! O povo não tem memória curta, como alguns pensam! As próximas eleições confirmarão claramente o que estou dizendo.

Para finalizar senhor presidente, quero esclarecer aos deputados, a toda a imprensa e ao meu povo, que correm boatos pelos corredores que após a votação da Copel, eu, deputada Serafina, entrarei em licença médica. Digo em alto e bom som, a todos: não entrarei em licença médica, estou bem de saúde, graças a Deus, com garra e determinada a lutar pelos interesses dos paranaenses.

Era só senhor presidente.

Muito obrigada.”

(Os manifestantes das galerias batem palmas, referindo-se à deputada Serafina Carrilho)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

É desnecessário, na minha opinião, falar do que significa a Copel para o Estado do Paraná, para o Brasil e para a nossa gente. Se eliminarmos o aspecto sentimental que travou esta discussão, como disse aqui o deputado Caíto, como fez aqui a deputada Serafina que, atendendo o apelo da população, mudou de opinião e está votando com o povo do Paraná. Se eliminarmos as diferenças ideológicas que temos, vamos chegar a uma conclusão só, que nos leva a dizer que, se é verdade que o Parlamento é a representação fidedigna da população, deveremos aqui reproduzir literalmente o que pensa o povo do Paraná. E o que pensa o povo do Paraná?

O povo do Paraná pensa que não é o momento de vender a nossa Copel, que é fundamental que mantenhamos essa empresa sob o domínio do Estado, que é importante para o povo do Paraná que a Copel permaneça sob as hostes deste Estado.

Uma reflexão de tantas que já fizemos: será que aqui, se não tivéssemos a distinção entre a Oposição e a Situação...

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, pela ordem?

(Assentimento)

Senhor presidente, lá em cima, o pessoal do governo está agredindo o pessoal da Oposição.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Estão arrancando os cartazes, senhor presidente. E aqueles que foram lá para afixar, estão sendo agredidos.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

O vereador José Luiz Teixeira, de Ponta Grossa, acaba de ser agredido...

(Inaudível)

(Tumulto nas galerias)

(Vozes paralelas)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estou pedindo calma.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

São empregados do governo que ali estão tentando fazer com que esta Sessão seja tumultuada.

Empregados do governo!

(Tumulto nas galerias)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Asseguro a palavra ao deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

É o momento de decisão, e é histórica para o Paraná, não podemos imaginar que a população do nosso Estado não vá debitar à Assembléia Legislativa a decisão que sair daqui.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, dá para perceber claramente: temos na galeria de cima, onde predominam as pessoas favoráveis à venda da Copel, a presença do vereador do Partido dos Trabalhadores de Ponta Grossa, José Luís, sendo agredidos verbalmente pelas pessoas que estão lá. Gostaria de pedir a V. Exa. proteção a esse nobre parlamentar, vereador que estava sendo agredido.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já solicitei à segurança da Casa que tome as providências cabíveis.

Está com a palavra o deputado Augustinho Zucchi.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Pela Ordem**)

Lá em cima se encontra o vereador Rogério Quadros, do PMDB, o vereador José Luiz Teixeira, os dois de Ponta Grossa. Os capachos do governo ali estão tentando fazer alguma coisa para tumultuar a Sessão.

Queria que V. Exa. designasse à segurança da Casa para ficar ao lado dos dois vereadores, para terem a liberdade da presença.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já foi solicitado, deputado Luiz Carlos Zuk.

Com a palavra o deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, acho que até podem tirar alguns cartazes, mas o duro vai ser tirar da mente, da consciência do povo do Paraná, esta traição contra a vontade popular. Não me importo também, sou funcionário público, cada um defende a sua posição, a tática de uma reflexão aqui a todos nós, deputados desta Casa. Será que se todos nós resolvêssemos falar para o governador hoje, que não vamos vender a Copel, será que ele não vai precisar do apoio de todos para continuar governando, será que ele não vai precisar da Assembléia Legislativa para continuar trabalhando no Paraná, se é que pode continuar depois de uma decisão que vai contra os interesses da população como esta?

Portanto, sei que é difícil mudar voto, sabemos que é difícil mudar qualquer voto, cada um tem a sua concepção, mas quero realmente enaltecer aos corajosos do povo do Paraná, ao povo que unido reitera por várias vezes a sua posição contra a venda da Copel.

Aqueles que se organizaram através das entidades, aos deputados que permanecem firmes, independentes, fortes e decisivos, com relação a uma decisão importantíssima que deveremos tomar daqui a pouco.

Sei que é difícil de virar voto aqui no Plenário, mas quem sabe apenas e tão somente um raciocínio lógico - se o governo tiver aqui 28 votos contrários, ele não vai poder governar com esses 28 votos contrários.

Portanto, não adianta imaginar que o governo possa retalhar esse ou aquele, porque a consciência da população é clara, límpida, transparente. A consciência da população diz o que nós, parlamentares, deveremos fazer, diz o que eu devo fazer como parlamentar, que recebi o voto da população para estar sentado aqui, assim como diz o voto que deveremos que ter, mesmo que contrário, mas um voto consciente, que possa ser levado em consideração quem não se elegeu.

Portanto, não é nenhum desrespeito àqueles que votam a favor da venda da Copel, é um apelo apenas, não há uma entidade por este Paraná, não vi sequer uma entidade deste Estado dizer que é favorável à venda da Copel.

As pesquisas de opinião pública dão majoritariamente o argumento para quem quiser seguir a população,

e também para quem acha que a população tem a memória que vai do almoço até o jantar, nós já assistimos na história deste Brasil, assistimos de Presidente da República até cargos proporcionais que foram cobrados pela população por decisão.

É um momento importante, é um momento de decisão, é um momento em que deveremos pensar na Assembléia Legislativa, porque senão o povo do Paraná vai questionar a Assembléia Legislativa por não ter seguido a orientação da população do Paraná.

Mas, quero agradecer a V. Exa. pela condução desse processo, mas também a luta democrática aqui, haveremos de permanecer firmes e sempre com a cabeça voltada para os interesses do povo do Paraná.

A Copel é nossa e vamos manter a nossa Copel.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente e senhores deputados.

A todos aqueles que neste momento lotam as galerias desta Casa de Leis, quero nesse primeiro instante dizer que ainda não parti para a minha defesa pessoal do projeto contra a venda da Copel.

Nesse primeiro instante quero fazer porque essa é uma Sessão histórica desta Assembléia, desta Casa do povo - a leitura da nota dos bispos do Paraná a respeito da Copel.

(Lê):

“Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Regional Sul II - Paraná

NOTA DOS BISPOS DO PARANÁ

A RESPEITO DA COPEL

Nós, Bispos Católicos do Estado do Paraná - CNBB - Regional Sul II, participando, em Itaici-SP, da 39ª Assembléia Geral dos Bispos do Brasil, reunimo-nos, à parte, para tratar de assuntos que dizem respeito às nossas dioceses. Além de temas estritamente religiosos e pastorais, outros foram objetos de nossas considerações, pois “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo” (Concílio Vaticano II, GS,1).

Uma das preocupações que, no momento, mais aflige a sociedade paranaense diz respeito à Copel. Já nos debruçamos sobre esse tema em nossa assembléia realizada em Francisco Beltrão, em março passado. Pedimos, na ocasião, ao Conselho Regional de Leigos, que estudasse melhor a questão, para tomar decisões que julgasse mais adequadas. Afinal, faz parte da vocação e missão dos leigos e das leigas sua inserção no mundo, tendo, conseqüentemente, as condições ideais para refletir e agir em questões como essa. Respondendo ao nosso apelo, o Conselho de Leigos decidiu promover, junto com outras

entidades, a coleta de assinaturas do projeto de iniciativa popular contra a venda da Copel.

Contudo, uma vez que o Governo Estadual continua em seu propósito de privatizar a Copel, julgamos ser nosso dever fazer-lhe um apelo, extensivo aos deputados estaduais. Não nos move, nesta atitude, nenhuma motivação político-partidária. Somos impulsionados, sim, por nosso amor ao Paraná e pelo bem que queremos aos paranaenses. A declaração sobre o Momento Atual da Assembléia dos Bispos do Brasil, diz: “Fazemos nossas as inquietações que vão se avolumando no mundo diante dos rumos perversos do atual processo de globalização, que quer reduzir a humanidade aos interesses egoístas de alguns, em prejuízo da vida da maioria” (nº 20).

Nosso apelo é que a Copel não seja privatizada. Razões:

1º) algumas privatizações realizadas anteriormente não redundaram em benefícios visíveis para nossa população;

2º) decisões como a privatização da Copel necessitam de maior discussão e envolvimento da sociedade, não excluindo a eventual conveniência de um plebiscito;

3º) a privatização da Copel seria um ato irreversível. A não-privatização possibilitará que a sociedade continue discutindo os rumos a ser dado a esse patrimônio de nosso Estado.

Esperamos que este nosso apelo, que se une a tantas outras manifestações da sociedade paranaense, contribua para que a Copel continue beneficiando os paranaenses, como o fez até agora. Enfim, gostaríamos de partilhar com todos a “esperança que não engana” (Rm 5.5). Ela nos vem do Deus da vida e Senhor da história.

Itaici, SP, 21 de julho de 2001.

Pelos Bispos Católicos do Paraná, Dom Murilo S. R. Krieger, scj Arcebispo de Maringá e Presidente da CNBB - Regional Sul II”

Quero neste momento, senhor presidente, nesta nota que é assinada pelos Bispos Católicos do Paraná, por Dom Murilo Krieger, Arcebispo de Maringá e Presidente da CNBB Regional Sul II, cumprimentar a pessoa do pastor maior da Igreja Católica, Dom Pedro Fedalto, que não negou em momento algum o apoio ao povo, às entidades. E fazer com que a Igreja se manifestasse diariamente nos seus atos religiosos. Aqui, Dom Pedro Fedalto representado por Dom Ladislau, que veio aqui, neste momento, também conscientizar. Dom Ladislau está aqui, neste momento, representando Dom Pedro Fedalto e representando toda igreja Católica do Paraná, fazendo um apelo fervoroso àqueles que ainda possam ter alguma dúvida quanto a não venda da Copel, que atendam o apelo da Igreja Católica. E aqui temos muitos deputados católicos, não sei qual será a atitude deste parlamentar votando hoje a favor da venda da Copel, que cara terá de chegar numa igreja e pedir ao padre: “peça uns votos para mim aí”. Tenho certeza que será muito difícil.

Parabéns à Igreja Católica.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Dando continuidade ao Pequeno Expediente, deputado Tiago Amorim.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Gostaria que V. Exa. me informasse quais os deputados que estão inscritos para falar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estão inscritos ainda no Pequeno Expediente; o deputado José Maria Ferreira, e no Grande Expediente o deputado Neivo Beraldin. Depois virá o Horário das Lideranças.

O SR. TIAGO AMORIM

Senhor presidente, senhores deputados, povo do Paraná que se faz presente.

Chegou a hora da verdade! Nós, até então, meu caro Presidente Hermas Brandão, não havíamos nos pronunciado a respeito da questão da Copel. Todos sabem que estávamos na base aliada ao Governo do Estado do Paraná. E hoje tomamos a decisão final. Conversamos com todos os nossos amigos que respeito, que admiro. O nosso amigo Durval Amaral, que é Líder do Governo, ao Valdir Rossoni, ao próprio presidente que sempre foi nosso parceiro nas horas difíceis e todos os deputados da base governista, que sabem da lealdade do deputado Tiago Amorim Novaes, que representa neste parlamento, a Região de Cascavel no Oeste do Estado do Paraná.

Quero dizer que esta é uma das decisões que marca a minha vida aos 32 anos, como deputado do Estado do Paraná. Acima de tudo, somos trazidos aqui por uma população de quase 50 mil eleitores. E nós, peregrinando pela nossa região, estávamos ouvindo a população, ouvindo aquele povo que hoje, representado por este povo que aqui está, um povo honrado, trabalhador, que merece o nosso respeito.

Portanto, também carrego no peito uma certa mágoa das perseguições que sofri a tão pouco tempo atrás, mesmo sendo da base aliada do governo. Sofri perseguições deste incompetente que hoje, é secretário da Segurança Pública, que não cuida da segurança do Paraná, que ao invés de estar preocupado com Segurança Pública do Estado, de um povo que sofre com assaltos, com a violência urbana nos quatro cantos, ele estava preocupado em incriminar este deputado que, graças a Deus, nunca deveu nada para a Justiça brasileira. E tal motivo, também, foi um dos responsáveis que fez com que este deputado se posicionasse mais que definitivamente, em relação a esta questão da privatização da Copel.

Então, meus amigos, deputados que aqui estão e deputadas. Quero dizer que são decisões como esta - que são difíceis tomar, Valdir, principalmente quando envolvem amizade, envolvem uma série de outras coisas que marcam a vida do Parlamentar. Mas, quero de público, aqui dizer que o Deputado Tiago Amorim Novaes, que

representa a Região Oeste do Estado, a Região de Cascavel, a Região de Fronteira da Costa Oeste vai votar contra a privatização da Copel.

(**Aplausos**)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, população paranaense que acompanha esta memorável votação.

Aqui, hoje, neste momento, com certeza estaremos marcando de duas formas, o nosso nome diante da história, daqueles que vão à praça pública e respondem aos anseios da população do nosso Estado e daqueles que se enfileiram como governo, sem dar ouvido e sem dar atenção ao clamor que vem das ruas, daquelas mesmas ruas que fomos buscar o voto.

Mas nós, hoje, tivemos aqui dois momentos importantes: estar ao lado do governo, com as benesses das verbas, com as benesses das promessas, com as benesses dos cargos; mas estar ao lado da população, renunciando essas benesses, renunciando esses cargos, renunciando essas verbas é o momento mais difícil. Mas aí que se mostra e que se determina a figura de homem público. E tivemos aqui, a definição da deputada Serafina, que de forma firme e corajosa, disse: “Quero estar ao lado do povo. Do meu povo. Do povo que me elegeu.” Igualmente fez o deputado Tiago Amorim, que não temeu as perseguições do governo, não temeu as retaliações e disse: “Quero continuar com a minha dignidade, quero continuar olhando os meus filhos.” E hoje, ele me dizia: “Faço isso em memória da saudosa minha mãe, que tanto sofreu pelos desgastes que tive na vida pública.” E dizia também: “deputado, só por convicção, só por determinação, só por compromisso, um homem sem estar louco, rasga um punhado de dinheiro.” Mostrando que, desta forma, não há nada que compre uma consciência, se não aquela que você busca nas ruas, eleitor. Senhores, não adianta hoje falar da importância da Copel, falar da sua importância estratégica, porque é isso que está em jogo aqui, o que está em jogo são as liberações de verbas, as liberações de recursos que não podemos admitir! Admito o voto à venda da Copel, a venda da Copel através do voto mas um voto que você possa justificar! Agora, não podemos admitir, através de pressão ou realização do governo, votar, entregar um patrimônio, como é o da Copel, para todos nós paranaenses!

Por isso, senhores, essa votação será histórica e espero que os nossos companheiros, deputados aqui de longos mandatos, deputados que têm uma história política, de retidão, de seriedade, de respeito ao compromisso assumido com a população de nosso Estado, possam, neste momento, fazer uma reavaliação e saber em qual

página da história ele vai querer escrever o seu nome e aí, com certeza, estaremos fazendo não só a vontade da nossa consciência mas, sobretudo, a vontade da consciência do povo paranaense.

Que governo é este que, mesmo tendo a totalidade da população do nosso Estado contrária à venda, força, exige, retalia aqueles que não votarem de acordo com o seu mandamento? Ora, quem vai fazer o acompanhamento, quem vai amanhã, deputado Ricardo Chab - V. Exa. que presta atenção ao nosso pronunciamento - fazer esse acompanhamento? Será o eleitor do Paraná, que, com certeza...

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

Só quero dizer ao ilustre deputado José Maria, que sempre fui atento à sua pessoa e estou atento às suas palavras. Agora, isso aqui não é uma escolinha onde o professor manda o aluno prestar atenção. Só quero fazer essa observação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Não, não, muito pelo contrário, só estou cumprimentando pela atenção que dedica, é essa a questão.

Por isso é que precisamos, senhor presidente, ter aqui uma votação serena, manifestação ordeira das galerias, mas uma votação serena para que cada um possa revelar a sua consciência a respeito dos compromissos que assume com o povo do Paraná.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Deputado Neivo Beraldin, por 30 minutos.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, dia 19 de junho de 2001 essa Casa aprovou um requerimento solicitando informações da venda do Banestado e da venda de ativos da Copel. Na semana que passou, fiz duas questões de ordem ao senhor presidente, que era o deputado Elio Rusch e solicitei da Mesa providências judiciais para que o governo cumpra o requerimento aprovado por esta Casa.

Indago a V. Exa.: qual será a medida tomada pela Casa?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado Neivo Beraldin, respondendo a V. Exa.: a Mesa Executiva já tomou todas as providências e V. Exa. deverá ter essas informações já nas próximas horas.

O SR. NEIVO BERALDIN

Muito bem.

Senhor presidente, senhores deputados, senhores presentes.

Tenho me preocupado, ao longo do tempo, para tornar público os atos do governo Lerner.

Tenho dúvidas em relação à venda do Banestado. Sei que nos deixou uma dívida a ser paga em 30 anos. Tenho dúvidas como entrou dinheiro e como saiu, da venda de ativos da Copel.

Olha, este governo vendeu 111 bilhões de ações. Deve ter faturado, no mínimo, 1,8 bilhão de reais, ou no máximo 2,2 bilhões de reais. E aonde está esse dinheiro? Os técnicos do Tribunal de Contas escreveram que foram vendidos 197 milhões de reais. E o conselheiro Artagão de Mattos Leão escreveu que foram vendidos 500 milhões de reais de ações da Copel.

Ora, senhores deputados! Há uma divergência flagrante entre o que diz o técnico e do que atesta o conselheiro. E aí há uma indagação profunda, sobretudo neste momento: quem é que está com a razão, quem é que reporta a verdade?

Uma coisa é certa: esta Casa tem o dever constitucional de aprovar ou rejeitar as contas do governo. E não tenho dúvidas de que, pelo que está escrito aqui, sobretudo o exercício de 1998 e 1999, jamais alguém com responsabilidade pública poderá dizer "sim" às contas do governo Lerner.

Aí, a grande indagação do momento: nós nos reportamos ao Tribunal de Contas porque nos auxiliam tecnicamente. E eles recomendaram - o conselheiro - que aprovemos as contas com todas essas irregularidades que estão aqui! Como podem vender ativos, como o governo pode vender ativos do Estado e não dizer para quem vendeu? Não dar baixa nos ativos? Não dizer em que conta entrou e para onde foi? O que é que estamos fazendo? Nós temos o poder constituído, que é o Poder Legislativo. Nós temos o Poder Judiciário e é a ele que estamos recorrendo, também. E tramita na Justiça uma ação popular de nossa autoria.

Senhores deputados, este é o momento crucial na vida de cada um de nós. Gostaria de render, também minha homenagem ao meu irmão Ari, aos meus familiares. Queria render minha homenagem à minha mulher. E queria dizer ao meu filho Leonardo, que tenho orgulho enorme de ser um pai responsável! Queria render minha homenagem àquele cidadão do campo, da roça, que subcreveu esse projeto de lei de iniciativa popular, projeto histórico, que está hoje pensando na defesa do homem do campo, imaginando que está em nossas mãos o futuro dele ter energia na sua casa ou não ter!

Imaginem os senhores um grupo internacional que vai dominar essa empresa, no momento em que cair um poste no interior, na roça, imaginem se o empresário que visa o lucro vai imediatamente repor aquele poste! Olha, temos exemplos. A Sanepar é um exemplo muito presente. Vejam como é que está a barragem do Rio Iraí. O que o governo Lerner fez? Diz aqui que vendeu 39% por 244 milhões. Diz aqui. Mas, tenho um documento aqui também, que prova que vendeu por 249 milhões e 700 mil reais. Cadê o contraditório, do lado de lá?

Lancei este desafio para aqueles que têm sete, oito mandatos. Não veio ninguém do governo para contraditar nossos números e os fatos que estão escritos! Se há um governo calado, omissivo e irresponsável é este que aí está.

Senhor presidente, eu falava da Sanepar. Venderam, mudaram o estatuto da empresa e deram as atribuições maiores para o grupo privado que é o Grupo Dominó Holding, que é composto pela empreiteira Andrade Gutierrez, pelo grupo Vivaldi e Francês, e pelo Banco Fortunity e parte da Copel, e pasmem os senhores: vendendo a Copel, estamos também entregando parte da Sanepar.

Senhores deputados, quero render a minha homenagem às mulheres, duas mulheres aqui que fazem a diferença de muitos homens do lado de lá. Quero render a minha homenagem ao deputado radialista Renato Gaúcho, ao deputado Algaci Tulio e ao deputado Tiago Amorim que de coração aberto, atrás do microfone, falando com o seu povo, poderão dizer: “Eu cumpri com o meu dever”.

Por que a população, na pesquisa, determina que mais de 90% do povo é contra a venda da Copel.

Senhores deputados, quero dizer a Toledo e seu povo, que tenho certeza que ele não tem a mesma visão do seu representante. Quero falar com o povo de Cianorte, quero falar com o povo de Foz do Iguaçu e dizer a eles que estaremos aqui para ser a resistência, em favor sobretudo da decência. Agora, é preciso lembrar, e é preciso dizer, é preciso compreender que é diferente ter e ser. O que adianta ter um avião, o que adianta ter um barco, o que adianta ter uma fazenda no Noroeste, no Mato Grosso? O que adianta isso, se não temos o olhar do nosso familiar, do nosso vizinho, daquele que frequenta a igreja junto conosco, da comunidade, do povo? O que adianta isso?

É preciso, sim, ser. Ser muito mais importante do que ter e sobretudo neste mundo globalizado, cada vez se mostra mais a importância de ser. Ser um cidadão, ser um representante popular. Olha, carpir, já carpi; lavar, já lavei; roçar, já rocei.

Muito sofri para aqui estar, mas estou orgulhoso de poder ser um voto a favor do povo do Paraná! Como estou orgulhoso de ver a igreja católica que eu frequento, que a minha mãe frequentou, o meu pai, aqui presente, ao lado do povo! Como estou contente de ver também, os representantes evangélicos aqui, ao lado do povo! Como estou contente de ver a Associação Comercial, Industrial, todas as entidades! Não há uma entidade que seja a favor da venda da Copel.

Senhores deputados, gostaria de lembrar a Capital Cívica do Paraná, a nossa Ponta Grossa, neste momento, que estão ouvindo no rádio, que estão acompanhando esta Sessão histórica! Como gostaria de falar ao Sudoeste do Paraná e, aí, eu me refiro ao meu colega, deputado Zucchi e a Luciana Rafagnin, que aqui está ao lado do povo! Como gostaria de ver o deputado Litro, que representa o Sudoeste, também dizer, levantar a mão, como

disse no programa de televisão que jamais poderia ser a favor da venda da Copel, porque aquela região estava lá, porque lá estava cediada as principais usinas hidrelétricas do Paraná. E não tenho dúvidas: ele vai votar contra a venda da Copel. Olha, se há uma coisa que não podemos perder jamais, se chama esperança. A esperança, sobretudo, fundamental e necessária, para o homem de fé.

Por isso, tenho a esperança que este Plenário, hoje, vai dizer “sim” ao povo e vai dizer “não” ao governador!

Senhores deputados, sobretudo aqueles que são comunicadores; sobretudo aqueles que são médicos, que consultam o cidadão; sobretudo aqueles que têm uma consciência maior, quando me refiro aos números aqui: a eles quero me dirigir e quero pedir sua atenção. Vamos votar com o povo do Paraná, vamos votar em favor do noroeste do Estado, a nossa Maringá, Cidade Canção!

Cadê os representantes de Londrina, para dizer “sim” ao povo do Paraná? Onde está o representante? Onde está o representante da nossa Guarapuava? Está aqui o Cezar Silvestri.

Olha minha gente, tenho sido, tenho tratado os assuntos aqui tecnicamente, porque me assessoro com técnicos. Todos os argumentos que levanto tecnicamente, me coloco à disposição do Sr. Jaime Lerner, dos senhores deputados, de quem quiser, para contraditar. Agora, política, não.

Gostaria de render a minha homenagem a todos que aqui estão. Evidentemente, hoje será um dia bastante difícil e bastante emocionante para cada um de nós. Mas haveremos de chegar no final, a um bom termo.

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado Neivo Beraldin: não sabia de que forma, iria desenvolver o seu raciocínio, seu pronunciamento; e lhe pedi um aparte porque sinto-me responsável, como tenho certeza absoluta que os 24 deputados que se posicionaram contra a venda da Copel, também sentem-se dessa forma.

Quando apelamos V. Exa. fazia homenagem à mulher paranaense, se referindo ao posicionamento das deputadas Luciana Rafagnin e Serafina Carrilho: sinto-me responsável, junto com os 24 deputados, como fizemos um apelo à deputada Serafina, para que junto conosco viesse somar nessa causa nobre, nessa causa que engrandece a todos nós Deputados que estamos votando, acompanhando a vontade da população do Paraná, contra a venda da Copel.

Quero dizer à deputada Serafina Carrilho, que com certeza, Maringá saberá recompensá-la, uma cidade como Maringá, uma cidade politizada, tenho certeza absoluta que saberá reconhecer esse trabalho que a deputada Serafina vem desenvolvendo na Assembleia Legislativa e principalmente, esse seu posicionamento. Quero aqui, parabenizá-la e também ao deputado Tiago, que representa a cidade de Cascavel, essa cidade que é orgulho de todos nós paranaenses.

Pode estar certo, Tiago, estaremos junto com você em todos os seus passos políticos; porque essa decisão, sem dúvida nenhuma, é uma decisão histórica que nós 24, 26, se Deus quiser, 28, 30, deputados, teremos na tarde de hoje.

Parabéns, deputado Neivo Beraldin!

Parabéns, deputada Serafina!

Parabéns, Tiago Amorim!

O SR. NEIVO BERARDIN

Como sei que este discurso é histórico, pelo menos vou guardar para a minha história, para a história do meu filho, da minha família.

Quero também fazer uma menção à nossa querida Luanda, do Noroeste do Paraná. Terra do Accorsi, terra do prefeito Accorsi.

Senhores deputados, tornei pública a minha posição ao longo do tempo. Mande elaborar uma carta aberta, com 37 pontos, 27 pontos, 17 de improbidade contábil e 10 de flagrantes desrespeitos à Constituição. Isto está nas mãos do Ministério Público. E aguardo deles uma manifestação. Gostaria de dizer também na sequência, de deixar claro, que o governo descumpriu a Lei 11243; que o governo também descumpriu a Lei 12355 e gostaria de deixar claro, em alto e bom som, para que os deputados prestem muita atenção no que vou falar: “Pela lei, o governador não é responsável para colocar 70% na Paranaprevidência. Porque a lei diz, primordialmente. Isto está claro, senhores deputados. Analisem a lei e verão que o governador, recebendo este aval dos senhores deputados, não estará obrigado de colocar os 70% da Paranaprevidência, porque isto a lei não determina, ela deixa aberto. Primordialmente não é obrigatoriamente.

Então é preciso que os senhores deputados que forem votar contra o povo, que analisem este aspecto, porque este é mais um calote do governo.

Vocês lembram que o governo Lerner gastou em 85, 30 milhões de reais de propaganda? Em 96 gastou 85 milhões de reais? Em 97, gastou 117 milhões de reais? Em 98, gastou 134 milhões de dólares?

E aqui vai a minha homenagem também, e o meu lamento, por não poder transferir esses argumentos, por não poder passar à população esse fator, porque grande parte da nossa mídia, infelizmente, depende do caixa do governo; estamos diante dos fatos. Estamos diante da história, e quem sabe faz a história, não apenas conta a história. E nós temos que fazer a história.

Não é possível que fatos tão graves, sejam menos importantes do que quatro tostões. Não é possível, como já disse, de nada adianta a riqueza, se temos a pobreza de espírito ao nosso lado. Que nós sabemos: “Nós que fazemos a nossa grandeza.”

E diante dos deputados que hoje aqui estão votando com o povo, parece que se agigantam. Parece que levantam os ombros. Parece que expiram e inspiram amor ao povo do Paraná. E outros se apequenam; Os

outros estão ficando pequenos, envergonhados, tristes, evidentemente, não dormirão tão cedo.

Senhores deputados, a nossa homenagem a todos os deputados que estão conosco nesta batalha. A nossa homenagem maior ao homem do campo, também ao homem da cidade.

O problema da segurança: o Paraná tem um soldado para quatrocentos homens. Como está a nossa segurança? Está um caos.

Então, senhores deputados, estamos diante das verdades.

Concedo aparte à deputada Luciana Rafagnin.

A Sra. Luciana Rafagnin

Obrigada, deputado!

Gostaria de parabenizar V. Exa. pelo seu pronunciamento e dizer que, realmente, estamos hoje vivendo um momento histórico na Assembléia Legislativa. Um momento em que não vamos votar um simples projeto, um projeto que é do povo do Paraná, um Projeto de Iniciativa Popular.

Por isso, é grande a nossa responsabilidade e mais do que nunca, eu diria que no seu pronunciamento sobre as contas do governo, é argumento suficiente para convencer quem ainda não estava convencido de votar contra a venda da Copel, porque no seu pronunciamento há muita coisa que precisa ser esclarecida no governo Lerner e por isso não podemos, não devemos deixar que liquidem mais esse patrimônio do povo do Paraná.

Muito obrigada!

O SR. NEIVO BERARDIN

Olha, direi agora mais calmo: o governador Lerner, conforme balanço da própria Copel, vendeu cento e onze milhões de ações. A Copel hoje, tem os seguintes proprietários...

Concedo aparte ao deputado Algaci Tulio.

O Sr. Algaci Tulio

Obrigado, deputado Neivo Beraldin.

Desejo cumprimentá-lo pela sua posição firme, corajosa, destemida e acima de tudo tem demonstrado, V. Exa. desde o momento em que em 1982, assumimos uma cadeira na Câmara Municipal de Curitiba, sempre bem assessorado, bem documentado. Vossa Excelência não sobe à tribuna apenas para fazer um discurso político, mas para fazer um discurso recheado de documento, de dados que comprovam a sua atuação parlamentar. Vossa Excelência, que a frente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente desta Casa, tem também nestes últimos, ou pelo menos neste ano em que assumiu, ao lado deste parlamentar, ao lado da deputada Luciana Rafagnin, deputado Ademir Bier e demais companheiros que formam esta Comissão, trabalhado em busca dos esclarecimentos do quanto a Sanepar gastou, onde gastou e como gastou. Do quanto foi investido na represa do Iraí, que hoje for-

nece uma água de péssima qualidade para mais de um milhão e cem mil curitibanos.

Ainda ontem à noite, ao encerrar a Sessão Plenária desta Casa, já ao cair da noite, lá estávamos eu, V. Exa., a deputada Luciana, o deputado Ademir Bier fazendo uma vistoria e vendo de corpo e alma, no local, a situação da represa do Iraí, local não melhor colocado para receber aquela represa. E pudemos constatar quantas irregularidades, ao conversar com o povo que margeia aquele lago da represa do Iraí.

Por isso, deputado Neivo Beraldin, quero cumprimentá-lo mais uma vez e dizer do orgulho que tenho de ser o seu parceiro nessas andanças pelo Paraná. Nós, que fomos a Adrianópolis desbravar aqueles morros e mostrar ao povo do Paraná e do Brasil, que os ricos que passaram por aqui, franceses, americanos, que exploraram a riqueza do Vale da Ribeira, deixaram pobreza, miséria e doença. É isso que V. Exa. faz.

Meus parabéns, deputado!

O SR. NEIVO BERALDIN

Muito obrigado, deputado Algaci Tulio!

Atenção aqui: a prestação de contas do governo Lerner na venda das ações que me referi. Cento e noventa e sete milhões de reais, podem filmar. Aqui está na prestação de contas: cento e noventa e sete milhões de reais.

Agora a Sanepar: ali está duzentos e quarenta e quatro milhões de reais.

Mas aqui está, também, o documento que prova que ele vendeu na Bolsa de Valores, por duzentos e quarenta e nove milhões, setecentos e alguma coisa. Aonde está o outro lado para desmentir o que estou falando? Aonde está o outro lado para dizer que não é verdade? Que não recebeu esse dinheiro porque não prestou conta? Aonde está o Tribunal de Contas?

Olha, tenho dito, tenho afirmado e vou reafirmar mais uma vez: o Tribunal de Contas, os técnicos são fundamentais para o nosso trabalho. Agora, os conselheiros podemos aposentá-los a bem do serviço público.

O Sr. Nereu Moura

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Neivo Beraldin, parabênzo V. Exa. pelo brilhantismo do seu pronunciamento. Queria agregar mais um fato preponderante para que hoje estivéssemos aqui nesta Assembléia discutindo este assunto de grande importância para o Paraná, que é a venda a Copel. Chegamos neste ponto, deputado Neivo, o governador Jaime Lerner em diversas ocasiões falou publicamente que era contra a venda da Copel e que no seu governo jamais a Copel seria vendida. Falou também que o Banestado jamais seria vendido e vendeu o Banestado. E agora estamos vendendo a Copel sabe por quê, deputado Neivo? Porque o Paraná virou um mar de corrupção, de roubalheira. A picaretagem está em todos os cantos deste Estado. É o pedágio, é a picaretagem da Sanepar, rouba-

ram o Banestado, envolveram a Copel na maracutaia da Sercomtel com a Prefeitura de Londrina, a Secretaria do Meio Ambiente, os Jogos Mundiais da Safadeza, a Imprensa Oficial e por aí afora.

Então, deputado Neivo, querem vender a Copel para tapar o buraco da corrupção, presidida pelo governador Jaime Lerner no Estado do Paraná.

(Tumulto no Plenário)

O SR. NEIVO BERALDIN

Vou encerrar dizendo o seguinte: senhores deputados, agigantem-se, porque quem recebeu o voto popular tem que se agigantar num momento crucial como este! Quem teve a alegria de receber a notícia de estar eleito pelo povo, tem que falar muito mais alto de que qualquer outro argumento, secreto ou público.

Agigantem-se, deputados, agigantem-se, não se apequenem, levantem a voz, digam sim ao povo, não ao governador!

(Tumulto no Plenário)

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Encerrado o Horário do Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças: PSB, PSC, PST, PSL.

(Declinam)

PPS. Com a palavra, deputado Cezar Silvestri.

O SR. WALDYR PUGLIESI (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria de fazer uma indagação à Mesa: se nós, aqui da Assembléia Legislativa, temos serviço médico? Se a resposta for positiva, se temos à disposição um serviço médico, gostaria que ele fosse acionado, porque estou muito preocupado, estão dizendo que tem um deputado que está hospitalizado e eu gostaria então, que a Assembléia dedicasse uma grande atenção, para ver como é que realmente se encontra de saúde o deputado Sérgio Spada.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados, ilustres visitantes que nos honram com as suas presenças, senhores funcionários públicos, que ocupam cargos comissionados, minhas senhoras e meus senhores.

Hoje, sem dúvida nenhuma, é o dia que marca a história deste Parlamento e que ficará na história do Paraná.

O projeto que estamos votando hoje - falo como deputado que está aqui, no terceiro mandato; há dez anos estou neste Parlamento - é único, porque é o primeiro projeto de iniciativa popular do Estado do Paraná. Uma coisa é votar contra um projeto do deputado Cezar Silvestri, ou do deputado Tony Garcia ou do deputado Braz Palma. Uma coisa é votar contra um projeto da bancada de Oposição. Mas votar contra o primeiro e único projeto de iniciativa popular, sem dúvida nenhuma, hoje, este dia

ficará marcado na história deste Parlamento e na história do Paraná.

(Aplausos)

A questão da Copel não é uma questão de Situação ou de Oposição, de Partido A ou de Partido B. Hoje, somente aqueles que estão com vendas nos olhos, não enxergam ou não querem enxergar aquilo que o povo do Paraná, muitas vezes na sua humildade e até na sua ignorância, tem dito nas ruas, em todos os lugares, que são contra a venda da Copel, porque sabem que a Copel tem um papel estratégico no desenvolvimento econômico e social do nosso Estado.

(Aplausos)

Todos os argumentos usados pelo governo, sem exceção, foram desmascarados, em poucos dias, em poucos meses.

O presidente da Copel, Ingo Hübert e também secretário da Fazenda, alegava que esta precisava ser privatizada, porque ela não seria competitiva, não poderia competir com grandes empresas multinacionais, que estariam comprando o setor elétrico no nosso País - falou isso há apenas 120 dias. Não esperava ele que a providência divina mostrasse que os apagões e o racionamento de energia, que provavelmente ocorreriam nos anos de 2005 e 2010, ocorressem exatamente agora, nessa época em que estamos votando esse projeto popular. Dizia ele que a Copel não seria competitiva.

Vejam vocês! Prestem atenção! Quem poderá competir com a Copel? Qual a empresa multinacional que irá fabricar um Rio Iguaçu, que contraria a natureza, nascendo no primeiro planalto, rasgando o segundo e o terceiro planalto e indo até a sua foz, em Foz do Iguaçu, criando um potencial energético, único no mundo?

Falo isso a todos vocês, com conhecimento de causa. Sou engenheiro civil de formação. Conheço e acompanhei a história da Copel. Por isso, jamais poderia votar contra esse projeto de iniciativa popular.

(Aplausos)

Tentaram de todas as formas nos pressionar. Ainda ontem lançaram panfletos...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Concedemos um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhores deputados, continuarei esse meu pronunciamento no encaminhamento de votação. Agora, não poderia deixar de explicar e deixar claro a todos vocês, o porquê do meu posicionamento, o porquê do meu rompimento com este governo que apoiei em 94 e em 98 na reeleição, porque hoje estamos votando sob ares de suspeição. Todos os paranaenses sabem disso.

Vejam todos vocês, governo do Estado: a Copel criou uma empresa chamada Trainer, uma empresa para comercializar energia - como se ela não tivesse condições de comercializar - uma empresa que foi criada com um capital social de 10 mil reais, e logo depois já estava com um capital de 1 milhão e 800 mil reais e, pasmem vocês, em três anos essa empresa teve um lucro de mais de 100 milhões de reais, salário que daria para pagar a todos os cargos comissionados que aqui estão por 50 anos, somente com o lucro de uma empresa que foi criada com 10 mil reais de capital.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

PDT. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, caros visitantes, meus amigos do Paraná. Acredito que não podemos escolher a mãe ou o pai que possuímos. Deus nos dá uma vida, que é colocada entre um homem e uma mulher, é a nossa mãe e o nosso pai, mas Deus nos dá inteligência para escolher o que é bom e o que é ruim para o Paraná. Por isso voto contra a privatização da Copel, em favor da minha consciência.

Vejam vocês, e agora faço uma homenagem e peço uma salva de palmas àquele pessoal assalariado que vai a Oposição.

Parabéns a vocês, parabéns! Vocês têm uma cara igual àquele que, entre os doze apóstolos traiu Jesus Cristo! Vocês são o Silvério dos Reis, da Inconfidência Mineira, vocês aí estão sendo pagos com o dinheiro de nós todos para virem aqui vaiar deputados da Oposição! Esta vaia não tem valor, é uma vaia fingida, porque vocês não tiveram aumento - a não ser os comissionados - vocês estão comendo borracha do governador Jaime Lerner e estão aqui mentindo que é empada!

Vaiem, vaiem mais! Olhem, a televisão e a fotografia estão mostrando o rosto de vocês e os seus familiares estão com vergonha do ato que vocês estão praticando!

Éramos 24 companheiros, um deles disse que não vai votar mais conosco, outro companheiro tomou chá de sumiço ou ficou doente na última hora, mas junto a nós vieram dois valorosos deputados substituírem esses dois, que é a Serafina e o Tiago, que merecem homenagem do PDT do Paraná.

O governador, não tendo argumento para a venda da Copel, mandou carta aos funcionários aposentados do Estado, dizendo que se não vendesse a Copel, não teria dinheiro para o salário. O governador mentiu que o Estado - e aqui nesta tribuna, através do seu secretário das Finanças - estava equilibrado e o Estado está realmente quebrado e precisa vender a Copel.

Senão, prestem atenção: se o Jaime Lerner não vender a Copel, já recebeu uma passagem do Hitoshi Nakamura, para ir com o Fujimori morar lá no Japão.

Vai para o Japão, igual ao seu secretário do Meio Ambiente!

Quero, Paraná, declarar o meu voto aberto: pelos meus eleitores, pela minha cidade de Ponta Grossa, que não me vendo por verba, por curso ou por qualquer coisa que venha envergonhar a minha família, ou contra o povo do Paraná!

Ponta Grossa, a Região dos Campos Gerais e esse Paraná, serão testemunha, como disse o Neivo Beraldin, aqui nesta tribuna: esta reunião, senhor presidente Elio Rusch, é memorável e inesquecível, porque até hoje, passados dois mil anos, lembramos do Judas; lembramos do Silvério dos Reis e, haveremos de lembrar sempre, não só na próxima eleição, mas em todas as eleições, aqueles que, com o maior respaldo da nossa vontade popular. Se o povo do Paraná - prestem atenção vocês presentes - quando foi consultado por pesquisa da Rede Globo de Televisão, pela Gazeta do Povo, por todos os órgãos e, sentem que queriam vender a Copel, a nossa posição era outra, mas o Paraná, com 93% disse não à privatização da Copel.

Por isso estamos juntos!

Termino, senhor presidente, em nome do PDT, do deputado Eli Ghellere - que é outro que não se entrega, que é guerreiro, que não aceita benefícios em troca do voto, mas que dá demonstração que o nosso PDT, somado aos outros partidos de Oposição, até alguns deputados da Situação, haveremos de mostrar ao Paraná e, principalmente a esse governador, que homens de caráter não têm preço para vender o seu voto.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

PT. Deputado Irineu Colombo com a palavra.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhoras deputadas e senhores deputados.

O Partido dos Trabalhadores, desde o primeiro momento em que no Brasil se falava que a globalização era algo inexorável, que avançava por uma imperiosidade histórica, desde o primeiro momento, em que no Brasil o discurso de tudo que é privado é bom. Nós, contrariando, inclusive a opinião quase unânime do setor político, apontávamos para os problemas das privatizações do Brasil, submissa a uma lógica de acertar balanço de pagamento, para sustentar um plano econômico que tinha prazo para terminar.

Naquele momento, aqueles que apostaram num Brasil privatizado, que apostavam na entrada de capitais, empresas estrangeiras, venderam a proposta para o trabalhador lá da periferia, lá do bairro, que ganha dois salários mínimos, paga uma prestação de casa, água, luz e IPTU. Para esse foi prometido que vamos privatizar as empresas ineficientes, as empresas que são elefantes brancos para torná-las produtivas, eficientes, competitivas. E o que sobrar de dinheiro, vamos investir em segurança, em saúde e educação.

Privatizaram a Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional as telecomunicações. Aqui no

Paraná, o governo Jaime Lerner entrando com o mesmo discurso, falando da necessidade de privatizar o Banestado, foi lá e justificou a privatização. Como é que se justifica a privatização no Brasil? Roubando o dinheiro das empresas públicas para provar que são ineficientes. Aconteceu com o Banestado. E o mico dos precatórios podres estão aí colocados, inclusive, com a necessidade da venda ou a entrega da Copel.

A Bancada do PT é formada pelo nosso líder Hermes Fonseca - que me cedeu o horário - pela deputada Luciana Rafagnin e pelo deputado Ângelo Vanhoni, que sistematicamente têm denunciado que as privatizações no Brasil e no Paraná não dão certo, estão de forma errada. E o governo persiste em fazer isso.

Estamos lutando com todas as forças e vamos continuar lutando. Associado à força, neste momento, de pessoas como o deputado Tiago Amorim Novaes, que denuncia o problema da segurança que não foi resolvido, apesar das privatizações feitas pelo governo do Estado. Associado à Bancada do PDT, que tem combatido isso também. Associado ao PMDB do Paraná, associado ao PPS, associado ao deputado Algaci Tulio, associado ao deputado José Maria Ferreira, do PSDB; deputado Augustinho Zucchi. A nossa responsabilidade, enquanto cidadão eleito por uma função passageira daqueles que, como a deputada Serafina Carrilho, vai ter condições de chegar em casa olhando no olho, deputado Ademir Bier, para o seu filho, para a sua filha e falar: eu sou um deputado responsável, que vota pelo interesse do Paraná.

Uma empresa como a Copel, lucrativa, lucrativa para o povo, competente, competitiva e eficiente. Para que vendê-la? Vendê-la para pagar os precatórios, para pagar as empresas que estão devendo convênio desde 1995, pagar na boca do caixa para que a empresa tenha condições contributivas para as campanhas eleitorais. Vender a Copel para colocar uma migalha no serviço de previdência, para gastar o dinheiro às vésperas das eleições. Vender a Copel para pagar os compromissos às vezes legítimos, mas muitos compromissos absolutamente imorais, como se ventilou nos últimos dias.

Nós, da Bancada do PT, estamos querendo que vários deputados que tradicionalmente têm apoiado o governo, neste momento histórico da Assembléia Legislativa, quiçá a votação da década, vote conosco contra a privatização da Copel; dêem um voto de amor ao Paraná! Como diz o Hino do Paraná, que fala que o Paraná é um luzeiro.

Vamos, deputados, votar com o povo do Paraná para manter esse luzeiro iluminando as mentes, a alma e o espírito abençoado do povo paranaense! Esse é o luzeiro que queremos ver aceso, votando a favor do povo do Paraná, porque já está mais que provado, os números dizem que é importante a Copel ficar nas mãos do povo do Paraná, do governo. Porque no ano que vem vamos mudar o governo federal, vamos mudar o governo estadual. E vamos administrar como uma empresa eficiente, colocando o seu lucro para o sistema previdenciário.

Vamos administrar para que esta empresa continue um luzeiro para o povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Horário da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados, platéia que visita hoje a Assembléia Legislativa.

Hoje, talvez, é uma das sessões mais importantes da minha vida como parlamentar aqui na Assembléia Legislativa do Paraná. Uma das maiores virtudes do homem e da mulher pública é ter sensibilidade, ter a capacidade de chorar, emocionar-se, lutar, sentir a vida. Enfim, ter a sensibilidade de olhar, de tocar o coração. Essa é uma premissa, senhor presidente, senhores deputados, do homem e da mulher pública. Porque se assim não for, não é político e não é política, porque o político verdadeiro é aquele que se compadece, que chora, que sente, que olha com o seu olhar voltado para o sentimento das pessoas. Por isso o político verdadeiro é aquele que olha para o sentimento do povo, é aquele que tira da essência da população o que a população deseja. E o que deseja o povo do Paraná? O que quer o povo do meu Estado?

O povo do Paraná diz em alto e bom som: “não quero que venda a Copel, porque a Copel é minha! E não demos autorização para ninguém vender!”

É assim que a população do meu Estado diz nas vilas, nos bairros, na roça, nas ruas, em qualquer lugar: “Nós não queremos que a Copel seja vendida, porque o povo é o dono da Copel e não deu autorização para político nenhum vender esse patrimônio.” O governador Jaime Lerner quer vender.

Há dias atrás a imprensa divulgou uma conversa do governador Jaime Lerner com o chefe da Casa Civil, Alcení Guerra. Disse o Alcení Guerra para o governador: “governador, nós vamos perder a eleição, porque o povo do Paraná está cansado da gente e ainda a venda da Copel... vai ser um desastre. O governador respondeu: “Oh, Alcení, dê-me o prazer de sentir o sabor de uma derrota.”

Por isso, senhores deputados que estão sentados ao lado direito deste plenário, o governador que está em fim de carreira, para ele que já destruiu o Paraná, que não tem sentimento porque ele não é um político de fato, não interessa a derrota. Ele disse: “Dê-me o prazer de sentir o sabor da derrota!” Mas, quero acreditar que nenhum deputado que aqui está, quer sentir o sabor de uma derrota; porque o sabor é cruel, é duro, é triste e é amargo. Por isso, senhores deputados, não queiram receber no seu lombo a infelicidade de um governo infeliz, como esse que o Paraná tem; não queiram deixar para os senhores o desastre de querer vender um patrimônio que o povo do Paraná não deseja! Quem pariu Mateus o embale.

Se o governador Jaime Lerner foi incompetente, preguiçoso, vive viajando durante o seu período de

governo, gosta mais de viajar para o exterior do que governar o Paraná!

Durante esses seis anos e meio de governo passou mais de um ano viajando, com vôos confortáveis, primeira classe, uísque do melhor, hotéis cinco estrelas e o funcionalismo público à míngua, os professores injuriados, os agricultores em apuros, e o Paraná? O Paraná à sombra do atoleiro da corrupção!

Meus irmãos, eu, como paranaense, tenho orgulho de ter nascido neste Estado, nunca vi um governo sequer envolvido com corrupção e o governador Jaime Lerner atolou o nosso Estado num mar de roubalheira e de indignidade! E agora, para fechar o buraco da sua incompetência, da sua preguiça, do seu desleixo, da sua falta de vontade de governar, destrói o Paraná com mãos impiedosas, criminosas, vende a Copel, a Sanepar, coloca pedágio nas rodovias, acaba com a Educação, com a Saúde, destrói o nosso futuro! É um Governo que não merece o nosso povo!

Por isso vamos deixar a Copel nas mãos do povo do Paraná, vamos dizer não ao Jaime Lerner e sim ao nosso povo!

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Senhor presidente, se V. Exa. me permite, gostaria de ceder o horário do PSDB ao deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não é permitido, o Regimento não permite essa cessão do horário para parlamentar de outro partido.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)

Senhor presidente, pediria a V. Exa. que, com certeza absoluta, os 53 deputados entenderia se V. Exa. abrisse um precedente. Até porque hoje é uma Sessão histórica e o deputado Ângelo Vanhoni não teve oportunidade de usar a tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Tem a liderança das oposições que pode ser ocupada, normalmente, pelo deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, o deputado Augustinho Zucchi fará uso do horário da Liderança do PSDB.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

Eu, na verdade, não faria uso do horário do PSDB até porque o deputado Sérgio Spada, que é o líder do PSDB não está aqui, no momento, e nós deixaríamos para fazer, Senhor Presidente, o encaminhamento da votação. Mas, pediu-me o deputado Ângelo Vanhoni,

que, se possível, eu cedesse o horário. Como não é possível pelo Regimento, senhor presidente, volto à tribuna, mais uma vez para deixar claro então a posição dos nossos dois senadores do PSDB: o senador Álvaro Dias, que já foi governador do nosso Estado é o senador Osmar Dias, que tem uma passagem brilhante pela Secretaria da Agricultura do Paraná, é um senador atuante, respeitado no Senado da República, não estando aqui por compromisso no Senado, pediram que no momento oportuno disséssemos a posição que é clara, inequívoca e de conhecimento da população do Paraná, expressa a todos os nossos deputados, da posição contrária à venda da Copel por parte dos nossos dois senadores. Feito esse comunicado, gostaria de conceder aparte ao nobre Deputado Ângelo Vanhoni, com prazer.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Muito obrigado, deputado Augustinho Zucchi.

Aos senhores deputados e à população que hoje nos lisonjeia, estando presente aqui na Assembléia Legislativa.

Fiquei o tempo todo pensando, depois de tantas falas a respeito do processo de venda da Copel, o que realmente poderíamos contribuir para aumentar a reflexão sobre o dia de hoje.

Hoje, não dá mais para conversar a respeito de se a Copel deve ou não ser vendida, por esta ou aquela razão técnica. Acho que o momento é de um pouco mais de verdade. É um momento singular na história do Paraná e é um momento singular na vida de cada um dos senhores deputados: do deputado Durval Amaral, do deputado Valdir Rossoni, de todos nós, deputados.

Eu nunca assisti, na história do nosso Estado, um momento como este. Não por este momento, aonde estão as câmeras de televisão, as galerias cheias. Há posicionamentos contrários e à favor. Mas, porque nesses últimos seis meses foi aberto um debate na sociedade paranaense. O Governo do Estado, de um lado, querendo vender uma companhia. E a população começou a discutir. Não há uma cidade do Estado do Paraná, por mais do interior que seja, que não discutiu se a Copel deve ou não deve ser vendida. Não há uma associação de classe, diversos setores, desde bancários, metalúrgicos, empresários, da indústria, do campo, do comércio, que não debateu durante seis meses se a Copel deveria ou não ser vendida.

Então, houve um processo de mobilização da sociedade como nunca aconteceu no Estado do Paraná. E eu fico me perguntando por que razão o governador Jaime Lerner insiste em vender a Copel! Fico mais surpreso ainda porque não ouvi o deputado Ricardo Chab usar a tribuna e dizer por que ele vai votar a favor da venda da Copel!

Falo o nome do Ricardo Chab como poderia ter falado o nome dos outros 25, 27 ou 28 deputados, de todos. É apenas um exemplo. Porque uma votação vai ser feita hoje, e um grupo de deputados vai tomar uma posi-

ção. Fico me perguntando: depois de toda essa mobilização de seis meses, por que é que os deputados do Paraná nem se dignificam a abrir o debate do porquê querem vender a Copel! Porque o Governador do Estado não disse, até hoje, por que é que ele quer vender a Copel. Não disse e não vai dizer.

Nós, deputados do dia de hoje, temos o direito do uso da palavra. Mas, na realidade, quem deveria estar no meu lugar falando, em lugar dos deputados, não deveria ser nenhum político. Tem momento na vida que as coisas ultrapassam a política. Ultrapassam muito mais e atingem outras coisas; estamos votando um pouco da dignidade de cada paranaense. E quem deveria estar aqui no meu lugar, falando sobre dignidade no meu entendimento, são homens que representam milhares e milhares de pessoas presidente Hermas Brandão: Dom Pedro Fedalto e os pastores das igrejas evangélicas, porque para responder ao Durval Amaral há homens de 1ª, 2ª e de 3ª categoria. Os mestres dos mestres, há dois mil anos atrás chicoteou os vendilhões do templo. E isso, deputado Durval Amaral, é uma lição bíblica que pode ter certeza, e eu vou pedir perdão a cada um dos senhores deputados que são meus amigos e meus colegas.

Eu não tenho como, e nenhum de nós vai ter como, a partir de hoje, se a Copel for vendida e chegaremos em cada local do Estado do Paraná e diremos o seguinte: não é contra a pessoa do Edno Guimarães, do Traiano ou do Durval, mas temos que dizer ao povo do Paraná que vocês venderam a Copel junto com o Jaime Lerner e isto nós vamos fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrado o seu tempo.

Solicito às pessoas que estão nas galerias que se mantenham dentro da calma necessária, porque...

(Está suspensa a Sessão por cinco minutos)

(Reiniciada a Sessão)

Quero avisar às pessoas que estão nas galerias, que não vamos permitir ofensas aos senhores parlamentares. Quem não tem respeito com esta Casa, com certeza também não tem respeito com a sua. Então, pedimos: estou vendo ali algumas senhoras, que com certeza, têm muito respeito por seus lares, e que terão o mesmo respeito com esta Casa.

Dando continuidade ao Horário das Lideranças: PTB; Liderança do Governo.

(Declinam)

Liderança da Oposição. Com a palavra o senhor deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente:

Início minhas palavras fazendo uma referência àquilo que V. Exa. estava dizendo a pouco. V. Exa. estava falando do respeito. Mas, olha só, mais de 400 entidades

dão uma determinação aos deputados: “não vendam a Copel.”

Mais de 400 entidades, exigem respeito àquilo que estão falando. A Igreja, imensa, de 2000 anos, através de um documento oficial, diz o seguinte para nós deputados: “não vendam a Copel”.

Os evangélicos, através de inúmeras igrejas, dizem o quê? “Não vendam a Copel”. Exigem respeito à vontade popular.

O povo vem aqui à Assembléia, senhor presidente, através da assinatura de milhares e milhares de eleitores, exigindo respeito à sua vontade: “Não vendam a Copel”.

Entidades como a Federação da Agricultura, Federação do Comércio, Federação das Indústrias, Ocepar, Sindicatos; todos mandam uma mensagem para a Assembléia: “respeitem a nossa vontade”.

Espero, senhor presidente, que o respeito que V. Exa. está pedindo, seja um respeito que tenha consequência, que tenha contrapartida no voto, porque senão esta Assembléia estará desrespeitando o Paraná!

Afinal de contas, senhor presidente, não é meia dúzia, apenas e tão somente, que está dizendo não à venda da Copel, são nove milhões de paranaenses.

Vender uma empresa como a Copel, lucrativa, competitiva, competente, estratégica, é traição! Vejo o nome de um traidor ali, ele está na “lata do lixo” na história, o tal do Silvério dos Reis. Do outro lado, companheiros, senhores deputados, contrapartida está Tiradentes.

Onde está Tiradentes? Está no altar da Pátria. O outro na lata do lixo da história.

Nós poderíamos dizer também: de um lado Judas, do outro Cristo.

Esta Assembléia, nesse episódio Copel, poderá marcar a sua vida com a marca da coragem; sentindo um grupo minoritário, isolado, que está no Palácio Iguaçu, e não se submeter à vontade dessa meia dúzia, flagrantemente minoria nas ruas de todas as cidades. Só talvez aqui, para desgraça do povo do Paraná, se isso acontecer. Talvez só aqui, o governo é maioria.

Mas que coisa dramática, hein? Como pode a minoria derrotar milhões. É inaceitável que isso aconteça.

Quero fazer um registro rápido.

A coragem da deputada Serafina e do deputado Tiago Amorim Novaes. Olha só a diferença que existe, senhor presidente; quem larga o Palácio, quem larga facilidades, quem larga tudo para dessombrear como povo; quem abandona o povo, quem rasga a determinação partidária, como se delineia no horizonte está fazendo isso, o destino é triste. O destino é do Silvério dos Reis.

Senhor presidente, homens e mulheres que se encontram aqui, vários e variados oradores até agora se manifestaram todos contra a venda da Copel. E vocês poderiam perguntar: escuta, mas o que é que acontece? Outros são mudos? Quais são os argumentos?

Não há nenhuma entidade no Paraná, que tenha publicamente, tomado uma posição a favor da venda da Copel.

Nenhuma! É estranho, senhores deputados, que uma valorosa parcela desta Assembléia, com tantos argumentos que poderiam ter, e têm certamente, se calam. Nenhuma palavra.

Então, senhor presidente, devo concluir, para cumprir o regimento, a nossa palavra neste momento, é o verbo. Infelizmente o argumento de alguns é a verba. E eu espero que o verbo possa derrotar a verba.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Encerrado o Pequeno Expediente, o Grande Expediente, o Horário das Lideranças, passamos à Ordem do Dia.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, o deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero neste momento, como homem de Imprensa, registrar a presença dos canais de televisão, a grande cobertura que estão fazendo neste momento, os jornais, mas acima de tudo, a grande cobertura ao vivo e direta, que estão dando as emissoras de rádio. A Rádio Club Paranaense, transmitindo desde as primeiras horas da tarde, a Rádio CBN e algumas emissoras do interior também.

O papel da Imprensa está sendo feito e mostrado para todo o Paraná, senhor presidente. A Transamérica, também.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito às galerias, a gentileza de ficarem em silêncio, para que possamos passar à Ordem do Dia.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pela Sra. Regina C. Gomes Guimarães Leprevost, na qualidade de presidente em exercício do partido Republicano Progressista, constante do expediente, encaminhando voto de repúdio pela pretensão de venda de uma empresa do porte da Copel, dotada de força, renome e credibilidade, construída com o trabalho e sacrifício de todo o povo paranaense. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2477 a 2479, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2472, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2476, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2480, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2473, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 2487, de autoria do senhor deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 240/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que suspende a eficácia da Lei nº 12355, de 08 de dezembro de 1998; do Decreto nº 718, de 04 de maio de 1999 e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.. (Publ. no DA nº 081/2001, de 12.06.2001).

Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para discutir, deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Quantos minutos terei, senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Houve um acordo de dez minutos para cada um dos senhores parlamentares.

O SR. ORLANDO PESSUTI

O Regimento me assegura trinta?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Trinta minutos.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Vou tentar falar os trinta, mas quem sabe a garganta não permita.

Senhor presidente, senhores deputados.

No início de 1999, 1º de janeiro de 1999, quando Jaime Lerner assumia o segundo governo do Paraná, nós éramos em onze deputados compondo uma Bancada de Oposição, sendo sete do PMDB e quatro do Partido dos Trabalhadores. Logo a seguir, em conversações com os deputados Zuk e Edgar Bueno, ampliamos esta nossa Bancada para quatorze deputados, ou melhor dizendo

éramos em doze deputados já com a presença do deputado José Maria Ferreira, do PSDB. Então, éramos em doze. Na sequência vieram os deputados Luiz Carlos Zuk e o deputado Edgar Bueno, hoje substituído brilhantemente pelo deputado Eli Ghellere e fomos a quatorze deputados.

Essa luta contra a venda da Copel permitiu a nós, senhor presidente, senhores deputados que ampliássemos esse grupo de parlamentares, hoje dentro do PMDB, do PSDB, do PPB, do PPS, do PT, do PTB, do PL, do PDT, que chegássemos a vinte e quatro deputados, pelo menos, porque ainda tenho esperança que esse grupo formado pelo grupo das oposições, de outros partidos, pelo bloco Independente que possamos até o final desta Sessão, no dia de hoje ou quem sabe no dia de amanhã, porque certamente esta Sessão se estenderá por mais nove, dez, quinze, vinte e quatro horas, sabemos lá quanto tempo, mas ela certamente vai permitir a toda a população do Paraná, porque como bem disse o deputado Algaci Tulio, hoje temos aqui a televisão, os jornais, as revistas, mas temos as rádios com coberturas ao vivo ou com cobertura através de telefonemas que estão fazendo a cada um de nós, parlamentares, tanto àqueles que são contra a venda da Copel, como também àqueles que são a favor. E hoje o Paraná inteiro está ligado nesta discussão.

Mas, esta discussão ganha força, ganha vigor, ganha esse clima de competição, porque a exemplo da deputada Serafina e do deputado Tiago que hoje valorosamente vêm somar forças conosco, nós tivemos outros deputados que deixaram de lado as benesses do governo, que deixaram de lado cargos no Governo que deixaram de lado o medo das ameaças do governo, que deixaram de lado anos e mais anos de convivência política de parceria política e vieram se somar com o povo do Paraná. Não vieram somar com o deputado Pessuti na Oposição, com o deputado Zuk, com a deputada Luciana, nada disso! Vieram se somar aos milhares e milhares de paranaenses que, representados por mais de 400 entidades, que representados por mais de 200 assinaturas, que representados pela voz de ex-governadores, pela voz de ex-parlamentares, disseram que não deveríamos vender a Copel e é por isso que eu quero, neste momento, registrar e enaltecer também a postura daqueles que tiveram a coragem, a exemplo da Serafina e do Tiago e deixar de lado cargos, deixar de lado verbas de governo, deixar de lado convivência política de muito anos e se somar à luta de um povo.

Eu quero enaltecer a pessoa do Algaci Tulio, enaltecer a pessoa do Marcos Isfer, do Cezar Silvestri, do Pastor Edson Praczyk, da Serafina Carrilho, que já disse, do Renato Gaúcho, a pessoa do Neivo Beraldin, do Tiago Amorim Novaes, a pessoa do Zucchinho e a pessoa do Tony Garcia, que muitas vezes independente, já em outras ocasiões, a exemplo de outros parlamentares, mas que sempre, nesta Casa, tiveram parte da base de apoio que elegeu o governador, que no momento de tomar a decisão não se entregaram às pressões, não se deixaram

levar pelo medo, não se curvaram como alguns parlamentares, - é bom que se diga -, que lamentavelmente até ontem pelos jornais, pela televisão, aqui neste Plenário nos diziam, estamos juntos, assinei e não mudo o meu voto, e hoje comparecem ou não compareceram a este plenário para mudar a sua posição e dizer que já pensam de modo diferente porque têm que atender os anseios da sua população, mas, que anseios são estes, se a maioria da população, cerca de 90% está dizendo não à privatização? Que anseio da população é este, se a maioria das entidades estabelecidas no Estado do Paraná, através das federações, dos sindicatos, através da igreja católica, das igrejas evangélicas, através dos Rotarys e do Lyons, através da maçonaria, através das federações sindicais, através de todos aqueles que tiveram realmente a coragem, meu amigo Pastor Edson Praczyk, como V. Exa. teve e desde o primeiro momento soma conosco nesta trincheira a ser, sem sombra de dúvidas, um dos maiores responsáveis pela vinda da deputada Serafina para o nosso grupo de pessoas que defendem o Paraná, que defendem a Copel, que defendem a história deste Estado e do seu povo.

Nós, senhor presidente, senhores deputados, em função da gripe que nos acometeu no sábado, domingo e ontem, talvez nem devêssemos estar aqui porque quase voz não tenho para falar, mas como ao longo desses três últimos anos praticamente todas as semanas eu vim a esta tribuna defender a Copel, a Sanepar, defender o Banesbado, defender as rodovias do Estado do Paraná, a nossa ferrovia, o nosso porto, os nossos policiais, os nossos funcionários, a nossa agricultura, o nosso comércio e a nossa indústria, fiz isto praticamente todas as semanas, andei este Brasil, andei este Paraná, até no exterior, senhor presidente, com V. Exa. fui a serviço desta Assembléia para de lá trazermos um galardão, que é muito importante, para este Estado e para este País, que foi a liberação do nosso Estado, da condição de Estado portador de febre aftosa.

Andei por este Brasil, na condição de presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais e o que mais ouvi, deputado pedir a mim, lá em Roraima, no Acre, em Pernambuco, no Mato Grosso, no Amazonas ou, aqui, na Assembléia do Paraná, foi que o deputado Pessuti, como presidente, deveria lutar para que os direitos, as prerrogativas dos deputados estaduais não fossem roubadas, não fossem tiradas e que aumentássemos o nosso poder de trabalhar pelo povo. Foi isso que fiz, em nome desta Assembléia.

É por isso, que venho aqui hoje, deputado Divanir Braz Palma, não apenas para dizer que vou votar a favor do seu projeto, que suspende por pelo menos noventa dias a venda da Copel, mas para pedir a V. Exa., que foi um dos que mais cobrou deste parlamentar uma ação em favor dos parlamentares, dos Parlamentes, para que V. Exa., a exemplo de sua colega de Maringá, Serafina, dos seus amigos Ângelo Vanhoni, Caíto Quintana, não só vote a favor do seu projeto, que prorroga por noventa

dias, como vou fazer, mas que vote junto conosco, deputado Divanir Braz Palma, em favor do projeto do povo do Paraná, que suspende de forma definitiva, porque revoga a Lei nº 12355.

Por esta razão, senhor presidente, venho à tribuna para dizer que não existe nenhuma justificativa que se faça, que possa convencer este deputado ou qualquer pessoa do Paraná, da necessidade de se vender a Copel.

Já vieram com o discurso de que ela não teria condição de competitividade. Senhor presidente, a Copel produz um produto raro, que é a energia. A Copel tem esse produto em abundância, diante de um mercado francamente, comprador - é fácil. Até o agricultor mais humilde, da sua Bituruna, Rossoni; da sua Andirá, presidente Hermas; da sua Clevelândia, presidente Anibelli, sabem fazer contas com o feijão, que ele produz. Ele sabe que se está conseguindo produzir uma saca de feijão, e trinta reais, e se o mercado comprador paga cem reais a saca, sabe que o seu produto sempre terá competição. Ele sabe que vai ganhar muito mais dinheiro quando ouve falar que a mercadoria vai entrar para um mercado aberto e que o preço pode chegar a quinhentos reais.

É isso o que acontece com a energia.

A energia produzida por nós não chega a trinta reais o megawatt. Ela é vendida por mais de cem, e no mercado aberto se vende por mais de quinhentos. Como é que não tem competitividade? Dizer que ela está sucateada também não é verdade! Todos sabemos que as usinas hidrelétricas têm uma duração, uma capacidade de gerar, não apenas por cinco anos, não apenas por dez anos, não apenas por vinte anos, mas têm por muitos anos.

Aquilo que temos, está pago quase que na sua totalidade. O que temos pela frente é apenas faturamento e manutenção daquilo que já existe.

Essa discussão da competitividade também não serve. Dizer que precisa desse dinheiro, para colocar as finanças do Paraná em ordem, também é outra mentira que os parlamentares que ainda não se decidiram - mas que podem ainda se decidir contra a venda da Copel - não podem avaliar, como disseram aqui alguns parlamentares: não se somem a esse crime que o governador Jaime Lerner está querendo que vocês pratiquem com ele.

Governo diz que com o dinheiro desses 31% que possui, vai fazer a capitalização do Fundo de Previdência, vai fazer estradas, vai fazer isso na saúde, vai fazer aquilo na educação, na segurança e na área social; fala isso todas as horas na televisão.

Eu pergunto, nobre líder Durval Amaral: o que foi feito com o dinheiro que o Estado arrecadou vendendo, já nesse período do Jaime Lerner, 53% das ações da Copel, 53% do patrimônio? V. Exa. tem que nos dizer, quem sabe se V. Exa. provar para nós a aplicação desse dinheiro, quem sabe a gente muda de idéia? Onde foi esse dinheiro? Vendeu 53% do patrimônio e não resolveu o problema do Paraná, piorou!

O Paraná, para quem não sabe, quando o Jaime Lerner assumiu tinha uma dívida de apenas um milhão e

quatrocentos milhões. Bastaram 6 anos desse desgoverno no Estado do Paraná para que a dívida ultrapassasse, e ultrapassou 15 bilhões perdendo o Banestado, perdendo metade da Sanepar, perdendo mais da Copel, perdendo a Ferrovia do Oeste, perdendo um pedaço do Porto de Paranaguá, antecipando a cobrança do IPVA, diminuindo o número de parcelas, e é por isso, deputado Divanir Braz Palma que eu vou votar a favor do seu projeto e espero que V. Exa. que sempre nos disse que é um democrata e assim o reconheço, também vote a favor do povo do Paraná, porque é inadmissível nós acreditarmos nessa história de capitalização do fundo, porque bem disseram os integrantes da galeria, nesse fundo sem fundo também já foram depositados os royalties de Itaipu, e quando mandaram para a Assembléia o projeto pedindo autorização para isso, foi dito naquela ocasião que com os royalties de Itaipu o Parana Previdência estaria capitalizado.

Quando foi para vender o Banestado foi a mesma coisa, quando foi para vender a Sanepar foi a mesma coisa, quando foi para adiantar dinheiro e vender 53% das ações da Copel foi a mesma coisa, e nada disso aconteceu. Prove, deputado Durval Amaral, traga para nós, porque nós, quando vendemos, e V. Exa. naquele momento fazia parte do governo Requião, quando nós vendemos as ações, poucas que tínhamos na Telepar, nós dissemos para onde ia o dinheiro e depois provamos que o dinheiro foi naquelas obras, que foi a ponte de Guaíra e a duplicação daqui para Joinville. Que V. Exa. apresente para nós para onde foi 53% do patrimônio da Copel.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Edson Strapasson, para discutir.

O SR. EDSON STRAPASSON

Senhor presidente, senhores deputados. Essa plateia presente hoje, nossas deputadas que muito nos orgulham, e a senhora, deputada Serafina, revelou hoje aqui a sensibilidade que tem a mulher para dar as respostas ao que pensa o seu povo. Realmente essa demonstração é muito importante na medida que nós aqui, deputados, fomos eleitos pelo voto popular, e temos certeza, deveríamos estar aqui hoje defendendo o que pensa o povo do Paraná e não o governador Jaime Lerner.

Senhor deputado, hoje, como faço todos os dias pela manhã, me ajoelhei e pegando a Bíblia que todo dia faço para buscar nela uma luz, uma palavra de conforto, e sempre abro num versículo ou numa parábola para nos orientar.

Não sei o porquê, mas hoje, quando abri, acabei exatamente abrindo na página do Evangelho de São Marcos capítulo 14, versículo 10 e 11, onde revela o pacto da traição naquele episódio, quando o Judas Escariotes discípulo de Jesus, se dirigia àquela oligarquia que queria matá-lo, para entregá-lo à morte.

Evidentemente só trouxe essa palavra porque, realmente, isso aconteceu hoje. Não tenho o porquê, mas quero dizer, deputado Durval, que eu aqui não vou poder

mudar o voto de nenhum deputado, mas com certeza aquele que é maior que nos pode tocar as mentes, os corações para que nós aqui hoje tenhamos uma decisão firme, num propósito de defender aquilo que é correto.

Como se alegraram aqueles quando viram Judas entrar pela porta e ouvirem a sua voz, sabendo que ele iria entregar o seu mestre.

Com certeza, passou-me pela cabeça, quantas vezes o Palácio Iguaçu ficou feliz por ver mais um deputado que se comprometeu a votar pela venda da Copel!

Senhores deputados, as 30 moedas de prata que foram entregues a Judas, com certeza não deram a redenção da sua consciência, mas marcaram na história.

Era isso que queria dizer aqui hoje.

Eu, com muito orgulho, na minha vida posso dizer que nunca votei sob pressão, por coação ou extorsão. Jamais! Orgulho-me minha gente, de poder dizer.

Fui prefeito do município de Colombo, que é hoje a oitava cidade do Paraná. E na administração dos recursos públicos, que é sagrado, nós homens públicos devemos ter o zelo de aplicá-lo para o bem comum daqueles que mais precisam de governo.

Com certeza a Copel é uma empresa que foi construída no dia-a-dia, cidadão por cidadão, não pelos impostos, minha gente! Mas, principalmente, a Copel, vislumbrando o interesse do desenvolvimento do Estado do Paraná, construiu 18 usinas, 17 hidrelétricas e a Copel não é qualquer empresa deste País, onde tem apenas a distribuição.

A Copel é a referência do Brasil em termos de produção de energia. A Copel produz a energia mais barata do Brasil, e poderá, nessa era do apagão, senhores deputados, ser a grande alavanca de desenvolvimento do Estado do Paraná. Porque, a partir do próximo ano de 2002, dentro do processo de privatização nacional, os preços tendem a liberar, com o povo do Paraná, poderá fazer do Paraná o grande berço das indústrias do Brasil inteiro que verão, aqui no Estado do Paraná, a possibilidade de ter uma energia elétrica em quantidade suficiente, sem apagão. E poderão muito mais, minha gente, com a liberação de preço poderão ter até um ciclo dando desconto, para que para cá venham produzir emprego, produzir desenvolvimento econômico para a nossa gente.

Agora, a Copel, na mão de um grande grupo estrangeiro, quicá, com certeza, vai querer acompanhar a variação cambial do dólar.

Talvez até joguem no Brasil alguma questão que vai fazer, realmente, com que o dólar dispare para poder reajustar tarifa, porque a moeda desses grupos não é o cruzado, não é o real, é o dólar.

Com certeza todos nós paranaenses, reféns dessa meia dúzia que vai determinar o valor da tarifa que quiserem. O Paraná perde uma grande oportunidade numa época de crise, numa época de falta de energia, fazer da Copel que foi construída cada centavo pelo povo do Paraná e não por esse governo. E que possamos fazer do Paraná a grande esperança, o grande sonho de desen-

volvimento deste Estado, sem precisar dar qualquer incentivo em valor financeiro, como tem feito esse governo.

O governador Jaime Lerner, na sua vida pública, com certeza não se pautou no que pensa o cidadão do Paraná mais humilde. Mas sim, movido pelos grandes interesses dos grupos econômicos, em entreguismo, em entregar aos grandes grupos aquilo que nós temos. Foi-se o Banestado, após quebrá-lo, evidentemente. E o governador do Estado, após saber do grande rombo da Banestado Leasing, dos 400 milhões que foram lá usados, após saber dos títulos podres que foram comprados, não tratou de querer punir ninguém. Não, ele chamou para o seu governo, para exercer o seu cargo de confiança de secretário de Estado, aquele que promoveu o rombo no Banestado. Talvez fosse, minha gente, o roubo a forma que ele encontrou para entregar o Banestado aos interesses econômicos. Mas para a população do Paraná, ele jamais disse que hoje nós pagamos 30 milhões por mês da dívida para sanear o Banco que eles roubaram! O Governo do Estado não disse onde foi o dinheiro e nem quer saber! Com certeza terá dificuldade, porque talvez cheque no seu próprio rabo, como se diz na gíria.

Desta forma, senhores deputados, quero dizer que eu talvez seja deputado por uma vez só, não sei. Mas se eu passar nesta Casa uma vez só e puder ir para casa e colocar a minha cabeça no travesseiro e saber que estou agindo com a minha consciência, ao invés de ter que me envergonhar de um ato ou de pressão ou de qualquer outro jogo, com certeza marcará a minha vida, a minha história e talvez eu tenha vergonha de olhar para os cabelos brancos de meu pai, que me ensinou que ser honesto não é uma virtude, é uma obrigação de qualquer cidadão.

Portanto, minha gente, neste projeto do deputado Divanir Braz Palma, eu quero dizer e fazer do meu pronunciamento, do meu encaminhamento, da minha manifestação, não ao seu projeto mas a todos esses outros. Especialmente o projeto de iniciativa popular, que o povo do Paraná ajudou a construir.

As minhas palavras, as justificativas talvez não importem, porque mais do que foi discutido, esse projeto com certeza será impossível. Mas quero dizer uma coisa aos senhores deputados: talvez, nós, que somos seres humanos e passageiros, não sabemos o dia de amanhã e quero dizer aos senhores que façam aquilo que a sua consciência diz, mas não por pressão. Judas devolveu as moedas de prata e foi se enforcar.

Espero que ninguém, aqui, precise fazer isso, porque, com certeza, tem aqui agora a grande oportunidade de votar com o povo do Paraná, com aqueles que o elegeu e não pelo interesse do grande capital de um governo que está eivado em corrupção, em desvios e, com certeza, jamais explicará ao povo para onde foi o dinheiro. E os senhores serão responsabilizados por não saberem explicar o porquê traíram o interesse da nossa gente do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para discutir, concedo a palavra ao deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados.

Queremos discutir sobre o projeto de autoria do eminente deputado Divanir Braz Palma, projeto de lei que não atende efetivamente a vontade do povo do Paraná. Atendeu em parte porque suspende a lei que autorizou a venda da Copel. Por isso, para ser coerente com a nossa posição, nós iremos votar favoravelmente ao projeto do deputado Divanir Braz Palma, que visa suspender por 90 dias o processo de licitação da venda da Copel. Todavia, me chamou a atenção, deputado Divanir Braz Palma, a justificativa que V. Exa. fez para seu projeto de lei. Tenho por hábito, por costume, ler aquilo que irei votar.

E me chamou a atenção a justificativa que V. Exa. deu ao projeto de lei que agora estamos a discutir nesta Casa. Diz V. Exa., num arrazoadado de argumentos para justificar a necessidade imperiosa de suspender o processo de venda da Copel, que a Copel participa de várias empresas.

(Lê):

“Na área de participação em empresas a Copel possui investimentos na Tradener Ltda, Compagás, Sercomtel S/A - Telecomunicações; Companhia Nacional de Intervias; UEG Araucária Ltda, Machadinho Energética S/A; Campos Novos Energia S/A; Dona Francisca Energética S/A; Foz do Chopim Energética Ltda; Dominó Holdings S/A; Escoelétric Ltda; BrasPower; Copel - Agra; Centrais Eólicas do Paraná Ltda; Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec e Nova Holanda.

O total dos investimentos da Copel em 2000 foi de R\$400,2 milhões de reais.

O lucro líquido da Copel em 2000, foi de R\$430,6 milhões, que, comparado com o de 1999 no total de R\$277,2 milhões, representa um aumento de lucro de 55,4% no último ano, conforme consta do próprio balanço da Copel. As consultas feitas ao povo do Paraná, pelo nosso site na internet, e, as mensagens que nos são enviadas por e-mail, provam que a população de todo o Estado é contrária à venda da Copel.

Desta forma pede a aprovação do presente projeto de lei, aos nobres pares desta Casa.”

Senhores deputados, é uma justificativa que embasa o projeto de lei do deputado Divanir, que embasa o projeto de lei de autoria do povo do Paraná, o primeiro projeto de lei de iniciativa popular, que é histórico, que nós hoje iremos votar aqui na Assembléia Legislativa do nosso Estado.

Mas o deputado Divanir Braz Palma, representante do povo do Paraná, com ênfase para a cidade de Maringá, coloca aqui, como justificativa: “o povo do Paraná é contra a venda da Copel, através das mensagens no seu site

na Internet, por e-mail, o povo tem dito que não quer que venda a Copel”. E aí, coerentemente, como deputado sensível que é, apresenta à Assembléia Legislativa um projeto de lei para impedir a venda da Copel! É assim que se faz, é assim que um deputado faz, ele cumpre o que o povo deseja, ele é representante do povo e ele tem que obedecer aquilo que o povo determina! E o deputado Divanir Braz Palma, cumprindo o desejo do povo do Paraná, apresentou este projeto de lei suspendendo a venda da Copel, porque ele, como nós todos temos recebido, senhor presidente, o desejo manifesto, o sentimento cavado no coração de todas as pessoas do nosso Estado que não querem que o nosso patrimônio seja “torrado”!

O arquiteto da esperança, o governador da Educação, o governador do Paraná Novos Caminhos, o governador que iria transformar as cidades do Paraná numa nova Curitiba, o governador Jaime Lerner, na eleição de 94, mandou ônibus para o Paraná inteiro, e lá no interior, pegando nosso povo de boa-fé, simples, o cidadão e a cidadã do povo do Paraná, colocava dentro de um ônibus e trazia para Curitiba. Aqui em Curitiba visitava as praças públicas, o Jardim Botânico, a Ópera de Arame, a Rua XV, e aí diziam ao povo que aqui vinha: “você não quer ter, lá na tua cidade, um Jardim Botânico, uma Ópera de Arame? Você não quer ter, na tua cidade, uma Rua XV? Você não quer ter toda esta beleza, própria do arquiteto da esperança?” Que se transformou na maior desgraça que o Paraná poderia ter, chamado Jaime Lerner!

Pois bem, o governador Jaime Lerner traiu o povo do Paraná, apunhalou o povo do Paraná pelas costas, colocou o seu punhal cravado no peito do povo do nosso Estado! Destruíu a nossa esperança, liquidou com a nossa auto-estima, destruiu o nosso patrimônio! Olha, Paraná, olha o nosso Estado, essa decisão aqui é uma decisão histórica, ela vai ficar gravada nos Anais da história! Não é uma decisão que reflete o momento apenas atual, é uma decisão que ficará para a posteridade! É uma decisão que ficará gravada na eternidade! E quando outros aqui estiverem ocupando as mesmas bancadas que ocupamos, estarão eles lendo a história que nós, hoje, escrevemos. Estarão vendo a história que hoje nós colocamos na realidade do Estado do Paraná.

Por isso, vamos refletir, vamos pensar, vamos analisar, vamos rezar, vamos pedir a Deus para que nos ilumine, para que não traíamos o povo, para que nós obedeçamos o sentimento do povo, que é o de não permitir a venda da Copel.

Senhor presidente, o deputado Divanir Braz Palma merece nosso apoio. O seu projeto vai ter o apoio dos nossos deputados. Esperamos que o deputado Divanir Braz Palma tenha, também, a mesma postura com o projeto de lei de iniciativa popular. E assim como nós, que iremos votar o seu projeto, ele, coerente que é, político de fibra que é, homem do interior do Paraná, não irá faltar com o povo do Paraná e também irá dizer “sim” ao povo do nosso Estado. E irá votar com o povo do Paraná neste projeto de lei de iniciativa popular, que impede que as

mãos sujas do governador Jaime Lerner - suja do suor do nosso povo, suja da incompetência, da preguiça e da malversação que suga o patrimônio do Paraná, vendendo...

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

O deputado Custódio está ali, na galeria, sendo pressionado pelos presentes, senhor presidente. Peço para que o deputado Custódio não sofra nenhum tipo de pressão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Suspendemos a Sessão por três minutos.

(É suspensa a Sessão)

(É reaberta a Sessão)

Dando continuidade, deputado Nereu Moura, com a palavra.

Solicito às galerias que deixem o orador concluir seu pronunciamento.

O SR. NEREU MOURA

(Lê):

“Projeto de Lei nº 240/2001

Súmula:

Suspende a eficácia da Lei nº 12355, de 08 de dezembro de 1998; do Decreto nº 718, de 04 de maio de 1999, e dá outras providências.

Art. 1º - Ficam suspensos a eficácia e os efeitos das disposições da Lei nº 12355, de 08 de dezembro de 1998, que “autoriza o Poder Executivo a implementar a reestruturação societária da Copel, alienar, dar em caução ou oferecer em garantia ações do Estado no capital daquela Companhia, bem como contratar operações de crédito, financiamentos ou outras operações por si ou pela Paraná Investimentos S/A e adota outras providências”, em seu inteiro teor, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir da aprovação e publicação da presente lei.

Art. 2º - Ficam suspensos a eficácia e os efeitos das disposições do Decreto nº 718, de 04 de maio de 1999, que institui o Conselho de Desestatização da Companhia Paranaense de Energia - Copel, “para implementação do processo de reestruturação societária e desestatização”, aprovados pela Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998, em seu inteiro teor, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir da aprovação e publicação da presente lei.

Art. 3º - Ficam igualmente suspensos os efeitos decorrentes da execução de todos e quaisquer contratos administrativos em vigor, atos de gestão e negociais, praticados por força do Decreto nº 718, de 04 de maio de 1999, decorrentes da utilização das autorizações contidas na Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir da publicação da presente lei.

Art. 4º - Fica vedada ao Poder Executivo, por força desta lei, a prática de quaisquer atos administrativos, de gestão ou negociais com fundamento na delegação outorgada por força das disposições da Lei nº 12.355, de 08 de dezembro, pelo prazo de 90 (noventa) dias a partir da publicação da presente lei.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA”

Por isso, ao concluir as minhas palavras, senhor presidente, quero mais uma vez, já com a voz me faltando, mas com o peito cheio de alegria e de entusiasmo, com o mesmo entusiasmo da população do meu Estado, com a determinação do povo que construiu o Paraná, volto mais uma vez, senhor presidente, a pedir, a implorar, se necessário me jogar de joelhos e pedir aos senhores deputados que não obedeçam a ordem do governador Jaime Lerner, mas que obedeçam aos sentimentos do povo do Paraná.

Que votem “sim”, a favor de que a Copel continue nas mãos do Governo, porque a Copel é uma empresa importante. A Copel é um orgulho para nós, é fundamental para a nossa economia, foi construída com dinheiro do povo do nosso Estado. É uma empresa nossa que não pode ser privatizada, que não pode ser “torrada”, não pode ser roubada, não pode ser destruída.

Fica aqui o nosso apelo, sim, ao deputado Divanir Braz Palma, e queremos que ele também diga sim ao povo do Paraná, votando pelo projeto de iniciativa popular, para que nós, hoje, neste dia memorável, sepultemos esta idéia maluca, idéia maligna do Governo do Estado, que quer entregar o nosso patrimônio, vendendo a Copel...

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, neste momento vamos votar o Projeto de Lei nº 240/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que suspende a eficácia da lei que vende a Copel. Isso até, para informar as nossas galerias. Mas, gostaria muito que o deputado Divanir Braz Palma usasse a tribuna também, para justificar o seu projeto de lei, manifestar suas intenções, que isso ajudaria ao discernimento da nossa votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Encerrada a discussão...

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, para encaminhar!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, deputado Divanir Braz Palma, para encaminhar!

Solicito às galerias, que ouçam o orador! Quem não quiser ouvir, que saia das galerias!

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, Mesa Diretiva, nobres Pares, senhoras e senhores aqui presentes nas galerias, imprensa do meu Paraná.

Quando resolvemos entrar com este projeto, tínhamos por escopo, resguardar os direitos, os interesses da população do Paraná e buscar com essa postergação do processo de privatização da Copel, pelo prazo de 90 dias, tempo suficiente para angariar informações atuais e seguras a respeito das conseqüências que o racionamento de energia, a nível nacional, irá provocar na economia.

Com certeza, novas diretrizes da política energética, implicarão em rever os conceitos em relação ao valor quilowatt-hora (kWh), complexo de geração e transmissão, influenciando, positivamente, na valorização das ações da Copel, cujos recursos serão aplicados na área da saúde, segurança, educação e principalmente no saneamento da Paranáprevidência, resguardando assim, os direitos dos aposentados e pensionistas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito às galerias...

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Sou paranaense de Londrina, sou pequeno empresário em Maringá, sou democrata, como disse a Oposição. Respeitei aqui todos os pronunciamentos e acho que democracia e cidadania é de todos. O meu direito termina quando começa o direito do meu próximo.

Se a Oposição tem o direito de defender a não-privatização, os da base do Governo, tem o direito de defender a privatização.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito às galerias...

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Sabemos que o assunto é polêmico e respeitamos a opinião de cada um. Agora, senhor presidente...

O SR. DURVAL AMARAL

Pela ordem, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, deputado Durval Amaral.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Nobre líder, só um minuto? Antes de ceder a palavra... senhor presidente, solicito respeito dentro desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Suspensa a Sessão por cinco minutos.

Dando continuidade a Sessão e solicitando mais uma vez a compreensão de todos, porque em cada momento que houver um “clima” desses, vou suspender a Sessão, daí vamos ficar aqui por quantos dias for preciso para votar.

Então, acho que todos aqui estão para acompanhar inclusive a votação, então vamos agilizar.

No outro projeto de autoria popular, temos já inscritos para discutir doze oradores. Cada orador tem direito a trinta minutos.

É possível darmos continuidade a Sessão sem agressão a nenhum parlamentar.

O SR. NEREU MOURA (**Questão de Ordem**)

Estou chateado com o que aconteceu há poucos instantes. Diz o artigo 94: “todas as matérias que estejam em condições regimentais de entrar na Ordem do Dia, ficarão sobre a guarda da Mesa”.

Portanto, senhor presidente, não posso aceitar em hipótese alguma qualquer tipo de insinuação de que algum deputado da Oposição tenha alterado a justificativa do deputado Divanir Braz Palma. Não é de responsabilidade de deputado nenhum aqui da Oposição ou da Situação elaborar a pauta das Sessões, é de responsabilidade da Mesa.

Portanto, senhor presidente, sugiro a V. Exa. que determine a criação de uma Comissão para investigar, para que não parem dúvidas em relação a qualquer parlamentar aqui nesta Casa.

Eu, especificamente, não aceito, porque fiz a leitura da justificativa, porque ela estava impressa na Ordem do Dia. Não sou eu que elaboro a Ordem do Dia nesta Casa.

Quero que fique bem claro à imprensa e a todos os deputados, que não fomos nós que alteramos a justificativa do deputado Divanir Braz Palma.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Respondendo a questão de ordem.

Fui informado pelo Departamento Legislativo que ocorreu um erro. Essa justificativa é do projeto do deputado Tony Garcia, mas a Presidência designará uma Comissão e encaminhará ao corregedor da Casa, deputado Caíto Quintana, para que responsabilize os responsáveis por tal equívoco.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

O erro foi do Departamento Legislativo, então?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Departamento Legislativo está se responsabilizando pelo erro. Mas, assim mesmo, mesmo reconhecendo o erro, vamos determinar do corregedor da Casa, deputado Caíto Quintana, que tome as providências necessárias.

Com a palavra o deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, nobres pares gostaria de explicar, o que houve no projeto, porque o pessoal da galeria não está sabendo o que aconteceu.

Posso ser julgado até pelas minhas atitudes, mas julgado pelo que eu não falei e não pensei, nem eu e nem os senhores gostariam de ser.

Quando o deputado Nereu falou do meu projeto que tem por objetivo suspender a venda da Copel por 90 dias, até que tenhamos conhecimento de todas as consequências da falta de energia no País, ele citou uma parte no projeto, onde diz que eu sou favorável à venda da Copel, que eu consulte pela Internet e que toda a população do Estado é contrária à venda da Copel.

Então, senhores aí das galerias, essa parte foi inserida no meu projeto.

Ela não existe na minha justificativa original.

O deputado Nereu não tem culpa alguma, ele leu, porque isso aqui está na Ordem do Dia. Também quero isentar a Mesa, que sempre foi zelosa, senhor presidente: nunca vimos nada igual. Só que eu saí prejudicado, porque o deputado Nereu leu uma coisa que eu não falei.

Eu não falei isso.

Não sei se os senhores estão entendendo. Vai haver uma sindicância, porque isso aqui, desfigurou todo o meu projeto.

Então, uma comissão vai apurar as responsabilidades. Isso não impede que votemos o meu projeto.

Gostaria de contar com os votos dos meus companheiros de Bancada, da Oposição, porque acho que se ganharmos 90 dias, é mais um fôlego para, com calma, analisarmos a venda da Copel, a possibilidade de uma grande venda para que o povo todo do Paraná seja beneficiado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Só para esclarecer ao Plenário e às galerias, não foi alterado o projeto, foi alterado a justificativa. Então, o projeto está em condições de ser votado.

Solicito à senhora de Maringá, que nos visita, que também se acalme.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Quero, com muita satisfação, registrar aqui a presença da vereadora Elza Corrêa da cidade de Londrina, que tem feito uma batalha extraordinária naquela cidade.

Satisfação em tê-la aqui.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, complementando o registro da presença da vereadora Elza Corrêa é uma vereadora que tem grandes serviços prestados à comunidade londrinense.

Peço o registro também, pela taquigrafia, da presença do vereador Tercílio Turine, presidente da Câmara Municipal, os vereadores Orlando Bonilha, Paulo Arildo,

Félix Ribeiro, o vereador Jamil Jamani, Henrique Barros e Júlio Porto, de Sertanópolis.

O SR. MARCOS ISFER (Pela Ordem)

Aproveito a oportunidade para registrar aqui, a presença dos vereadores Stika, Salamuni, Samek, André Passos e todos os que hoje nos dão a honra da sua presença.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)

Anunciamos também a presença do vereador André Vargas, presidente estadual do PT.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Também registrar a presença do Dr. Marino, que representa neste momento os meios da nossa Cúria Metropolitana, e também o companheiro Darci que representa aqui o MST.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Também registrar a presença do ex-deputado federal Ricardo Gomide, que também está conosco, aqui nas galerias.

O SR. NEIVO BERARDIN (Para Encaminhar)

Senhor presidente e senhores deputados, primeiro quero anunciar a presença das minhas duas irmãs Adiles Beraldin e Eliane Beraldin, e da minha esposa, Irene.

Senhor presidente e senhores deputados, diretoria de assuntos técnicos e jurídicos do Tribunal de Contas: descumprimento de limites constitucionais da LDO.

A Constituição Federal e Estadual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias impuserem limites à execução orçamentária, que comprovadamente foram descumpridas. O Poder Judiciário poderia gastar até 7%; gastou 8,92%.

O Ministério Público poderia gastar até 3%, gastou 3,88%. Ciência e Tecnologia poderia gastar até 2%...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. está fugindo do assunto.

O SR. NEIVO BERARDIN

Não. Eu justifico, se V. Exa. me permitir criar o corpo do meu pronunciamento.

Vejam o seguinte: com gasto com pessoal, chegou a 73.19%. Fugindo dos limites da LDO, a Secretaria da Administração gastou de 7 para 6, 9,34%. A Secretaria do Desenvolvimento Urbano poderia gastar até 5% do Orçamento; gastou 14%. Gastos com divulgação e propaganda, não há autorização: foram gastos 117 milhões de reais. Da natureza financeira - é grave! Crédito de antecipação junto à Copel, inconstitucional. Só pode antecipar para receber o recurso de volta no mês seguinte. Sem autorização legislativa. Informações sobre a venda da Copel: Ficou devidamente caracterizado na prestação de contas. O exame do Executivo Estadual deixou de prestar

contas e não cumpriu a Lei 11.253 de 21 de dezembro de 95. E também a Lei de 98.

Senhor presidente, está tudo aqui: restos a pagar. Quer dizer, os técnicos do Tribunal de Contas anotaram no relatório todas as falhas técnicas, jurídicas e contábeis, absolutamente claro para qualquer deputado poder analisar e ver que estamos diante de um caso incomparável com qualquer administração pública neste País. Não poderá haver uma outra administração pública no País, que demonstre o seguinte: quando o governo Lerner assumiu, para cada um real de dívida ele podia pagar...

(Tumulto no plenário deputado Chico Noroeste passa a apoiar a não privatização da Copel)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito à imprensa que respeite o Plenário da Casa.

Deputado Neivo, prossiga.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, na realidade é um pedido para que V. Exa. dê alguns minutos, porque o deputado Chico Noroeste está anunciando à imprensa do Paraná inteiro que mudou de opinião e vai votar contra a privatização da Copel.

Isso é importante, para nós e para o Paraná!

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, pretendo concluir o meu pronunciamento... se me permitem...

Senhor presidente na primeira parte do nosso pronunciamento, dizíamos que não poderíamos perder a fé e a sabedoria do povo há de vencer! A demonstração foi dada, o Chico Noroeste, o seu coroação foi tocado, foi Deus e foi a força popular que tocaram no seu coração, e ele vai com o povo.

Agora precisamos do Litro, precisamos do Litro, precisamos do Spada, precisamos do Custódio, precisamos do Chab, precisamos daqueles que têm raiz popular!

(Tumulto no plenário)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito aos senhores parlamentares que se dirijam aos seus lugares, senão não há condição de continuar a Sessão!

(Tumulto no plenário)

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, estão retirando à força um deputado! Senhor presidente o deputado Litro está sendo retirado à força do plenário.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Ah, por favor, Zé Maria!

Senhor presidente, até agora esta liderança tem sido tolerante com todo o encaminhamento dado por

V. Exa. e com toda manifestação da platéia. Efetivamente não é possível transigir tanto!

Nós temos uma pauta para ser votada.

Nós queremos votar!

A Oposição está usando de todas as manobras protelatórias, e não é mais possível aceitar isto, senhor presidente.

Vamos votar! Quem tem voto, vota! Quem não tem voto, váia!

Gostaria, senhor presidente...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está suspensa a Sessão até a hora que esta Presidência achar que deve continuá-la.

O SR. DURVAL AMARAL

Tem que ser tomadas providências!

(**Está suspensa a Sessão**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito aos senhores deputados que retornem aos seus lugares, porque temos que votar um requerimento agora, prorrogando a Sessão por mais seis horas.

Solicitaria, mais uma vez, a compressão dos ocupantes das galerias, senão vou suspender a Sessão, e depois teremos que tomar outras providências que eu não gostaria de tomar.

Requerimento formulado pelo deputado Durval Amaral: "requer prorrogação do horário regimental da presente Sessão Ordinária".

Em votação.

Aprovado.

Está prorrogada, então, a presente Sessão por mais seis horas.

Deputado Neivo Beraldin, para concluir o seu pronunciamento.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Questão de ordem, deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Eu gostaria de saber se a Mesa Executiva tem a informação para prestar a este Plenário, qual é o paradeiro do deputado Luiz Fernandes Litro?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ele está aqui, no Gabinete da Liderança.

O SR. ÂNGELO VANHONI

No Gabinete da Liderança?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Gabinete da Liderança!

O SR. ÂNGELO VANHONI

Muito obrigado! Vou lá falar com ele.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Faço, também, uma questão de ordem, senhor presidente, para saber do paradeiro do deputado Sérgio Spada. Há notícias?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Informo a V. Exa. que não sou detetive nem informante, para ter essa informação!

O SR. NEIVO BERARDIN

Está bem, senhor presidente, desculpe a minha indelicadeza com V. Exa.

Senhor presidente, pretendo então fazer a minha argumentação, sobretudo destacando informações sobre a venda de ações da Copel. Esses dados são da Diretoria de Assuntos Técnicos e Jurídicos do Tribunal de Contas.

Ficou devidamente caracterizada a prestação de contas sobre o exame do Poder Executivo Estadual; deixou de fazer constar no balanço anual, informações sobre a venda de ações da Copel, descumprindo o estabelecido no parágrafo único do artigo nº 04, da Lei 11.253 de dezembro de 1995, que concedia ao Poder Executivo autorização para vender, dar em caução ou oferecer em garantia de operações de crédito, financiamento, operações de qualquer natureza às ações que possuía da Companhia de Energia Copel, trazendo na instrução do processo somente esclarecimentos restritos a aspectos financeiros, não fazendo qualquer menção operacional dos recursos advindos do atendimento da finalidade.

Senhor presidente, nós não podemos passar o recibo ao povo do Paraná tendo esses processos em mãos, sobretudo porque tem aqui um trabalho de técnicos, e sobretudo vivenciando que os Conselheiros, politicamente, encaminharam à Casa com parecer prévio favorável, tendo toda a documentação técnica, recomendando a não aprovação, sobretudo pela flagância evidenciada nos autos, dá o descumprimento contábil.

Eu dizia o seguinte, quando Lerner assumiu, o Governo podia pagar cada um real de dívida, um real e quinze centavos - no exercício de 98, quando encerrou o exercício, podia pagar 004 centavos. Isto é o caos contábil! Isto é um flagrante descumprimento da Constituição, da ética, da parte contábil! É efetivamente um dado oficial! Não vai aqui nenhum discurso fácil! Está aqui, nos autos remetidos pelos técnicos do Tribunal de Contas, que divergem dos Conselheiros, que são políticos, porque vejam o seguinte, aqui os pareceres das contas trazem os votos...

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Artigo 150, inciso 1º. Não é possível, senhor presidente, o encaminhamento tem que se ater exclusivamente ao assunto que está sendo discutido! Infelizmente o orador que está na tribuna está discutindo Tribunal de Contas, o que efetivamente não é possível! Estas manobras protelatórias nós não podemos aceitar, senhor presidente!

Solicito que seja cassada a palavra!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu solicito ao nobre deputado Neivo Beraldin que ocupa a tribuna, que obedeça o artigo 150 que V. Exa. tem conhecimento.

V. Exa. está fugindo, realmente.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, mas eu preciso ter argumentos para justificar meu encaminhamento e os mais fortes são os dados documentais.

E, desde logo, quero atender o nosso presidente que tem sido muito gentil e muito amigo abrindo, espaços necessários para que nós possamos fazer a constatação.

Mas, senhor presidente, eu encerro dizendo o seguinte: Está aqui para quem quiser ver, está para o deputado que quiser ouvir, e quero encerrar o meu pronunciamento fazendo um apelo, um apelo que sai do fundo do meu coração, ao nosso companheiro Litro. Nós sabemos...

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado, V. Exa. me concede um aparte na discussão da matéria?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Participo V. Exa., deputado Orlando Pessuti, que encaminhamento não tem aparte.

O Sr. Orlando Pessuti

Não, senhor presidente, ele está discutindo a matéria e tem aparte.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encaminhado!

A discussão já tinha encerrado com o deputado Nereu Moura.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Peço, pela ordem, para que V. Exa. desconsidere os argumentos do deputado Durval Amaral, quando ele diz que o deputado Neivo está tentando com seus argumentos, protelar a Sessão, porque foi de autoria do próprio deputado Durval Amaral o requerimento que pediu que a Sessão fosse protelada por seis horas.

Então, não tem razão o que ele disse.

O SR. DURVAL AMARAL

Claro, porque senão iria encerrar e não iríamos votar. Ou vocês não querem votar a matéria, deputado Pessuti? Parece que não querem votar!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está assegurada a palavra ao deputado Neivo Beraldin.

Informo a V. Exa. que tem um minuto para encerrar o seu pronunciamento.

Já encerrou seu tempo também.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, eu gostaria de encerrar fazendo esta convocação do fundo do coração, que vem de vários amigos, companheiros políticos, de história de mesma caminhada, ao deputado Litro, para que ele reflita que Dois Vizinhos está angustiada, porque, ele é a sua voz. Ele é o seu representante. Ele é o seu voto, aqui, na Assembléia Legislativa. O seu povo do distrito, o povo da igreja, da comunidade do bairro, o companheiro de “bocha”, o irmão de Dois Vizinhos, do bailão, de final de semana, com certeza, vai ficar muito orgulhoso, se você fizer o mesmo que o Chico Noroeste e a deputada Serafina fizeram, com a mesma vontade e o vigor que o deputado Pastor Edson Praczyk. Precisamos render homenagem pela sua determinação e amor à fé, à religião e à seriedade na política.

V. Exa. prega a palavra de Deus...

(Aplausos)

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, pergunto a V. Exa., qual é o tempo para o encaminhamento da matéria? O deputado está na tribuna há mais de quinze minutos!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Informo ao orador, que já encerrou o seu tempo e peço a sua compreensão.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, muito obrigado, pela deferência, e concluo dizendo: deputado Litro, venha conosco, que você está com o povo!

Obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar, deputado Hermes Fonseca, com a palavra.

O SR. HERMES FONSECA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, estamos encaminhando o primeiro projeto, da pauta de hoje, o Projeto nº 240/2001, que propõe o adiamento do processo de privatização da Copel por noventa dias.

Essa não é a nossa vontade, mas creio que vamos começar a vitória do povo, esta noite aprovando esse projeto, em primeiro lugar, para depois aprovar os demais.

(Aplausos)

O deputado autor do projeto, eminente deputado Divanir Braz Palma, ao usar da palavra, fez as suas alegações, de que alteraram a justificativa do projeto. O importante é que o projeto permanece na sua forma original e, portanto, sem nenhum prejuízo e em condições de ser votado.

Uso a tribuna, no encaminhamento, parapedir os votos favoráveis para esse projeto, de todos os parlamentares, desta Casa. É preciso que cada um de nós, que estamos aqui hoje, possamos fazer um exame de consciência, fazendo com que a nossa sensibilidade provoque em nós a vontade de manifestar aquilo que o povo do Paraná quer, que é rejeitar a venda e a privatização da Copel.

Esse é o primeiro passo.

(Aplausos)

Tem deputado que, possivelmente, ainda esteja fazendo as suas reflexões, e que tenham um peso de consciência, porque não se manifestaram ainda em favor do projeto de iniciativa popular, podem se redimir e votar no projeto do deputado da base do Governo, Divanir Braz Palma e, com isso possamos adiar por noventa dias e aceitar as argumentações do deputado, com suas preocupações, das razões porque ele pede o adiamento do processo de privatização.

Esse é o apelo que faço: peço que esta Casa vote favoravelmente a esse projeto, por unanimidade.

Quero aproveitar, senhor presidente, não poderia deixar passar essa informação, que recebemos, que a CBN informou há pouco tempo atrás, que o deputado Moysés Leônidas do Partido Socialista Brasileiro, PSB, foi comunicado pela direção nacional do partido da sua exclusão dos quadros, pelas suas manifestações que fez anteriormente na CBN, de que estaria votando contra o projeto de iniciativa popular, porque estaria negociando interesses e cargos para a sua região. E o presidente do partido, governador Garotinho que veio nesta Casa, no mês de junho e que textual e publicamente disse que o seu partido é radicalmente contra a privatização das Companhias de Energia Elétrica, disse como governador, como político e como cidadão também é contra a privatização já tinha recomendado que os seus deputados votassem nesta Casa em favor da Copel e contra os interesses do Governo.

E quero também, eu e o deputado Anibelli, que há pouco recebemos a notícia e anunciamos numa emissora de rádio de que há suspeita de que o deputado Sérgio Spada teria sido seqüestrado. Nós colocamos esta questão para a imprensa, o deputado Anibelli iria buscar os mecanismos para levar isso ao conhecimento oficial da polícia para que realmente se pudesse determinar o paradeiro do deputado Sérgio Spada, porque desde o primeiro

momento desta Sessão, nós da Oposição, que confiávamos e sabíamos que o deputado Sérgio Spada iria votar em favor do projeto de iniciativa popular, não conseguimos encontrá-lo em nenhum momento, em nenhum lugar, em nenhum hospital, na sua casa, na casa de parentes.

Portanto, essa é a preocupação que nos traz a esta tribuna; foi inclusive a manifestação do deputado Anibelli, para a imprensa, para que realmente alguém tenha que dizer do paradeiro do deputado Sérgio Spada.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Para encaminhar, deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Peço para encaminhar novamente, e até porque acredito que o homem público jamais pode perder duas virtudes: uma delas é a sensibilidade, e a outra é o poder de indignação.

Quero aqui parabenizar o deputado Divanir Braz Palma que demonstra que, apesar de fazer parte da base de sustentação do Governo ele não perdeu a sensibilidade, porque é impossível que 90% da população paranaense, é impossível que todos os Estados da Federação através dos seus representantes têm-nos dito que o momento não é propício, o momento não é apropriado para se falar em privatização de empresas do setor energético.

Ainda ontem li a Folha de São Paulo, quando claramente o Congresso Nacional, independente de partido político, a grande maioria dos líderes dos partidos lá representados diziam que o Congresso Nacional não aprovaria a privatização de Furnas, exatamente pelo momento que nós vivemos, com apagões, com racionamento de energia. Se lá, a sensibilidade dos deputados federais através desse ato é também publicada num jornal com a respeitabilidade que tem a Folha de São Paulo, será que no Paraná é diferente?

Eu via no início desta Sessão, senhoras e senhores deputados, alguns deputados com um sorriso irônico no canto da boca dizendo: o que vale é o futuro, o povo não tem memória, daqui a 30 dias, ninguém mais fala em privatização da Copel. O que valerá no ano que vem são as obras que vou levar para o meu município, e todas as vantagens que eu possa ter com a privatização, que o Governo está me oferecendo.

Não vejo mais esse sorriso no canto da boca dos nossos colegas deputados, que por sinal eu respeito, como sempre respeitei a todos os deputados, independente do partido político.

Vejo preocupação, porque dizia no início do meu pronunciamento que este é um projeto diferente. Estou aqui há 10 anos, como muitos deputados que estão comigo, já votamos muitos projetos polêmicos, muitas vezes discordando dos professores, muitas vezes discor-

dando dos funcionários públicos, mas jamais, jamais votamos um projeto de iniciativa popular!

Não são os professores que nós estamos desagradando, contrariando, não é uma parcela do funcionalismo público: é o povo do Paraná, expresso através de mais de 90% em todos os institutos de pesquisa.

Por isso, senhores deputados, acredito na sensibilidade dos meus colegas, acredito na capacidade de indignação, acredito que deputados jovens, que estão iniciando a sua vida pública no seu primeiro mandato, que irão votar junto conosco, porque a questão da Copel não é do PPS, partido que represento aqui na Assembléia, não é do PMDB, não é do PT, não é do governador Jaime Lerner: esse projeto é do povo do Paraná.

O povo do Paraná sabe que a Copel é fundamental para o seu desenvolvimento econômico e social.

O próprio Secretário de Estado Eduardo Sierra, alguns dias atrás, numa entrevista, porque agora o Governo começa a se contradizer em todos os momentos, um secretário dá uma entrevista numa direção, o governador fala na outra e o presidente da Copel na outra, porque não há entendimento, porque a coisa não é transparente, porque muita coisa tem por trás dessa venda da Copel.

O Secretário de Indústria e Comércio dizia que 50 indústrias de São Paulo e do Rio de Janeiro, que lá queriam se instalar procuraram o Estado do Paraná e, vejam vocês, não queriam incentivo fiscal, não queriam terreno, não queriam terraplanagem, não queriam vantagem nenhuma. Queriam a garantia de fornecimento de energia, porque São Paulo e Rio de Janeiro não poderiam lhes dar essa garantia e o Paraná é superavitário na produção de energia, produzindo 30% acima da necessidade consumida. Somente a Copel!

Mas, ainda nós temos aqui no Paraná, uma Itaipu. Ainda nós temos aqui na Copel a antiga Eletrosul, que foi privatizada e que hoje, é Gerasul.

Temos potencial de energia, o governador é quem alavanca e a mola propulsora está nas suas mãos. Podem industrializar o interior do Estado, deputado Rossoni, aqui, que nós sempre lutamos para levar a indústria para Guarapuava, Laranjeiras do Sul, para todos os municípios, Pato Branco, Londrina.

Lutamos sempre aqui nos nossos discursos e está nas mãos do governador Jaime Lerner fazer esse desenvolvimento para o Estado do Paraná, que será aplaudido por todos nós, tenho certeza absoluta, pelo PMDB, pelo PT, pelo PPS. Vamos enfrentar as dificuldades do Estado!

Está na hora de o governador Jaime Lerner mostrar que é um estadista e não apenas mais um governante. Está na hora de o governador Jaime Lerner mostrar porque tem seu nome reconhecido internacionalmente.

Diga, acompanhe o povo do Paraná!

Diga a todo o Paraná que teve a humildade de voltar atrás e escutar o povo do Paraná.

Recomende ao líder do Governo que volte atrás e faça como fizeram muitos deputados que estão nos acompanhando, como agora fez Chico Noroeste!

Na base de sustentação do Governo, existem também pessoas bem intencionadas, que têm sensibilidade, que não perderam a sua capacidade de indignação.

Percam o medo, vocês não foram eleitos pelo governador Jaime Lerner, vocês foram eleitos pelo povo do Paraná! E tenho certeza absoluta que o povo do Paraná saberá reconhecer o seu posicionamento!

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Pela Ordem**)

Senhor presidente e senhores deputados. Nós, indagados que fomos pelo deputado Ângelo Vanhoni a V. Exa. sobre o deputado Litro, V. Exa. respondeu prontamente que o deputado Litro se encontrava ali no Gabinete da Liderança do Governo. Nós nos deslocamos até lá, juntamente com os deputados Caíto Quintana, Vanhoni e outros 4 senhores deputados. Infelizmente, senhor presidente, fecharam o deputado Litro. E está incomunicável. Quando V. Exa., quando o deputado Custódio por amigos seus, correligionários levaram o deputado do outro lado, prontamente o deputado Durval Amaral solicitou a liberação do deputado que ali se encontrava no meio dos amigos. Agora, eu não sei se o deputado Litro está no meio de amigos! Porque se estivesse no meio de amigos, ele poderia atender pelo menos o telefone. E não pode atender.

O SR. DURVAL AMARAL

Peço a V. Exa. para que cada Parlamentar que for levantar uma Questão de Ordem solicite e indique qual o artigo do Regimento que está sendo violado.

Senão, não haverá conclusão dos trabalhos hoje.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Sr. presidente, não vou lhe citar nem o Regimento Interno. Vou lhe citar um documento muito mais eficaz: a Constituição do Estado e a Constituição Nacional, que garante ao parlamentar e ao cidadão o direito de manifestação.

E, como deputado Luiz Carlos Zuk levantou a questão, queria dizer a V. Exa. que o secretário do PSDB, o Gradia, está há mais de 40 minutos sentado na ante-sala e não conseguiu até agora falar com o parlamentar! E eu recebi uma ligação no meu telefone, tentei passar para dentro da sala do deputado e ninguém permitiu que ele atendesse! Isso caracteriza cárcere privado, senhor presidente.

O SR. DURVAL AMARAL

Se o deputado Litro não deseja falar com os nobres deputados, é porque eles estão sendo inconvenientes. Sei que é a manifestação da vontade do deputado Litro.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, em cima da questão de ordem levantada pelo deputado Caíto Quintana, estava eu aqui apanhando a Constituição Federal. E o artigo 5º da Constituição Federal diz: “Dos direitos e deveres individuais e

coletivos. Todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos do seguinte.” E invoco, aqui, o parágrafo 3º: “Ninguém será submetido a tortura...”

(Tumulto no plenário)

(Suspensa a Sessão)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está reaberta a Sessão Ordinária.

Vou ler o que fala o Regimento da Casa:

(Lê):

“Capítulo IV

Da Ordem Interna

Art. 109 - O policiamento do edifício da Assembléia e suas dependências compete, privativamente, sem intervenção de qualquer outro Poder, à Comissão Executiva da Assembléia.

§ 1º - Para este policiamento a Comissão Executiva poderá requisitar praças da PM que serão postos à inteira disposição da Mesa.

§ 2º - É vedado a qualquer deputado portar arma no plenário ou no recinto da Assembléia Legislativa.

Art. 110 - Qualquer pessoa poderá assistir as Sessões nas galerias, contanto que esteja desarmada e guarde silêncio, sem dar sinal de aplauso ou de reprovação ao que se passar na Assembléia.

§ 1º - Haverá lugares especiais para senhoras, secretários de Estado, autoridades federais de outros Estados, membros do corpo consular, magistrados, representantes do Ministério Público e funcionários.”

Gostaria que vocês ouvissem. O Regimento da Casa não fui eu que fiz!

“§ 3º - No recinto da Assembléia, durante as Sessões, só serão admitidos deputados, funcionários da Secretaria em serviço e representantes da imprensa, televisão e rádio, autorizados pela Mesa.

§ 4º - Os espectadores que perturbarem a Sessão serão, por determinação do presidente, compelidos a sair imediatamente do edifício da Assembléia.

Art. 111 - Quando possíveis advertências ainda não forem possíveis ao presidente manter a ordem, poderá o mesmo suspender ou levantar a Sessão.”

Peço a compreensão dos senhores para darmos continuidade à Sessão. Já tive que suspendê-la cinco vezes. Não gostaria de suspendê-la pela sexta vez, então peço a compreensão dos senhores, se realmente vocês querem acompanhar os trabalhos de votação.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito verificação de quórum para o reinício dessa Sessão.

O SR. DURVAL AMARAL

Chamada nominal, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito, antes de iniciarmos a chamada nominal, às pessoas estranhas que saiam do recinto do plenário.

Solicito a todos que não são parlamentares, menos a imprensa, que saiam do plenário e permaneçam só os deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

(Procede à chamada nominal dos deputados)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Cinquenta e três Srs. Deputados se encontram em Plenário.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, nos causa preocupação, neste momento, porque desde o início até algumas horas atrás, o deputado Custódio da Silva participou desta Sessão. E nos causa preocupação do destino, neste momento, do deputado Custódio da Silva, que não respondeu à chamada.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, estão faltando os deputados Custódio da Silva e Sérgio Spada. Cinquenta e quatro menos dois são cinquenta e dois.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Houve um equívoco.

Em votação o item 1º.

Para encaminhar, com a palavra o deputado Marcos Isfer.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, V. Exa. sabe que, independente da minha posição de ser deputado de Oposição, eu seria capaz de qualquer atitude para cumprir minha função de Corregedor Geral.

Respeito V. Exa. como presidente. No entanto, a Corregedoria, tem a incumbência e estarei ao seu lado, se for preciso, para outras circunstâncias. No entanto, há policiais dentro da casa armados, e isto é proibido. Inclusive, senhor presidente, não sei se por ordem de V. Exa. ou não, portas que nunca foram abertas, na Assembléia, as portas da entrada em cima da rampa estão abertas, possibilitando a qualquer momento que haja invasão dentro da Assembléia.

Eu gostaria que V. Exa., da mesma forma como peço às galerias para manterem a ordem, que V. Exa. determine que policiais armados não permaneçam dentro da Assembléia, da mesma forma que se fechem aquelas portas, que nunca se abriram.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito, se houver policiais armados nas dependências do Plenário e nas galerias, que se retirem, por gentileza.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu me dirigia agora há pouco, porque queria conversar com o deputado Litro e o deputado Kielse me olhou e disse: “Saia daqui!” Este é o tratamento...

Eu gostaria que V. Exa. determinasse que fosse feita a vistoria para ver se o deputado está armado ou não, visto que é tradição e já temos precedentes, nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Suspendo a Sessão e convido a Mesa Executiva para uma reunião.

(**Está suspensa a Sessão**)

(**Está reaberta a Sessão**)

Solicito às pessoas estranhas que deixem o plenário. Só fica a imprensa, e vou pedir à imprensa também, que tenham a compreensão, estão na frente dos parlamentares, às vezes criam dificuldades, inclusive - nós vamos ter a votação - de deixar um espaço livre.

Os demais, que não são parlamentares, que estão lá que não são repórteres, por gentileza, saiam do plenário.

Antes de passar a palavra ao deputado Marcos Isfer, há um requerimento do deputado Durval Amaral, solicitando a prorrogação do horário regimental, da presente Sessão Ordinária, pelo período de mais 6 horas. Encerrada à 01h00 do dia de amanhã.

Está em votação o requerimento postergando por mais 6 horas.

Acho que é necessário, porque nós temos só para discutir o Projeto Popular, inscrito 15 senhores deputados. Cada um com 30 minutos, automaticamente, teremos 450 minutos, praticamente 8 horas.

Então está em votação o requerimento do deputado Durval Amaral. Os deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Está postergada a Sessão de hoje, até às 07h00 de amanhã.

Com a palavra, o deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. É um momento histórico, que vive esta Assembléia.

Talvez um dos momentos mais ricos do Parlamento brasileiro. Plenário com todos os seus deputados, com exceção de um. Galerias lotadas, população presente, torcendo, fazendo valer a sua convicção, o seu ideal, fazendo valer as suas posições.

Toda a imprensa do Paraná e imprensa nacional, voltando os olhos para esta Assembléia, que neste momento passa, como eu disse, por um momento histórico, mas com muita transparência.

E senhor, presidente, Hermas Brandão, queremos nesta tribuna dizer-lhe do quanto nos alegra, tê-lo como Presidente, Vossa Excelência que democraticamente abre espaço para que todos aqui se manifestem.

Como é importante, neste momento que o Paraná vota talvez o assunto de maior importância e de maior significado para a sua história, porque hoje não votamos aqui apenas uma decisão de venda ou não de uma empresa.

Nós hoje discutimos aqui o futuro do Paraná. O desejo do Paraná de continuar a ser o Estado pujante que é, o Estado rico que é, o Estado estratégico que é para a Nação, quando atrai indústrias, quando traz cá pessoas que vêm aqui trabalhar, gerar empregos, porque possui talvez, a maior dívida de Deus, possui as suas hidrelétricas, possui a sua geração de energia e com isto faz a diferença no restante do Brasil do Apagão.

Neste momento, senhores, deputado Hermas Brandão...

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Pela Ordem, senhor presidente.

(**Assentimento**)

Desculpe-me, deputado Marcos Isfer, chamaram-me ao fundo do Plenário e ali está entrando um Pelotão de Choque que, parece-me, armado que vai lutar contra bandido e criminoso. Aqui dentro não tem bandido e nem criminoso para entrarem armados como estão aí.

Quero convidar os deputados para irmos ali e pedirmos a retirada! Tem gente armada aqui dentro, meu corregedor Caíto Quintana, V. Exa. está conosco!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Sessão está tendo a normalidade necessária.

Continua com a palavra o deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Tenho certeza, deputado Zuk, que será mandado se retirar qualquer policial armado que esteja dentro desta Casa. Por que tenho certeza disso?

Porque confio no espírito democrático e na Comissão Executiva desta Casa. Confio nestes três homens que estão na Mesa e têm o dever de dirigir o legislativo paranaense. Confio, principalmente, nas pessoas que estão aqui, para trazerem a sua manifestação pacífica e, tenho certeza, o respeito à democracia sempre será a máxima desta Casa. Não toleramos, em momento algum, que invadam esta Casa, forças armadas, como se estivéssemos no período obscuro da ditadura, este período já se passou, o período da intimidação já se foi, tenho certeza que muitos policiais que estão aqui, são aqueles que as esposas aqui estiveram, quando do aniversário da Polícia Militar. Tenho certeza que muitos policiais que aqui estão não têm o desejo de aqui fazer qualquer ato, qualquer represália contra a população que aqui se encontra...

O SR. CEZAR SILVESTRI

Pela Ordem, senhor presidente.

Deputados estão sendo agredidos, senhor presidente! Acho que a Mesa Executiva tem que tomar uma atitude, deputados, colegas nossos estão sendo agredidos por policiais.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está suspensa a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
(**Reinicia a Sessão**).

Vamos iniciar o processo de votação.

Solicito aos senhores deputados que tomem assento em suas poltronas, vamos votar, em 1ª discussão, o Projeto de Lei nº 240/2001.

O Sr. Waldyr Pugliesi

Senhor presidente, tem gente ainda querendo fazer encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu não posso adivinhar, nobre deputado.

O SR. WALDYR PUGLIESI

V. Exa. presenciou os fatos de violência lá fora! O deputado Algaci Tulio estava lá, não sei se ainda se encontra fora.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está normalizada a situação.

Eu estive lá pessoalmente, está normalizada a situação.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, então, eu peço para fazer o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O deputado Marcos Isfer está com a palavra por mais cinco minutos.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, eu não tive oportunidade de terminar, mas graças ao bom senso pedindo a retirada da tropa, nós pudemos continuar falando, porque naquele momento...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito às pessoas estranhas que deixem o plenário.

O SR. MARCOS ISFER

... ouvimos falar em escopetas dentro desta Casa, agressão ao deputado Algaci Tulio, e eu confesso a V. Exa que exatamente naquele momento falava do momento histórico que a Assembléia vive, da importân-

cia que esta Assembléia reveste perante toda a população paranaense, porque nós estamos votando aqui um projeto, que não é de uma religião, é de todas as religiões nós não estamos votando aqui um projeto que seja dos agricultores, mas é de todos os agricultores e dos trabalhadores da agricultura.

Nós não estamos votando aqui um projeto que seja dos industriais. É um projeto que é dos industriais e é dos trabalhadores da indústria.

E eu ressalto aqui a presença da Força Sindical, ressalto aqui a presença da CUT, essas organizações de trabalhadores que sem sombra de dúvida, têm nesta Casa os seus representantes. E vão esperar dos seus representantes um voto que se coadune com a sua idéia. Este também não é um projeto apenas dos comerciantes. Todas as Associações Comerciais do Paraná se manifestaram favoráveis à manutenção da Copel, mas também os comerciantes, através dos seus sindicatos, tiveram a mesma manifestação.

E, vejam, senhores, é um projeto que reflete o que pensa a população do Paraná. Ainda ontem a Rede Globo fazia uma pesquisa e mais de 90% da população paranaense dizia que não queria a privatização da Copel, dizia que não queria a venda da Copel. Então é um objetivo de vários partidos políticos.

O Sr. Antony Garotinho do PSD, manifestou-se aqui nesta Casa, quando aqui em visita.

Ainda hoje voltou a manifestar-se favorável. PSC manifestou-se favorável ao projeto popular.

PDT favorável ao projeto popular.

PMDB, favorável ao projeto popular.

Companheiros do PSDB, favoráveis ao projeto popular.

Companheiros do PL, favoráveis, de forma integral.

Companheiros do PRB, que neste momento preferem escutar a população do que apenas o comando do partido, votando também favorável ao projeto popular, votando favorável ao projeto do eminente deputado Divanir Braz Palma, que tenho certeza, com seu voto, deputado Divanir, V.Exa. vai fazer a diferença. V.Exa. vai trazer a esta Casa o alento que faltava, de um voto, para que o seu projeto seja aprovado, e nós possamos, na sequência, voltar a discutir o Projeto Popular, voltar a discutir o projeto do deputado Tony Garcia e outros projetos que, sem sombra de dúvida, ainda haverão, a respeito do tema.

Agora, muito se iludem alguns ao pensar que da venda da Copel poderão tirar o que é de mais importante no Estado do Paraná, que é o seu forte ponto estratégico da energia, para carrear para pequenas obras locais. Enganam-se! A população não deseja essas obras, a população não deseja uma estradinha de 20 ou 30 quilômetros; prefere que o futuro dos seus filhos seja preservado; prefere que o futuro dos seus filhos esteja amparado por um Estado forte, por um Estado pujante, como é o Estado do Paraná.

E prestem atenção, senhores, quem mudou? Até dezembro do ano passado, o governador Jaime Lerner, dizia aos quatro ventos, que não iria permitir a venda da Copel. De repente, Sr. Ingo e Sr. Alcení fazem a cabeça do governador!

Um, por interesses alemães, de uma empresa que peço a toda imprensa, prestem muita atenção, chamada RWF.

O outro, por que interesses não sabemos, buscando mostrar, talvez, uma força política que nem no seu município conseguiu demonstrar.

E iludem o senhor governador, vendem-lhe o canto da sereia....

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo um minuto para V. Exa. cumprir seu pronunciamento.

O SR. MARCOS ISFER

... que a venda da Copel será solução de todos os males.

Andava outro dia por um bairro, e aqui nós temos, como os deputados Algaci Tulio Renato Gaúcho, tantos companheiros de Curitiba, que estão aqui hoje presentes, Pastor Edson Praczyk, o próprio Custódio, andava lá pelo Sabará, outro dia, Custódio, quando o povo me disse assim: “não entendo, Marcos, por que essa história de vender a Copel? O que é isto? Eu disse: mas, como assim? O que o senhor não entendeu? Diz ele: “me parece alguém que esteja vendendo a sua casa para pagar a festa”.

É essa impressão que o povo do Paraná tem, que estamos vendendo o maior patrimônio deste Estado, a casa de um cidadão, de uma família, onde amparamos nossos filhos, onde amparamos nossos sonhos, para pagar a festa do dinheiro público, para reeleger alguns.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, Hermas Brandão.

Antes, propriamente, de defender o voto em favor do projeto do deputado Divanir Braz Palma, queria fazer uma solicitação especial às nossas galerias, como já havia feito, deputado Hermas Brandão, a sua solicitação para que a Sessão prosseguisse da maneira possível.

Evidentemente, estamos ouvindo alguns aplausos, e todos perceberam que quando voltamos para cá, depois de um longo período de suspensão da Sessão, tínhamos um clima favorável, porque fizemos um trabalho.

Em seguida, infelizmente, adentrou à Assembléia a equipe da Rone, que é aquele equipe de preto, com pistolas 9 milímetros aqui, escopeta e coletes contra balas. Isso foi uma descortesia, com a situação que estávamos controlando. Em seguida, o deputado Algaci Tulio, foi até lá e foi puxado, empurrado pelos policiais.

Então, vamos tentar fazer o seguinte acordo: que a Mesa não chame nenhum outro policial, nenhuma pessoa armada para dentro e ao mesmo tempo faço um apelo, que as galerias aceitem a decisão que sair aqui desta Sessão.

Nós vamos ter a votação agora, primeira votação, deputado Divanir Braz Palma, que as manifestações sejam as menos ruidosas possíveis, já que achamos não ser possível totalmente o silêncio, para que possamos continuar esta Sessão.

Espero que saíamos todos, com resultado aqui ou acolá, mas com a democracia não arranhada, porque o Palácio Iguaçu estava com as luzes acesas acompanhando a movimentação dos carros da Rone que era uma situação bastante deprimente, não passei pelo regime militar, mas pude imaginar hoje, deputado Waldyr Pugliesi.

Com relação ao projeto do deputado Divanir Braz Palma, o projeto, deputado, já falei pessoalmente com V. Exa., ele tem uma sabedoria na medida em que V. Exa. percebe que há inúmeras, e no momento que o senhor elaborou há um bom tempo atrás, inclusive a Associação Comercial do Paraná fazia debates, porque não tinha certeza se deveria apoiar a privatização ou não, já que era uma empresa com tendências ideológicas claramente liberais e que uma postura contra a privatização feria os seus princípios internos, ideológicos até, doutrinários que eles chamam. Era o momento da inquietação, era o momento da dúvida e veio o deputado Divanir Braz Palma e colocou um projeto na altura em que o momento reivindicava a suspensão da privatização que poucos paranaenses imaginava que o governo Lerner seria capaz de pensar a privatização, tanto é que o governo em momento algum falou na sua campanha que ia privatizar qualquer empresa, muito menos a Copel, porque era inimaginável que alguém privatizasse a Copel.

Pois olha, estamos aqui, passado da meia-noite, votando a privatização.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Gostaria, com a permissão do deputado Colombo, agradecendo a deferência de V. Exa., anunciar aqui a presença no plenário do senador Álvaro Dias e fazer um pedido a V. Exa. que suspendesse a Sessão por dez minutos para termos uma reunião da Bancada do PSDB com o senador Álvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Suspendo a Sessão por cinco minutos para os cumprimentos ao senador Álvaro Dias, que é bem-vindo à Casa.

Não posso suspender a Sessão para reunião do partido.

(Está suspensa a Sessão)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está reaberta a Sessão.

Solicito a imprensa que se dirija aos seus locais de trabalho.

Vamos continuar com a Sessão.

Com a palavra, o deputado Irineu Colombo.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente. O deputado Litro está sendo assediado, aqui, de todas as formas, para se retirar do plenário...

(Tumulto no plenário)

Gostaria que o senhor garantisse aqui a permanência do deputado no plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito aos repórteres, que se dirijam aos seus lugares.

O senador Álvaro Dias receberá a imprensa, no Salão Nobre da Casa.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, pela ordem?

(Assentimento)

Senhor presidente, porque nós não damos a palavra ao deputado Litro, ao invés de o deputado Durval Amaral falar por ele?

(Aplausos)

O SR. DURVAL AMARAL

Estamos em processo de votação, senhor presidente!

(Tumulto no plenário)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Faço uma solicitação toda especial, aos senhores parlamentares, para que retornem aos seus lugares, para darmos continuidade à Sessão.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não está composta a Mesa, nobre deputado.

O SR. ALGACI TULIO

Então V. Exa. não pode reiniciar os trabalhos!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Por isso estou fazendo a solicitação, aos senhores deputados, para que retornem aos seus lugares, para darmos prosseguimento à Sessão.

(Tumulto nas galerias)

Solicito ao 1º e ao 2º secretários, que tomem os seus lugares aqui na Mesa, deputados Anibelli e Valdir Rossoni.

(Tumulto nas galerias)

Pela ordem, deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, em nome, acredito dos 54 parlamentares desta Casa, sejam da Situação ou da Oposição, nós queremos pedir desculpas ao senador Álvaro Dias que empurrado por um aspone do governador Jaime Lerner, que indevidamente estava aqui dentro do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu tenho feito a solicitação constante e vou reafirmar, eu gostaria que só ficasse em plenário os parlamentares e a imprensa, porque os demais também não há razão de ficarem.

Deputado Colombo, por mais dois minutos.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, eu vou fazer uma solicitação mais uma vez aos nossos queridos paranaenses que estão conosco, que não querendo ser deselegante com vocês, mas solicitar a gentileza de podermos tocar a Sessão, nesse momento é muito importante que nós da Oposição também toquemos a Sessão, e por outro lado ressaltar a paciência a calma do discricionamento do presidente desta Casa, na figura do deputado Hermas Brandão.

O deputado Divanir Braz Palma, que é o autor, colocava o projeto no momento em que a sociedade paranaense era viável ou não à privatização da Copel, ou a entrega da galinha de ovos de ouro do povo paranaense.

E nesse interim, a associação comercial, as federações comerciais, a federação da agricultura, os sindicatos, a maioria das associações comerciais dos municípios, várias entidades, igrejas, um farto número de Câmara de Vereadores manifestou-se contrária à venda da Copel, nós não tínhamos uma única entidade que se manifestou pela privatização da Copel, portanto o projeto tem uma sabedoria nele mesmo, que é postergar a privatização.

Nós vamos votar no projeto do deputado Divanir Braz Palma. Deputado Divanir, autor, votando conosco, nós vamos ganhar esta votação. Estará suspenso por 90 dias o processo de privatização da Copel. Claro que uma lei depende da sanção do governo, poderá haver vetos, mas politicamente fica muito ruim o governo insistir nessa tragédia que é entregar um patrimônio competente, competitivo, eficiente, lucrativo e estratégico do povo paranaense, que é a Copel.

Portanto, nós devemos aprovar o projeto do deputado Divanir Braz Palmas. Se porventura nós não conseguirmos esse intento, em seguida estaremos votando o projeto de iniciativa popular, esse sim, é o projeto que vamos mostrar o voto de cada deputado. Esse é o projeto que o povo paranaense quer ver, e aí nós vamos solicitar ao pessoal para acompanhar essa votação, e vamos receber com festa ou indignação, mas vamos receber democraticamente e decisão desta Casa.

Mas o que nós devemos fazer é não achar que aqui é o fim do mundo, esta votação é o fim do mundo. Tem lutas jurídicas e tem sobretudo a batalha eleitoral do ano que vem, aonde o tema central da discussão não é mais a questão dos professores.

O ano que vem, a questão secundária, quem sabe, vai ser a questão da corrupção; secundária será o narcotráfico no Paraná; secundário, quem sabe, o desmanche no Paraná; secundário estará o problema do pedágio; secundária estará a entrega do Banestado com prejuízo de 5 bilhões aos cofres públicos; secundário, quem sabe, também o cheiro e o gosto da água de Curitiba depois que a Sanepar começou a ser dirigida pelos franceses; secundário não estará com certeza a lembrança da entrega da mais valiosa empresa do povo paranaense que é a Copel; secundário não estará na lembrança do povo paranaense, que terá os cartazes para lembrar quem votou contra e quem votou a favor do povo do Paraná; secundário não estará na memória dos deputados, daqueles, não nós, alguns de nós, que concorremos à reeleição, mas aqueles outros que às vezes até no partido do governador para tomar a vaga daqueles que até são dos partidos que apoiam o governo estarão falando, lembrando à população, que aquele seu colega de Partido, votou contra o povo do Paraná, pela venda da Copel, para que o voto não vá para você, que venha para ele e teremos inúmeros e inúmeros candidatos; não estará secundário na memória do povo paranaense essa luta democrática, sobretudo na eleição que vem.

Não é hoje, senhor presidente, que nós vamos encerrar esse trabalho de resgatar a dignidade do povo, de manter a empresa nossa; continua até a eleição do ano que vem, que é o marco histórico da democracia, sobretudo mais memorável, mais visível e o mais prático, que é o voto na urna.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, deputado Neivo Beraldin.

Senhor presidente, gostaria de prestar uma homenagem ao ilustre paranaense que foi governador deste Estado, que é senador da República, que num momento importante como esse se desloca de Brasília e aqui vem conviver conosco.

É preciso lembrar que até este momento o deputado Litro jamais falou que votaria contra o Projeto de Lei da Iniciativa Popular. Ele ainda não se manifestou! Ele pode eventualmente chegar aqui e dizer não, eu vou votar junto com o povo, ele ainda não se manifestou!

Essa é a nossa esperança, que o deputado Litro faça essa diferença chegando aqui e dizendo o seguinte: “eu sou companheiro do senador Álvaro Dias. Eu sou amigo e companheiro, e vou votar ao lado do povo do Paraná”.

Essa é a nossa esperança!

Ainda esperamos, senhor presidente, para qualquer momento a presença do deputado Spada, que também com certeza, saberá atender o clamor do nosso líder

maior, Álvaro Dias. Saberá entender o que significa esse momento histórico que vive o Paraná.

Olha, nós estamos com o holofote do Brasil em cima da Assembléia Legislativa do Paraná, porque o momento é histórico, porque está sendo privatizada a maior empresa de energia deste País, apesar de estar sendo privatizada e doada por um governo que não tem credibilidade, sobretudo, denunciados, hoje por mim, nesta tribuna.

Então a nossa esperança é que o deputado Spada chegue, a nossa esperança é que o Litro se manifeste a favor daqueles que não desejam a privatização da Copel.

O SR. ADEMIR BIER (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, nobres deputados e vereadores, um cumprimento especial ao ex-governador Álvaro Dias, o nosso senador, senhoras e senhores.

Nós sabíamos que viveríamos hoje, aqui, um dia especial. Hoje, para cada um de nós dos 54 deputados, estamos vivendo um dia que ficará marcado no nosso sentimento, no nosso coração, na nossa alma. E quando acordamos pela manhã, sentimos isso no fundo do nosso coração, que esse dia seria um dia especial.

Inicialmente chegou em minhas mãos a “Folha do Paraná”. E tive a oportunidade de ler o seu editorial e senti, naquele momento, a vontade de ter assinado esse editorial, porque ele representa, na verdade, aquilo que estamos passando nesta tarde, nesta noite.

E pediria licença aos nossos companheiros para fazer a leitura de parte deste editorial: “Este 14 de agosto é dia decisivo na Assembléia Legislativa, porque os deputados põem em votação o Projeto de Iniciativa Popular, que propõe a manutenção da empresa como estatal. Caso compareçam os 54 membros da Casa serão necessários, ao menos, 28 votos - metade mais 1 - para que se consagre a vontade da população paranaense. Se tal não ocorrer o povo terá sido derrotado pela maioria dos seus próprios representantes do Poder Legislativo”. Encerra o editorial em cima de uma grande reflexão, que nós temos que fazer como Poder Legislativo: “As forças ocultas devem ser muito poderosas, porque a venda da Copel serve apenas à vontade de um único homem, governador Jaime Lerner, já em véspera de encerrar o mandato, mas cujo poder de fogo é surpreendente, a ponto de entorpecer a consciência de um expressivo grupo de parlamentares”.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decide hoje se quer consagrar-se como instituição soberana e independente, ou transformar-se num mero apêndice do Palácio do Governo. Apesar dos temores do povo, esse 14 de agosto é também um dia de esperança. E é um dia de esperança a todos nós companheiros da Assembléia Legislativa.

O governador Jaime Lerner não tem autorização para vender a Copel. Participei ativamente da campanha de 94 e de 98 e sequer uma única vez ele fez menção à venda da Copel; muito pelo contrário. Falava ele, naquela

ocasião, que não era louco para vender a Copel. Ele está desautorizado para vender a Copel, porque 90% do povo do Paraná não quer que venda.

E a Assembleia Legislativa do Paraná, independentemente de partido, independentemente de aqui ser Situação ou Oposição, nós temos um dever cívico para com este Estado. Nós temos a responsabilidade de preservar um patrimônio construído pelas nossas gerações. Nós não podemos, senhores deputados, comprometer o futuro dos nossos filhos.

Por isso, acreditamos, quando começamos às 14h30min, a história era uma, hoje já lá no fundo da nossa alma nos diz que o povo do Paraná será vitorioso, sim, porque aqui cada deputado sabe que a sua posição, hoje aqui será marcada para o resto das nossas vidas. E esse posicionamento tomado nesta noite ficará não só marcado em cada um de nós, mas ficará marcada por um Poder Legislativo como um todo. Por isso temos essa esperança. A esperança de que o Poder Legislativo, de fato, cumpra com o seu papel fundamental que é preservar o patrimônio e que é, também, o seu dever constitucional de fiscalizar os atos do Poder Executivo.

Para encerrar, meus companheiros, gostaria de fazer uma reflexão, da correspondência que recebemos no que chegamos, aqui, para iniciar essa Sessão, da Arquidiocese de Curitiba. Iniciar quando diz: “Com o juízo com que julgardes, sereis também julgados. E com a medida com que tiverdes medido, também vos sereis medido.” (Mateus 7/2) E encerra essa correspondência: “A quem muito foi dado, muito será pedido. A quem muito foi confiado, muito mais será exigido. A certeza da vitória do povo do Paraná.”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar, concedo a palavra ao deputado Eli Ghellere.

O SR. ELI GHELLERE

Senhor presidente, senhoras e senhores, ex-deputados, senador Álvaro Dias, lideranças políticas e povo presente.

Faço questão de fazer este encaminhamento, embora me parece que os deputados já estão votando de acordo com as suas consciências. Embora me parece que dificilmente, nesta altura, consigamos mudar algum voto neste Plenário, mas faço questão de fazer uma reflexão. Eu, a deputada Luciana Rafagnin, o deputado Nelson Tureck, chegamos neste parlamento no início do ano e me sinto feliz, deputada Luciana, de poder participar de um projeto que é pioneiro no Brasil. Pela primeira vez que uma Assembleia Legislativa tem a oportunidade de votar um projeto de iniciativa popular.

Antes de encaminhar o voto ao projeto do deputado Divanir Braz Palma, é importante que mencionemos também a importância do Projeto de Iniciativa Popular.

Quando chegamos a esta Casa, numa das primeiras reuniões da Bancada de Oposição, fomos convidados a assinar, juntos, um projeto que visava revogar a lei que autoriza a venda da Copel. E nós, de imediato, subscrevemos esse projeto. Então foi um dia importante das nossas vidas política.

Mas o dia mais importante, deputada Luciana Rafagnin, foi quando fomos convidados a retirar aquele projeto e colocarmos no lugar do projeto de iniciativa, dos 14 deputados de Oposição, com mais os deputados que se aliaram a nós, fomos convidados a retirar o projeto e substituí-lo por um Projeto de Iniciativa Popular onde teria mais de 120 mil assinaturas. Se não fossem essas 120 mil pessoas, se não fosse o povo aqui presente, talvez o destino da Copel já estaria certo.

Mas muito inteligente, deputado Divanir Braz Palma, onde dá um tempo para as pessoas que ainda não refletiram a importância da Copel, dá um tempo de 90 dias para que possamos, realmente, analisar e decidir de vez.

Então encaminho para voto favorável ao projeto do deputado Divanir Braz Palma.

E faço uma reflexão aos deputados estaduais; seis já definiram o seu voto; Chico Noroeste, de Foz do Iguaçu; Deputado Irineu Colombo, de Medianeira; deputado Tiago Amorim Novaes, de Cascavel; deputado Ademir Bier, de Marechal Cândido Rondon; e deputado Nereu Moura, também do Oeste do Paraná, já estão definidos.

Em nome de todo o povo do Oeste do Paraná, em nome dos vereadores de Foz do Iguaçu, que estão aqui presentes, em nome da sociedade organizada do Oeste do Paraná, em nome dos vereadores de Foz do Iguaçu, que estão aqui presentes, em nome da sociedade organizada do Oeste do Paraná, em nome do presidente da Câmara de Foz do Iguaçu, gostaria de fazer um convite aos outros deputados do Oeste do Paraná, Duílio Genari, Elio Rusch, e também não está presente na Casa, mas faço questão de mencionar, Sérgio Spada, para que, daí sim, possamos votar e dizer: “Nós, do Oeste do Paraná mudamos a direção da Copel. Nós, do Oeste do Paraná, mudamos o destino do Estado.” Tenho certeza, deputado Elio Rusch, que você vai junto com a gente naquela grande caminhada, para fazer a grande virada da Copel. Convido também o deputado de Toledo, Duílio Genari e também o deputado Sérgio Spada, que daqui a pouco estará conosco. Tenho a certeza que a virada desse jogo da Copel passou pelo Oeste do Paraná!

Obrigado, senhores deputados, obrigado, senhor presidente, e tenho certeza, deputado Divanir Braz Palma, que a sua Bancada também lhe acompanhará, e votaremos o seu projeto.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (**Para Encaminhar**)

Gostaria, antes de defender o projeto do Divanir Braz Palma, deixar registrado aqui o meu protesto com o que ocorreu nesta noite, nesta Casa, principalmente por

ser mulher, por sempre defender as mulheres. Não só o ato de ser mulher, mas a discriminação que ainda existe contra a mulher. É o que ocorreu, nesta noite, com três jornalistas nesta Casa, e eu só não vou mencionar seus nomes, porque eles pediram que não o fizesse, por enquanto, mas que sofreram uma discriminação, sofreram uma agressão física e sofreram também uma agressão moral, por um segurança desta Casa. Infelizmente registramos isso, como também foi agredido o assessor do deputado Irineu Colombo. É lamentável que num dia, numa noite, até numa madrugada, como estamos, praticamente, tenhamos que registrar essa ocorrência. Aqui, como disse a deputada Serafina, temos orgulho de representar a mulher paranaense, temos orgulho porque a Bancada feminina fechou cem por cento contra a venda da Copel.

Senhor presidente, gostaria, ao defender, de parabenizar o deputado Divanir Braz Palma, que, com certeza, quando elaborou este projeto suspendendo a venda da Copel por 90 dias, tenho certeza que foi por ouvir o povo paranaense, ouvir as entidades do nosso Estado, ouvir o clamor das Câmaras de Vereadores do nosso Estado, porque aqui tivemos muitas manifestações, não só de Câmaras de Vereadores, mas também do empresariado do nosso Estado do Paraná, que teme a venda da Copel. Aqui tivemos também a manifestação das igrejas. E é importante, mais do que isso, a manifestação popular que estamos vendo nesta noite, mas que também já sentimos, através de muitas pesquisas que foram feitas, aonde o povo do Paraná se manifesta contra a venda da Copel. E tem motivos de sobra para se manifestar contra a venda.

Motivos de sobra, porque nós vimos as estatais do nosso Estado sumindo, serem vendidas, e não vimos para onde foi o recurso destas estatais.

Infelizmente vemos agora o governo querendo terminar com mais uma estatal, consumir com mais uma empresa construída e paga com o dinheiro do povo do Paraná. É lamentável que o governo Jaime Lerner se retrate desta forma. É lamentável, porque não foi isto o que ele prometeu em suas campanhas.

Senhores deputados, gostaria de pedir aqui, que fizessem uma grande reflexão: não podemos apoiar um governo que pensa em si próprio, somente em si, que não pensa no povo que também o elegeu.

Deputados, se este governo não pensa no governo do Paraná, nós somos 54. Podemos pensar, sim. E aí eu gostaria de pedir a todos os deputados que fizessem esta reflexão: não vamos deixar que se cometa mais este crime com o nosso Estado do Paraná. Vamos atender ao pedido do povo do Paraná. Vamos atender às pesquisas que estão sendo feitas, que mais de 90% do povo do Paraná é contra a venda da Copel. E o governador trata a venda da Copel, como se ele não fosse interferir em nada na vida do povo do Paraná. Interfere, sim, e muito!

Eu diria, até por também ser representante da agricultura familiar, da importância que tem a Copel para a

nossa agricultura familiar, a importância que tem a Copel, porque subsidia a luz rural.

Eu pergunto a vocês, senhores deputados, qual empresa - italiana, francesa - que vai comprar a Copel e vai ter interesse em manter subsídio para a área rural? E soubemos que só nestes últimos quatro anos desapareceram mais de quarenta mil pequenas propriedades no Estado do Paraná!

Não vamos deixar que a Copel venha a incentivar ainda mais o êxodo rural. Não vamos deixar que se venda a Copel, porque soubemos que aí, sim, acaba este pouco de incentivo que nossos agricultores têm.

Por isso, é importante, senhores deputados, o nosso voto nesta noite é importante. Faço como deputada estadual e também tive dois mandatos como vereadora, mas é a primeira vez que faço um discurso na madrugada. E faço este discurso com muito orgulho, porque sei da importância que tem este projeto para o povo do Paraná.

Por isso, parabeno o deputado Divanir Braz Palma pelo seu projeto e conclamo, mais uma vez, os deputados: vamos fazer esta reflexão! Vamos analisar que estamos aqui representando o povo do Paraná. E é só a eles que devemos alguma satisfação.

Muito obrigado, senhor presidente e senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Continua em votação.

Com a palavra, deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente e senhores deputados. O deputado Divanir Braz Palma, com razão, levantou uma irregularidade na apresentação do seu projeto. Gostaria de perguntar a V. Exa. se esta irregularidade já foi corrigida, porque me parece, pelo projeto que tenho em mãos, que continua a versão que o deputado afirmou que não é dele. Mas, enquanto isso, senhor presidente, eu vou encaminhando.

Senhor presidente, o deputado Divanir Braz Palma, parece-me que acertou quando fez a apresentação deste projeto, para que pudéssemos ter um prazo razoável para nos aprofundarmos na discussão do mesmo. A pressa é a inimiga da perfeição, da mesma maneira que nós temos o projeto do deputado Divanir Braz Palma aqui na Casa, senhor presidente eu gostaria de dizer que o presidente Fernando Henrique Cardoso ouviu, e ele não tem uma audição boa, mas ouvindo neste exato momento aquilo que acontecia dentro da sociedade brasileira e fazendo uma autocrítica, ele suspendeu os procedimentos que levavam à privatização de Furnas.

Bom, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, caminhando no mesmo sentido e no mesmo caminho, também cometeu os mesmos procedimentos para que a privatização da CESP Paraná, não acontecesse neste momento, isso só para falarmos aqui dentro do Brasil, mas até a pátria do neoliberalismo, os Estados Unidos,

fizeram, principalmente na Califórnia, o caminho de volta. O que é que aconteceu na Califórnia?

Para vocês terem uma idéia da potência da Califórnia, se ela se desmembrasse da federação americana e se tornasse um país, seria o 4º país do mundo em potencial privatizaram tudo, neste conluio que sempre existe entre o governo e esta chupinzada que vive em torno do governo, geralmente megaempresários que não pagam impostos, muitas vezes, como deveriam pagar.

O que é que fizeram? Pegaram o sistema elétrico estatal e passaram para a iniciativa particular. O que é que aconteceu de maneira dramática, principalmente no Vale do Silício?

Uma série de apagões que levaram a desmoralização, praticamente, para quem quer ver, do sistema neoliberal norte-americano. E o que é que o governo da Califórnia fez?

Fez o caminho de volta. Tinha privatizado, vendeu por uma quantia e agora recomprou praticamente tudo aquilo que tinha privatizado. Por que é que fez isso? Porque os empresários têm na sua mente a visão do lucro, não se preocupam com a geração de empregos, não se preocupam com as condições sociais do seu povo.

E olha, esses que são os donos das empresas que foram privatizadas, não fazem os investimentos necessários, por uma razão muito simples, por que fazer investimento, se possuindo as empresas, gerando muitas vezes transmitindo e distribuindo energia, eles jogam naquela questão do mercado da oferta e da procura? Vocês sabem que o mercado não tem alma; só tem um objetivo, eles visam lucro. Então sistema elétrico, mesmo nos Estados Unidos, caindo nas mãos dos particulares, aconteceu isso que estou relatando, pela falta de investimentos pela demanda de energia e com a geração da energia sustada os preços aumentam de maneira significativa. O que é que aconteceu?

Teve o governo californiano de voltar atrás se tornar novamente dono da geração da energia elétrica nos Estados Unidos. Isso mostra que nós aqui, estamos indo, na realidade, na contramão neste momento. Não se justifica, de maneira nenhuma, que nós paranaenses, abramos mão do comando, abramos mão do direito, das condições de pilotar, determinar o nosso futuro, colocando aquilo que nós temos de mais expressivo dentro da nossa economia, nas mãos, não se sabe de quem!

E me lembro, também, neste momento, que o governo canadense, que estava caminhando no sentido de fazer a privatização do seu sistema de energia elétrica, também suspendeu porque existe falta de energia no mundo. Quem não tem energia, não tem amanhã, quem não tem energia, não tem futuro.

E é isso, senhor presidente, que nós estamos há meses colocando para o povo do Paraná que deu uma resposta expressiva, podemos dizer de maneira unânime, em relação a esse assunto.

O Paraná não quer que se venda a Copel. Nós aqui, recebemos uma determinação das federações, das associ-

ações, da agricultura, da indústria, para que não vendamos a Copel. Nós recebemos aqui uma determinação do povo do Paraná, para não privatizarmos a Copel. Mas quem fala nisso? Todo o povo, em todos os municípios.

Outro dia mesmo, tive a oportunidade de ler aqui e me dirigi ao líder do governo, para que ele entendesse aquilo que estava fazendo, porque fui solicitado por 14 vereadores da cidade de Cambé, que podiam que registrasse aqui na Assembléia Legislativa, a posição da Câmara Municipal contra a privatização.

Então, senhores deputados, gostaria de dizer mais uma vez, que estamos suficientemente amadurecidos, convictos de que devemos fazer com que essa verdadeira traição não seja cometida aqui no Estado do Paraná.

E eu falei pessoalmente ao presidente dos perigos que esta Assembléia correria se trouxéssemos para cá, policiais, que certamente não se portariam de uma maneira à altura dos acontecimentos que estamos vivendo.

E presenciamos agora pouco um início de violência que estavam sendo cometidas por aqueles que vieram aqui.

Comecei a fazer política - posso dizer - no tempo do ginásio, como líder estudantil. Vi companheiros sendo agredidos, presos, assassinados ao longo de todos esses anos. E o poder onde o povo tem que exercer a sua vontade, que é o Poder Legislativo, me causa maior preocupação quando vejo um instrumento da força, da brutalidade, podemos dizer, entrando nos estritos limites de uma Assembléia Legislativa, que o presidente da Casa, com sabedoria....

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Concedemos mais um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente. Este é um momento do contraditório. A democracia é boa por causa disso. Todos podem defender as suas posições. Mas, algumas coisas que aconteceram, precisam ficar marcadas na história do Paraná.

Deputado, vi, como os outros viram, em determinado momento, quase que foi arrancado do plenário desta Casa, e dentro de uma sala ficou da maneira que ficou. E não queiram comparar com aquilo que aconteceu agora há pouco, que é totalmente diferente. Você insiste de maneira correta em uma posição e na outra é diferente.

Nós, por exemplo, estamos aqui fazendo a pressão popular. O povo, através de todas as maneiras que teve para se manifestar, falou para todos: "Não vendam a Copel".

Agora, o grupo minoritário, isolado, minoria flagrante nas ruas, que está dentro do Palácio Iguaçu, teima com uma insensibilidade monstruosa, a perseverar neste caminho de lapidação do patrimônio público, do Estado do Paraná.

O governo tem verbas, tem secretarias, tem recursos para pressionar, senhor presidente, como é que pode esta Assembléia, em uma simples votação, matar o trabalho de 50 anos, de todo o povo do Paraná, que se soma neste momento, em um caminho só? E agradar aqueles que, em final de mandato, não conseguiram dar conta do recado até agora?

Outro dia, era argumento: vamos vender o Banestado, porque daremos habitação, segurança, saúde e salário para todo mundo.

E lá se foi o Banestado.

Ficaremos pagando por ele durante 30 anos.

Fizeram a mesma coisa, podemos dizer, com a Ferroeste, com a parte da Sanepar também.

E onde estão os dólares que deveriam ser recebidos através dos royalties de Itaipu, pelo governador, de 2023?

O Jaime Lerner já embolsou esta grana!

Já recebeu os recursos provenientes até o ano de 2023!

E agora, a conversa é a mesma!

Nós vamos torrar a Copel, como um pedaço de carne, espetinho, e vamos fazer pracinhas no interior, vamos fazer fontes luminosas, portais com a grife “gre-quiana” e lá se vão bilhões e bilhões, que foram suadamente guardados durante 50 anos, pelo povo do Paraná!

Gente do céu, nada vale para se desmontar a Copel, da maneira como estão fazendo!

É por isso, deputado Divanir Braz Palma, que eu vim à tribuna, para fazer o encaminhamento favorável ao seu projeto de lei.

Noventa dias seria um tempo razoável para que, talvez, o bom-senso imperasse de maneira muito clara, muito cristalina. É o que espero.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Continua a votação...

O SR. ELI GHELLERE

Pela Ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela ordem, deputado Eli Ghellere.

O SR. ELI GHELLERE

Quero requerer à Mesa, para que conste nos Anais da Casa, e até para que conste da importância que é essa votação no dia de hoje, para dizer que a Câmara de Pinhais, terminou a Sessão e está toda aqui presente.

O presidente da Câmara, o Louisiel, o vice-presidente, companheiro nosso, o Nunes, Polaco da Pérola, Zézinho, Hamilton, Jean, o Binga, João de Souza, Ilineu Pires. Então a Câmara de Pinhais, assim como outros municípios do Estado, estão aqui presentes.

Só para que fique registrado nos Anais da Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Para encaminhar, deputado Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Em primeiro lugar, gostaria de, em nome da democracia, em nome da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pedir desculpas às pessoas que aqui vieram e que, de uma forma ou de outra foram agredidas, seja por policiais, seja por pessoas estranhas ao movimento cívico que vocês estão fazendo.

Não tenho dúvidas de que a presença de vocês aqui hoje, de cada um, será lembrada para a história de todos nós paranaenses. Será lembrada pela seguinte razão: não me restam mais dúvidas, hoje a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná vai votar o projeto do deputado Divanir Braz Palma, e nós vamos ganhar a votação.

A votação será vitoriosa. Eu não posso acreditar que tenha outro resultado.

Nós estamos fazendo esse movimento na sociedade paranaense, não porque tenhamos divergências políticas com o governador do Estado do Paraná ou com qualquer deputado que dá sustentação ao governo do Estado nesta Assembléia, mas porque acho que a consciência e a sabedoria popular já perceberam o quão importante é a Copel, a energia elétrica para o desenvolvimento da riqueza do nosso Estado.

O governador Jaime Lerner, quando se elegeu em 1994, e quando se elegeu novamente em 1998, de alguma forma ele conseguiu convencer a maioria da população do nosso Estado, de que era possível transformar o Estado do Paraná. Uma mensagem, alguma mensagem de esperança, sobretudo na primeira votação, no primeiro ano de 1994, o governador eleito, Jaime Lerner, conseguiu sensibilizar a maior parte dos paranaenses.

E tenho a impressão que milhares e milhares de homens que moram no interior do Estado, que nunca conheceram o governador pessoalmente, porque ele só tinha sido prefeito da Capital do Estado, acho que foram sensibilizados por uma esperança que estava no peito de cada cidadão do interior do nosso Estado, aquele que está há muitos e muitos anos sofrendo as dificuldades, trabalhando no campo, lavrando a terra com muita dificuldade, percebeu na postura do governador Jaime Lerner, uma esperança de mudança. Essa esperança de mudança tinha um eixo e o governador percebeu isso. Ele foi claro no seu discurso, conseguiu se comunicar com o conjunto do povo. Se ele não soubesse, não conseguisse isso, tenho certeza, ele não seria governador do Estado, por mais que tivesse o apoio da população de Curitiba. Sabem o que o governador do Estado do Paraná, hoje, o senhor Jaime Lerner, conseguiu passar de mensagem para 70% dos eleitores que moram no interior do nosso Estado e que por diversas razões se sentem desamparados, sejam aqueles que trabalham no campo, nas cidades mais pobres ou aqueles que trabalham nas grandes e médias cidades do nosso interior? O governador Jaime Lerner disse uma

coisa a eles naquela campanha de 1994 e repetiu, na campanha de 1998, de que era preciso que o Estado do Paraná, um Estado eminentemente agrícola, mudasse a história de que a ação do governo apresentasse perspectiva de mudança para milhares de homens, sobretudo milhares de jovens, de que o futuro de seu trabalho não iria mais depender das intempéries da chuva, nem do sol e nem o risco de ter uma carteira de trabalho assinada.

Com esta mensagem simples de geração de emprego, de geração de renda e de transformação do interior do Estado numa grande fábrica da agricultura, na transformação dos produtos; lembro que o governador falou na transformação da madeira, falou na transformação do gado, que o couro não fosse exportado para o resto do Brasil, enquanto matéria bruta, mas que tivesse agregado sobretudo nas regiões do Noroeste, do Norte do nosso Estado, de que fábricas fossem instaladas trabalhando o couro extraído do nosso gado, da nossa rica pecuária, que pudesse agregar valor e trazer emprego com carteira de trabalho assinada, com homens que saíssem da terra lavrando de sol a chuva, dia-a-dia, ano-a-ano, que pudessem trabalhar em fábricas no interior do nosso Estado. Não foi só o couro. Fez o discurso da cadeia produtiva, dos alimentos da nossa agricultura, falou da transformação da soja, que a soja que é plantada em vastas terras no Estado do Paraná, não fosse apenas exportado pelo Porto de Paranaguá como farelo de soja, para que lá, na Europa, nos Estados Unidos, no Canadá e no Japão, fosse retransformado em outras matérias e que depois fosse comprado por nós. O um bilhão de dólares de exportações de soja do Paraná se transformam no resto do mundo pelo valor agregado da indústria pujante da Europa, do Japão e sobretudo da América do Norte, se transforme esse um bilhão, fruto da nossa riqueza e do nosso trabalho, em 20 bilhões de dólares.

Ora, esta mensagem de mudança, esta mensagem de transformação para o nosso Estado, para os paranaenses, calou fundo na alma de todos os paranaenses e depositaram esperança no governador Jaime Lerner.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Pela Ordem**)

Desculpe, deputado Vanhoni, mas, senhor presidente, a galeria, principalmente as senhoras e aqueles dois senhores com o braço levantado, desejam ir até o banheiro e o segurança da entrada da porta não permite.

Queria que V. Exa. determinasse que eles pudessem ir ao banheiro, que desse autorização.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

O deputado Colombo já esteve comigo tratando sobre esta questão. Nós já vamos ver.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Esta mensagem de transformação do Estado do Paraná no seu perfil econômico, fazendo com que as diversas regiões do nosso Estado pudesse se integrar na

modernidade do mundo produtivo moderno, calou fundo no coração de milhares e milhares de paranaenses.

Isto foi, sem sombra de dúvidas, mais do que o dinheiro gasto, mais do que o apoio...

O SR. ALGACI TULIO

Há uma determinação da Mesa que somente os parlamentares estejam em Plenário e nossas assessorias técnicas não podem entrar no plenário.

Gostaria de informar que neste momento pessoas estranhas ao Plenário e estranhas à imprensa estão transitando livremente aqui pelo plenário, fazendo com que se desvie a atenção desta Sessão.

Peço a V. Exa. que, talvez até por medida de bom senso, suspendesse a Sessão por cinco, dez minutos, até que se retorne a normalidade.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não, não, não há necessidade de suspender a Sessão! Nós só solicitamos às pessoas que não sejam da imprensa e não sejam parlamentares, deixem o recinto do plenário.

Está assegurada a palavra ao deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Muito obrigado.

Eu só fico imaginando o governador Jaime Lerner, governador do Estado do Paraná. Um homem que nós aqui, de Curitiba conhecemos como um homem que, de alguma forma, apresentou para nossa Cidade aquilo que podemos chamar de uma visão estratégica, uma visão daquilo que vai acontecer no futuro, daquilo que precisa ser feito hoje, mas que muitas vezes nós não entendemos a razão da sua necessidade no dia de hoje, mas ali na frente, vamos poder perceber a utilidade e necessidade de determinado ato.

Eu fico me perguntando e refletindo, será que o governador do Estado do Paraná não está percebendo o que acontece no Brasil? Não está percebendo que o Brasil está passando por um processo profundo de uma crise sem precedentes na sua história, que pode comprometer o desenvolvimento do nosso País, sobre tudo da indústria do nosso País, que é o grande gerador de desenvolvimento econômico, gerador de riqueza e, sobre tudo, de emprego para nosso povo e nossa gente?

Tudo me faz crer que não pensa a esse respeito e não percebe o que acontece no nosso País, porque senão, porque vender a Copel?

A Copel na mão do Estado do Paraná hoje, senhor presidente, a Copel pode se transformar no principal instrumento para fazer com que um homem do campo, para fazer com que o Noroeste do nosso Estado, para fazer com que a região dos Agricultores Familiares, de onde vem a deputada Luciana Rafagnin, a região do Sudoeste do nosso Estado, que pode fazer com que a região Norte, Noroeste, que não está envolvida ainda, e que passa por

uma situação de pobreza em várias cidades, a região Sul do nosso Estado, de onde vem o deputado Valdir Rossoni e sabe da importância, tanto é que essa região é considerada por todos nós ainda como uma região da fome, será que o governador do Estado, deputado Valdir Rossoni, não sabe que com a Copel nas mãos do Estado neste momento, quando São Paulo não tem mais como produzir energia, o Rio de Janeiro da mesma forma, a região do Nordeste, do Norte do nosso País passa por uma crise de produção de energia elétrica, será que o governador e os senhores deputados não percebem que através da Copel, nós podemos, nos próximos dez, quinze anos, mudar o perfil econômico do nosso Estado, aprofundando a vocação que o nosso Estado tem, que é da Agropecuária, agregando valor, industrializando o campo, fazendo com que as cidades do interior possam ser luzes de esperança de emprego no Norte Pioneiro, no Vale da Fome, no Noroeste do nosso Estado, em diversas regiões? Será que o governo não percebe isso?

Será que é difícil entender que o lucro da Copel, somente neste ano de 2001, deverá chegar, ao término do mês de dezembro, quando consolidar o seu balanço superando um bilhão de reais, e a participação do Estado do Paraná, neste lucro líquido, sem comprometer as finanças da Copel, nem os investimentos para gerar mais energia, será na ordem de trezentos e cinquenta a quatrocentos milhões de reais.

O Governo do Estado, de alguma forma, inventou a possibilidade, para a população de que se não vendesse a Copel, não teria recursos para fazer novos investimentos.

É exatamente ao contrário, a Copel, de posse do Governo do Estado, garante uma taxa de investimentos anuais somente com o lucro líquido dessa empresa, sem comprometer os investimentos...

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputado Ângelo Vanhoni, por favor V. Exa. usou cinco minutos além do tempo, conclua por gentileza. Um minuto, por favor!

O SR. NEREU MOURA

Concedo o Horário da Liderança para ele.

O SR. ÂNGELO VANHONI

... dessa empresa, investimentos na ordem de quatrocentos milhões por ano, para que possamos investir na educação, na saúde, na segurança pública, em políticas de desenvolvimento apoiando micro e pequenos empresários urbanos, apoiando a agricultura familiar do nosso Estado que fixa o homem no campo e alimenta a mesa das famílias paranaenses.

Fico pensando, deputado Belinati, o que deve estar passando na sua cabeça, neste momento, na cabeça do deputado Carlos Simões, de qualquer um dos senhores deputados que ainda não se decidiram a votar contra a privatização da Copel.

O voto de vocês, o voto de um dos senhores deputados muda a história do Paraná e consolida a perspectiva de que possamos ter um desenvolvimento sustentado pela força, pela decência e pela dignidade do nosso povo.

Por isso, senhores deputados, apoiem o projeto de um companheiro seu, de Bancada, que é o deputado Divanir Braz Palma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Continuando a discussão do projeto, deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente e senhores parlamentares, estava eu, com uma argumentação que pretendo usar no encaminhamento do projeto de emenda Popular, mas ao ouvir o deputado Vanhoni, eu gostaria de dar um pouco de sequência nessa colocação feita por ele.

Nós estamos votando, senhor presidente e senhores parlamentares, neste instante, um projeto de autoria do deputado Divanir Braz Palma, cuidem só. O que é que esse projeto está pedindo?

Que se postergue por mais algum tempo esta venda da Copel, para que se possa encontrar dispositivos, formas, soluções que impeçam a venda desse extraordinário recurso que o Paraná tem, que é a nossa empresa de energia elétrica.

Senhor presidente e senhores parlamentares, eu já citei nesta tribuna, dias atrás a Oposição está aberta para conversar com os deputados de Situação, a Oposição está aberta para discutir com o Governo do Estado, uma solução que possa ajudar a encontrar o equilíbrio do perfil econômico do Estado do Paraná. Nós estamos dispostos a encontrar maneiras de permitir a venda de subsidiárias da Copel, nas quais ela é minoritária e os recursos dessa venda capitalizem o Fundo de Previdência.

Nós estamos dispostos a votar, nesta Casa, autorizando que os lucros da Copel, que caibam ao Governo, possam ser capitalizados por Fundos de Previdência. Nós estamos senhor presidente e senhores parlamentares, dispostos a autorizar que o governo encontre uma saída, mas que esta saída não seja a venda dessa empresa extraordinária que o Estado do Paraná tem.

Quando o deputado Vanhoni colocava, senhor presidente e senhores parlamentares, que a Copel é fundamental para o desenvolvimento do Paraná, é racional este pensamento. Não há nada mais importante neste momento no País, do que energia e principalmente um Estado como o nosso que tem energia gerada pela água, não é poluente, é renovável, é barata. No instante em que outros Estados estão promovendo apagão, no instante em que outros Estados estão promovendo racionamento, no instante em que outros Estados estão cobrando sobretaxa, onde empresas estão paralisando máquinas, porque não podem trabalhar em 100% da sua capacidade industrial, meu Deus do Céu! Será que a Assembléia não é capaz de

enxergar que o Paraná possui um instrumento nas mãos, muito maior do que a guerra fiscal?

O Piauí pode competir com o Paraná na isenção de imposto. O Acre pode competir com o Paraná na doação de incentivos, mas ninguém pode competir com o Paraná na garantia de energia elétrica contínua na porta de uma fábrica, gerando as suas máquinas. Será que nós não enxergamos isso? Que amanhã, basta fazer uma publicidade nacional garantindo que o Estado do Paraná tem energia para garantir às empresas que aqui se instalem, dezenas de empresas que estão cortadas da sua produção máxima por falta de energia, seguramente, deslocam-se a este Estado para aqui gerar empregos, agregar valores, aumentar a nossa arrecadação.

Senhores parlamentares, não é hoje. Olha a luz para o Estado é um meio, para a iniciativa privada é um fim. A luz para o governo é uma forma de gerar novos empregos, de gerar mercadorias que rendem ICM, que rendem IPI, mercadorias que geram recursos para o fundo de participação. A energia, na mão do Estado, pode ser até subsidiada por uma porta, porque retorna em impostos pela outra, mas a energia na mão da iniciativa privada, senhores parlamentares, é meio e fim, porque a iniciativa privada vai ter que ganhar na energia elétrica, única e exclusivamente, os investimentos que eventualmente venham a fazer.

São dezessete usinas hidrelétricas já instaladas no Paraná, 90% pagas, construídas com o sacrifício da saúde, da educação em anos e anos de governos e mais governos. Agora que seria a hora de utilizar esse recursos em benefício do Paraná, nós vamos votar pela venda para o mercado internacional. Somente empresas estrangeiras, até agora manifestaram vontade de comprar a Copel. Vejam bem: o que importa para uma empresa estrangeira que aqui venha? Lucro!

Remessa de lucro, para suas matrizes, para seus acionistas. Dane-se, deputada Luciana Rafagnin, a pequena agricultura, o pequeno agricultor, o industrial do Estado do Paraná, dane-se, porque, se não tiver para onde vender no Estado do Paraná, eles vão colocar num linhão e vender para São Paulo, para Minas, para onde comparem, criando prejuízo ao desenvolvimento do nosso Estado. Será, meus companheiros que 90% do povo do Paraná não é suficiente para convencer os representantes do povo, da responsabilidade que um mandato representativo tem? Será senhores deputados, que cento e trinta mil assinaturas de um projeto de iniciativa popular, venha desembocar neste plenário em cinquenta e quatro votos, e nós não sejamos capazes de votar em favor do povo do nosso Estado?

Acho lamentável que não possamos dar uma sobrevida para a Copel. Votar no projeto do deputado Divanir Braz Palma é possibilitar que a população do Paraná, que as entidades do Paraná, que a Situação e a Oposição junto com o governo do Estado, inclusive, procurem uma nova saída, mas que não seja a venda do principal instrumento do desenvolvimento do nosso Estado,

que está sendo neste instante colocada aqui para saciar a vontade do governo que já comprometeu as finanças públicas e agora pretende vender o bem mais caro que este Estado tem.

Senhor presidente e senhores parlamentares. durante cinco mandatos, eu nunca tinha acreditado que a força popular fosse capaz de, no momento da votação, decidir o voto de parlamentares.

Vi hoje, e discutimos mais profundamente esta questão. Votem senhores parlamentares, com o projeto do deputado Divanir Braz Palma, e vamos fazer um seminário, vamos fazer um mutirão, vamos unir todas as forças e vamos tentar, por unanimidade, encontrar uma saída, mas que essa saída não seja vender a Copel, principal instrumento do presente e do futuro, do desenvolvimento do nosso Estado.

Sei, senhor presidente e senhores parlamentares, que é sonhar demais, todos esses encaminhamento.

Sei senhor presidente e senhores parlamentares que o discurso dificilmente poderá mudar votos que tem convicção, mas só nos resta a força do argumento para podermos somar companheiros que se firmem nesta luta.

Se quiserem pelo menos uma trégua, para que votando o projeto do deputado Divanir Braz Palma nós possamos esperar por mais tempo uma discussão mais profunda a respeito, não do futuro deste governo, mas do futuro do Paraná como um todo, que fica altamente comprometido pela venda da Copel.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Ainda em discussão.

Para encaminhar deputado Tony Garcia.

O SR. TONY GARCIA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, companheiros que estão nas galerias até esta hora da noite, esperando a votação do projeto do povo.

Fico contente de subir a esta tribuna para encaminhar em relação ao projeto do meu amigo Divanir Braz Palma, deputado esse, que foi eleito pelo meu Partido, o PPB, e da honra de poder encaminhar em seu favor, porque ele tem dignidade, ele tem coragem e nesta hora que atravessamos a maior crise energética de todo País, jamais vista em todos os tempos, temos o Governo do Estado querendo vender a Copel, empresa essa, lucrativa, com tecnologia de ponta, exemplo de administração não só aqui, como fora do País.

Nós, pela Copel, exportamos 38% de energia: o que falta aos outros Estados, nos sobra. O governador Jaime Lerner, na sua campanha para o seu segundo mandato, deixou claro a todos os paranaenses que só venderia a Copel, se ficasse louco. Disse com todas as letras e em alto e bom tom. E neste momento, de uma maneira totalmente destrambelhada, manda que a sua base vote um projeto que impeça, por noventa dias, senhor presidente, a venda da Copel.

Essa pressa é descabida, essa pressa é desnecessária. Se tiver que vender a Copel, venderá daqui a um mês, daqui dois, daqui três meses, mas não neste momento. Neste momento, o governador Jaime Lerner mostra que não está no seu estado mental, de acordo com o que precisa um governador.

Um deputado da Base Aliada, como é o companheiro Divanir Braz Palma, tem a coragem de, nesse momento, mostrar a todos, inclusive ao seu governador, que não é o momento. E posso falar assim do companheiro Divanir, porque até pouco tempo atrás também era da Base Aliada do governador, mas desde que fui eleito votei com total independência nesta Casa, não votei jamais atrelado ao Governo do Estado, com qualquer projeto. Pelo contrário, o que achei que era benéfico ao Paraná, votei a favor, o que achei que era nocivo, votei contra. E essa independência posso ter.

Disputei duas eleições majoritárias em todo o Estado, na primeira tive 700 mil votos, e na segunda tive um milhão de votos. E quero, aqui, com esse mandato de deputado que o povo do Paraná me deu, e até 1994, quando recebi um milhão de votos, ter aqui a dignidade de poder votar com o povo do Paraná, esse que me elegeu.

Neste momento, para mim, independe de partidos, ideologias e de tudo mais, depende muito mais da nossa consciência, da consciência que atravessa hoje o País. A irresponsabilidade de um governo do Estado, de vender uma companhia de energia neste momento, é isso que não me conformo também, dizer que por essa posição independente e contra essa vontade do governo de votar a favor da venda da Copel, não só eu, como vários companheiros de caminhada do governador Jaime Lerner, fomos expulsos da sua Base Aliada, aonde, naquela ocasião, se fechou a questão: quem é da Base Aliada, vota a favor do governo, independente se o projeto é mensagem do governo, é a favor ou não do Paraná.

Por isso, Marcos Isfer, Cezar Silvestri, Algaci Tulio, Pastor Edson, Renato Gaúcho, Serafina, naquele momento fomos colocados de fora da base do governo, e temos, neste momento, o deputado Chico Noroeste e o nosso amigo e deputado também do nosso Partido, eleito comigo, Tiago Amorim, que em um gesto de desprendimento, e com a sua consciência, votou a favor de um projeto do povo do Paraná.

É isso que engrandece esta Casa, é isso que engrandece a nós, deputados, é isso que me honra, neste momento, ter um mandato de deputado, porque me orgulha estar aqui nesta Casa até às duas horas da manhã, decidindo o destino da maior e melhor companhia energética de todo o País. E neste momento histórico estamos aqui, e pelo que imagino, isso demorará muito mais tempo ainda para ser votado. Deveremos sair daqui às oito, nove, dez horas da manhã, não interessa o horário que saíamos, interessa sim, o resultado

dessa votação. É o resultado que daqui sairá em favor do povo do Paraná.

Quero dizer que sou empresário, sempre fui a favor das privatizações, nunca fui contrário, jamais, acho que em determinados momentos, se não privatizarmos, ficaremos para trás, mas não é o caso do Paraná, como já bem diz a Copel, a nossa companhia energética, não pode e não deve ser vendida como assim quer o projeto do companheiro Divanir Braz Palma.

Pelo menos, que a consciência dos nossos deputados e do nosso governo, deixe que isso caminhe com naturalidade. Esses noventa dias seriam necessário, urgentemente, para que possamos, com consciência, com inteligência e determinação, encontrarmos uma saída para o caixa do Estado do Paraná. O chefe da Casa Civil deixou bem claro que não era verdade os argumentos que aqui trouxe o presidente da Copel, que ela se não fosse privatizada, correria o risco de não ser competitiva. Alcení Guerra acreditou com muita coragem, foi para a imprensa e disse que não era isso...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Gostaríamos que o deputado Tony Garcia encaminhasse para o encerramento do seu pronunciamento, por gentileza.

O SR. TONY GARCIA

Pois não, senhor presidente!

O secretário Alcení Guerra, como eu disse, falou para toda a imprensa que o problema de vender a Copel era uma questão de caixa, sobrevivência política e não a sobrevivência do Estado. Deixou claro, com todas as palavras, e neste momento esta Casa não pode ter a irresponsabilidade, que por uma má administração do governo Jaime Lerner, vendamos a nossa melhor empresa para cobrir rombo de caixa. E esta Casa não pode permitir isso.

Devemos, neste momento, esperar a decisão de um companheiro que esteve conosco até hoje, às duas horas da tarde. Está aí o senador Álvaro Dias, conversando com o nosso companheiro Litro. Acho que esse é o momento mais importante desta votação. Estão na mão do PSDB do Paraná, os votos necessários para que se aprove o Projeto Popular. Os dois votos que até hoje às duas horas da tarde estavam contra a privatização da Copel, um não se decidiu ainda, está decidindo com o senador Álvaro Dias, do seu Partido, o outro escafedeu-se, sumiu, desapareceu, e isso é o que não deve acontecer neste plenário: a pessoa tem que ter a dignidade e a honra de vir aqui votar a favor ou contra a venda da Copel.

Muito obrigado!

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Para encaminhar, senhor presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI

Para encaminhar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Para encaminhar, deputado Rossoni, porque sendo contra, a preferência é sua.

Um a favor e um contra.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente; senhores deputados; meus senhores e minhas senhoras aqui presentes; senador Álvaro Dias, que conversa longamente com o deputado Litro:

Eu, depois de longas horas de encaminhamento contrário à votação do Projeto Popular, favorável ao Projeto Popular, eu me senti na obrigação de vir aqui colocar a minha posição como paranaense, como um homem detentor de sessenta mil votos, que represento uma região que disseram aí ser a Região da Miséria. Quero convidá-lo para visitar a nossa Região, porque ela ainda preserva o que tem de mais bonito neste Estado, que é o verde e as águas limpas, e ainda damos ao Paraná as Usinas Hidrelétricas, quando chamam a minha região de Miserável. Mas quem não conhece o Paraná fala isso.

Eu queria dizer aos deputados, eu já encaminhei aqui, duas ou três vezes essa questão da votação da Copel. E por que sou favorável à venda da Copel? Fui favorável há um ano e meio atrás, sou favorável hoje e se este projeto não for aprovado, se este governo não vender, certamente, o futuro governo vai vender e eu serei favorável novamente. Quero deixar clara a minha posição.

(Manifestação das Galerias)

Eu só gostaria que o presidente descontasse o tempo das vaías, que não vão interferir nas minhas palavras.

Então quero deixar claro, por quê? Por que está se fazendo isso no Paraná?

A grande questão é que, muitos parlamentares fogem do debate, não falam a verdade ao povo paranaense, é a questão do Fundo de Previdência do Estado quando lá, há uns anos atrás, o governo federal autorizou os Estados e municípios a criarem o seu próprio Fundo de Previdência, o que ocorreu?

Muitos governantes prefeitos e governadores criaram o seu Fundo de Previdência, e aqui quero dizer, quem criou o Fundo de Previdência no Estado do Paraná foi o senador Roberto Requião. Dois anos depois, ele percebeu que tinha cometido um equívoco com as finanças do Paraná e aí extinguiu o Fundo de Previdência. Cometeu dois erros naquela oportunidade: um, ao criar o Fundo e não fazer o encontro de contas com o INSS, quando o governador Jaime Lerner assumi o governo, já se pagava para aposentados trinta e seis milhões de reais por mês e hoje aproxima-se de cem milhões. Por que isso aconteceu?

Pela irresponsabilidade no passado, quando criou-se um Fundo que dava uma pequena economia para o Estado, naquele momento, mas criou-se um rombo nas

finanças do Estado que não tem outra saída, a não ser se desfazer de um ativo e colocar esses recursos no Fundo de Previdência, para, aí sim, poder gerir o futuro deste Estado de uma forma normal.

Por isso, vim à tribuna colocar a minha posição, porque não temo pela minha posição. Tenho certeza absoluta, senhores deputados, que se esse governo não vender, e gostaria que ficasse nas notas taquigráficas essas minhas palavras: se este governo não vender a Copel, que concordo, é uma pérola preciosa que temos neste Estado, se esse governo não vender, o próximo vai vender e muitos daqueles que estão aqui, hoje, se posicionando contrários à venda da Copel, estarão, aqui, defendendo, porque aí vão ter alegações dizendo, o que eu mesmo disse aqui, talvez, e vão querer aprovar a venda da Copel, porque não há outra saída para as finanças do Estado do Paraná.

Estou certo e convicto desta minha posição, o Estado está com a sua receita toda comprometida. Se o Estado não deixar de gastar com os aposentados, não terá condições de dar reajuste aos servidores públicos, não terá condições de dar os atendimentos na área da saúde, na segurança e na educação.

A Copel, se vendida, não vai embora do Paraná, permanece no Paraná, continua no Paraná, e certamente nós, com esses recursos, ao corrigir uma distorção nas finanças do Estado do Paraná, que foi um equívoco do governo Requião, certamente estaremos colocando o Estado do Paraná como um dos Estados mais prósperos do País.

Quero também, aqui, talvez muitos não recordam, prefeito de Londrina, do Partido dos Trabalhadores, ao qual tenho respeito, não vou aqui fazer críticas, também jurou nos palanques que não privatizaria a Sercomtel. O que aconteceu?

Quando assumiu a Prefeitura de Londrina, ele se deparou com um problema...

(Manifestação das galerias)

Posso até ter descaso das pessoas que estão aqui, pelo meu pronunciamento, mas gostaria de ter o respeito que dediquei a V. Exas. até este momento, altas horas da madrugada. Jamais vão me tolher a liberdade de poder expressar aqui a minha vontade, porque estou autorizado para fazê-lo.

Só para recordar a questão da Sercomtel. O prefeito de Londrina, ao assumir a Prefeitura deve ter contratado uma equipe técnica para dizer a ele o que ele faria com a Sercomtel. O que aconteceu? O que os técnicos e estudiosos disseram?

Que não teria outra saída, a não ser privatizar a Sercomtel. E não é desonestidade dele; é uma situação criada, porque o grande patrimônio da Sercomtel de Londrina é os seus clientes. E todos nós sabemos que a Sercomtel não tem condições de competir com a TIM e com a Global, com essas companhias que têm capacidade de investimento.

Então, quero dizer, aqui, a todos os paranaenses, que se alguém teria que estar pedindo desculpas ao povo paranaense, é o senador Requião, porque foi ele quem levou o Estado a essa situação. Vi, daqui da tribuna, alguns deputados falando do Banestado. Esqueceram-se de dizer ao povo do Paraná, que o Banestado ia ao redesconto diário com setecentos e...

(Corte do som)

Eu gostaria que V. Exa. tivesse a mesma complacência que teve com o deputado Vanhoni, até pelas interrupções que tive e a liberdade que têm, aqui, os nossos ouvintes.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)
V. Exa. tem.

O SR. VALDIR ROSSONI

Então o que acontece, na verdade, o que está em jogo aqui, não é a questão...

(Manifestação das Galerias)

Senhor presidente, por favor!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Eu solicitaria encarecidamente, para que os nossos visitantes respeitassem o orador da tribuna, tanto quem é a favor e quem é contra. Por gentileza, mantenham-se em silêncio. Já colaboraram conosco depois do reinício dos trabalhos, da última interrupção.

Por gentileza, mantenham-se em silêncio e vamos ouvir o nosso orador.

A palavra está assegurada a V. Exa.

O SR. VALDIR ROSSONI

É importante que se diga que a democracia é feita do contraditório. Quem não quer ouvir o outro lado, não pode pregar a democracia.

Por isso estou aqui, meu nome é Valdir Rossoni, meus votos são sessenta mil e assumo essa posição. E o futuro, vocês que estão vaiando, o futuro lhes dirá. Muitos dos meus colegas que hoje se posicionam contrários à privatização da Copel, torço que voltem para esta Casa, quero ver a posição deles daqui a dois anos, quando, por uma eventualidade, estiverem governando este Estado e quando sentirem as mesmas dificuldades que o atual governo está enfrentando.

Não sou líder do Governo, se fosse pelo governo, e como o governo agiu com o deputado Rossoni, talvez eu tivesse que estar votando, aqui, pela mágoa, não votaria favorável. Mas, sou um homem de posições. Não pensem os senhores que me vendo ou me troco! Eu tenho posição, assumo as minhas posições publicamente. E quero dizer aos deputados aqui que têm a mesma posição minha, podem se sentir confortados. O homem tem que ter coragem. Muitos homens que às vezes se deixam levar pela platéia e pelo aplauso, erram e depois não voltam.

Por isso não tenho medo da minha posição. Assumo publicamente e estou à disposição para fazer um debate com qualquer pessoa que assim o desejar.

Muito obrigado!

O SR. ORLANDO PESSUTI

Para encaminhar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Para encaminhar, deputado Augustinho Zucchi.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Falei com ele, e ele permite que eu fale primeiro.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Com a palavra, deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente e senhores deputados.

Eu não tinha previsão de fazer o encaminhamento da votação, até porque já estou praticamente sem voz, não que tenha falado muito, porque consegui dos trinta minutos da discussão da matéria, falar apenas dezessete minutos, mas é pelo problema da gripe que inviabilizou a minha voz.

Mas quando o deputado Rossoni foi à tribuna e trouxe de volta a discussão, não do projeto do deputado Divanir Braz Palma, mas da criação e da extinção do Fundo de Previdência, nos tempos do governo Requião, ele, de novo, veio aqui bater em uma tecla que durante seis anos, quase, que ele esteve na Liderança, ele esteve quatro anos na liderança, ele bateu nessa tecla durante quatro anos e nesse período eu tive a oportunidade de ser líder do PMDB na Assembléia e, também da Oposição, e em todas aquelas oportunidades eu pedia ao deputado Rossoni que nos trouxesse os números que ele tanto canta em verso e prosa, de que o Estado estaria quebrado por causa desse Fundo de Previdência. Até hoje ele não trouxe esses números.

Quantas pessoas ingressaram na condição de Regime Único pela Lei do Fundão? Quantas dessas pessoas já foram aposentadas ou se transformaram em pensionistas e estão, vamos dizer assim, quebrando o Estado do Paraná. Quantas pessoas?

Pelo que sei, são já algumas dezenas que estão proibidas de se transformarem em aposentados e pensionistas, porque o Tribunal de Contas ou o ParanaPrevidência não aceita.

Então, deputado Valdir Rossoni, já foi por nós solicitado diversas vezes para trazer essas informações. V. Exa., toda vez vem à tribuna, diz que foi o governo Requião o responsável por esta situação terrível que está o Paraná.

Eu sempre conto, rapidamente, uma pequena história.

O Paraná começou em 1853, o governo do PMDB, Requião, Mário Pereira, terminou em 1994. Cento e qua-

renta e um anos de existência do Paraná e de diversos governadores. Uma dívida de um bilhão e quatrocentos milhões! Se dividirmos por cento e quarenta e um anos, cada governador foi responsável pelo endividamento do Paraná em dez milhões de reais ao ano de governo! Cento e quarenta e um anos, vezes dez milhões, é igual a um bilhão, quatrocentos e dez. Pois bem, o Jaime Lerner, em seis anos, passou de um e quatrocentos para, digamos, quatorze, quer dizer, multiplicou por dez. Aumentou em praticamente duzentas e cinquenta vezes a dívida que o Paraná tinha. Aumentou em dois bilhões e quinhentos milhões de reais por ano. Os outros endividavam em dez; ele endividou em dois bilhões e quinhentos. E o deputado Valdir Rossoni vem aqui e diz que foi o Requião!

Daqui a pouco vai dizer que é o Álvaro Dias, depois vai dizer que é o Jaime Canet, e olha que o Jaime Canet, que é uma pessoa que tem um senso privatista, eu estava junto com o deputado José Maria Ferreira, o vereador Salamuni, o Samek também estavam na Associação Comercial, um debate que teve, e ouvi, com o meu próprio ouvido, ao lado do senador Osmar Dias, que lá estava também, o ex-governador Jaime Canet dizer o seguinte: “eu sou uma pessoa que defende a privatização, todos vocês sabem, mas quero dizer uma coisa: carece este governo de moral para conduzir o processo de privatização da Copel”.

Então minha gente, não pode, deputado Valdir Rossoni, V. Exa. vir aqui dizer que o Governo do Estado, vendendo a Copel, vai dar o reajuste aos funcionários. Vender o quê?

Vender os 31% que tem! O Governo só tem 31%, mas já vendeu 53% da Copel e cadê o reajuste dos funcionários, deputado Valdir Rossoni? Vendeu metade da Sanepar, cadê o reajuste dos funcionários? Vendeu o Banestado. E ele disse: “no governo Requião, o Banestado tinha que ir ao redesconto todos os dias com setecentos milhões”. É verdade, setecentos milhões. O que eles aprontaram? Venderam o Banestado por um bilhão e seiscentos e acrescentaram no lombo do povo paranaense um prejuízo de quatro bilhões e duzentos milhões? No tempo do Requião, do PMDB, o rombo era de setecentos: no governo do Jaime Lerner, do Valdir Rossoni, o rombo ficou em quatro bilhões e duzentos milhões! Quem quebrou o Paraná, deputado Valdir Rossoni?

Outra coisa que me leva a vir aqui e encaminhar favoravelmente ao projeto do deputado Divanir Braz Palma. Ele falou da questão de Londrina, falou do Sercomtel que, na realidade, é do Sercomtel. Lá, deputado Valdir Rossoni, o que está se discutindo não é a venda de uma empresa que produz energia, não é a venda de uma empresa que produz água, que extrai água, que nos oferece água, essa daqui é do poço artesiano da Assembléia e não tem odor, não tem sabor, é incolor, é cristalina e nós estamos bebendo com toda a tranquilidade. Lá trata-se, deputado Valdir Rossoni, dos telefones celulares, e com uma diferença, lá, para se concretizar a venda, que está acusando que o prefeito vai fazer, haverá uma consulta

plebiscitária, que é o que nós também estamos defendendo, aqui, para vender a Copel, para vender a Sanepar, para colocar pedágio nas rodovias: vamos fazer isso, vamos botar o pedágio? Vamos. Então, vamos consultar o povo, se ele quer! Vamos vender a Sanepar? Vamos fazer o plebiscito para ver se o povo quer! Quer vender a Copel? Pois bem, desarquemos, amanhã, o Projeto de Resolução nº 06/2000, do deputado José Maria Ferreira, aprovemos aqui o projeto, faça a consulta popular. Se o povo do Paraná disser “sim” à privatização da Copel, nós voltamos aqui e votamos a favor e acabou. Mas vamos ouvir o povo e não vir aqui acusar o Requião de que quebrou o Paraná, de que vai dar um aumento que não deu. Já vendeu 53% e não deu, não é vendendo os 31%!

Olha, minha gente, acho que algumas verdades têm que ser mostradas. Se o deputado Valdir Rossoni tem essas verdades para mostrar para nós, que as mostre. Eu estou há quatro anos pedindo a relação dos funcionários que foram para o Fundo de Previdência, foram para o Regime Único e quanto é que eles estão quebrando, por mês, o Paraná! Faz quatro anos e o deputado Valdir Rossoni não apresentou, mas toda vez ele vem com esse discurso! Portanto, vamos dar um tempo nisso e vamos votar o projeto do deputado Divanir Braz Palma, que nos dará tempo, deputado, e nos dará tempo, inclusive, nesses três meses que V. Exa. propõe, de realizarmos um plebiscito no Paraná, para ver se o povo do Paraná quer vender a Copel ou não.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Para encaminhar, deputado Augustinho Zucchi.

(Manifestação nas galerias)

A palavra está assegurada ao deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Acho que nesta hora em que nos encontramos aqui, dificilmente vamos estabelecer uma discussão disso ou daquilo com relação ao governo, embora reconheça que há, realmente, que estabelecer o contraditório, até por causa de uma decisão que nós temos que tomar.

Agora, eu estava me lembrando, aqui, de todos os projetos que passam na Casa, deputado Algaci Tulio, e eu gostaria de perguntar ao deputado Basílio Zanusso, decano desta Casa, com vários mandatos, que tem o respeito de todos nós, que aqui está, que como Presidente da CCJ, deu o parecer favorável ao projeto do deputado Divanir Braz Palma. Não só o deputado Basílio Zanusso como presidente, outros parlamentares: o deputado Duílio Genari, que foi o relator; a deputada Serafina participou; deputados Plauto; Belinati; Eli Ghellere, Pessuti. Portanto, deputado Waldyr Pugliesi, a primeira votação que nós temos aqui, é a votação da constitucionalidade, é a votação se o projeto do Divanir Braz Palma é constitucional ou não, deputado Caíto Quintana.

E rogo aqui, quem sabe, para nos abalizar um pouco mais neste projeto, que julgo importante, deputado Divanir, e tem, quero falar aqui em nome do Bloco Independente, a quem tenho orgulho de liderar nesta Casa, em nome dos deputados Algaci Tulio, Marcos Isfer, Cezar Silvestri, Pastor Edson, Renato Gaúcho, em nome do deputado Chico Noroeste, que passa, agora, a fazer parte conosco e em nome da deputada Serafina, em nome do deputado Tiago, todos contra a venda da Copel, deputado Tony Garcia também, nós, deputado Divanir, achamos importante este projeto, porque nos dá um tempo para que possamos, quem sabe, rediscutir melhor até aquelas questões levantadas pelo deputado Valdir Rossoni. Quem sabe pudéssemos ter um aprofundamento maior ainda, com relação a essa questão da Copel e por isso concordamos com o projeto do deputado Divanir.

Agora, eu gostaria, deputado Basílio, V. Exa. sabe que a fala aqui, não é apenas conversa jogada fora. Falo aqui, porque sinto nos meus companheiros desta Casa, o respeito que têm por V. Exa. pela sua condução sempre serena, pela sua condução sempre em busca do consenso, sempre equilibrada, sempre em busca do justo, gostaria de ouvir o deputado Basílio Zanusso com relação à constitucionalidade, que é objeto da primeira votação que teremos aqui. Esse projeto, deputado Divanir, quero parabenizá-lo porque V. Exa. faz parte da Base de Apoio do Governo, mas eu o conheço o suficiente para dizer isso, V. Exa. é um deputado que tem dependência nos seus posicionamentos, já verifiquei isso aqui, essa atitude por várias vezes.

Tenho certeza absoluta que votando esse projeto, o Paraná vai lhe dever muito, porque aqui falou o deputado Pessuti e quem sabe não tenha falado, aqui, com relação aos ex-governadores. Vamos pegar do falecido Ney Braga, presidente do Conselho de Administração da Copel, que foi governador, ministro, pessoa da mais alta influência na política do Estado do Paraná.

Quando se falou em privatizar a Copel, o ex-governador Ney Braga demitiu-se da presidência do Conselho de Administração. Sabia ele que algo que tinha ajudado a gerar no Paraná e orgulho para o povo paranaense, não poderia ele ser, quem sabe, um dos co-participantes do fim deste patrimônio invejável que é a nossa Copel. Jaime Canet, que teve uma passagem também como homem realizador de obras por este Estado, tem a mesma posição. Emílio Gomes, a mesma posição. Roberto Requião a mesma posição, de forma muito clara, porque há algum tempo está afastado da política. Portanto, se todos os governadores, os ex-governadores são contra a privatização da Copel - procede um projeto de V. Exa., deputado Divanir, de que haveremos de analisar com tranquilidade maior. Na verdade, o dia "D" foi de ontem para hoje, na Assembleia Legislativa. Vimos o quanto está emergente esta discussão no Estado do Paraná. Razão pela qual tivemos a decisão de valorosos companheiros, em um momento difícil, quem sabe arriscando a sua carreira política, deixando favores que possam ter, para a sua base

eleitoral - tomar uma posição em favor do povo do Paraná.

Quero dizer o seguinte: sou contra a privatização da Sercomtel. Vamos colocar um projeto que aprova o plebiscito da população do povo do Paraná, como falou o deputado Pessuti, achar que deva privatizar a Copel, teremos a obrigação de votar, favoravelmente, à posição do povo do Paraná. Mas, enquanto votarmos sem o plebiscito - o único indicativo inequívoco, inquestionável que temos é a indicação da população em todos os seus setores. A indicação da população de que realmente deveremos tomar outra decisão, com relação a questão da Copel.

Para encerrar, quero fazer o registro de um político desprendido, que pode ter a certeza absoluta que deu a sua quota e contribuição, saindo, hoje, da Capital Federal, às altas horas da noite, vindo na Assembleia Legislativa, mesmo que não viesse conversar com nenhum deputado, especificamente; mesmo que viesse com o direito que tem, de como ex-governador ter construído, na quase sua totalidade, a Usina de Segredo, tem ele o direito de vir aqui acompanhar a votação, prestigiar a Assembleia Legislativa.

Quero render as minhas homenagens ao senador Álvaro Dias, que nos acompanha nessa votação, que haverá de ser um divisor no Paraná.

Conheço o deputado Litro, da sua origem humilde. Um parlamentar que veio da base do nosso querido município de Dois Vizinhos. Um parlamentar identificado com a classe popular, com a mesma classe popular que o trouxe à Assembleia Legislativa, dando-lhe uma expressiva votação naquele município. Tenho a certeza que nos momentos difíceis em que se encontrava o deputado Litro, teve um companheiro - não falo porque ele sabe quem é. Companheiro, a gente reconhece nos momentos mais difíceis. Sei da sua história política, dos passos que deu, admirável, iniciando como vereador no município de Dois Vizinhos, palmilhando os caminhos daquele município e nas redondezas, de mão em mão com sua simplicidade e simpatia chegou à Assembleia Legislativa.

Como foi falado aqui, ele não deu nenhuma posição. Ele deu uma posição favorável ao projeto de iniciativa popular. Tenho a certeza absoluta, pautado no nosso povo do Sudoeste do Paraná, que nos momentos mais difíceis, quando lá havia a intervenção dos jagunços grilando as suas terras, ninguém correu do Sudoeste. Transformaram aquela região, em um poder estabelecido. O presidente da República, na época, veio ao Sudoeste do Paraná e formou-se a nossa região, de uma índole de uma participação ativa, que questionava tudo politicamente.

Portanto, a compreensão, que tem que ter também os companheiros, que votam favorável à venda da Copel, é de que o deputado Litro, se escutar o coração do povo do Sudoeste do Paraná, pode ter certeza absoluta, como nós, vai votar favoravelmente ao projeto popular. Tenho a certeza, será reconhecido por aquela população porque lá o encaminhamento da questão política, para quem

conhece a região, dá-se de maneira diferenciada no Estado.

Faço esse apelo para que o deputado Litro possa proceder dessa forma. E possamos dar uma resposta ao povo do Paraná, nesta madrugada memorável, em que o Paraná vai decidir a sua votação, quem sabe mais importante da sua história político administrativa, porque é o primeiro projeto popular.

Agradeço a V. Exa. pela colaboração do tempo. Estou encerrando em respeito ao deputado Valdir Rossoni, ao seu pronunciamento, pela sua coragem em defender o seu posicionamento, embora nós diverjamos da sua posição, neste momento.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela ordem, concedo a palavra ao deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, senhores deputados.

Não pretendia fazer uso da palavra, mesmo porque estamos às 2h00, da manhã, discutindo ainda o projeto de lei, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, quando, grande parte das pessoas que se encontram nas galerias e neste prédio, vieram para ouvir, os senhores deputados e assistirem a decisão maior do projeto de iniciativa popular. Inquirido que fui, solicitado da tribuna pelo deputado Augustinho Zucchi, como explicar a votação em primeira discussão do projeto do ilustre deputado Divanir Braz Palma. Todos nós sabemos que o deputado Zuk, homem inteligente, capaz que é, foi apenas uma provocação para que eu dissesse alguma coisa, porque ele sabe que, o plenário é soberano. Sou apenas presidente e presidi a reunião que aprovou o Projeto nº 240/2001, agora em discussão, do deputado Braz Palma. Foi apresentado parecer do ilustre relator e o Plenário da CCJ aprovou e veio para cá depois de ter passado, certamente, por outras comissões. Sabe o deputado Augustinho Zucchi, que o Plenário é soberano.

Qualquer comissão permanente pode aprovar ou não, nas comissões, muito embora o trabalho das comissões permanentes seja importante, um trabalho de orientação ao Plenário. Aqui, a decisão é de mérito, política e maior. Portanto estranhei; o que eu esperava; foi surpresa para mim que tivesse na Ordem do Dia, primeiro o projeto do deputado Divanir Braz Palma e não o Projeto nº 248, do ilustre deputado Tony Garcia e nem o nº 12.355.

Espero ter esclarecido o bastante e respondo a solicitação do prezado deputado Augustinho Zucchi.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não tenho mais nenhum orador que queira encaminhar o presente projeto. Está em votação.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito a chamada nominal dos senhores parlamentares, pelo senhor 1º secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

(Procede à chamada nominal)

Cinquenta e três senhores deputados responderam a chamada nominal, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos entrar em processo de votação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Pela ordem, senhor presidente?

(Assentimento)

Solicito a V. Exa., se o deputado Litro está presente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está presente, aqui.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Questão de ordem respondida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estamos entrando no processo de votação. Faço uma solicitação para que os senhores deputados fiquem em seus lugares. Vamos aguardar o senador Álvaro Dias para que possamos proceder a votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Pela ordem, senhor presidente?

(Assentimento)

Senhor presidente, estamos no processo de votação. Foi feita a chamada nominal. Embora, com todo o constrangimento que me acomete neste momento, devo solicitar a V. Exa. que não considere presente, para a votação, o deputado Cleiton Kielse, meu amigo, porque ele não está trajando as vestes que o regimento estabelece. Ele está vestindo uma roupa “country” e o regimento da Assembléia não permite esse traje, para a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, concedo a palavra, ao deputado Cleiton Kielse.

O SR. CLEITON KIELSE (**Pela Ordem**)

Em respeito à competência do deputado Orlando Pessuti, queremos lhe passar, que o regimento interno diz que o traje não é necessário o paletó completo e, sim, a cobertura, com gravata e um traje de respeito a esse Ple-

nário - como V. Exa. veio já várias vezes, deputado Orlando Pessuti. E eu estou assim.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Sempre de paletó, deputado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito aos senhores deputados que tomem assento em seus lugares, para que possamos proceder a votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, gostaria que V. Exa. me respondesse essa questão de ordem, porque em outras votações, poderemos ter a mesma situação.

O SR. ALGACI TULIO

Pela ordem, senhor presidente?

(**Assentimento**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero responder a questão de ordem do deputado Orlando Pessuti. Resolução nº 14/91, no seu artigo 1º, fala o seguinte: é obrigatório aos senhores deputados e funcionários, durante a Sessão Plenária o uso de traje passeio completo. E o deputado Cleiton Kielse está com traje passeio completo.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Não é traje passeio-completo, senhor presidente.

O SR. ALGACI TULIO

O senhor não entra no Clube Curitibano com esse traje. Não é traje passeio completo, senhor presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Não é traje passeio completo, portanto, ele não está em condições de votar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Indefiro a questão de ordem levantada pelos nobres deputados.

O SR. ALGACI TULIO

O senhor pode ver a placa, atrás da Mesa, onde se exige que a entrada neste plenário, dos senhores parlamentares, de seguranças e de assessores, têm de ser terno, paletó e gravata, senhor presidente.

(**Aplausos**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou responder a V. Exa., é o que fala a Resolução nº 14/91: passeio completo.

O SR. RICARDO CHAB

Pela ordem, senhor presidente?

(**Assentimento**)

Senhor presidente, gostaria de perguntar se o deputado Cleiton Kielse estivesse trajando a pilcha gaúcha, que esta Assembléia, aprovou como traje oficial, valeria o voto?

O SR. ORLANDO PESSUTI

Não, porque foi vetado pelo governador Jaime Lerner.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Pela ordem, senhor presidente?

(**Assentimento**)

É bom lembrar o deputado Ricardo Chab, que não foi com o meu voto.

O SR. DURVAL AMARAL

Essa questão é secundária. Vamos votar!

(**Tumulto nas galerias**)

O SR. CLEITON KIELSE

Está satisfeito, deputado Pessuti.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o projeto.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Pela ordem, senhor presidente?

(**Assentimento**)

Eu gostaria que V. Exa. procedesse a votação, desse projeto, nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Terá de passar o requerimento de V. Exa. Solicito que V. Exa. encaminhe à Mesa o requerimento solicitando que seja votação nominal, para eu colocar em votação, em plenário.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Estou encaminhando verbalmente o requerimento, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o Requerimento nº 2488 do senhor deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente, solicitando a votação nominal para o Projeto de Lei nº 240/2001, constante da presente Sessão Ordinária. **Rejeitado.**

Os senhores deputados que aprovam o requerimento do deputado Ângelo Vanhoni, queiram levantar-se.

(**Tumulto nas galerias**)

Solicito ao senhor 1º secretário a contagem nominal, dos senhores parlamentares.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Vinte e cinco senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vinte e cinco senhores deputados aprovam.
Os senhores que rejeitam, queiram levantar-se.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Vinte e sete senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vinte e sete senhores deputados rejeitam.
Está rejeitado o requerimento.

(**Tumulto nas galerias**)

O SR. NEIVO BERALDIN

Pela ordem, senhor presidente?

(**Assentimento**)

Senhor presidente, gostaria de citar o nome de quem votou a favor do requerimento do deputado Ângelo Vanhoni, pedindo que o voto fosse nominal. Os nomes dos deputados que votaram a favor do requerimento, para que o voto fosse aberto, são os seguintes: Ângelo Vanhoni, Cezar Silvestri, Edson Strapasson, Nereu Moura, Waldyr Pugliesi, Orlando Pessuti, Irineu Colombo, Luciana Rafagnin, Hermes Fonseca, Ademir Bier, Augustinho Zucchi, Marcos Isfer, Algaci Tulio, Tiago Amorim Novaes, Eli Ghellere, Chico Noroeste, Caíto Quintana, Luiz Carlos Zuk, Tony Garcia, Serafina Carrilho, Pastor Edson Praczyk, Renato Gaúcho, Neivo Beraldin, José Maria Ferreira e Antonio Anibelli. Esses nomes desejam que a votação seja feita nominalmente. Essa é a diferença.

Obrigado.

(**Aplausos**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o projeto.

Os senhores deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

(**Tumulto nas galerias**)

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Vinte e seis senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vinte e seis senhores deputados aprovam.

Os deputados que rejeitam o projeto, queiram levantar-se.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Vinte e seis senhores deputados, também.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vinte e seis senhores deputados rejeitam.

Declaração de voto da Presidência.

Senhores deputados, senhoras e senhores, cabe ao chefe do Poder Legislativo decidir sobre a matéria, em votação no plenário, referente ao projeto do deputado

Divanir Braz Palma, que prorroga por 90 (noventa) dias a data da privatização da Copel.

Hoje, é um dia histórico para a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que tem a honra de analisar e votar três importantes matérias, entre elas, o primeiro projeto de iniciativa popular da história dos legislativos estaduais brasileiros, depois da Constituição de 88, a Constituição Cidadã.

Não sou um homem de omissão. Fiz desde que entrei na política, uma opção definitiva pela decisão. Sempre fui e sempre serei, senhores deputados, homem de decisão. Essa opção, que me permite agir sempre como magistrado, condição na qual tenho conduzido os trabalhos, nesta Assembléia Legislativa, desde que tomei posse, com determinação, isenção e preocupação permanente com os postulados que regem esta Casa e pela opinião formada, desde que deitei os olhos sobre o projeto do nobre deputado Divanir Braz Palma, de que se trata de uma medida paliativa, meramente protelatória, que apenas prorroga um ato do Executivo.

Manifesto pelo seu arquivamento e proponho que passemos, imediatamente, à análise do projeto de iniciativa popular, que tem por objetivo vetar a privatização da Copel, esta sim, a principal razão que nos traz, aqui, hoje.

Faço um apelo, a todos os deputados, sem mais delongas, sem medidas de adiamento: vamos ao trabalho!

(**Aplausos**)

O SR. ALGACI TULIO

Pela ordem, senhor presidente?

(**Assentimento**)

Senhor presidente, desejo registrar neste momento, o nome dos senhores deputados que votaram favoravelmente ao projeto de autoria do deputado Divanir Braz Palma: o próprio autor do projeto, Ângelo Vanhoni, Cezar Silvestri, Edson Strapasson, Nereu Moura, Waldyr Pugliesi, Orlando Pessuti, Irineu Colombo, Luciana Rafagnin, Hermes Fonseca, Ademir Bier, Marcos Isfer, Eli Ghellere, Chico Noroeste, Caíto Quintana, Augustinho Zucchi, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Tony Garcia, Serafina Carrilho, Pastor Edson Praczyk, Renato Gaúcho, Tiago Amorim Novaes, Antonio Anibelli, Neivo Beraldin e este parlamentar, Algaci Tulio.

O SR. IRINEU COLOMBO

Pela ordem, senhor presidente?

(**Assentimento**)

Eu gostaria de ter a clareza do voto de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. conhece a minha posição: votei pelo arquivamento do projeto.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, o termo arquivamento não é possível em votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Votei contrário. Votei contra o projeto.

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 248/2001, de autoria do Fórum Popular Contra a Venda da Copel, que revoga a Lei nº 12355, de 08 de dezembro de 1998, que trata da alienação de ações da Copel, e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC.

PROJETO DE LEI Nº 248/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998, que autoriza o Poder Executivo a implementar a reestruturação societária da Companhia Paranaense de Energia - Copel, alienar, dar em caução ou oferecer em garantia ações do Estado no capital daquela Companhia, bem como contratar operações de crédito, financiamentos ou outras operações por si ou pela Paraná Investimento S/A e adota outras providências.

Art. 2º - O Estado do Paraná deterá sempre, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias da Companhia Paranaense de Energia - Copel, e das demais empresas a ela vinculadas.

Parágrafo Único - A reserva de que trata este Artigo não poderá ser dada em caução ou garantia de qualquer espécie.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Curitiba, 11 de junho de 2001.

(a) FÓRUM POPULAR CONTRA A
VENDA DA COPEL

JUSTIFICATIVA:

O Fórum Popular Contra a Venda da Copel - movimento cívico, paranista, patriótico, pluralista, suprapartidário, multidisciplinar e democrático - conclamou a sociedade paranaense a lutar contra a entrega da maior e mais rentável empresa pública do Estado e foi amplamente atendido.

Entidades da sociedade civil, ligadas ao setor produtivo, também se manifestaram na defesa do patrimônio público. Entre elas, o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná. O Conselho Estadual de Economia e Contabilidade, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Federação das Indústrias do Estado do Paraná, a Federação da Agricultura do Estado do Paraná, a Federação do Comércio do Estado do Paraná, a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, as Igrejas Católicas e Evangélicas, Centrais Sindicais de caráter

nacional, além de diversos outros segmentos sociais organizados.

É inadmissível que o Governo do Estado, sem ter preocupação do povo paranaense, venda a melhor empresa do setor elétrico brasileiro, sem nos esquecermos de sua característica de empreendedora, podendo gerar outras subsidiárias de interesse do Estado do Paraná.

Mesmo assim, o governador Jaime Lerner assinou decreto no dia 4 de maio de 1999, criando o Conselho de Desestatização, encarregado de preparar a privatização da companhia, que no ano interior registrou um lucro de R\$430 milhões. Entre as atribuições deste órgão constam a elaboração do cronograma de desestatização da Copel e a fixação do preço de venda de suas ações.

Em 27 de dezembro do ano passado, a Copel criou mais cinco subsidiárias, cada uma respondendo por um setor estratégico da empresa: geração, transmissão, distribuição, telecomunicações e sistemas de informações, todas subordinadas à holding Copel, que assim, poderia ser mais facilmente vendida, o que hoje é a grande obsessão do governo: vender a qualquer preço a empresa para equilibrar o seu caixa, que vem sofrendo as consequências de uma administração perdulária e imprevidente.

Na campanha eleitoral de 1994, Jaime Lerner prometeu que não privatizaria o Banestado nem a Copel e todos sabem que as suas promessas não têm nenhum valor. A Copel é um patrimônio público que pertence ao povo paranaense e este não permitirá a sua entrega a um grupo privado nacional ou estrangeiro.

A Copel representa aproximadamente 10% de toda demanda de pico no Brasil, com 4.525 MW de capacidade de geração máxima. E 95% de sua energia é hidráulica, permanente, renovável e verde-amarela.

Vender um ativo público desta magnitude, inteiramente pago pela nossa gente, sem acrescentar um único quilowatt e sem gerar um emprego (ao contrário, gerando postos de trabalho sabe-se lá onde) seria uma verdadeira insanidade.

Nada justifica a dilapidação do patrimônio público do Paraná. E contra isso as forças vivas da sociedade estão reagindo e se mobilizando, sob a bandeira do Fórum Popular Contra a Venda da Copel.

Em decorrência, o Fórum Popular elaborou o presente Projeto de Lei de iniciativa Popular, hoje subscrito por mais de 100 mil eleitores paranaenses, que querem ver revogada a Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998, que autorizou a venda de ações da Copel, em regime de urgência e sem consulta ao povo do Paraná.

O Fórum Popular rejeita as afirmações capciosas do Executivo de que a Copel perderá competitividade a partir de 2004, quando se concluir o seu projeto de lesa pátria, vendendo o setor elétrico brasileiro como sucata a poderosos grupos financeiros internacionais.

Mesmo isso já reverteu, com o próprio Governo Federal revendo sua estratégia e interrompendo o processo de privatização do setor elétrico, constatando que

ele não representará a modernização do sistema, a ampliação dos serviços e o melhor atendimento aos usuários. Não há garantia nenhuma de que as empresas privatizadas terão fôlego, reservas de capital, créditos internacionais e disposição para investir na geração de energia.

A privatização da Copel seria um retorno à década de 1950, quando a Companhia Força e Luz (subsidiária da Bond and Share) não atendia ao clamor público, alegando os seus diretores que não tinham autonomia para expandir os serviços. E a empresa de capitais americanos e canadenses, que tinha interesse em dezenas de países, incluindo os sistemas elétricos do Rio de Janeiro e de São Paulo, jamais se preocupou com a angústia dos paranaenses.

O Fórum Popular continuará a mobilizar a sociedade paranaense em defesa da melhor, mais rentável e mais eficiente empresa pública do Estado, que hoje está presente em obras de engenharia e construção de barragens no Brasil, China, Argentina, Colômbia, Malásia, Paraguai e Chile.

O Paraná dispõe de um grande potencial hídrico, bem superior à capacidade de Itaipu, e mantém em suas barragens um volume extraordinário de água, o petróleo do século XXI.

E tem amplo domínio sobre a tecnologia de construções, manutenção e operação de sistemas, sendo grande formadora de mão-de-obra especializada e de engenheiros e técnicos de primeiro nível, que tem repassado ao longo de sua existência ao parque industrial paranaense.

Com a venda da Copel, o governo do Estado pretende também entregar os rios, que são bens públicos intangíveis e nenhum governo tem o direito de aliená-los, a qualquer título. Os rios pertencem à história, desde o antigo Egito quando Rio Nilo foi berço da civilização, até os nossos Rios Iguaçu, Paraná, Ivaí, Piquiri e outros.

Incentivos fiscais e serviços de terraplenagem para atrair investimentos são de água e energia elétrica em abundância, os fatores mais valorizados quando se cogita de novas plantas industriais. E governo nenhum tem o direito de abrir mão destas vantagens, sob pena de cometer um crime contra a posterioridade.

Por isso, o Fórum Popular recebeu o apoio na reclamação que fez aos paranaenses a se unirem a uma só voz, em defesa da Copel, por tudo que ela já fez e poderá fazer pelo desenvolvimento do nosso Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 248/2001

P A R E C E R :

A proposta de lei em exame, de iniciativa popular, figurando como proponente o Fórum Popular Contra a Venda da Copel, subscrita por 120.984 (cento e vinte mil, novecentos e oitenta e quatro) assinaturas de eleitores paranaenses, tem por objetivo revogar a lei Estadual nº

12.355, de 08 de dezembro de 1998, que autoriza o Poder Executivo a implementar a reestruturação societária da Copel - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, alienar, dar em caução ou oferecer em garantia ações do Estado no capital da empresa, bem como contratar operações de crédito, financiamentos ou outras operações por si ou pela Paraná Investimentos S/A, na forma que especifica.

Esta Presidência desta Comissão Permanente de Constituição e Justiça, avoca o presente relatório, com fundamentos no parágrafo único, do artigo 42, do egrégio Regimento Interno, a fim de cumprir os preceitos emanados do Parágrafo 2º, do artigo 33, do mesmo Estatuto, e demais mandamentos legais pertinentes.

Da análise da iniciativa legislativa

A proposição em epígrafe é oriunda dos resultados obtidos pelo Fórum Popular Contra a Venda da Copel, constando como primeiro subscrito o Sr. Nelton Friedrich, que representa a proposta.

Iniciou-se o processo legislativo através do protocolado nº 6145/2001, que mereceu o acatamento e recepção pela Mesa Executiva deste Poder, na forma de iniciativa popular, nos termos do artigo 67, da Constituição do Estado do Paraná, *in verbis*:

“Art. 67 - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembléia Legislativa do projeto de lei, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado estadual, distribuído em pelo menos cinquenta municípios, com um por cento de eleitores inscritos em cada um deles.”

O preceito constitucional estadual retro descrito, está amparado pelo mandamento superior da Constituição Federal, do Título II - Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo IV - dos Direitos Políticos, através do inciso III, do artigo 14, *in verbis*:

“Art. 14 - A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos e, nos termos da lei, mediante:

I - ...

II - ...

III - iniciativa popular;”

O Regimento Interno disciplina a matéria de iniciativa popular através dos incisos do artigo 244, impondo condições para apresentação desta modalidade de proposição:

“Art. 244 - ...

I - assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores de seu título eleitoral;

II - as listas de assinaturas serão organizadas por municípios e Distritos Administrativos ou Judiciários, em formulários padronizados pela Mesa da Assembléia;

III - o projeto será instruído com documento hábil do Tribunal Regional eleitoral quanto ao contingente de eleitores alistados em cada território municipal, aceitando-se, para esse fim, os dados referentes ao ano anterior, se não disponíveis outros mais recentes;

IV - será lícito a entidade da sociedade civil patrocinar a apresentação de projetos de iniciativa popular, responsabilizando-se inclusive pela coleta de assinaturas;

V - o projeto será protocolado e encaminhado ao presidente da Assembléia, que verificará se foram cumpridas as exigências constitucionais para sua apresentação;

VI - o projeto de lei de iniciativa popular terá a mesma tramitação dos demais, integrando sua numeração geral;

VII - nas comissões ou em plenário, transformado em Comissão Geral, poderá usar da palavra para discutir o projeto de lei, pelo prazo de vinte minutos, o primeiro signatário, ou quem estiver indicado quando da apresentação;

VIII - cada projeto de lei deverá circunscrever-se a um mesmo assunto, podendo, caso contrário, ser desdobrado pela Comissão de Constituição e Justiça em proposições autônomas, para tramitação em separado;

IX - não se rejeitará, liminarmente, projeto de lei de iniciativa popular por vícios de linguagem, lapsos ou imperfeições de técnica legislativa, incumbindo a Comissão de Constituição e Justiça escoimá-lo dos vícios formais para sua tramitação;

X - a Mesa designará deputado para exercer, em relação ao projeto de lei de iniciativa popular, os poderes ou atribuições conferidos por este Regimento ao autor da proposição, devendo recair sobre quem tenha sido, com a sua anuência, previamente indicado com essa finalidade, pelo primeiro signatário do projeto.”

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da proposição, esta Comissão de Constituição e Justiça constata que o presente projeto de lei atende a todos os requisitos impostos pelas normas vigentes:

* A iniciativa popular foi recebida e acatada pela Mesa Executiva, acompanhada de lista de apoiantes de 120.984 eleitores, assentada em formulário previamente aprovado pela Mesa em data de 18 de abril do corrente, conforme requerimento, protocolado nº 3821 de mesma data, subscrito por vários senhores deputados, na forma do inciso II, do artigo 244, do Regimento Interno.

* As listas de assinaturas de apoio à proposta foram organizadas e divididas por municípios paranaenses, constando 241 municípios participantes.

* Em cumprimento do mandamento constitucional de existência de no mínimo cinquenta municípios participando da lista de apoio, com pelo menos 1% (um por cento) dos eleitores de cada município, constatamos o cumprimento do requisito.

* Considerando que o eleitorado paranaense composto de 6.504.490 (seis milhões, quinhentos e quatro mil

quatrocentos e noventa) eleitores, em cumprimento ao disposto no artigo 67, da Constituição Estadual, 1% (um por cento) deste eleitorado representa 65.045 eleitores, sendo que a proposição deteve a subscrição de mais de 2% (dois por cento) do eleitorado paranaense.

Conclusão

No que tange a competência desta Comissão de Constituição e Justiça, a análise da proposição de iniciativa popular nada encontrou que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, estando o projeto de lei em perfeitas condições de merecer a análise das demais Comissões Permanentes desta Casa, e a deliberação do soberano Plenário.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 07.08.2001.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 248/2001 DE INICIATIVA POPULAR

P A R E C E R :

O Projeto de Lei de Iniciativa Popular que revoga a Lei nº 12335, de 08 de dezembro de 1998, que trata da alienação de ações da Copel, analisado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, onde recebeu parecer nos aspectos pertinentes à sua legalidade e constitucionalidade, no âmbito desta Comissão de Finanças à qual compete a análise de mérito referente aos aspectos econômico-financeiros, cabe tecer as seguintes considerações:

1. A Companhia Paranaense de Energia S/A - Copel, tem um papel estratégico a desempenhar no desenvolvimento econômico do Paraná e a sociedade paranaense fez um grande sacrifício para construí-la.

2. A Copel é mais que uma empresa de eletricidade. Tornou-se uma agência de desenvolvimento que apóia as atividades do agronegócio e a industrialização do Estado. Ingressou nos ramos de comercialização de gás, telecomunicação, saneamento, serviços de tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, inclusive de novas fontes energética, como a eólica e a solar, fundamentais para o desenvolvimento de algumas regiões e de comunidades paranaenses.

3. Entende-se que não existe nenhuma determinação legal obrigando aos Estados venderem suas empresas de energia e que, no novo marco regulatório do setor, não há nenhum fator de caráter econômico ou financeiro que implique na perda da competitividade da Copel frente a empresas privadas que atuem no setor. Nem mesmo a exigência legal para que empresas públicas realizem processos licitatórios tem impedido que estas disputem mercados de forma eficiente com empresas privadas.

4. Apesar das restrições determinadas por resoluções do Banco Central para que bancos estatais financiem empresas estatais, o mercado financeiro está aberto para

operação com empresas estatais. Os últimos balanços da empresa demonstram que a Copel, mesmo sob estas restrições, possui capacidade de alavancar recursos financeiros suficientes para garantir investimentos em ampliação de capacidade de geração para atender o crescimento do consumo estadual.

5. Entende ainda que, quando se anuncia um longo período de crise para o setor energético brasileiro, decorrente da inexistência de um planejamento de longo prazo pelo Governo Federal, o momento é ideal para se estimular a atração de investimentos privados para colocar em operação uma maior capacidade de produção de energia elétrica e não promover a transferência simples de ativos.

6. A inexistência no País e no Estado do Paraná de mecanismos eficientes de controle social sobre a concessão para a exploração de serviços públicos por empresas privadas, principalmente daqueles que possuem caráter de atendimento universal da população e a existência cenário de crise onde se prevê uma forte especulação com preços recomenda que estes serviços não sejam regulados apenas pelas leis de mercado.

7. Finalmente, a Copel é uma empresa que opera com baixos custos, que possui grande lucratividade e baixo nível de endividamento e, portanto, com excelente capacidade de obter elevados lucros num futuro próximo, ter seu patrimônio valorizado, além de garantir o abastecimento das empresas paranaenses.

Conclusão

Diante do exposto, e considerando ainda, os mais elevados interesses da sociedade paranaense, nosso parecer é favorável ao Projeto de Lei de Iniciativa Popular que revoga a Lei nº 12.335 explicitando assim um posicionamento contrário à venda da Copel.

Sala das Comissões, em 13.08.2001.

(a) ADEMIR BIER

Presidente e Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 248/2001 DE INICIATIVA POPULAR

P A R E C E R :

Em atendimento ao Art. 33, inciso 6º, do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações manifesta-se acerca do Projeto de Lei nº 248/2001, de iniciativa popular, subscrita por 120.984 (cento e vinte mil novecentos e oitenta e quatro) eleitores paranaenses, reunidos através do Fórum Popular Contra a Venda da Copel.

O projeto em tela trata da revogação da Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998, que dispõe sobre a alienação de ações da Copel e adota outras providências, tendo recebido pareceres favoráveis à sua aprovação, das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, nos aspectos inerentes à análise que lhes compete:

Chamada esta Comissão a opinar, passa as seguintes considerações:

1º) a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel, não se trata de uma empresa qualquer, não devendo ser confundida com outras companhias, algumas até privatizadas, porém, que apenas distribuíam energia elétrica, diferentemente da empresa paranaense que produz a energia;

2º) o mercado de energia elétrica é o mercado do futuro, pois com a adoção de um padrão tecnológico, baseado na microeletrônica e pela incorporação dessa tecnologia aos produtos, fará com que empresas e famílias demandem largamente o consumo de energia elétrica;

3º) criada em 1954 a Copel tem um patrimônio extraordinário com 17 (dezessete) usinas hidrelétricas e 1 (uma) termelétrica. A Companhia Paranaense tem 6 mil quilômetros de linhas de transmissão, 350 subestações e 150 mil quilômetros de linhas de distribuição;

4º) a Copel é a empresa que produz a energia mais barata do Brasil, e somente sendo controlada pelo Estado poderá garantir preço e disponibilidade de atendimento ao setor industrial, servindo de alavanca para o desenvolvimento do Paraná, no crescimento industrial, na geração de empregos e riquezas ao Estado e a sua gente;

5º) a natureza, muito generosa com o Paraná, nos presenteou, com o berço do Rio Iguaçu, um potencial energético fantástico, tanto na queda quanto no volume d'água, que permite a geração da energia;

6º) a Copel é empresa exemplo, referência no Paraná e no Brasil, prestando serviços até para outros países, graças a sua qualidade e competitividade no mercado, produzindo matéria-prima tradicional - energia elétrica - que continuará sendo estratégica e consumida intensivamente no novo milênio;

7º) com o livre mercado de energia, a partir de 2.005, somente com a Copel controlada pelo Estado será possível criar estratégias, oferecendo energia mais barata aos paranaenses, podendo o Estado atrair e fomentar investimentos, garantindo assim o desenvolvimento econômico e industrial do Paraná;

8º) um setor, como o energético, de fundamental importância econômica para o Estado não pode ficar refém do capital e dos interesses estrangeiros, que age com exclusivo intuito lucrativo, visando mais uma vez a exploração de nossas riquezas, como tantas vezes já ocorreu em nossa história;

9º) a Copel é uma empresa muito lucrativa, pois somente em 2.000 teve um lucro de R\$430,6 milhões de reais, superando as expectativas da própria empresa, fornecendo cerca de 30% (trinta por cento) da média nacional, vendendo com lucratividade, contribuindo significativamente na arrecadação de ICMS para o Estado, já que atende preferencialmente os clientes paranaenses, o que poderá não ocorrer com a privatização da empresa.

Conclusão

Isto posto, corroborando o exposto nos pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 248/2001, seguindo sua tramitação normal.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.08.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

Presidente e Relator

FORUM POPULAR CONTRA A VENDA DA COPEL PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR		
Município	Nº de Eleitores (TRE)	Nº de propo- nentes do Projeto de Lei de Iniciativa Popular
Abatiá	7.386	25
Adrianópolis	3.923	
Agudos do Sul	4.612	46
Almirante Tamandaré	49.526	1.357
Altamira do Paraná	5.005	51
Alto Paraná	7.217	
Alto Piquiri	6.736	564
Altônia	12.496	129
Alvorada do Sul	7.152	243
Amaporã	3.725	
Ampére	11.657	880
Anahy	2.041	
Andirá	16.439	
Ângulo	2.286	
Antonina	13.997	665
Antônio Olinto	6.016	
Apucarana	74.812	1.314
Arapongas	61.522	1.389
Arapoti	16.770	332
Arapuã	4.046	6
Araruna	9.888	38
Araucária	60.622	1.588
Ariranha do Ivaí	2.875	28
Assaí	11.298	401
Assis Chateaubriand	20.953	209

Astorga	18.475	435
Atalaia	2.523	108
Balsa Nova	6.378	129
Bandeirantes	20.682	189
Barbosa Ferraz	8.438	232
Barra do Jacaré	2.450	
Barracão	6.968	142
Bela Vista da Caroba	3.833	174
Bela Vista do Paraíso	11.316	101
Bituruna	10.249	
Boa Esperança	5.013	
Boa Esperança do Iguaçu	2.087	
Boa Ventura de São Roque	4.950	293
Boa Vista da Aparecida	7.747	2
Bocaiúva do Sul	6.521	177
Bom Jesus do Sul	3.811	131
Bom Sucesso	4.018	80
Bom Sucesso do Sul	2.224	
Borrazópolis	6.143	75
Braganey	3.839	1
Brasilândia do Sul	2.819	168
Cafeara	1.724	
Cafelândia	7.617	3
Cafezal do Sul	3.174	46
Califórnia	5.860	109
Cambará	17.349	868
Cambé	59.098	1.406
Cambira	4.474	84
Campina da Lagoa	9.895	218
Campina do Simão	3.405	143
Campina Grande do Sul	21.622	109
Campo Bonito	3.741	109
Campo do Tenente	4.760	39
Campo Largo	60.878	708
Campo Magro	11.786	141
Campo Mourão	56.088	917
Cândido de Abreu	13.713	197

Candói	9.357	63
Cantagalo	9.248	2
Capanena	13.996	378
Capitão Leônidas Marques	10.773	210
Carambeí	9.871	2
Carlópolis	7.948	60
Cascavel	159.321	2.735
Castro	40.446	598
Catanduvas	7.970	125
Centenário do Sul	9.424	398
Cerro Azul	11.782	
Céu Azul	6.823	136
Chopinzinho	14.714	659
Cianorte	41.533	2.789
Cidade Gaúcha	6.260	268
Clevelândia	13.170	290
Colombo	94.326	5.209
Colorado	16.671	170
Congonhinhas	4.593	
Conselheiro Mayrinck	2.602	1
Contenda	9.020	232
Corbélia	12.646	147
Cornélio Procopio	34.797	923
Coronel Domingos Soares	4.400	
Coronel Vivida	17.424	331
Corumbataí do Sul	3.420	
Cruz Machado	11.314	
Cruzeiro do Iguaçu	3.476	48
Cruzeiro do Oeste	12.655	354
Cruzeiro do Sul	3.674	2
Cruzmalina	3.605	38
Curitiba	1.110.189	20.026
Curiúva	9.029	345
Diamante do Norte	4.244	
Diamante do Oeste	2.913	122
Diamante do Sul	2.398	35
Dois Vizinhos	22.314	518

Douradina	3.939	93
Doutor Camargo	4.524	95
Doutor Ulysses	3.934	60
Enéas Marques	4.112	
Engenheiro Beltrão	11.475	20
Entre Rios do Oeste	2.467	66
Esperança Nova	1.601	17
Espigão Alto do Iguaçu	4.742	88
Farol	3.037	
Faxinal	11.975	60
Fazenda Rio Grande	30.074	152
Fênix	3.044	
Fernandes Pinheiro	4.425	47
Figueira	5.239	150
Flor da Serra do Sul	3.558	36
Floraí	3.970	76
Floresta	3.597	106
Florestópolis	9.782	59
Flórida	1.724	28
Formosa do Oeste	5.865	
Foz do Iguaçu	168.085	2.479
Foz do Jordão	3.168	
Francisco Alves	5.102	106
Francisco Beltrão	49.056	669
General Carneiro	9.721	
Godoy Moreira	2.597	35
Goioerê	17.532	674
Goioxim	4.688	
Grandes Rios	4.520	23
Guaíra	24.301	2
Guairacá	4.866	62
Guamiranga	5.252	
Guapirama	2.932	128
Guaporema	1.497	
Guaraci	3.112	44
Guaraniaçu	13.866	279
Guarapuava	98.920	1.457

Guaraqueçaba	5.918	12
Guaratuba	18.466	185
Honório Serpa	4.723	
Ibaiti	15.996	1
Ibema	5.013	53
Ibiporã	30.432	533
Icaraíma	7.671	150
Iguaraçu	2.431	55
Iguatu	1.642	
Imbaú	5.757	
Imbituva	14.735	162
Inácio Martins	7.414	
Inajá	2.001	
Indianópolis	2.718	9
Ipiranga	8.686	56
Iporã	10.850	48
Iracema do Oeste	2.367	
Irati	35.852	324
Iretama	6.967	1
Itaguagé	3.031	
Itaipulândia	4.210	197
Itambaracá	4.366	
Itambé	3.784	20
Itapejara do Oeste	5.838	293
Itaperuçu	13.658	163
Itaúna do Sul	2.720	
Ivaí	8.385	126
Ivaiporã	26.827	612
Ivaté	5.370	129
Ivatuba	1.872	
Jaboti	3.014	353
Jacarezinho	30.039	2
Jaguapitã	8.387	123
Jaguariaíva	19.850	550
Jandaia do Sul	15.419	616
Janiópolis	5.489	74
Japira	3.187	65

Japurá	5.534	30
Jardim Alegre	7.382	373
Jardim Olinda	978	
Jataizinho	8.374	389
Jesuítas	6.640	26
Joaquim Távora	7.617	3
Jundiá do Sul	2.397	42
Juranda	6.407	46
Jussara	4.226	167
Kaloré	3.406	67
Lapa	29.976	322
Laranjal	4.593	
Laranjeiras do Sul	21.012	504
Leópolis	3.656	77
Lidianópolis	3.058	24
Lindoeste	3.768	65
Loanda	14.200	245
Lobato	2.694	83
Londrina	299.309	5.244
Luisiânia	4.724	
Lunardelli	3.567	50
Lupionópolis	2.913	137
Mallet	9.099	
Mamborê	9.665	130
Mandaguaçu	12.685	25
Mandaguari	23.665	515
Mandirituba	11.924	35
Manfrinópolis	2.882	
Mangueirinha	12.608	196
Manoel Ribas	9.515	171
Marechal Cândido Rondon	30.372	849
Maria Helena	3.846	46
Marialva	20.743	341
Marilândia do Sul	5.819	171
Marilena	5.223	
Mariluz	6.469	2
Maringá	203.750	8.240

Mariópolis	5.092	199
Maripá	4.844	2
Marmeleiro	10.036	236
Marquinho	4.258	
Marumbi	3.064	72
Matelândia	10.732	209
Matinhos	16.841	300
Mato Rico	3.572	
Mauá da Serra	4.098	12
Medianeira	27.050	467
Mercedes	3.301	50
Mirador	1.513	98
Miraselva	1.533	6
Missal	6.664	151
Moreira Salles	7.771	
Morretes	11.687	257
Munhoz de Mello	2.173	70
Nossa Senhora das Graças	2.712	94
Nova Aliança do Ivaí	1.025	
Nova América da Colina	2.189	79
Nova Aurora	11.054	114
Nova Cantu	7.494	
Nova Esperança	19.810	25
N. Esperança do Sudoeste	3.490	55
Nova Fátima	5.036	
Nova Laranjeiras	7.765	18
Nova Londrina	10.221	83
Nova Olímpia	3.666	161
Nova Prata do Iguaçu	7.007	240
Nova Santa Bárbara	2.532	63
Nova Santa Rosa	4.882	5
Nova Tebas	8.828	127
Novo Itacolomi	2.016	96
Ortigueira	20.022	79
Ourizona	2.879	
Ouro Verde do Oeste	3.715	29
Paiçandu	20.446	91

Palmas	21.148	417
Palmeira	21.171	635
Palmital	12.216	
Palotina	18.909	1.343
Paraíso do Norte	7.322	90
Paranacity	6.972	157
Paranaguá	79.205	2.363
Paranapoema	1.569	24
Paranavaí	55.339	1.098
Pato Bragado	2.898	111
Pato Branco	42.514	775
Paula Freitas	4.034	262
Paulo Frontin	4.881	
Peabirú	10.550	31
Perobal	4.089	204
Pérola	7.924	118
Pérola D'Oeste	4.407	
Piên	6.736	109
Pinhais	68.598	1.505
Pinhal de São Bento	1.579	
Pinhalão	4.105	15
Pinhão	18.399	1
Piraí do Sul	16.182	2
Piraquara	36.718	547
Pitanga	25.463	347
Pitangueiras	1.922	48
Planaltina do Paraná	2.371	
Planalto	8.529	525
Ponta Grossa	182.439	1.077
Pontal do Paraná	9.044	28
Porecatu	13.472	304
Porto Amazonas	2.830	64
Porto Barreiro	2.736	72
Porto Rico	1.880	1
Porto Vitória	2.532	82
Prado Ferreira	2.368	64
Pranchita	3.905	77

Presidente Castelo Branco	3.278	
Primeiro de Maio	8.963	180
Prudentópolis	34.463	449
Quarto Centenário	4.687	42
Quatiguá	5.856	152
Quatro Barras	12.140	265
Quatro Pontes	2.961	5
Quedas do Iguaçu	19.254	101
Querência do Norte	8.334	117
Quinta do Sol	3.324	
Quitandinha	10.630	1
Ramilândia	2.075	90
Rancho Alegre	2.905	
Rancho Alegre D'Oeste	2.295	1
Realeza	12.406	179
Rebouças	10.207	122
Renascença	5.868	153
Reserva	17.583	263
Reserva do Iguaçu	4.634	
Ribeirão Claro	9.335	108
Ribeirão do Pinhal	11.365	83
Rio Azul	8.909	
Rio Bom	2.376	188
Rio Bonito do Iguaçu	6.730	111
Rio Branco do Ivaí	2.081	60
Rio Branco do Sul	15.814	287
Rio Negro	19.995	
Rolândia	34.998	780
Roncador	7.694	2
Rondon	5.633	36
Rosário do Ivaí	4.272	47
Sabáudia	4.306	48
Salgado Filho	3.308	127
Salto do Itararé	4.404	
Salto do Lontra	8.109	378
Santa Amélia	2.912	72
Santana do Itararé	3.661	257

Santa Cecília do Pavão	2.680	41
Sta. Cruz do Monte Castelo	5.310	
Santa Fé	7.278	83
Santa Helena	14.890	322
Santa Inês	1.443	60
Santa Isabel do Ivaí	5.843	97
Santa Isabel do Oeste	9.641	
Santa Lúcia	2.680	400
Santa Maria do Oeste	9.126	278
Santa Mariana	8.443	370
Santa Mônica	2.192	
Santa Tereza do Oeste	6.960	
Santa Terezinha do Itaipu	12.460	276
Santo Antônio da Platina	29.828	466
Santo Antônio do Caiuá	1.979	
Santo Antônio do Paraíso	1.704	48
Santo Antônio do Sudoeste	13.361	160
Santo Inácio	3.332	60
São Carlos do Ivaí	4.298	41
São Jerônimo da Serra	6.622	
São João	7.494	75
São João do Caiuá	4.933	44
São João do Ivaí	9.563	69
São João do Triunfo	8.517	242
São Jorge D'Oeste	6.463	
São Jorge do Ivaí	4.671	63
São Jorge do Patrocínio	4.384	106
São José da Boa Vista	3.823	441
São José das Palmeiras	2.499	54
São José dos Pinhais	112.680	1.167
São Manoel do Paraná	1.622	6
São Mateus do Sul	25.236	70
São Miguel do Iguaçu	18.134	392
São Pedro do Iguaçu	4.858	39
São Pedro do Ivaí	5.801	42
São Pedro do Paraná	1.782	
São Sebastião da Amoreira	5.287	92

São Tomé	3.362	6
Sapopema	6.001	31
Sarandi	43.116	964
Saudade do Iguaçu	2.787	107
Sengés	11.486	482
Serranópolis do Iguaçu	3.192	183
Sertaneja	4.251	114
Sertanópolis	11.327	74
Siqueira Campos	11.747	1
Sulina	3.543	95
Tamarana	6.020	280
Tamboara	2.877	
Tapejara	7.968	232
Tapira	4.002	204
Teixeira Soares	5.937	109
Telêmaco Borba	41.362	1.081
Terra Boa	9.283	233
Terra Rica	8.601	29
Terra Roxa	10.290	3
Tibagi	11.715	468
Tijucas do Sul	8.541	35
Toledo	66.943	2.192
Tomazina	5.611	
Três Barras do Paraná	6.824	153
Tunas do Paraná	3.004	1
Tuneiras do Oeste	5.429	54
Tupãssi	5.557	64
Turvo	7.579	125
Ubiratã	13.267	181
Umuarama	68.686	1.090
União da Vitória	35.245	586
Uniflor	2.215	
Uraí	7.497	84
Ventania	5.123	68
Vera Cruz do Oeste	5.757	109
Verê	5.834	149
Vila Alta	2.906	1

Virmond	3.074	65
Vitorino	4.477	
Wenceslau Braz	15.173	387
Xambrê	4.231	1
Total	6.504.490	120.984

Total de 241 municípios completos.

Total de 120.984 proponentes do Projeto de Lei de Iniciativa Popular Contra a Venda da Copel.

FÓRUM POPULAR CONTRA A VENDA DA COPEL

Rua Dr. Zamenhof, 35 - Alto da Glória - Curitiba / PR
Telefone: (41) 350-6924 - Fax: (41) 350-6935

Curitiba, 11 de junho de 2001.

Senhor Presidente:

De acordo com os dispositivos constitucionais, tanto federal quanto estadual, o Fórum Popular Contra a Venda da Copel encaminha a V. Exa. 120.984 assinaturas qualificadas - com título de eleitor - distribuídas em 241 municípios do Paraná, para validar o Projeto de Lei de Iniciativa Popular.

Também seguem, anexas, outras 80 mil assinaturas coletadas em abaixo-assinado contendo o número do Registro Geral (RG), perfazendo ao todo mais de 200 mil assinaturas de apoio ao Projeto de Lei de Iniciativa Popular.

Portanto, senhor presidente, solicitamos que o referido projeto com origem nos anseios e clamores populares seja protocolado e tenha a tramitação assegurada.

Saudações democráticas, cívicas e paranistas.

(a) FÓRUM POPULAR CONTRA A
VENDA DA COPEL

Ao

Exmo. Presidente da

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Deputado Hermas Brandão

Em mãos"

Em votação.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Pela ordem, senhor presidente?

(Assentimento)

Senhor presidente, desculpe-me se a minha questão de ordem está um pouco atrasada. O deputado Valdir Rossoni registrou os votos aqui anunciados pelo deputado Algaci Tulio, na primeira votação?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está registrado pela taquigrafia da Casa, nobre deputado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Obrigado, presidente.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, pela ordem?

(Assentimento)

Senhor presidente, encaminho à Mesa uma questão de ordem, dentro do projeto de iniciativa popular. Encaminho uma questão de ordem à Presidência da Assembleia Legislativa do Paraná, pelo não cumprimento das condições legais, impostas pelo artigo 244, do Regimento Interno, que trata da tramitação de projeto de lei de iniciativa popular. Os deputados que esta subscrevem, no uso de suas atribuições legais, na forma do artigo 104, do Regimento Interno desta Casa de Leis, submetem à apreciação da douta Mesa, a seguinte questão de ordem: O artigo 244, do Regimento Interno, disciplina a tramitação de projeto de lei de iniciativa popular, através de seus incisos, dispondo nos incisos seguintes que, 6º: O projeto de lei de iniciativa popular terá a mesma tramitação dos demais; 7º: Nas comissões ou em plenário, transformado em Comissão Geral, poderá usar da palavra, para discutir o projeto de lei, pelo prazo de vinte minutos, o primeiro signatário, ou quem estiver indicado, quando da sua apresentação; inciso 10º.

A Mesa designará deputado para exercer em relação ao projeto de lei de iniciativa popular, os poderes e atribuições conferidos, por este regimento, ao autor da proposição, sobre a questão de ordem. Por sua vez, o artigo 107 do Regimento Interno, tratando da Comissão Geral, no inciso 3º, dispõe que: discussão de projeto de lei de iniciativa popular, desde que presente, o orador irá defendê-lo. O Regimento Interno trata das discussões, dispondo no artigo 149, que: os deputados que desejarem falar, em uma discussão, escrever-se-ão após a inclusão da matéria, na ordem do dia. O parágrafo 2º diz: respeitada a alternatividade, a palavra será concedida entre os inscritos, na seguinte forma, ao autor da proposição.

Diante do exposto, senhor presidente, analisando-se o parecer da Comissão e Justiça, ao Projeto de Lei nº 248/2001, verifica-se ter incorrido a tramitação do projeto, em questão, em flagrante ilegalidade, pelas razões a seguir expostas: 1º) O parecer da Comissão de Constituição e Justiça enumera as condições impostas pelo artigo 244, para a apresentação de projeto de iniciativa popular, através dos incisos 1º e 10º. E no tópico do atendimento aos requisitos legais, deixando de analisar e sequer mensurar o contido nos incisos 6º e 10º - o primeiro remete o projeto para a tramitação geral das proposições e o segundo dispõe de forma impositiva, que a Mesa designará deputado para exercer os poderes ou atribuições conferidos pelo regimento, ao autor da proposição. De forma; o legislador, entendendo que o projeto de iniciativa popular é indeterminável, quanto à sua autoria, determinou duas formas de pleno exercício da defesa da proposição legislativa: a) que o próprio indicado pelo projeto de lei de iniciativa popular, conforme inciso 7º,

do artigo 244, do Regimento Interno, com autor do primeiro signatário exerça diretamente o direito à defesa da proposição; b) que um deputado pudesse exercer o direito à defesa, no exercício dos poderes ou atribuições, pelo regimento, conferidos ao autor, de proposição. Entretanto, para tal exercício extraordinário da defesa da iniciativa, dispõe o regimento que esse deputado deveria assumir a tal designação, desde que previamente indicado, com essa finalidade, pelo primeiro signatário do projeto.

Senhor presidente, senhores deputados. O regimento, repetimos, é inciso ao dispor que a Mesa designará deputado, cabendo a essa, uma vez que não cabe ao primeiro signatário conhecer as disposições regimentais desta Casa, mas ao seu presidente fazer cumprir o regimento, notificando àquele, para que possa dessa forma se fazer cumprir as condições impostas, para o trâmite de tal matéria. Ato que a todo evidencia não se materializou, no processo de tramitação do Projeto nº 248/2001.

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça, não obstante ignorar o cumprimento de dispositivo, que uma vez não atendido propiciou que o projeto de iniciativa popular nº 248/2001, tramitasse por esta Casa, sem o autor, senhor presidente, contrariando os dispositivos já citados, no artigo 149 e outros do Regimento Interno, que conferem poderes ou atribuições, ao autor de proposição. Neste aspecto, a votação do projeto em exame, sem o devido esclarecimento, substanciará em evidente ilegalidade, violando o princípio basilar do processo de tramitação legislativa, ou seja, o que garante a ampla defesa do projeto, ao autor do proponente, procedimentalmente assegurada, por exemplo, na forma do inciso 3º, do artigo 170, do Regimento Interno.

Dessa questão de ordem, senhor presidente, senhores deputados, diante do exposto, considerando que a Comissão de Constituição e Justiça absteve-se de observar os objetivos legais, acima dos citados e que, desta forma, a tramitação do projeto de lei de iniciativa popular incorre em flagrante ilegalidade, capaz de tornar nula a sua apreciação, por esta Casa, encaminha-se à decisão da Presidência da Assembleia, na forma do artigo 104, do Regimento Interno, a presente questão de ordem, para que esclareça o referido processo de tramitação, preferencialmente, com a suspensão da apreciação do projeto de lei, ora referido, para fins de saneamento da nulidade procedimental supraconstatada.

Vale ressaltar que, justamente, pelo fato da votação do projeto de lei, ora em exame, estar sendo desenvolvida, pelo procedimento de Comissão Geral, é que a nulidade, ora constatada, decorrente do próprio parecer da CCJ, ausência de intimação, notificação do proponente do projeto de iniciativa popular, para indicação de deputado responsável pela defesa do projeto, não pode ser saneada com a mera, concessão da palavra, para o primeiro signatário e representante dos proponentes do projeto de iniciativa popular, em exame, exigência

interrogável na forma do inciso 7º, do artigo 244, do regimento, já citado, senhor presidente.

Espero de V. Exa. os devidos esclarecimentos, para que possamos, neste momento histórico, desta Assembléia, não cometermos ilegalidades na votação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito a V. Exa. nobre deputado Algaci Tulio, que encaminhe à Mesa, para que possamos responder a V. Exa..

O SR. DURVAL AMARAL

Pela ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Senhor presidente, encaminhamos na quarta-feira da semana próxima passada, um requerimento que consta à Mesa, pedindo a transformação do Plenário, em Comissão Geral. Logo, o Plenário transformado em Comissão Geral - que será submetido, quero crer, esse requerimento, a voto logo mais - tem plena competência, para deliberar sobre qualquer assunto, que seja colocado a voto neste plenário, neste momento.

Além do que, presidente, o projeto de iniciativa popular - tenho aqui em minhas mãos, está na Ordem do Dia - está subscrito pelo líder do Movimento Contra a Privatização da Copel, senhor Néilton Friderich, ex-deputado estadual, ex-deputado federal, a quem nenhum de nós pode questioná-lo, como primeiro subscritor desse projeto de lei.

Informo a V. Exa. que ele será chamado e será o primeiro orador.

O SR. DURVAL AMARAL

Com toda a certeza. Na falta dele V. Exa. poderá designar, efetivamente, cumprindo os dispostos do Regimento Interno, alguém que faça as vezes do autor, para defender o projeto de iniciativa popular.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pela ordem, concedo a palavra ao deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

A minha questão de ordem - artigo 107 - é exatamente em relação ao requerimento apresentado à Mesa, transformando em Comissão Geral a presente Sessão. Eu gostaria de saber se a Mesa vai colocá-lo. Ele foi adiado, por solicitação do deputado Neivo Beraldin, no dia 13 de agosto. Ele volta, hoje, para a sua votação.

O SR. IRINEU COLOMBO

Pela Ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Senhor presidente, estamos dentro de uma Questão de Ordem, que a Presidência tem que resolver de forma

conclusiva e definitiva, segundo o Artigo 107. Está clara, na Questão de Ordem levantada pelo deputado Algaci Tulio - que nós, em conjunto elaboramos -, que há um preceito basilar constitucional e regimental em que, o autor da proposição em todo o trâmite do projeto, da proposição, participa da sua defesa. Essa é uma cláusula, absolutamente consagrada nas nossas Constituições Estadual e Federal e no nosso regimento adotado, agora, no nosso encaminhamento, em Questão de Ordem. O autor da proposição tem que estar presente em todas as discussões.

Nesse caso, há um capítulo, senhor presidente, do regimento, portanto, não é apenas um artigo - tem que se prestar bem atenção na incoerência absurda e ilegalidade que estamos fazendo aqui. Há um capítulo, que trata especificamente da questão de projeto de iniciativa popular. O cidadão que subscreve, em primeiro lugar - qualquer cidadão - não é deputado, se o fosse estaria aqui. Ele não tem a obrigação de estar atualizado ao regimento, porque este muda muito - deputado Durval Amaral. Esse cidadão não foi convocado, conforme manda o regimento interno, para a defesa do projeto, no trâmite, anteriormente, na Assembléia Legislativa, notadamente, na Comissão de Constituição e Justiça. Continua esse cidadão não sendo notificado. Não há nenhum designado por ele e pela Mesa - tem que ter a anuência dele. O deputado que vai defender - ninguém vai defender sem a anuência do proponente maior, que é o povo, através da iniciativa popular. Portanto, a ilegalidade é absolutamente flagrante.

Sugiro a V. Exa., que encerre a Sessão, sob pena de que esta seja invalidada, em procedimento judicial. Existe a flagrância de inconstitucionalidade insanável, porque o projeto tramitou, com vícios de ilegalidade.

(Aplausos)

V. Exa., se observar o Artigo 244, Inciso 7º, fala o seguinte: Nas comissões ou em Plenário transformado em Comissão Geral, poderá usar da palavra, para discutir o projeto de lei, pelo prazo de vinte minutos, o primeiro signatário ou quem a este estiver indicado, quando da apresentação. O signatário foi notificado pelo presidente verbalmente.

O SR. ALGACI TULIO

Há que haver uma notificação, senhor presidente.

No Artigo 244, não se trata do Inciso 7º e, sim, do 10º. A Mesa designará deputado, para exercer, em relação ao projeto de lei de iniciativa popular, os poderes ou atribuições conferidos, por este regimento, ao autor da proposição, devendo recair sobre quem tenha sido, com a sua anuência, previamente indicado, com essa finalidade, pelo primeiro signatário do projeto.

Tenho certeza, que esse procedimento, senhor presidente, não ocorreu. Não houve essa notificação e não houve essa indicação, pelo primeiro signatário.

(Aplausos)

O SR. DURVAL AMARAL

Pela ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Senhor presidente, vamos imaginar que tenhamos cento e vinte mil signatários desse projeto de lei de iniciativa popular. O senhor notifica um, ele não se dá por satisfeito, declina, notifica o outro. Vamos notificar cento e vinte mil paranaenses, que não vão ter interesse de votar esse projeto de iniciativa popular, nessa manobra clara, que tenta fazer a oposição.

Sugiro a V. Exa. que coloque em votação o requerimento, transformando o Plenário em Comissão Geral. Transformando o Plenário em Comissão Geral, votemos as matérias que estão pendentes. Na sequência, a oposição poderá exercer o *jus perniente*, que é o que resta a ela, neste momento, presidente.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, Questão de Ordem.

(Assentimento)

Esta Casa tem o privilégio de recepcionar o primeiro projeto de iniciativa popular brasileiro, em uma Assembléia. Ela não pode atropelar a lei, a Constituição Federal e a Constituição Estadual, o regimento desta Casa.

V. Exa. tem primado por cumprir o regimento interno. V. Exa. tem primado por dar uma condução democrática a esta Casa. Parece-me que o líder do governo entende que, hoje é o último dia do mundo. Quando, na verdade, é um dia histórico para esta Assembléia, onde o regimento interno tem que ser, em todos os momentos, observados. Não vejo nenhum inconveniente que sejam cumpridas todas as formalidades legais, que se respeite o povo do Paraná, como V. Exa. sempre o faz.

(Aplausos)

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Quero dizer que o deputado Durval Amaral, parece-me um cidadão formado por uma universidade, tem o seu curso de advogado, foi totalmente infeliz. Ora, se há um procedimento legal, não importa se são cento e vinte mil assinaturas. Esta Casa não poderia, desde a entrada do projeto nesta Casa, sem ter a indicação do deputado proponente desse projeto, com a anuência do primeiro signatário. Não importa se são cento e vinte assinaturas. É o procedimento legal do projeto, presidente.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. está solicitando o arquivamento do projeto?

O SR. ALGACI TULIO

Por que senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Se não cumprem as formalidades, automaticamente, ele não pode ter andamento nesta Casa.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, quem falou em arquivamento foi V. Exa., no resultado do projeto anterior. Essa palavra arquivamento não passa pela minha cabeça.

(Aplausos)

Espero e confio que V. Exa. suspenda a Sessão. No bom senso, presidente, suspenda a Sessão. Solicito o apoio da assessoria da Mesa, para responder dentro dos pedidos solicitados. Porque senão, certamente, esta Casa vai acabar na justiça, tendo invalidada a sua decisão.

(Aplausos)

O SR. HERMES DA FONSECA

Pela ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Senhor presidente, o líder do governo, mais uma vez, usando do abuso do poder e de sofisma, diz que é advogado e não interpreta corretamente o Inciso 10º, do Artigo 244. É uma questão de leitura e de semântica.

A Mesa designará deputado para exercer, em relação a projeto de lei de iniciativa popular, os poderes ou atribuições, conferidos por esse regimento, ao autor da proposição, devendo recair sobre quem tenha sido, com a sua anuência, previamente indicado com essa finalidade, pelo primeiro signatário do projeto. Está claro, que é somente o primeiro signatário que designa quem possa responder por ele.

Não adianta ver com sofisma, senhor presidente. Estamos aqui para levar a sério as decisões desta Assembléia. Não podemos ser atropelados por uma decisão patética e sofismática.

(Aplausos)

O SR. DURVAL AMARAL

Pela ordem, senhor presidente

(Assentimento)

Senhor presidente, quero só lembrar ao nobre deputado Hermes Fonseca, que não existe curso de advogados. Existe o curso de Direito. Sou formado pela Universidade Estadual de Londrina.

Em segundo lugar, senhor presidente, quem não exerce o seu direito, não tem direito de recorrer. Não tem direito outro, a não ser o de esperar. Se o autor da proposta não exerceu o seu direito, agora, é tarde, porque são três horas da manhã e queremos votar. O presidente pode simplesmente indicar, designando quem vai fazer as vezes. Se a oposição não quiser exercer esse direito, o problema é dela.

O SR. ALGACI TULIO

E o direito de ampla defesa, deputado?

O SR. NEIVO BERALDIN

Pela Ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Senhor presidente, o deputado Algaci Tulio levantou uma Questão de Ordem pertinente. Penso que, tendo em vista V. Exa. ter sido ponderado, uma pessoa que sabe balisar o rumo que toma a Assembléia Legislativa do Paraná e tendo em vista a complexidade da Questão de Ordem, sugiro a V. Exa., dado o adiantado da hora, que suspenda esta Sessão, no mínimo, para amanhã, à tarde - porque é uma atitude humana. Todos os deputados estão tontos aqui. Ninguém está conseguindo se entender mais. Estamos, discutindo horas e horas. O que custa V. Exa. determinar que seja cumprido o regimento interno e a Constituição?

Presidente, Hermas Brandão, V. Exa. poderá, com certeza, nos dar esse espaço de descanso, para que possamos, amanhã, voltarmos no horário regimental. Ninguém vai fugir. A votação vai acontecer.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Entendo perfeitamente a preocupação de V. Exa. com os senhores deputados. Comunico que vamos votar, inicialmente, o requerimento que foi adiado, que transforma a Sessão Plenária, em Comissão geral, no plenário. Depois vou suspender a Sessão, por cinco minutos, para responder a todos os quesitos questionados, nas Questões de Ordem levantadas pelo deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, Questão de Ordem.

(Assentimento)

V. Exa. anunciou a discussão do projeto de iniciativa popular. O deputado Hermes Fonseca ia subir à tribuna, para fazer a defesa do projeto. V. Exa. não pode modificar a regra do jogo: votar o requerimento que transforma em Comissão Geral.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre o projeto há um requerimento e há a necessidade de se votar o requerimento. Inclusive, eu ia fazer um apelo ao deputado Hermes da Fonseca, porque ia chamar o primeiro signatário do projeto, o ex-deputado Néilton Friedrich.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, tenho uma Questão de Ordem para colaborar para a solução do problema. Volto a falar, o capítulo 2º do nosso regimento interno, das Questões de Ordem, a partir do Artigo 104, parágrafo 1º, diz o seguinte: Todas as Questões de Ordem claramente formuladas, por escrito, pelo deputado Algaci Tulio, serão resolvidas, definitivamente, pelo presidente da Assembléia Legislativa. No parágrafo 4º. Em qualquer fase da Sessão poderá o deputado falar, pela ordem, para reclamar a observância de disposição expressa do regimento, exceto no momento das votações, que só o relatório e um

deputado, de preferência, o autor da proposição, em votação, o farão. Novamente senhor presidente, o regimento vem estabelecer aquela cláusula da preferência do autor da proposição em estar presente.

Nós temos o início da tramitação do projeto - incorreu ilegalidade. Tramitação anti-regimental, na medida em que o autor do projeto, do primeiro signatário, no caso o seu indicado, como deputado - como interpreta-se na regimento interno - não estava presente.

Digo mais, presidente, quero chamar a atenção de V. Exa. e da Assembléia Legislativa, que se tiver uma demanda judicial, não será uma demanda judicial que trata de assunto interno *a corporis*. Não será uma demanda judicial, que trata de relação entre nós, bancada de oposição com bancada de situação, ou só interpretando o regimento e a Mesa interpretando o regimento.

A decisão da Justiça com relação a isso, se dará na relação, que a Assembléia estabelece com o povo signatário. Portanto, quem entrará com a ação será o povo, a população signatária, que está sendo prejudicado da sua participação, em defesa das proposições que, aqui, protocolou. Portanto, não é decisão interna *a corporis*.

Quero chamar a atenção a V. Exa., para a inverga-dura da decisão da Mesa, para o caso. Volto a dizer, deputado Durval Amaral, veja que esta relação tem um capítulo especial, do regimento interno, portanto, não se trata apenas de uma relação do corpo interno *a corporis*. É uma relação com a sociedade que, nós, na Comissão de Justiça, o desrespeitamos. Temos que sair daqui com uma decisão definitiva.

A minha sugestão, senhor presidente, é pelo encerramento da Sessão.

O SR. DURVAL AMARAL

Pela Ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Senhor presidente, todos nós sabemos que a transformação do Plenário em Comissão Geral, vai nos propiciar e sanar as eventuais irregularidades argüidas, pelos deputados de oposição. Mas, mesmo que essas questões levantadas pela oposição, não fossem dirimidas, poderíamos com toda a certeza, tendo em vista que o Plenário é soberano, nas suas decisões - isso é regra na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, isso é mais do que jurisprudência, é súmula nesta Casa - eu imploro e rogo a V. Exa. pelo bom senso, que coloque em votação o nosso requerimento. Com toda a certeza, o Plenário soberano decidirá as demais questões que forem levantadas. As Questões de Ordem de caráter, que demandarão uma análise jurídica maior, poderão ser respondidas por V. Exa., oportunamente.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, Pela Ordem.

(Assentimento)

Senhor presidente, não se trata de uma decisão de Plenário. Trata-se de um erro de vício, em consequência

de não respeitada, dentro da Comissão de Constituição e Justiça. Solicito a V. Exa. que a resposta à minha questão de ordem, evidentemente, venha por escrito.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sem dúvida nenhuma. Por isso é que vamos suspender a Sessão, por alguns minutos, após a votação do requerimento, que transforma a Sessão Plenária, em Comissão Geral, no plenário.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, insisto na questão de ordem V. Exa. não pode modificar a regra do jogo. Há uma questão de ordem e entendo eu, que enquanto essa questão de ordem não for respondida, estamos impedidos de continuar a discutir esse projeto. É uma questão de bom senso.

Quero preservar esta Casa. Não se trata de ser neste momento, contra ou a favor da Copel. Quero preservar o corpo jurídico desta Casa, V. Exa. e a Mesa, para que não cometamos um erro, que lá na frente, certamente, vai anular toda esse votação.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente. O senhor já anunciou a votação. Vamos votar o requerimento e a questão de ordem será decidida oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Suspendo a Sessão até entregar ao nobre deputado Algaci Tulio, a resposta da Mesa, das suas questões de ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a questão de ordem levantada pelo nobre deputado Algaci Tulio, quero esclarecer inicialmente que o artigo 104, parágrafo 1º, do Regimento Interno dispõe que todas as questões de ordem serão resolvidas definitivamente pelo presidente da Assembléia, razão pela qual passo a decidir de forma definitiva.

Primeiro: é princípio geral de direito que não se anula os atos praticados quando não existe prejuízo. O projeto de lei de iniciativa popular recebeu pareceres favoráveis nas omissões pertinentes, não havendo com isso, prejuízo no trâmite do projeto.

Segundo: deixo de colocar em votação o requerimento nº 2421, constante do expediente de Sessão anterior, subscrito pelo deputado Durval Amaral devidamente apoiado por diversos deputados na forma regimental, na qual se pede a transformação da Sessão Plenária, em Comissão Geral, uma vez que é possível com fundamento no artigo 244, inciso 6º, do Regimento Interno, que o projeto de lei de iniciativa popular tenha a mesma tramitação dos demais projetos. No caso, o presente projeto tramitou normalmente pelas comissões tal como qualquer outra proposição.

Terceiro: assim sendo, indefiro a questão de ordem levantada, e com fundamento no artigo 44, item 1º, do Regimento Interno. A Mesa designa o deputado Algaci Tulio para exercer os poderes ou atribuições conferidas pelo Regimento ao autor da proposição.

Esclareço, que a designação é feita pela Mesa, uma vez que o projeto de lei não vem acompanhado da indicação de nenhum deputado para fazer as vezes de autor do mesmo.

Sala das Sessões, em 15.08.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, apresento um requerimento à Mesa com a seguinte súmula:

“Requerimento nº 2489, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, com apoio dos senhores deputados Nereu Moura, Ademir Bier, Orlando Pessuti, Marcos Isfer e demais senhores deputados, constante do expediente, solicitando o registro livre e especial da questão de ordem, a respeito da nulidade no procedimento de tramitação do Projeto de Iniciativa Popular nº 248/2001, de autoria do povo do Paraná, conforme especifica.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente requerem seja registrado em livro especial, na forma do artigo 106, do Regimento Interno desta egrégia Casa de leis, toda a tramitação e decisão referente à questão de ordem suscitada por nós e por outros companheiros, referente à nulidade no procedimento de tramitação dos projetos de iniciativa popular.”

Encaminho meu requerimento à Mesa, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Defiro o requerimento de V.Exa. porque o próprio Regimento Interno da Casa determina que se faça de forma solicitada por V. Exa.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Presidente Hermas Brandão, eu gostaria, embora entenda a colocação de V.Exa. que a definição de questão de ordem é prerrogativa da presidência, que dela não cabe recurso, mas eu gostaria de registrar aqui, até para efeito de que uma extração desta Ata possa nos servir de embasamento ao mandato de segurança contra o resultado que eventualmente, venha ser proferido nesta Sessão, porque V. Exa., nessa questão de ordem, está definindo a interpretação de um projeto de iniciativa de deputado.

Este projeto tem uma tramitação normal prevista pelo Regimento da Casa. A partir do momento que ele é lido em Plenário e que ele recebeu o apoio da Casa, ele passa a ser um projeto da Assembléia Legislativa, portanto, dos 54 deputados.

O Regimento Interno da Casa trata diferenciadamente o projeto de iniciativa popular, portanto, nós não estamos votando um projeto dos deputados, nem de Si-

tuação, nem de Oposição. O autor desse projeto é o povo do Paraná preenchendo os requisitos constitucionais de 1% dos eleitores do nosso Estado, dispersos em pelo menos 50 municípios do Estado.

O que é que diz, senhor presidente, senhores parlamentares, o inciso 10º, do artigo 244? “A Mesa designará deputado para exercer em relação ao projeto de lei de iniciativa popular os poderes ou atribuições conferidos por este regimento ao autor da proposição, devendo recair sobre quem tenha sido, com a sua anuência, previamente indicado com esta finalidade pelo primeiro signatário do projeto.

Pois bem, senhor presidente, eu entendo que como o projeto é de iniciativa popular, a própria sessão da CCJ deveria ter sido notificada a este autor, que é o signatário do primeiro, do projeto de iniciativa popular, volto a dizer, ele não é um projeto aceito pela Assembléia, na leitura dele, quando é feito na Mesa.

Segundo, após a sua defesa, porque a iniciativa popular deveria estar presente em todas as fases para poder colocar o seu argumento, e não foi. Não foi nas comissões e não está sendo neste plenário, portanto estamos lesando o direito dos autores da iniciativa popular ou do primeiro signatário de fazer a defesa da sua proposição.

V. Exa. ou a interpretação do deputado Durval Amaral, que diz o seguinte: costumeiramente nesta Casa e por aí afora o seu argumento.

Ora, a lei não se presume, o dia da votação não se adivinha, só teríamos defesa desta Assembléia se nós tivéssemos por escrito uma intimação, uma notificação ao signatário. Não existe essa notificação, portanto esse signatário necessariamente não é obrigado a saber que às 4 e meia da manhã nós estaríamos discutindo o seu projeto aqui.

Eu faço essa ressalva, senhor presidente, respeitando sua posição, mas dizendo que muitas e muitas vezes nesta Casa, e eu sou testemunha dela, com 18 anos aqui dentro, já se atropelou orçamento e as minorias sempre ouviram caladas o atropelamento do Regime Interno.

Desta feita, nós não vamos nos submeter ao atropelamento do Regimento conforme o nosso entendimento e vamos pleitear a nulidade desta votação, por vício insanável que se praticou na CCJ e se pretende praticar aqui neste Plenário. Reputo pois, que embora respeitando, pela estima que lhe tenho e pelos poderes que o Regimento lhe outorga de definir terminantemente uma questão de ordem, isso não nos priva o direito de buscarmos o respaldo que a justiça seguramente nos dará, porque este projeto não está sendo respeitado a sua tramitação, conforme determina o próprio Regimento da nossa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu entendo a sua posição mas mantenho a minha decisão. E a Justiça é realmente o fórum para dirimir as dúvidas que ocorreram na votação desse projeto.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu quero apenas contestar a sua decisão no que tange aos argumentos. Não vou contestar a decisão de V. Exa. porque eu acato, de acordo com o Regimento, mas o que está, o que não foi resolvido pela solução conclusiva proposta por V. Exa., é previamente indicado pelo primeiro do projeto, portanto esse problema não está sanado, a menos que suspendêssemos a Sessão ou a encerrássemos e comunicasse, oficiasse ao primeiro signatário, para que dissesse qual é o deputado dentre nós, que deveria defender.

Eu por exemplo, gostaria de ter esse privilégio, vou ficar muito chateado se não tiver e for indicada outra pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu designei o deputado Algaci Tulio, mas se ele achar por bem ceder a V. Exa., nós faremos qualquer questionamento.

O SR. IRINEU COLOMBO

O cidadão chamado Néilton Friedrich, primeiro signatário, eu poderia inclusive inquiri-lo para que ele me indicasse e V. Exa. em seguida me nomeasse.

Gostaria de ter o privilégio de defender a iniciativa popular, portanto nós estamos num impasse aqui, eu e o deputado Algaci Tulio.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Consulto o deputado Algaci se ele vai usar das prerrogativas.

O SR. ALGACI TULIO

V. Exa. quando recebeu minha questão de ordem, suspendeu a sessão para poder analisá-la e me dar a resposta.

Peço agora a V. Exa. data vênica, que nos permita também nesse momento a suspensão por 10 minutos para que possamos sentar e decidir sobre a sua questão de ordem.

Nós temos direito, é regimental, e tendo certeza que democraticamente V. Exa. vai nos atender, eu não posso de imediato, senhor presidente, não tenho essa designação ainda e previamente dada pelo signatário.

Então, me parece que nós temos neste momento, a nossa bancada de Oposição e o nosso bloco independente sentar agora, e discutir em cima da questão de ordem respondida por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a V. Exa. dez minutos.

(É suspensa a Sessão)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está reaberta a Sessão.

Solicito às pessoas estranhas, que permaneçam em plenário somente os Parlamentares e os companheiros da imprensa.

Consulto o deputado Algaci Tulio, se ele vai exercer os poderes conferidos pela presidência.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, sabe V. Exa. o apreço que tenho pela sua pessoa, e muito me honra a designação que faz V. Exa. para que eu represente este projeto.

Porém, senhor presidente, se encaminho à Mesa, na questão de ordem, mostrando toda a ilegalidade em relação a este projeto, é evidente, que não posso aceitar nesse momento a incumbência que me é colocado por V. Exa.

Portanto, com todo o respeito a V. Exa. mais uma vez, por não estar autorizado pelo signatário do projeto de iniciativa popular, não aceito a designação para ser o patrono deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Perfeitamente nobre deputado.

Designo o deputado Irineu Colombo que anteriormente manifestou interesse em ser...

O SR. IRINEU COLOMBO

Não tenho anuência senhor presidente, do primeiro signatário, não posso aceitar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Designo o deputado Hermes Fonseca.

O SR. HERMES FONSECA

Senhor presidente, muito embora seja honrado pela designação de V. Exa. o artigo 244, inciso 10, não permite que aceite essa designação.

Declino da mesma.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Designo o deputado Chico Noroeste.

O SR. CHICO NOROESTE

Senhor presidente, da mesma forma que os colegas, também declino.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Designo o deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, acho que V. Exa. faz bem em passar, se quiser, todos os deputados da Oposição, mas está marcada a sua posição já, como está marcada a nossa.

Eu não posso falar pelos demais deputados, mas é evidente que todos nós estamos nos baseando numa coisa: não há designação do primeiro signatário, portanto, nenhum de nós vai poder aceitar sob pena de estarmos cometendo o erro pelo qual estamos questionando V. Exa..

Eu também não aceito.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Designo o deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor deputado, presidente desta Casa, agradeço a referência ao meu nome, mas da mesma forma que outros companheiros, nós entendemos que a prerrogativa legal para continuidade da apreciação deste projeto não foi cumprida quando da Comissão de Constituição e Justiça. E também, por não haver a deliberação do primeiro signatário, também declinamos o convite.

Muito obrigado pela deferência, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu solicito aí a compreensão, estamos aqui tendo uma convivência tão boa, desde às 14:30 de ontem.

Deputado Waldyr Pugliesi...

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, pelas razões já expostas pelos companheiros, também declino porque não tenho anuência do primeiro signatário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Da mesma forma, senhor presidente, até porque considero que a designação não tem V. Exa., apesar de usar de suas prerrogativas na nossa avaliação, somente ao primeiro signatário do projeto de iniciativa popular cabe a outorga de um deputado para representá-lo e representar o projeto do povo.

Por esta razão eu não me considero também apto a representar a população do Paraná, apesar que, com muita honra, poderia fazê-lo, mas considero que não é legal essa designação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, declino também sob os argumentos de todos os deputados que estão conosco nesta tese de que não temos a delegação do signatário do projeto de lei de iniciativa popular.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, faço minhas as palavras dos demais companheiros que já se pronunciaram por não ter sido designado pelo primeiro signatário do projeto popu-

lar. Declino, agradecendo a sua deferência pelo nosso nome.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Acho que a Presidência não vai perder tempo mais de convidar os companheiros.

Designo, então, o nosso deputado mais antigo da Casa, Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO

Senhor presidente, senhores deputados. A Comissão de Justiça já tinha conhecimento do projeto que tramitou por lá recebendo parecer favorável, e inclusive entendendo como V. Exa. ao decidir que a questão de ordem levantada pelo deputado Algaci Tulio, no que diz respeito à Comissão de Justiça. É de entendimento nosso, modesto, de que a ausência do primeiro signatário não resultou em nenhum prejuízo, porquanto foi aprovado por unanimidade, naquela Comissão, inclusive com a presença do deputado Algaci Tulio. Todos os requisitos foram atendidos pelas normas vigentes, constitucional e regimental. A iniciativa popular foi recebida e acatada pela Mesa Executiva, acompanhada de lista de apoiantes de 120 mil, 984 eleitores, assentados em formulários previamente aprovado pela Mesa, em data de 18 de abril do corrente.

As listas de assinaturas de apoio à proposta foram organizadas e divididas por municípios paranaenses, constando 241 municípios participantes, em cumprimento do mandamento constitucional de existência de, no mínimo, 50 municípios participando da lista de apoio, com pelo menos 1% dos eleitores em cada município; constatamos o cumprimento do requisito.

Considerando que o eleitorado paranaense composto de 6 milhões 504 mil 490 eleitores, em cumprimento ao disposto no artigo 67 da Constituição, 1% deste eleitorado representa 65 mil e 45 eleitores, sendo que a proposição depende da subscrição de mais de 2% do eleitorado, assim, no que tange à competência desta Comissão de Justiça, nessa análise a proposição da iniciativa popular, nada encontrou que possa impedir normal tramitação processual estando o projeto de lei em perfeitas condições de merecer a apreciação e votação deste Plenário.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, merece o deputado Basílio Zanusso todo respeito e admiração pela sua ficha de trabalho prestado ao Paraná e a esta Casa, e tenho a honra de ser um dos seus auxiliares na Comissão de Constituição e Justiça.

Porém, comete V. Exa. o equívoco e até entendo porque. Sabe V. Exa. que eu nunca faltou às Sessões da CCJ, porém nesta Sessão que votou os pareceres deste projeto, eu estava desde a parte da manhã em Paranaguá, quando ocorreu o protesto dos pescadores e que fecharam

a travessia do ferryboat, e eu fiquei durante o dia em Paranaguá, impossibilitado que fui de comparecer à CCJ e ao Plenário da Sessão desta Assembléia.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO

O deputado Algaci inclusive pediu que sua assessoria nos comunicasse da sua ausência.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, eu encaminho no seguinte sentido, que nós tomássemos mais precisamente o que dispõe o inciso 10 do artigo referido 244.

Senhor presidente, não se trata da leitura do parecer da CCJ, o artigo determina a presença do autor para defender o seu projeto; na sequência, vamos constatar que o deputado Basílio Zanusso vota contra o projeto; portanto, não cabe a quem vota contra o projeto, encaminhar em nome do proponente.

Segundo lugar, quero aproveitar a manifestação e a leitura do deputado Basílio Zanusso para registrar nesta Casa por antecipação. O artigo 145 do Regimento Interno, que diz que na primeira votação vota-se exclusivamente a constitucionalidade de um projeto.

E V. Exa. como presidente da CCJ, fez uma leitura falando da constitucionalidade do 1% da assinatura, dividido em 50 municípios. Seria o cúmulo para esta Assembléia após a manifestação do presidente da CCJ e de votar por unanimidade na CCJ, de que o projeto é constitucional, nós agora, nesta votação, rejeitamos, porque só pode rejeitar por uma causa, pela inconstitucionalidade, conforme o artigo 145, porque o mérito vai se discutir na segunda votação. Não se pode impedir essa segunda votação, sob pena, senhor presidente, de estarmos prejudicando a apresentação de possíveis emendas no projeto; se caracterize isso por respeito que tenho pelo deputado Basílio Zanusso, mas não deveria, deputado, na sua larga experiência nesta Casa, assumir a função de defensor de um projeto, conforme o Regimento Interno diz, quando V. Exa. inclusive vota contra, e destaco, nem assinou, o projeto, porque também poderia defendê-lo, e por conseguinte, deputado Hermas Brandão, presidente desta Casa: primeira votação, somente a constitucionalidade; na segunda votação que discute o seu mérito.

Eu espero que V. Exa. e os deputados de apoio ao Governo não tolham da Oposição o direito inalienável de apresentar emenda em segunda discussão.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (**Pela Ordem**)

V. Exa. solicitou que se fizesse o parecer...

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

V. Exa. designou o deputado Basílio Zanusso como deputado indicado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

... os poderes e atribuições conferidas pelo Regimento ao autor da proposição.

Está com a palavra o deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO

Declino, senhor presidente.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, a minha questão de ordem era justamente na dúvida expressa pelo nobre deputado Basílio Zanusso.

V. Exa. designou, como fez com vários aqui, para que representasse o primeiro signatário ou o autor do projeto para que pudesse fazer a sua defesa. Portanto, eu gostaria de encaminhar a minha questão de ordem no sentido de que V. Exa. desconsiderasse a sua designação, porque tanto é que faço aqui a minha questão de ordem baseado na própria dúvida do deputado Basílio Zanusso que agora declina inclusive de fazer a defesa do projeto, tendo em vista que me parece que ele não havia entendido a solicitação de V. Exa..

Então gostaria que V. Exa. não considerasse designado o deputado Basílio para defender o projeto de iniciativa popular que nós estamos discutindo.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós encerramos a discussão porque os oradores inscritos aqui declinaram o projeto, encaminhar o projeto.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, a questão de ordem que fiz a V. Exa. é de que, não havendo V. Exa. designado então o deputado Basílio Zanusso para defender o projeto de iniciativa popular, gostaria de saber como é que fica esta questão. Então, não haverá ninguém...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Oportunamente responderei a V. Exa..

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TULIO (**Questão de Ordem**)

Isso não impede, senhor presidente, que nós parlamentares tenhamos a condição de ir à tribuna defender o projeto, como parlamentares e não como autores.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Então, pela ordem de inscrição, deputado Hermes da Fonseca.

Pela ordem, deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, o artigo do Regimento não permite que nós iniciemos a discussão sem que se resolva esta questão do representante do autor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já decidi a respeito disso, nobre deputado.

Como o autor do projeto Nelton Friedrich não está presente...

O SR. ORLANDO PESSUTI

Mas ele não foi notificado por V. Exa. para estar presente?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não foi notificado, mas foi notificado pessoalmente por mim, oralmente, estive com V. Exa. e tinha outros parlamentares no meu gabinete junto com D. Pedro Fedalto, e nós participamos que seria no dia 14.

V. Exa. estava junto e outros senhores parlamentares.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Mas havia necessidade de ele ser notificado, senhor presidente. Havia necessidade, acredito que estamos incorrendo num segundo ou terceiro equívoco regimental, se iniciarmos a discussão do projeto sem resolvermos esta questão da defesa do projeto pelo subscritor número 1, dele, ou por seu representante.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O seu representante teria de indicar quando da ocasião da apresentação do projeto, nobre deputado, já que o primeiro signatário não teve o interesse de indicar automaticamente, está suprido.

O SR. ORLANDO PESSUTI

A Assembléia Legislativa também deveria notificá-lo para que fizesse esta indicação ou que com anuência dele, V. Exa. pudesse fazer.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu solicito a V. Exa. que cite o artigo que é obrigado a notificá-lo por escrito.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Eu não conheço outra forma que não seja por escrito ou por edital, e nenhuma dessas formas foi feita pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu quero participar ao nobre deputado Orlando Pessuti, que por sinal tenho um grande respeito; é amigo de longa data, nas comissões ou no plenário poderá usar da palavra para discutir projeto de lei pelo prazo de, poderá, não é obrigatoriamente necessário o uso da palavra.

Para discutir, deputado Hermas da Fonseca.

O SR. IRINEU COLOMBO

Questão de ordem, senhor presidente.

A leitura de V. Exa. vaza em determinado momento que haveria necessidade de indicação de um membro para representar o projeto em nome do signatário. E nesse momento, V. Exa, indicou o nome do deputado Algaci Tulio que entendeu ser irregular a sua indicação, subseqüentemente V. exa, entendendo, a Mesa entendeu que haveria o representante como autor da proposta e insistentemente foi nominando vários deputados, portanto V. Exa. aceitou a tese de que o defensor da proposição haveria de estar presente, tendo entrado num vazio decisório, só de resolver com a notificação do primeiro signatário.

Não há outra solução, senhor presidente, a própria Mesa acabou conferindo a necessidade de um defensor da proposição aqui.

Entrou no vazio, senhor presidente, por isso que, desde o primeiro momento, eu vinha sugerindo o encerramento da Sessão. Volto de novo a fazê-lo. Só sanamos essa falha gravíssima, por sinal, porque o nosso Regimento trata de um capítulo especial de iniciativa popular com o cancelamento da sessão e marcando nova sessão com a notificação do primeiro signatário e que ele indique qual é o deputado que irá representá-lo com anuência de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero informá-lo, de acordo com o Regimento da Casa, a minha decisão definitiva e sobre a mesma questão não caberá mais questionamento.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Só mais um esclarecimento.

V. Exa. anunciou ao Plenário e eu tenho por obrigação restabelecer a plena verdade, no dia em que estivemos em seu gabinete com D. Pedro Fedalto, D. Ladislau, com D. Sérgio, naquela oportunidade, com toda certeza, o deputado Nelton Friedrich não se fazia presente; estava fora inclusive de Curitiba.

V. Exa., a bem da verdade, participou aos presentes que convidaria o deputado Nelton para se pronunciar, quando da votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu fiz o convite e eu gostaria que o ex-deputado Nelton estivesse aqui para confirmar que eu o convidei para o dia 14, que teria 20 horas para se pronunciar.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Questão de Ordem)

Apenas para restabelecer um pouco o curso dos acontecimentos.

Eu estou lembrado da data que D. Pedro Fedalto esteve presente no seu gabinete, fazendo um apelo para que a votação não se realizasse no dia 14. Lembro perfeitamente da sua afirmação na frente de D. Pedro Fedalto, D. Ladislau e um outro bispo e vários deputados que lá estavam presentes. V. Exa. disse o seguinte: olha, eu não posso ir contra o Regimento da Casa, se depender de

mim, se o Regimento me permitir, eu transiro a votação, que a solicitação era para 4 de setembro; no entanto, se algum deputado entrar com regime de urgência terá que ser obedecido do Regimento da Casa, caso o regime de urgência venha a ser aprovado.

Então, V. Exa. nem marcou o dia 14, nem marcou naquele dia, o dia 14 de votação, e nem disse que seria também no dia 4.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Se V. Exa. acompanhar em todos os jornais da capital, vai ter a oportunidade de verificar...

O SR. ÂNGELO VANHONI

Deputado, só quero reconstituir porque esse meu raciocínio leva a uma outra constatação.

Diante deste fato, diante deste procedimento adotado pela Presidência, que foi correto e a sua postura foi correta, a pergunta que faço, ao senhor ou à Mesa Executiva é a seguinte: Diante do que prevê o Regimento, que estabelece o rito para votação de um projeto singular na história da Assembléia Legislativa que é um projeto de iniciativa popular, a Mesa Executiva notificou o signatário, o primeiro signatário, sim ou não?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não há necessidade de notificar por escrito. Eu falei pessoalmente com ele...

O SR. ÂNGELO VANHONI

Que ele teria que designar um deputado?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Ele teria que designar o deputado na ocasião em que apresentou o projeto.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Não, isso não está escrito no Regimento. Desculpe-me, presidente.

Tanto é assim que a votação da Comissão de Justiça, nem os deputados que comparecem a esta comissão, sabiam que seria no dia 7, muito menos o signatário teve conhecimento de que esta votação seria no dia 7. Não estamos discutindo se o projeto foi aprovado na CCJ ou não, é que um rito processual não foi estabelecido, não foi respeitado, e não custa nada para a Assembléia reconhecer que este rito não foi respeitado e que a gente suspenda a votação, e que hoje, no período da tarde notifique-se, ainda no período da manhã, o seu primeiro signatário, ele designe um deputado e nós procedemos à votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu entendo perfeitamente a posição de V. Exa. mas não posso concordar, porque ele teve o ritmo normal na Casa, passou pelas Comissões, pela Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Obras e de Finanças, então

o trâmite na Casa foi regimental e eu já decidi esta questão de ordem.

Consulto o deputado Hermes Fonseca se ele vai usar o horário para discussão.

V. Exa. está com a palavra.

O SR. HERMES FONSECA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, senhores da imprensa, senhoras e senhores.

É evidente que nós, nesta discussão, não vamos abordar se este projeto no seu mérito deve ou não ser aprovado. Até porque, o artigo 145 do Regimento Interno diz que na primeira discussão aborda-se apenas a constitucionalidade e a legalidade da matéria. Desta forma, eu quero me ater à minha fala na defesa da constitucionalidade e da legalidade deste projeto.

A apresentação desse projeto deu-se na forma do artigo 244 e dos seus incisos de 1 a 10, muito embora, na sua tramitação nesta Casa, nas comissões, não foram cumpridas as exigências e as disposições regimentais, especialmente o inciso 10º do artigo 244. Não foi cumprido inclusive parte dos demais incisos porque não esteve presente durante a tramitação desse projeto o representante desse projeto de iniciativa popular, o seu primeiro signatário ou quem ele pudesse indicar oficialmente através de manifestação nesta Casa.

Portanto, senhores deputados, nesta primeira discussão e nesta primeira votação é preciso, muito embora nós discordamos da decisão da Presidência da Casa, e isto evidentemente vai ensejar um recurso judicial da nossa parte, das Oposições, muito embora nós tenhamos que respeitar porque temos que acatar a decisão, mas temos o recursos judicial, não há como esta Casa, nesta noite, rejeitar esta matéria.

Aliás, esta matéria, de acordo com parecer do relator da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, recomendou a aprovação pela legalidade e pela constitucionalidade, isto é o fato mais importante da discussão desta noite, e todos os parlamentares que têm assento nesta Casa, têm a obrigação, pela constitucionalidade e pela legalidade deste projeto. Este é o assunto de hoje, é claro e evidente que gostaríamos de estar discutindo aqui e encaminhando e discutindo e defendendo o mérito deste projeto, mas isso é matéria para a segunda discussão e votação.

Portanto, senhores deputados da Bancada do Governo, é preciso que os senhores atentem para as disposições regimentais e garantam a aprovação da constitucionalidade deste projeto sob pena de invalidar o parecer do relator do presidente da Comissão de Constituição e Justiça de invalidar o parecer que foi votado, segundo o presidente, por unanimidade, naquela comissão.

O que mais será preciso dizer para os deputados desta Casa para que possam aprovar este projeto nesta primeira discussão e votação? O que mais é preciso? A vontade popular já foi expressa na subscrição deste projeto, a vontade da maioria do povo do Paraná já está

expressa em todas as pesquisas de opinião pública que foram feitas neste Estado com respeito à discussão de privatizar a Copel.

A vontade popular já foi manifestada através de mais de 400 entidades constituídas nas igrejas católicas, evangélicas, da Ordem dos Advogados, do CREA, dos Sindicatos, das Confederações, das Universidades, das Associações de Classe, das ONG's, enfim de toda a sociedade civil que pede, que exige, que implora que a Copel não seja vendida, ou melhor, que não seja vendido o restante do patrimônio da Copel, que corresponde hoje apenas a 31.1% do capital da empresa.

Pretendemos que a nossa fala chegue até os ouvidos dos nossos deputados que fazem parte da base do Governo. É inadmissível! É inacreditável! É indefensável toda essa postura, essa artimanha, essa articulação da Bancada do Governo, do seu líder, pela rejeição desse projeto, quando nós estamos apenas discutindo e votando a constitucionalidade e a sua legalidade. Nós não podemos, deputado Basílio Zanusso, decano desta Casa, rejeitar o projeto nesta noite, porque fazendo isso nós estaríamos rejeitando o seu parecer, o seu parecer manifesto pela legalidade e pela constitucionalidade, muito embora não tivesse no decorrer da tramitação do projeto naquela comissão, na Comissão de Constituição e Justiça, seguindo todas as exigências que o Regimento da Casa exige; mas o seu projeto, a sua manifestação é pela legalidade e pela constitucionalidade.

Portanto, nesta noite, a tomar uma decisão que não seja a de aprovar em 1ª Discussão o Projeto de Lei nº 248/2001, que representa o primeiro projeto de iniciativa popular da história das Assembléias Legislativas deste País, o primeiro desta Assembléia, mas o primeiro também deste País.

Esta votação é uma votação histórica, esta Sessão que se instalou na tarde de ontem e que vai se prolongar numa série de Sessões para ultimar as decisões sobre esses projetos ou sobre esse projeto especificamente, é uma sessão histórica, e a decisão de vocês também vai ficar na história e vai ficar registrado nos Anais desta Casa, o voto de cada deputado com assento neste plenário.

Portanto, eu faço esse apelo. Gostaria de fazê-lo em nome de todas as entidades e todos os paranaenses, que correspondem a aproximadamente 9 milhões de paranaenses, pelos dados das pesquisas populares. Que V. Exas., se querem rejeitar o projeto da Copel, como antecipadamente se manifestam alguns, pelo menos preservem a seriedade desta Casa, preservem a nossa autonomia, preservem a nossa independência e votem pela constitucionalidade, aprovando em 1ª votação esse Projeto de Lei nº 248/2001. Este é o apelo que faço, sob pena de, amanhã, estaremos em todos os jornais deste País, em toda a imprensa deste País, sendo responsabilizados pela falta de seriedade, pela falta de competência, pela falta de honestidade com os nossos princípios e pela falta de responsabilidade com os destinos e com a vontade do povo do Paraná.

É este o apelo que faço. Essa é a minha proposta, esse é o meu conclamo a todos vocês, caros colegas, que permanecem no plenário, que obviamente estão escutando a nossa fala, pelo menos vocês, garantam a aprovação deste projeto em 1ª Discussão, se isso não ocorrer nós estaremos passando um atestado público de incompetência e de falta de seriedade.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita chamada nominal dos senhores parlamentares.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Chamada nominal.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Eu solicito, embora concomitantemente com o deputado Elio Rusch, mas se ele concordar, eu solicitei chamada nominal tendo aqui, acho, quórum para prosseguimento da Sessão, dar-me-ia por satisfeito para prosseguimento da nossa Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos continuar a Sessão.

Com a palavra, o deputado Hermes da Fonseca.

O SR. HERMES DA FONSECA

Senhor presidente, retomando a minha fala, eu gostaria de considerar um fato importante. O fato de este projeto ter sido aprovado por unanimidade, segundo o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, naquela Comissão, ter sido aprovado por unanimidade, se esta Casa rejeitar em 1ª votação esse projeto, negando a sua constitucionalidade e sua legalidade, nós podemos provocar um conflito de legalidade e prejudicar inclusive o processo de alienação de venda das ações da Copel, e ensejar a nulidade desta votação nos tribunais, portanto, repetindo, temos que votar hoje por unanimidade, repetindo a decisão da Comissão de Constituição e Justiça, acatando o parecer do seu presidente, o decano desta Casa, deputado Basílio Zanusso, temos que votar também nesta noite, para sermos coerentes, por unanimidade, a legalidade e a constitucionalidade do projeto nesta Casa.

Essa observação é muito importante porque em qualquer transgressão neste processo pode provocar, como disse, um conflito de legalidade, e nós, lá na frente, podemos anular a votação deste projeto que não está devidamente autorizado. Esta é a minha fala, este é meu apelo e renovo para que nós, todos nós, possamos mostrar a nossa seriedade e a nossa competência, aprovando por unanimidade o projeto de lei de iniciativa popular, o pri-

meiro da história deste País, no âmbito das Assembléias Legislativas.

Portanto, vamos dar um exemplo de altivez, de discernimento, de independência, de autonomia, e acima de tudo, de seriedade com o povo do Paraná!

Muito obrigado!

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu gostaria de saber de V. Exa., quantos e quais são os inscritos ainda para discutir este projeto de lei?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mais 14 senhores parlamentares.

O SR. NEREU MOURA

Quais são, senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Orlando Pessuti, Caíto Quintana, Algaci Tulio, Marcos Isfer, Waldyr Pugliesi, Cezar Silvestri, José Maria Ferreira, Ademir Bier, Nereu Moura, Luiz Carlos Zuk, Edson Strapasson, Irineu Colombo, Ângelo Vanhoni e Neivo Beraldin.

O SR. NEREU MOURA

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Antes de convidar o próximo orador, vamos colocar em votação o requerimento do deputado Durval Amaral, prorrogando o horário regimental para o término da presente Sessão Ordinária pelo período de mais 7 horas.

Está em votação o Requerimento nº 2490, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando prorrogação do horário regimental para término da presente Sessão Ordinária, pelo período de mais 07 (sete) horas.

Deputados que aprovam permaneçam como estão.
Aprovado.

O SR. IRINEU COLOMBO

Voto contrário.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Voto contrário também, senhor presidente, até porque nós vamos votar até às 7h00.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

De acordo com a questão de ordem levantada anteriormente pelo deputado Algaci Tulio, eu vou designar os seus poderes, atribuições conferidas pelo Regimento ao deputado Ribas Carli.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, V. Exa. indeferiu a questão de ordem e agora está retornando àquele assunto que nós

estamos no processo de votação. O senhor me desculpe, nós estamos no processo de discussão. O senhor foi claro; indeferiu a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Designei na seqüência a prerrogativa da Presidência.

O SR. ALGACI TULIO

Este assunto é matéria vencida, é mais do que vencida, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É prerrogativa da Presidência, nobre deputado!

O SR. ALGACI TULIO

Ninguém discute a sua prerrogativa, só que está fora de hora!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. terá condições de questionar juridicamente.

(**Tumulto**)

Com a palavra o deputado Ribas Carli.

O SR. RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Tal qual na Justiça, quando se tem o réu, não tem um advogado...

(**Tumulto**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito que pessoas estranhas se retirem do plenário, nem aqui mais vão ficar.

Solicito à segurança da Casa retirar. Só ficam os parlamentares e a imprensa devidamente credenciada.

Não foi permitido a esta Presidência tomar a decisão que, o deputado Ribas Carli pretendia, iniciou fazendo a defesa do projeto, mas em razão da suspensão da Sessão por alguns minutos, nós damos por lida a defesa do deputado Ribas Carli.

Com a palavra, o deputado Orlando Pessuti.

O SR. RIBAS CARLI

Senhor presidente, eu queria que constasse na Ata e nos Anais da Casa a transcrição aquilo que nós iniciamos a leitura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

Para discutir.

Pessoal na tribuna, a palavra está com o deputado Orlando Pessuti!

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, por duas razões bastante evidentes, na minha opinião o requerimento não está sendo

cumprido no que diz respeito a todas as questões que são levantadas pela Oposição.

Então, por esta razão, por entender que o Regimento não está sendo cumprido, em segundo lugar, porque não tenho a mínima condição de proferir qualquer pronunciamento para discutir a matéria, eu declino da discussão que requisitei há pelo menos umas dezoito horas atrás.

Por estes dois motivos: primeiro, porque acho que o regimento não está sendo cumprido e porque não tenho condições físicas para me pronunciar, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A seguir, o deputado Caíto Quintana.

Questão de ordem, deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente a questão de ordem foi formulada pelo deputado Algaci Tulio e foi tentado resolver, de forma terminante por V. Exa., com designação do mesmo deputado como representante do autor, passando sucessivamente para outros deputados que não aceitaram, devido a um vício de origem e que não houve anuência por parte do primeiro signatário.

Em seguida, V. Exa. deu a palavra ao deputado Hermes Fonseca e faltou resolver a questão de ordem que eu havia pedido, dando a palavra para um que não tem anuência e vota contra a proposta que ele foi, falsamente, tentar defender.

Senhor presidente, está incorrendo numa tentativa de votar na marra, a todo custo, inclusive, senhor presidente, quando eu por inúmeras vezes, disse que a saída para a questão de ordem era o encerramento da Sessão e a notificação do primeiro signatário, era uma saída que estava dando, a situação ficou tensa, V. Exa. percebeu.

A tentativa aqui imposta, senhor presidente, inclusive com a nossa manifestação fora dos microfones, porque não havia microfone para nós, mostra claramente uma tentativa de golpe. Está caracterizado um golpe! Aqui, daqui a pouco vai entrar a Rone com uma escopeta na minha cabeça, fazendo eu votar a favor da venda da Copel. Nós não podemos continuar com esta Sessão, senhor presidente! Vou pedir encarecidamente, em nome da democracia paranaense, em nome do zelo da nossa Constituição, encerremos a Sessão, notifiquemos o primeiro signatário: está resolvida a nossa questão de ordem de forma definitiva, e acaba os tensionamentos que têm em ambas as partes. Caso contrário, está consagrado o golpe. O golpe, estou denunciando mais uma vez aqui, porque a rebeldia de resolver questão de ordem que foi iniciada por V. Exa. de forma brilhante, mas não continua desta forma. Só tem uma saída: encerrar a Sessão.

Peço encarecidamente, em nome da democracia, que proceda desta forma.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O Plenário acabou de aprovar a poucos instantes e prorrogação da Sessão!

Deputado Caíto Quintana.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, questão de ordem.

Eu não quero ser redundante, mas apelo a V. Exa. que atenda ao deputado Irineu Colombo, que se possa descansar e depois voltar à tarde e continuar discutindo.

Dentro do Regimento, é o mais sensato das opiniões que eu ouvi aqui. Não há razão para ficarmos aqui discutindo às sete da manhã, sendo que nós podemos voltar à tarde, à noite, amanhã!

Senhor presidente, são os seus colegas que estão aqui, somos nós! É o senhor que está aí exposto, são os seus assessores!

São todos os profissionais, os deputados que estão aqui à exaustão. E nós temos um compromisso, senhor presidente, que é defender o povo, por isso nós estamos aqui para defender o projeto popular. Estamos neste processo, impulsionados, alavancados por estas 120 mil assinaturas que estão postas neste projeto de lei que é de iniciativa popular, que é desnecessário dizer é o primeiro na história do País.

Nós temos que cumprir a Constituição Federal, Estadual e o Regimento Interno, mas é evidente, não podemos exigir um esforço sobre-humano para com os nossos colegas, com os profissionais da imprensa, para com os visitantes que estão aqui hoje nesta Sessão histórica.

É sensato, senhor presidente que divida, que mude a Sessão para amanhã, para que os deputados possam ter o descanso necessário e justo.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, com todo respeito que depois de 15, 16 horas de exaustiva discussão, venham alguns parlamentares dizer que nós estamos forçando uma votação. Respeito todas as manobras que foram feitas.

Efetivamente o deputado Caíto estava na tribuna, foi violentamente agredido, foi arrancado o microfone que está ali e tenho certeza, senhor presidente, que só o entendimento, neste momento, com os deputados de Oposição que querem a transparência e a legalidade deste projeto que está sendo apreciado, como nós queremos também, senhor presidente, por isso estou encaminhando à Mesa, neste momento, um requerimento pedindo a V. Exa. para que submetido ao Plenário, seja dispensada a discussão e encaminhamento imediato da matéria, que seja submetida.

(Tumulto no Plenário)

O SR. EDSON STRAPASSON (Pela Ordem)

Senhor presidente, o deputado Durval Amaral, e eu gostaria de registrar este momento, falou que o deputado

Litro foi agredido. Quem foi agredido, fui eu, pelo deputado Kielse, quando o deputado Algaci caiu, por favor, deputado, eu estou com a palavra...

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, a questão de ordem que quero fazer a V. Exa., diz respeito ao seguinte: o povo do Paraná, a população subscreveu um abaixo-assinado, diversas entidades lá três meses envolvidas nesta discussão V. Exa. não pode permitir! O projeto de iniciativa popular pode ser derrotado no voto, pode ser derrotado por 2, 3 votos de diferença. Não é este o problema para nós. Nós sabemos que, quando for feita a votação, nós vamos perder, infelizmente, mas senhor presidente é uma humilhação para os paranaenses. O senhor designar um deputado que não defende o projeto, o deputado Ribas Carli, para defendê-lo em nome do povo do Paraná!

É a primeira vez que este projeto está tramitando na Assembléia Legislativa! Nós não podemos, é uma humilhação, é uma indignidade! Eu nunca vi disto, senhor presidente! O deputado Ribas Carli, todos nós sabemos, vai votar pela privatização da Copel! O projeto é de iniciativa popular, tente impedir a privatização da Copel! A Mesa Executiva não pode nomeá-lo para defender este projeto!

Então, peço a V. Exa. que reconsidere esta sua decisão! Nós já fomos derrotados no primeiro projeto, do deputado Divanir Braz Palma, nós podemos ser derrotados neste segundo projeto que é de iniciativa popular, mas o deputado Ribas Carli, ou qualquer um que não defende o projeto de iniciativa popular e pelas razões de regimento que já comentamos, infelizmente, senhor presidente, mais do que Regimento é uma humilhação, eu acho que este projeto e este dia, depois de 15 horas, deputado Durval Amaral, nós não merecemos isto!

Nós não merecemos o que aconteceu com o deputado Ribas Carli, na tribuna, nem com o deputado Kielse, nem com o deputado Strapasson. Nós não merecemos isto! Eu acho que nós estamos errando uma vez atrás da outra! Eu acho que há tempo de a gente reconduzir esta discussão para o leito correto dela. O projeto, não é um projeto do Vanhoni, não é do Caíto, não é de ninguém!

Então, senhor presidente, o senhor sempre foi um homem equilibrado, sempre teve o carinho e o respeito de todos nós, eu lhe peço que reconsidere e retire das notas taquigráficas que o deputado Ribas Carli foi o defensor, em nome do povo do Paraná, na Assembléia Legislativa do Estado, na defesa contra a privatização da Copel! Porque nós podemos ficar com a derrota, mas com esta humilhação da nossa dignidade, V. Exa. não tem o direito de exigir isto da gente.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, uma questão de ordem, artigo 156: “o encerramento normal de qualquer discussão, dar-se-á pela ausência de oradores.

Artigo 157: É permitido a qualquer deputado requerer o encerramento, da discussão, observadas as seguintes regras: na primeira discussão, desde que a matéria haja sido discutida numa Sessão anterior”.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já indeferi a solicitação.

O SR. NEREU MOURA

Perfeito.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores parlamentares, eu vi há pouco citar neste plenário e, aliás, bem colocado pelo deputado Rossoni que a democracia é o estabelecimento do contraditório, mas a democracia também, senhores parlamentares é o respeito pelo direito das minorias.

Esta Assembléia Legislativa poderá aprovar, vender a Copel. Poderá rejeitar o projeto de iniciativa popular, mas esta Assembléia, senhor presidente, não pode permitir que o custo disto seja a agressão física de parlamentares que convivem aqui no dia-a-dia e que agora em diversos tumultos têm inclusive se enfrentado, quase que às vias de fato, ou até em vias de fato, como relatado foi.

Não supre, senhor presidente, senhores parlamentares, a tentativa infeliz do deputado Ribas Carli de tentar substituir um equívoco cometido pela própria Mesa na apreciação desta matéria, quando regimentalmente determina que o projeto seja defendido por um dos seus autores.

Jamais poderia, e eu inclusive disse isto ao deputado Ribas Carli, jamais poderia ele, inclusive como defensor da venda da Copel, voto configurado a favor da venda da Copel, se arvorar no direito de defensor do projeto que ele vota contra!

Senhor deputado, isto é como contratar o advogado de defesa que vai proceder à acusação. Não supre contraditório, não permite a defesa da causa, pode suprir por designação do presidente, alguém falar sobre o projeto, mas seguramente não o defende, e o princípio do Regimento Interno, é a defesa do projeto, e não o faz de conta de ir à tribuna para representar os autores do projeto sem procuração e sem designação.

Senhor presidente e senhores parlamentares, tenho para mim que esta Casa é como se fosse um internato. Nós vivemos aqui todos os dias nas nossas contradições, até mesmo ideológicas, mas nós não podemos por em risco a harmonia, o respeito entre os parlamentares e isto está acontecendo aqui, senhor presidente! Está acontecendo aqui, porque nós estamos empurrando goela abaixo, da minoria já caracterizada na votação anterior, um projeto que seguramente está falseado na sua própria origem.

Este é um preço muito caro para a Assembléia Legislativa do Paraná! Esta Casa tem momentos de valor público! Quando se abriu para receber representações populares, quando foi palco de reuniões constantes,

quando cedeu o espaço da tribuna para as entidades populares, quando V. Exa. abriu, no dia de hoje, as galerias da Assembléia, descuidando até mesmo das senhas oferecidas para aqueles que aqui vieram, numa demonstração de abertura para que o povo, a imprensa pudesse noticiar o que acontece. Muito bem!

Isto, senhor presidente, senhores parlamentares, não pode ser maquiado por uma atitude impensada de tentarmos corrigir aquilo que não se corrige, sanar vícios que não serão sanados e teremos que continuar discutindo isso no Judiciário, porque não temos tido a serenidade aqui de suspender uma Sessão, fazer um ofício, encaminhar ao ex-deputado Nilton Friedrich, caracterizar a citação da Assembléia para com o primeiro autor e voltar aqui e derrotá-los, como está caracterizado que nós vamos perder. Ou será que a Bancada do Governo não tem confiança nos votos que tem, e tem medo que uma suspensão venha fazer alguém modificar o voto?

Ou será que agora aqui nós ainda estamos duvidando dos nossos companheiros e dos nossos colegas, achando que o resultado pode ser diferente e forçar, madrugada adentro, um vício que não será sanado por atitude nenhuma?

Senhor presidente, senhores parlamentares, eu tinha enumerado aqui para a não venda da Copel, razões que justificam e mostram que não será a venda da Copel que irá influenciar no equilíbrio financeiro do nosso Estado.

Tinha, estou dizendo, porque não vou usar este argumento. Este argumento os senhores poderiam qualificar como argumento político.

Nós já vendemos, neste governo, a Sanepar. Terminamos com projetos, como tinha o Água da Pedra que estava levando água, hoje componente de saúde, para os distritos do interior. E a venda da Sanepar ou a transferência da coordenação da Sanepar, ocasionou esta barbárie que está acontecendo em Curitiba, denunciada aqui muitas e muitas vezes e com muita precisão pelo deputado Neivo Beraldin, acometendo a nossa população de riscos, incaucionáveis da contaminação.

Resolveu? Não resolveu! Vendemos o Banestado que antes financiava o “panela cheia, o bom emprego urbano, o bom emprego rural”. Fizemos um empréstimo de quatro bilhões e meio para sanar títulos podres, inclusive comprados e denunciados pela CPI dos precatórios e legamos ao Estado do Paraná uma dívida que hoje é de mais de cinco bilhões a ser paga pelos paranaenses. Adiantou alguma coisa? Cadê o dinheiro?

Nós construímos no passado a Ferroeste, com a tentativa de baratear o frete para os pequenos agricultores do Oeste e do Sudoeste do Paraná, transportar os seus produtos até o porto de Paranaguá. Hoje a Ferroeste está entregue à iniciativa privada por preço de banana e longe dos seus objetivos.

Nós, senhor presidente, senhores parlamentares, constituímos nos três governos anteriores ao atual governador, mais de seis mil quilômetros de asfalto no Estado

do Paraná, e o que ocorreu agora? Transferimos o asfalto para a iniciativa privada, instituímos pedágio ao povo do Paraná? E resolveu alguma coisa? Mudou alguma coisa? Aumentou algum dinheiro? Ajudou a sanar as finanças do Estado do Paraná?

Não, senhor presidente, senhores parlamentares do Estado do Paraná. Não, senhor presidente, senhores parlamentares. Os governos anteriores ao governo atual, construíram duas usinas. Os três governos anteriores, para ficar nesses, fizeram, deputado Pessuti, mais de trezentas ligações só de clic urbano, clic rural, trocando por soja, levando energia na barranca dos rios do Estado do Paraná. Construiu outras tantas de ligações urbanas, instituindo a tarifa social para aqueles que gastam pouca energia e recebem pouco dinheiro e pouco podem pagar. Resolveu alguma coisa? Não, senhor presidente, por que o atual governo além de não construir, está querendo vender este patrimônio acumulado do Estado do Paraná. Nós precisamos de recurso. Cadê o recurso da antecipação dos royalties de Itaipu, que já foram adquiridos pelo Estado? Cadê o recurso das ações que foram vendidas na bolsa de Nova York e até agora não aliviou nada das finanças públicas do Estado do Paraná? Cadê recursos que foram vendidos em outras tantas negociações e nada adiantou? Senhor presidente, senhores parlamentares, eu tenho conversado com pessoas do governo, que estão no governo, analisando a possibilidade, e a Oposição estaria plenamente disposta a discutir isto, que fosse feito com o Governo Federal um acordo paranaense, o resgate por exemplo destes quase um milhão de reais que estão caucionados no Banco Itaú, para poder suprir os títulos podres.

Por que não negociar com o Governo Federal na força dos nossos deputados estaduais, federais e senadores, para que o Estado Brasileiro assuma, junto com o Paraná, parcelas da Copel?

Lance-se, se for necessário, novas ações da Copel e vamos todos, de todas as tribunas, conclamar o povo do Paraná, que não quer que venda a nossa empresa, para que compre ações da Copel e ajude a salvar este patrimônio, que é nosso.

De que adianta falar sobre tudo isso, se nós não fomos capaz, sequer, de buscar dentro da Casa, o respeito daqueles que aqui estão até seis, seis e meia e vão até às sete ou vão até às oito, sabendo que estamos perdidos, mas lutando por uma causa que é mais forte do que nós, que é o respeito a um projeto de iniciativa popular que foi colocado nesta Casa? Por que aviltar o andamento normal dos trabalhos se nós podemos com um simples ato de boa vontade, corrigir um equívoco já praticado desde o primeiro instante neste projeto de iniciativa popular?

Talvez, senhor presidente, e tenho certeza disso, não há a menor vontade de V. Exa. nem sequer do deputado Basílio Zanusso, na CCJ, ou qualquer presidente em qualquer outra comissão.

Eu tenho certeza absoluta, não há nenhum ato de má-fé, não há nenhum ato de tentar, lá atrás, suprimir a

presença de um representante de iniciativa popular, é pelo inusitado, por ser o primeiro projeto popular apresentado nesta Assembléia que não estamos nem sequer com o conhecimento pleno do Regimento Interno, de como que ele tramita, mas o homem tem inteligência para aprender com seus erros e de reconhecê-los.

Ainda é tempo senhor presidente, senhores deputados de notificar o primeiro signatário do projeto de emenda popular e salvar este projeto.

Nós não queremos, como integrantes deste Poder, manifestar juridicamente uma posição contrária à nossa própria Casa, ao nosso próprio Poder, por não aqui fazer o convencimento de todos nós, de que nós não podemos fazer isto, principalmente num projeto de iniciativa popular.

Senhor presidente, senhores parlamentares, eu lamento os diversos acontecimentos que houveram aqui, lamento os incidentes de galeria, lamento os incidentes na portaria, lamento esta pressão que nos faz viver esta noite inteira na votação deste projeto, mas sinceramente, lamento também o ocorrido naquela tribuna, aonde parlamentares, acostumados com o debate das idéias, esgotados pelo próprio cansaço, motivados pela intolerância, acabam se engalfinhando como se aqui valesse apenas o poder da maioria de submeter a minoria a seus caprichos e às suas vontades! Não! A democracia passa por este respeito! Nós sabemos que vamos perder, mas nós queremos e precisamos ser ouvidos, sob pena de não precisar de discussão, sob pena de não precisar votar projeto, sob pena de somar quem está a favor e quem está contra e definir, lá na Mesa!

Senhor presidente, senhores parlamentares quero pedir aqui uma vez mais. Sei que de tanta insistência nós não seremos atendidos, mas quero registrar duas coisas. Uma por prevenção: RW, esta empresa, foi notificada por jornais, foi escrito por jornais, tem até quem diga que a Copel já está vendida por esta empresa. Registre, senhor presidente em Ata, para nós vermos depois, se for a lei-lão, quem é que vai arrematá-la.

Segundo, senhor presidente, ainda há tempo, vamos restituir a legalidade deste projeto, não vamos lamentar lá na frente, se nos submetermos a um outro Poder, anular uma decisão que é nossa, soberana, de um Poder independente! Não vamos permitir que a intolerância nos leve na prensa, na seqüência, na falta de discutirmos a legalidade dos fatos, tentarmos fazer que a minoria seja subjugada. Eu sei, plenamente, qualquer decisão de Plenário, nós vamos perder, mas sei também que nós vamos lutar até a última instância para fazer prevalecer este projeto de iniciativa popular, porque do jeito que ele está, ele está cometendo vício de origem. E, seguramente algum tribunal haverá de reconhecer isto, em nome do povo do Paraná!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

(Lê):

“Há um dito popular conhecido de todos, segundo o qual Deus ajuda a quem cedo madruga”.

Nesses meus 40 anos de homem da comunicação, sou um madrugador por excelência. Assim, como diz a grande e inigualável Helena Kolody, para quem viaja ao encontro do sol é sempre madrugada.

A posição que tomei, tão logo ficou evidente que o governo do Paraná iria vender a Copel, foi, sem dúvida calcada nesses dois pensamentos e por Deus iluminada. Porque, como diz o texto bíblico da liturgia enfocada nas comunidades católicas no último final de semana “A quem muito foi dado, muito será pedido; a quem muito foi confiado, muito será exigido.”

E, reconheço, muito me foi dado. Não bastasse os dons que recebi de Deus, como a saúde, a capacidade, a humildade de reconhecer minhas limitações, mas ter sempre a força e a coragem para superá-las, ainda recebi a grande responsabilidade e o privilégio, só concedidos, neste Paraná de mais de 9 milhões de habitantes, de ser um dos 54 representantes deste povo. Um dos 54 escolhidos - pelo povo repito - dentre quase mil candidatos.

Exatamente em cima do texto bíblico é que convidei esta Casa a uma reflexão. Pois se a nós muito foi dado, e isto significa milhares de votos para que cada um aqui, chegasse, a nós mesmos muito tem sido pedido e muito será pedido. E o pedido, que esses milhares de votos que nos foram dados, fazem é para que votemos contra a venda da Copel. Pois se a nós, muito foi confiado, essa confiança se traduz no apelo representado por mais de 200 mil assinaturas da gente do Paraná na apresentação do Projeto de Iniciativa Popular.

Mas, se muito mais será exigido, necessário se faz neste momento, que, cada um de nós, deputados, lembremos que o dever sagrado de respeito ao compromisso assumido com o povo, exige coerência da decisão conforme a sua vontade, ainda hoje manifesta através da pesquisa Globo que mostrou a posição contrária à venda da Copel de mais de 90% dos paranaenses.

Quero deixar aqui registrado, para os anais da história desta Casa, um fato e uma pequena história que ilustram bem o julgamento que esta Casa está vivendo hoje. E, peço a Deus - sim porque não podemos esquecer que o povo é a voz de Deus, que esse momento possa servir para reflexão a todos os meus nobres colegas, deputados que estão a favor da venda da Copel e logo, contra o povo.

O fato foi, quando a Copel, para comemorar seu aniversário, há uns dois anos, trouxe da Itália o grande e aplaudido Domenico de Masi, que, no Teatro Guaíra, perante o governador Jaime Lerner, deputados, autoridades, técnicos e gente do Paraná, proferiu magistral palestra. E nessa, apesar da Copel ser sua anfitriã, posicionou-se contrário às privatizações que vinham ocorrendo no Brasil, e com relação à própria Copel disse enfaticamente:

“Não consigo entender o governo de vocês querendo vender a Copel - vocês estão agindo como um pai que cuida de uma filha a vida inteira. Dá a ela ótima educação, deixa ela linda, formosa, preparada e daí entrega para o primeiro que passar, para que ele a violente”.

Conta que o dono de um pequeno comércio, amigo do grande poeta Olavo Bilac, abordou-o na rua e lhe falou: Sr. Bilac, estou precisando vender o meu sítio, que o senhor conhece tão bem. Poderia redigir um anúncio para o jornal?

Olavo Bilac, muito solícito, apanhou um papel e escreveu:

“Vende-se encantadora propriedade, onde cantam os pássaros ao amanhecer no extenso arvoredo, cortada por cristalinas e marejantes águas de um ribeirão. A casa, banhada pelo sol nascente, oferece a sombra tranqüila das tardes, na varanda.”

Meses depois, o poeta encontra o amigo e pergunta-lhe se havia vendido o sítio:

“Nem pensei mais nisso,” respondeu ele. Quando li o anúncio é que percebi a maravilha que eu tinha.”

Isso serve bem para a nossa Copel.

Senhor presidente, esta é a maravilha que o Paraná tem, é a última “jóia da coroa” e que se está entregando para pessoas desconhecidas.

Eu faço questão de fazer este meu pronunciamento por escrito, porque lá na frente, os meus filhos, os meus netos, saberão da minha posição.

Os Anais desta Casa registram hoje um dos fatos mais marcantes da história do Poder Legislativo do Paraná: a apreciação do primeiro projeto de lei de iniciativa popular. E o fato se reveste ainda de maior importância porque é também o primeiro a ser discutido e votado no Brasil. Ausente das Constituições anteriores, a inclusão da iniciativa popular, na apresentação das leis, veio contribuir para que nossa atual Constituição, de 1988, passasse a ser chamada de “Constituição Cidadã”. É o exercício direto da democracia. A Constituição do Paraná prevê já no seu artigo 2º que “A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, nos termos desta Constituição e da lei, e mediante:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular.”

Tratado do “Processo Legislativo”, a Constituição, no artigo 67, estabelece que:

“A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembléia Legislativa de projeto de lei, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado estadual, distribuído em pelo menos cinquenta municípios, com um por cento dos eleitores inscritos em cada um deles.”

A lei foi clara ao dificultar a apresentação, porque só matéria de grande importância é capaz de motivar o povo a ter a iniciativa de apresentar um projeto de lei como o que esta Casa aprecia, o primeiro projeto de lei

de iniciativa popular, com 120.984 assinaturas qualificadas e mais 80 mil assinaturas coletadas em abaixo-assinados distribuídos por 241 municípios do Paraná.

Mas, senhor presidente e senhores deputados, o que poderia ser tão importante para motivar o povo paranaense, mais de 200 mil eleitores, a propor este projeto? O que poderia motivar o povo a integrar-se num movimento cívico patriótico, paranista, suprapartidário, pluralista e democrático, que uniu todos os segmentos da sociedade? O que poderia justificar a formação de um Fórum Popular capaz de levantar o povo de um Estado a, pela primeira vez no Brasil, usar a iniciativa popular na defesa de um bem público?

A perda da Copel! Sim, a venda desse patrimônio inestimável dos paranaenses foi capaz de despertar o povo e fazer com que, unido, se posicionasse contra a venda da hoje considerada melhor empresa do setor elétrico do Brasil. E as pesquisas estão aí, mostrando que mais de 90% da gente do Paraná não quer que a Copel seja vendida. E nós, na Casa do Povo, nós deputados, que representamos esse povo, que dele recebemos o mandato para aqui representá-lo, o que respondemos? O povo diz que a Copel não pode ser vendida, e os seus representantes o que dizem? Que estamos aqui decidindo em seu nome? Ou será que estamos aqui para atendermos os interesses até aqui não esclarecidos do Poder Executivo?

Eu, deputado Algaci Tulio, sempre fui um leal companheiro daqueles que estão hoje à frente do Executivo do Paraná; Não foram poucas as vezes que tive de sacrificar a minha carreira política em benefício do grupo político a que pertencia. Cheguei a ponto de renunciar ao meu mandato de deputado para atender o pedido do líder desse grupo que mostrava ser necessário, para ganharmos a Prefeitura da Capital, a minha presença na chapa do então desconhecido Cássio Taniguchi. Mas, exatamente, nesse episódio, quando tive que renunciar a um mandato que me foi dado pelo povo, decidi que jamais iria me posicionar contra esse povo. Que, na Situação ou na Oposição, o meu voto seria de acordo com o interesse público. Os Anais desta Casa são os testemunhos que meu voto sempre foi a favor dos projetos a favor do povo, não importando a iniciativa.

E assim, coerente comigo mesmo, quando o governo tornou real a venda da Copel, de imediato me coloquei contra esse absurdo. Absurdo em querer se desfazer de um patrimônio invejável no momento em que todo o Brasil se vê diante da escassez de energia elétrica, que ameaça o próprio desenvolvimento do País. E os motivos pelos quais sou contra a venda da Copel, são os mesmos de todo cidadão consciente, mesmo aqueles que não tiveram a oportunidade de assinar este projeto. E, repito, coerente com essa minha posição, percorri o Paraná levando a mensagem de cidadania, mostrando que pelo Projeto de Lei de iniciativa do povo, se estava exercendo uma democracia, se estava usando a cidadania. repito aqui o que já disse desta mesma tribuna anteriormente, porque sou contra a venda da Copel.

Por que sou contra a privatização da Copel?

- Porque, antes de tudo, é contrária aos interesses do povo paranaense, a sociedade é contra.

- Porque a Copel é patrimônio do povo paranaense, que não quer a sua privatização por ser essa lesiva aos interesses do Estado. Estado que é mero administrador do patrimônio, dos bens da sociedade. A Copel não é propriedade do governo para que esse decida, por vontade própria, dispor dela como bem entender. A Copel pertence a cada cidadão paranaense que ajudou a construir seu patrimônio, que vale cerca de 14 bilhões de reais e agora se pretende entregar por menos de 5 bilhões de reais.

- Porque não foi apresentada, pelo governo, até o momento, nenhuma justificativa para venda de uma empresa bem estruturada, altamente lucrativa e com função social reconhecida, como a Copel.

- Porque sua privatização será mais um dano para o Estado do Paraná, já combalido em suas finanças e desgastado politicamente.

- Porque a Copel é a mais eficiente companhia do setor elétrico nacional (pesquisa Aneel), com o maior índice de satisfação dos consumidores (mais de um milhão).

- Porque o setor de energia elétrica, durante 30 anos foi explorado pela iniciativa privada, pela Light Power (Companhia Força e Luz), que não realizou nenhum investimento nesse período. (A partir de 1947, no governo Moysés Lupion como Plano Hidrelétrico do Paraná, o Estado passou a resgatar o atraso secular. Em 1954 Bento Munhoz da Rocha Neto criou a Copel).

- Porque as privatizações feitas pelo governo federal, de um modo geral, só trouxeram prejuízos para o povo. Erros contidos no processo de privatização são hoje oficialmente reconhecidos. O tempo mostrou que as privatizações não foram feitas para beneficiar o consumidor e sim os interesses dos grupos compradores das estatais.

- Porque não cabe a justificativa do governo para a venda da Copel, baseada na possível perda de competitividade da empresa em um mercado aberto, considerando ter ela as melhores condições de competir no mercado, uma vez que o custo de seu investimento já está amortizado e as despesas de manutenção são baixas.

- Porque a energia produzida pela Copel deve ficar no Paraná. Hoje a Copel não é mais lucrativa por vender energia a preço vil para outros Estados: comercializada no Estado, custa aos consumidor final cerca de R\$120/MWh, mais 25% de ICMS; vendida para outras unidades da federação custa R\$30/MWh.

- Porque o processo de privatização proposto não segue a dos países apontados pelo governo, Inglaterra, França, Alemanha e outros, onde ocorreu a "pulverização" das ações, transformando o maior número possível de cidadãos em acionistas das empresas privadas. Aqui o povo está excluído e só os grandes grupos internacionais estão habilitados a comprar a Copel."

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Pela Ordem**)

Eu peço desculpas ao deputado Algaci Tulio, mas eu não estou vendo o Serviço de Taquigrafia, que é fundamental!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está lá, nobre deputado.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Mas um único funcionário tem condições físicas, inclusive de fazer o serviço?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está sendo gravado, também, e supre a falta da Taquigrafia. Não está faltando, nós estamos gravando toda a Sessão.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Qualquer parlamentar poderá solicitar à Mesa; será fornecido.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, eu vejo o plenário vazio e solicito a V. Exa. que proceda à verificação de quórum para prosseguimento da Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Chamada nominal.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, vou dar uma sugestão, que aperte a campanha e fala um apelo aos deputados que estão por aí e venham ao plenário, porque se nós falarmos que vai se votar agora, vai encher o plenário!

Então, que todo mundo venha, para não fazer a chamada!

Vamos dispensar o deputado Valdir Rossoni.

O SR. NEIVO BERALDIN

Eu insisto na chamada nominal, senhor presidente.
(**Chamada nominal**)

50 deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Há número suficiente de deputados para continuarmos a Sessão.

Continua com a palavra o deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, solicito 5 minutos além do tempo que me foi concedido.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica concedido.

O SR. ALGACI TULIO

Continuo dizendo porque sou contra a venda da Copel.

- Porque, tecnicamente, é o pior momento para a desestatização do setor energético no Brasil, como alertam os professores da Universidade do Rio de Janeiro, como alertam os professores da Universidade Federal do Paraná e pessoas ligadas a esta área.

- Pelos riscos de racionamento ainda em 2001 e porque a iniciativa privada não tem interesse em fazer investimentos na geração de energia.

- Porque técnicos do setor de energia classificam como desastrosa a experiência brasileira na desestatização, sendo o processo “perverso” para as camadas mais pobres da população.

- Porque a venda da Copel irá contribuir para que a área de energia no Brasil se transforme de vez num monopólio privado.

- Porque o consumidor que, com as tarifas pagou a infra-estrutura da Copel, não tem nenhuma participação na decisão de sua venda.

- Porque a venda da Copel vai aumentar o número de desempregados no Paraná, como aconteceu com a Telepar, Banestado, Sanepar.

- Porque as peças e equipamentos, que hoje são fornecidas à Copel pela indústria brasileira, passarão a ser adquiridas nos países de origem dos compradores, com previsível prejuízo para a indústria local.

- Porque a liberdade concedida aos compradores de recorrerem a empréstimos no mercado mundial aumentará a dívida externa do Brasil.

- Porque os nossos rios, Iguaçu, Tibagi e outros, passarão para o domínio dos compradores da Copel, que decidirão, junto com as demais operadoras, quando, onde e como serão construídas usinas, regiões prioritárias, etc.

- Porque o Paraná, através de seus representantes, tem o compromisso de defender seus interesses, seus empregos, o desenvolvimento de sua população.

Concluindo senhor presidente, senhores deputados, retornando ainda à minha função de homem da comunicação, lembro de quantas madrugadas acompanhei Sessões memoráveis do Tribunal do Júri, onde defensores e acusadores lutavam para mostrar a verdade do réu e da vítima e fazer prevalecer a justiça.

Aqui se fazem presentes também, os representantes da defesa da ré: a Copel. E quem são esses defensores? Mais de duzentas mil assinaturas, mais de duzentos mil paranaenses que assinaram o projeto e abaixo-assinados, na tentativa de salvar a ré. Ainda como defensores: o Fórum Contra a Venda da Copel; mais de quatrocentas entidades da sociedade, entre elas, Associação Comercial do Paraná; Federação do Comércio; Federação das Indústrias; Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia; Federação da Agricultura; Igreja Católica; Evangélicas, a CNBB, em documento histórico tirado em Itaici; a Maçonaria; Centrais Sindicais e outros segmentos sociais organizados.

E os jurados? Quem são os escolhidos pela sociedade paranaense, que como diz a liturgia da última semana: “a quem muito foi dado, muito será pedido; e a quem muito foi confiado, muito mais será exigido”? Os jurados somos nós, deputado Waldyr Pugliesi, 54 parlamentares, a quem caberá, após examinados os quesitos, colocados pelo juiz desta Sessão, aqui representado pelo deputado Hermas Brandão, presidente desta Casa.

Daremos o veredicto: culpada ou inocente. O libelo acusatório apresentado pelo Governo do Paraná, não é convincente, porque já na primeira etapa deste julgamento, parte deste corpo de jurados, que somos nós, os deputados de Oposição e do Bloco Independente, já nos manifestamos contrários à condenação, que significa a venda da Copel.

Cabe, portanto, a responsabilidade do veredicto final aos outros parlamentares, que são os de apoio ao Governo, neste momento histórico, que ficará gravado na memória do povo do Paraná, para todo o sempre, a decisão derradeira deste julgamento.

Tomara Deus que os textos bíblicos aqui enfocados e os fatos narrados que tocaram minha pessoa no fundo do coração, tornaram-me um homem livre, independente, para em um momento decisivo para o Paraná e para sua gente, posicionar-me do lado da Justiça, da democracia, do direito. Tomara Deus, possa contribuir para que os meus colegas deputados, antes de tomarem sua decisão de voto, sejam iluminados por Deus, imbuídos de sentimento nobre, cívico e patriótico, a favor do Paraná e da sua gente.

Como diz o evangelho segundo Lucas: “não tendes medo, pequenino rebanho, pois foi do agrado do Pai, dar a vós o reino”. A nós, pequeno rebanho, reunidos nesta Casa, foi dado o direito de reinar, decidindo pelo povo. Então, que Deus, na sua onipotência e sabedoria...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo mais alguns minutos para V. Exa. concluir seu pronunciamento.

O SR. ALGACI TULIO

Um minuto só, senhor presidente.

Que Deus, na sua onipotência e sabedoria, ilumine a todos nós, deputados, responsáveis por esse grandioso e magno julgamento histórico, para que não tenhamos medo de ficar ao lado da Justiça, absolvendo a ré: a Copel; e permitindo que possa ela, continuar vivendo e se desenvolvendo como patrimônio do Paraná e da sua gente.

Quero neste momento histórico, senhor presidente, quando fiz questão de ler esse meu pronunciamento, de antecipadamente, para que se registre nos Anais desta Casa, o voto do deputado Algaci Tulio: contrário à venda da Copel, favorável ao projeto de iniciativa popular de mais de 130 mil assinaturas; favorável ao projeto que é emanado do povo e que pela primeira vez na história do

Brasil, se coloca um projeto dessa envergadura em uma Casa Legislativa.

E esta Casa, lamentavelmente, ao atropelo, no “rolo compressor”, no afogadilho, sem que se possa aqui expressar as vontades, sem que se possa discutir com tranquilidade, esta Casa quer fulminar, quer condenar, mesmo que a acusação do governo seja fraca, sem consistência, esta Casa acaba, lamentavelmente - pela Bancada de Apoio ao Governo - condenando a nossa Copel.

Que Deus ilumine os meus companheiros parlamentares que fazem parte da Bancada Governista, que coloquem a mão na consciência. Perdem Vs. Exas. uma grande oportunidade de ficarem marcados na história deste Paraná e desta Assembléia, quando deixam de votar um projeto que é iniciativa do povo, projeto que não é de autoria de nenhum de nós parlamentares, mas que é do povo do Paraná, que deseja a manutenção da nossa Copel.

Muito obrigado, presidente!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Dando continuidade, deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados.

Confesso a todos que hoje quando cheguei a esta Casa, vinha imbuído de um ânimo, de uma vontade, de um desejo de ver uma discussão ampla, uma discussão irrestrita, mas principalmente uma discussão de alto nível. E a primeira vez que ocupei a tribuna, vislumbrei, sentado nesta Casa, o filho do eminente professor ex-governador Parigot de Souza, que assistia e me dizia no seu comentário da sua tristeza em ver como os destinos da Copel estavam sendo atropelados. Seu pai foi, sem sombra de dúvida, talvez o maior idealista da idéia da Copel. Lembrava também, do governador Ney Braga, que dizia: “tudo vale a pena, quando a alma não é pequena”, citando o poeta Fernando Pessoa.

E cheguei aqui, confesso, muito animado, esperando que efetivamente, esta Assembléia - como disse no primeiro pronunciamento, com toda imprensa, com as galerias cheias, todos os seus deputados aqui presentes - fossem fazer uma discussão efetiva.

Mas, o que é que vejo às 7h40min, depois de mais de quinze horas de discussão? Vejo o Regimento Interno desta Casa ser rasgado. Pergunto-me para que serve algo chamado de Comissão de Constituição e Justiça?

Vejam o que é pior, senhores: a Constituição Brasileira foi rasgada. Está no seu Artigo 61, a previsão de Projeto de Iniciativa Popular, com a mais pura forma de manifestação da população. Está aqui na nossa Constituição do Estado do Paraná, que no Artigo 65, prevê que as iniciativas de leis poderão ser de membros, Comissões da Assembléia, do governador, do presidente do Tribunal de Justiça, do procurador-geral de Justiça e dos cidadãos, nas formas e nos casos previstos nesta Constituição.

Vamos apreciar daqui a pouco, vamos votar. Vamos votar o quê? Vamos votar conforme diz o nosso Regimento, pela constitucionalidade e pela legalidade. O que é que escuto de alguns? “Não, não interessa. Não vamos discutir se é constitucional, se não é; não há necessidade de mais discussão”. O “rolo compressor” do Governo quer passar de uma vez, o bloco do Governo passa, sem pedir permissão à população.

Confesso aos senhores, que nesses momentos, me decepçiona a vida parlamentar. me traz uma profunda tristeza na alma e no coração, porque nos vemos trocados por nada. 54 homens públicos, pagos pelo povo, para aqui deliberarem seu nome, e sequer se deliberam, sequer se discute. 54 homens que fazem um juramento público de cumprir a Constituição no seu Estado e o Regimento Interno desta Assembléia, e alguns decidem rasgar essa Constituição que juraram e rasgam o Regimento desta Casa.

Senhores: não posso calar a minha voz, diante da falta de respeito que hoje se pratica, não a um deputado “A” ou “B” ou “C”, mas com o povo do Paraná. Falta de respeito, que infelizmente alguns não assumem e preferem transferir para esta Casa. Falta de respeito, que infelizmente, alguns preferem fingir que não existe e deixar que os deputados se engalfinhem, que se matem, que façam o papel sujo que alguns se negam a fazer.

Confesso aos senhores: só por um ideal muito grande podemos continuar lutando. E esse ideal fará - quero que todos anotem isso, muitos agora tomam o café da manhã da Bancada Governista, mas é importante que anotem que haverá, senhores, uma fiscalização por parte da população, não se iludam que este processo está terminando aqui. Quiseram vender a Copel, venderam e o povo disse: “pois é, venderam”. Quiseram vender a Sane-par, venderam e o povo, hoje, que não tem água para beber, começa a cobrar essa posição.

Não se iludam, aqueles que acham que o cofre do Governo ficará farto, para uso irrestrito, construindo chafarizes pelas praças dos municípios, não se iludam. Desse dinheiro que o Governo arrecada, a população irá fiscalizar os 70% de aplicação no Fundo de Previdência; desse dinheiro que se arrecada, tem cerca de 800 milhões de precatórios vencidos, que têm que ser pagos; desse dinheiro que se arrecada, tem 300 milhões de precatórios que vencem em 2001 ainda, e não tem como deixar de ser pagos; desse dinheiro que se arrecada, já se disse que 700 e tantos milhões vão para o Banestado, aliás, para o Itaú, não para o Banestado; desse dinheiro que se arrecada, cerca de 300 ou 400 vão cobrir os juros de caixa que estão aí. Então, nessa brincadeira já se foram dois milhões e alguma coisa. Com mais os setenta do fundo, iludem-se aqueles que pensam que trocando o futuro das nossas novas gerações, o futuro do povo paranaense, poderão trocar impunemente, por chafarizes nas praças.

Me entristece, disse a todos que me entristece profundamente, ver a forma como se trata essa causa maior, ver a forma como se desrespeita a Constituição do

Estado, aqui jurada; ver a forma como se desrespeita o Regimento Interno desta Casa, aqui também jurado.

Ora, se não vale sequer o juramento que fazemos para tomar posse nesta Casa, que mais irá valer? Será necessário que se acordem, antes que nos tornemos chacota nacional. Quero aqui, desta tribuna, dizer aos senhores deputados que podemos amanhã sermos manchete de uma “Veja”, de uma “IstoÉ”, de uma “Folha de São Paulo”, de um “Estadão”, de um “JB”, ou de qualquer jornal, de qualquer município deste Estado ou de outro Estado, por uma única razão: nós dissemos que o projeto mais legítimo é o Projeto de Iniciativa Popular, o projeto que vem com as assinaturas da população, preenchendo os pré-requisitos dos municípios, que têm que ser abrangidos. E agora, vamos dizer nesta madrugada, nesta manhã, que isto é inconstitucional, deputado Luiz Carlos Martins, vamos dizer que isto não está escrito no “livrinho”, vamos dizer que todo este trabalho que esse povo teve foi palhaçada? E como é que esperamos ser tratados pela imprensa nacional? Como é que esperamos ser tratados pela população brasileira? É o primeiro projeto que vem a uma Assembléia Estadual, de cunho popular, Deputado Custódio, de cunho popular! Feito pelo povo! Povo das vilas, dos pequenos municípios! E vamos dizer que não valeu? Vamos dizer à Igreja, aos pastores, à sociedade organizada, que não valeu? Era tudo brincadeirinha! Vocês só brincaram de ter representantes populares, de ter o respeito de uma Assembléia, de serem soberanos, cidadãos deste País e deste Estado!

Ora, senhores! Será que é isto? E depois alguém me diz: “o Senado está desmoralizado. Nem ACM, nem Jader”. Desmoralização maior é esta! Estamos dizendo a 93% da população do Paraná que o que eles acreditam não vale! Que o que eles pensam ser correto, porque está escrito na Lei Magna deste País, na Lei Magna deste Estado, não vale nada!

Senhores: sei que prego no deserto, mas espero, com muita sinceridade, que ainda algum ouvido lúcido, consciente, temente a Deus e um ouvido digno, escute e diga: “não podemos dizer à população do Paraná, que aqui brincamos de fazer leis; que aqui brincamos de votar!”

Senhores, peço encarecidamente, amanhã, no mérito, cada um vote como deseja, mas hoje, na constitucionalidade, na legalidade, na coerência, acho que a população do Paraná espera, Divanir, um voto de cada um dos senhores, pela constitucionalidade. Amanhã, no mérito, cada um aja de acordo com a sua consciência, cada um aja de acordo com os seus compromissos. Mas hoje, quando estamos apreciando se valeu a lei maior estadual, se valeu a lei maior federal, nós não podemos brincar, não podemos responder à população paranaense de forma errônea.

Artigo 145 do nosso Regimento Interno: “o projeto será votado em primeira discussão, aonde exclusivamente - e aqui tem a palavra “exclusivamente” - será apreciado quanto a sua constitucionalidade e a sua legalidade”.

“Exclusivamente”! É mais forte que o prioritariamente no Paraná previdência, porque quando se diz “exclusivamente”, se diz que é verdadeiro, que é real e que é necessário.

Então, peço a todos os deputados desta Casa, que com relação a esta primeira votação, não decepcionem o povo do Paraná, não decepcionem aquelas milhares de pessoas que acreditaram em cada um dos senhores; não decepcionem aqueles que ainda esperam que este País seja uma democracia, que tenha representantes, que o povo possa ser cidadão e andar de cabeça erguida; não decepcionem, porque o nosso custo, senhores, poderá ser muito maior do que uma simples votação!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Cezar Silvestri.

(**Declina**)

Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados...

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

O pessoal que está aqui em cima, nas galerias, os nossos cidadãos do Paraná, estão tendo dificuldade para fazer o café fora do prédio e depois voltar, porque está tendo impedimento. Gostaria que a Mesa autorizasse à Segurança, a permitir a ida e a vinda desses nossos irmãos que acompanharam durante toda noite esta votação e os trabalhos desta Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Já vamos conversar com o deputado Hermas Brandão e vamos deferir em seguida.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Pela Ordem**)

V. Exa. não precisa consultar o deputado Hermas Brandão, porque V. Exa. é o presidente em exercício no Poder Legislativo. E acredito que V. Exa. dizendo a sua assessoria a liberação, não há necessidade...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nós já vamos informar ao Plenário, deputado Zuk.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, constato falta de quórum no Plenário. Solicito que seja feita a verificação de quórum.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Chamada nominal, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Chamada nominal requerida pelos deputados Durval Amaral. Convidamos o 1º secretário para que faça a chamada dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

(**Procede a chamada nominal dos senhores deputados**)

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, havendo mais de 30 deputados no Plenário, dispense a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Dispensada a chamada nominal pelo deputado Durval Amaral.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, insisto na chamada nominal!

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

(**Continua a chamada nominal dos senhores deputados**)

50 senhores deputados responderam à chamada.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Há quórum para prosseguimento da Sessão e nós asseguramos a palavra ao deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Vamos lá, senhor presidente! Está na hora de a onça beber água, não é?

Senhor presidente, o senhor imagine a seguinte situação: torcida organizada do Atlético, aí você pega um torcedor “coxa” e põe para comandar o torcida do Atlético. É inaceitável, não é? O contrário também é. Imagine nós aqui, que fizemos uma longa caminhada, durante todos esses meses, e depois, por equívocos que foram praticados pela Mesa, tivemos que ver o deputado Ribas Carli, um dos inveterados deputados mais governistas, mais decididos em privatizar a Copel, fazer a defesa do Projeto de Iniciativa Popular. O deputado Ângelo Vanhoni falou muito bem, que isso chegou às raias da humilhação.

Senhor presidente, é a mesma coisa que se pegar - me perdoem, não vem ao caso, mas a imagem me vem assim - se pegar a bactéria para fazer defesa de penicilina, é um negócio meio complicado. Nesses momentos dramáticos acontecem coisas que ficamos muito surpresos de ver acontecer. Sempre falamos o seguinte: em política, só não vi cavalo voar, mas hoje tinha uns potrinhos nuns rasantes aqui na Assembléia.

Quero, senhor presidente, mais uma vez, dizer que a nossa luta valeu a pena. “Tudo vale a pena, se a alma não é pequena”, já falava o grande poeta português Fernando Pessoa. Fizemos esta longa caminhada, senhor presidente, estava dizendo no começo que é chegado o dia da votação e bem-aventurados os que chegam, nós não nos desencaminhamos na longa marcha que fizemos, não nos desmoralizamos, capitulando ante pressões aliadoras e comprometedoras, não desertamos, não caímos no caminho. São palavras de Ulisses Guimarães, um

homem que quando morreu, morreu no mar. E me perguntaram - eu que convivi tanto com ele - “o que é que eu tinha para falar a respeito da morte de Ulisses Guimarães?”. Eu falei: “olha, um homem com essa dimensão, só poderia ter como túmulo um oceano”.

Nesta caminhada toda, junto com esses inigualáveis companheiros, homens e mulheres que compuseram o fórum contra a venda da Copel.

Tenho por hábito, senhor presidente, respeitar e na prática faço isso - não é só na palavra não - as posições, as idéias de quem quer que seja.

Mas, neste Parlamento é que se estabelece o contraditório. Aqui as idéias se chocam. As Assembléias deveriam ser as universidades da discussão, os parlamentos deveriam ser os fóruns apropriados para alcançarmos mais rapidamente o futuro que muitas vezes demora tanto para chegar.

Mas, senhor presidente, dói, um velho caminhante como eu, fiz uma longa caminhada, vivi momentos muito generosos. Mas, este é um momento - pelo esboço, pela pintura que está se desenhando - este é um momento triste. É um momento triste, porque vemos um Estado todo se levantar, sinalizar, determinar para que nós seguissemos por determinado caminho. E agora, senhor presidente, por pressões que muitas vezes não se consegue fazer com que elas tenham esse efeito deletério do governo em cima de dois deputados, que no meu entendimento fraquejaram. Porque, quando você deixa o Palácio, o ar refrigerado, a verba, o carro, o avião, a influência dos palácios para se ombrear com os pequenos, com o povo; quando você vem para a planície, vem robustecido por uma posição que lhe dá respeitabilidade. Agora, quando você abandona o caminhar popular para chegar na undécima hora, último minuto, para decidir contra o povo e a favor de um governo que está esfacelado pelo seu próprio comportamento, é terrível e vai ficar marcado.

Esses dias que estamos vivendo aqui vão ficar na história do Paraná. De um lado, páginas gloriosas foram escritas, de outro lado vacilações, fraquezas. Fraquezas de caráter muitas vezes acontecem e o que podemos fazer, senhor presidente?

É, talvez, o último apelo para aqueles que têm o poder de decidir aqui dentro, através do voto, que possam salvar a Copel, que foi construída com tanto carinho, por meio século, pelo povo do Paraná, crescendo sempre sob o comando de todos os governadores que tivemos, com exceção de Jaime Lerner, que é o dilapidador daquilo que os outros fizeram. Os outros construíram e esse destrói, sempre com o mesmo argumento: “vamos vender a Copel, porque ofereceremos a todos do Paraná, o paraíso”.

O paraíso que foi cantado aqui como sendo Curitiba. Hoje, vemos, senhor presidente, que temos 20% de miseráveis aqui na Capital. Quero repetir aquilo que Ulisses Guimarães falou uma vez: “que mais miserável do que a miséria dos miseráveis, são os governos fabricantes de miséria”.

Esses governos pegam regimes que estão se esfacelando no primeiro mundo, que vem para cá como sucata, como o último bater de coração dessas maneiras de governar. Lá já estão abandonando, já estão em outro caminho. Aqui, começamos a pegar a sucata intelectual desses regimes.

Na realidade, continuamos sendo uma simples filial, com uma matriz determinando os nossos caminhos lá fora.

Vocês imaginaram o Banco Central do Brasil baixar uma resolução proibindo que se faça empréstimos às empresas estatais brasileiras e, ao mesmo tempo, financia as estatais estrangeiras, só com a finalidade de fazer com que nós brasileiros acumulemos superávits para pagar os serviços da dívida, que cada vez cresce aqui no Paraná e no Brasil como um todo? Aqui mesmo, no Paraná, já se falou tanto quando o Requião saiu do governo, um bilhão e quatrocentos milhões era a dívida do Estado. Hoje, a quanto chega a dívida do Estado? E já venderam tudo, menos a Copel, que vão “torrá-la” agora.

Senhores deputados, depois dessa maratona de discursos, de tentativas de chegarmos a fazer com que o povo pudesse ser vitorioso, acho que não existe mais nada a fazer, senão esperar que os deputados, de maneira consciente, votem da maneira que bem entenderem. Que cada um assuma a sua responsabilidade. Todo mundo aqui vai botar a sua cara para aparecer e eu admiro pessoas que, de maneira firme, defendem as idéias que não são defendidas por mim. Sou alguém que respeita as posições dos adversários que agem dessa maneira, mas fraqueza, fugas, pressão alta e desmaios... Ah!

Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. foi à tribuna e falou: “voto pela venda da Copel, assumo a minha responsabilidade”. Eu acredito nisso e V. Exa. marcando esta posição, como sempre marcou aqui nesta Casa, pode não ser apoiado, mas é respeitado na posição. Agora, o deputado sair correndo, ficar não sei onde, escondido, com desmaio, com leque abanando...Ah!

Senhor presidente, é preciso que cada um de nós seja responsável por aquilo que fazemos.

No meu entendimento, vender a Copel é um baita de um negócio errado que está se fazendo neste Estado. O povo também pensa assim. Infelizmente para nós, que neste caso estamos apoiando as posições populares das federações, das associações, da igreja, da OAB, do Sindicato dos Engenheiros, do Sindicato dos Arquitetos, meio mundo, vamos dizer que temos esta posição clara, definida.

Infelizmente, parece que terão um ou dois votos a mais daqueles que seriam necessários para impedirmos a venda da Copel, mas, *alea jacta est*, a vida é assim mesmo, a vida é um permanente batalhar, a vida é um sobe e desce. E nesse momento, volto a repetir, acho que a Assembléia perde uma grande oportunidade para deixar como marca da sua atuação, a coragem de dizer “não” ao governo que está dilapidando o patrimônio público construído por todos os paranaenses de todos os cantos,

durante todos esses anos. Mas, a democracia é boa, é bonita por causa disso. O voto é a hóstia cívica e temos que respeitá-la. Cada um o exercerá da maneira que bem entender, segundo a sua coerência; outros, segundo os seus interesses. Muitas vezes, interesses que não dobram a próxima esquina, mas que cada um faça o que bem entender.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Próximo orador, deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados. Vamos para quase 18 horas de Sessão.

Sei que todos estão cansados tentando buscar o momento da votação para que possamos descansar, não é, deputado Valdir Rossoni? Mas, tenho que registrar aqui os acompanhamentos, membros do Fórum de Defesa da Copel, assessores, a imprensa, que acompanhou esse período todo e os senhores deputados que aqui compareceram em número de 53 e que continuam presentes, para acompanhar, para participar, para vivenciar a votação mais histórica e mais importante que o Paraná já teve até hoje.

O sono não foi o bastante para demolir, para demover a determinação em participar, em acompanhar o que aqui os senhores deputados haveriam de definir.

Para quê nós passamos essa noite reunidos nessa Casa? Para apreciar um projeto de iniciativa popular, que em menos de 50 dias, que a regimentação de organização, coletou 138 mil assinaturas! Assinaturas que paranaenses esperançosos, que elas embaixo de um requerimento, pudéssemos manter em nome do Estado do Paraná, portanto, em nome do povo paranaense, a melhor, a mais competente, a mais produtiva e a mais eficiente empresa de energia elétrica do Brasil! A nossa Copel!

Empresa que ao longo dos anos permitiu o desenvolvimento, permitiu que pudéssemos avançar a urbanização do nosso Estado. Esta mesma empresa hoje é objeto de análise da sua venda por este Plenário.

Aquelas 138 mil assinaturas representada por 138 mil cidadãos e cidadãs do nosso Estado, resumem em 54 votos neste plenário.

Daí, a nossa responsabilidade.

A responsabilidade em dizer, em exprimir, em expressar a vontade dos paranaenses. E não foram só as 138 mil assinaturas, nós temos, atrás delas, 93% da sociedade paranaense se posicionando contra a venda da Copel. É quase incompreensível se não conhecêssemos o governo Lerner, a sua determinação em dispor, em vender esse bem, e que tem encontrado, infelizmente, aqui na Assembléia Legislativa, guardada à sua idéia de venda.

As posições, no Parlamento, evidentemente, são contraditórias. As 400 organizações, entre sindicatos, confederações associações, câmaras municipais, OAB, órgãos de classe, Igrejas, tanto Católica como Evangélicas,

não foram suficientes, pelo que nós observamos no primeiro projeto, do Divanir Braz Palma, que foi votado, solicitando a prorrogação por 90 dias.

Mas é importante que nós tenhamos a consciência que é o primeiro projeto de iniciativa popular, e nesta manhã de 15 de agosto de 2001, nós não estamos votando o mérito do projeto de lei; estamos votando a sua constitucionalidade. Estamos votando aquilo que a Comissão de Constituição e Justiça, da qual fazem parte eméritos companheiros nesta Casa, eu me permito, com a licença deles, declinar os seus nomes, porque participaram da votação, do parecer, que reconheceu a constitucionalidade desse projeto de lei.

Deputados: Duílio Genari, Plauto Miró Guimarães, Antonio Carlos Belinati e Moysés Leônidas.

São deputados que pertencem a esta comissão e dão a ela brilhantismo pelos seus pareceres, pelas suas participações. Lá votaram dizendo que o projeto era constitucional, além do seu presidente, homem a quem tenho muito respeito, deputado Basílio Zanusso.

Lá votaram e disseram que o projeto é constitucional e, hoje neste plenário, nesta manhã, o que é que nós estamos analisando, senão a constitucionalidade que lá atrás nós votamos, senão aquele princípio em que diz e reconhece, que o projeto de lei tem condições de vir a Plenário?

Nós não podemos ter duas posições tão vilmente opostas, em pouco tempo! É por isso que faço um apelo, especialmente aos membros da Comissão de Constituição e Justiça, não desmerecendo as demais, mas das Comissões Permanentes, é a que mais atua em função da sua natureza, deputado Algaci Tulio.

A comissão é a porta de entrada de todo o processo legislativo dentro da Casa, de qualquer Casa, de qualquer parte do Parlamento.

Nós não temos condições de ser checados diante da própria realidade que nós mesmos produzimos, ontem possibilitado e exalado um parecer favorável ao projeto dentro da Comissão de Constituição e Justiça, nesta manhã, votarmos contrário ao mesmo projeto, à mesma lei, sem nenhuma emenda, que, ontem, nós avalizamos como constitucional!

Por isso a responsabilidade, especialmente dos membros da Comissão de Constituição e Justiça, que o que nós vamos votar aqui nesta manhã, não é mérito, não podemos escarrar no rosto da sociedade paranaense dizendo que ela não tem legitimidade legal, afirmando que ela não tem condições de encaminhar um projeto de iniciativa popular, garantido na Constituição Federal pelo seu artigo 61, garantido na Constituição do Estado, que muitos e alguns, inclusive, dos que estão nesta Casa, subscreveram, deputado Irineu Colombo, quando da edição da Constituição, em 1989.

É assegurado no Regimento que disciplina a atividade desta Casa.

Não vamos nós nesta manhã, dizer que as 138 mil pessoas, representando 241 municípios do nosso Estado,

eram incapazes, eram inabilitadas, que tomaram a iniciativa que não era respaldada pela lei e esta Casa não acolheu. É o mesmo que esbofetearmos a sociedade paranaense.

Esta Casa pode e deve, numa análise de mérito, de interesse político, tomar a decisão que assim ela entender, mas ela não tem condições, dentro de uma matéria técnica, que não exige e não possibilita a discussão, fazer duas votações.

Não é em nome do Fórum, não é em nome da Bancada, não é em nome desta Casa, mas quero falar em nome daqueles que hoje não têm voz aqui, mas têm o talento de nos mandar para esta Casa, para que nós possamos representá-los.

Senhores parlamentares, vamos fazer desta manhã, não a votação acachapante, mas vamos fazer a votação que amanhã nós possamos defender em qualquer lugar. Não concordo com as posições e as explicações que o governo Jaime Lerner oferece a esta Casa e à sociedade paranaense, para votarmos a venda da Copel.

Por quê? Primeiro, justifica que a Copel não terá condições de competir em igualdade. Depois, nós precisamos viabilizar a Constituição do Fundo de Previdência, porque ele viabilizado, diz o Governo, vai oferecer uma folga de 100 milhões por mês!

E a Copel?

E o interesse estratégico?

E o futuro do Paraná?

E o futuro dos nossos filhos? Até porque é um péssimo momento para escolher e determinar a venda da Copel. Era, é, e continuará, tenho certeza, a ser, não na mão da iniciativa privada, mas na mão da sociedade, o elemento determinante para que nós possamos continuar a fazer e a provocar o desenvolvimento do nosso Estado.

No momento em que a energia escassa, no momento em que se “desregulamenta” o mercado energético brasileiro, e hoje ele já tem 58% “desregulamentado”, em 2003, ele será totalmente “desregulamentado” e a Copel poderá se valer dos seus baixos custos de produção, porque produz 90% da base hídrica.

Já falei muitas vezes a respeito disso, como muitos oradores falaram. Mas é o instrumento mais importante para que possamos desenvolver a atividade industrial do turismo e a atividade da agroindústria, e ela só pode fazer se nós mantivermos o interesse social sobre a geração, a transmissão e a distribuição, porque no mercado aberto, os 25% de energia que sobram da geração da Copel irão, com certeza, para o mercado do Rio de Janeiro, para o mercado de São Paulo. Porque lá falta energia e lá será vendido no mercado atacadista de energia, o MAE, aonde se paga 682 reais o megawatts/h, enquanto o custo da energia para a indústria está em torno de 160 megawatts/h. Prova disso é que, ela sendo privada, o endereço irá para São Paulo e Rio de Janeiro, e nós ficaremos no futuro, sem demanda, sem condições de contratação e se quisermos contratar para a expansão, teremos que recorrer ao mercado atacadista de energia.

Por esta razão, é que sou contra. Por esta razão é que 93% da sociedade paranaense é contra. Ali não tem doutores, na sua grande maioria, não tem professores, médicos, na sua grande maioria, mas ali tem o cidadão comum, o trabalhador, a dona de casa, que sabe que depois que vendida a Copel, virá a tarifa majorada para que ela possa honrar no final do mês se fazer continuar com o bico de luz aceso.

A Copel, hoje não é um carro do ano, como disse aqui no dia 23 de março deste ano, o presidente e secretário da Fazenda, Ingo Hübner. Ela continua sendo o carro do ano, porque produz energia barata. Ele alegou que precisa vender hoje a Copel, porque hoje ela é o carro do ano e, amanhã ela está depreciada.

Depreciada estará, sim, se continuar na mão dessa diretoria que tem provocado um verdadeiro desmanche da Copel, a exemplo da Tradiner que os próprios apaniguados do Poder criaram para que pudessem, ao vender, continuar a ser sócio daquela parcela que foi do Estado, que foi da sociedade.

É por isso, que nós não podemos vender!

É por isso, que nesta manhã, nós não temos, em nossa consciência, condições de votar aqui negando a sua constitucionalidade!

Amanhã ou hoje à tarde, se assim o presidente convocar e colocar na pauta, ela pode ser votada e aí vota-se o mérito. São mais 12 horas. Já disse um senhor deputado que usou esta tribuna: “não se muda quando se tem consciência em poucas horas.” Assim nós não produzimos a situação mais vexatória, de dizer ao povo paranaense, que ele não tinha o direito, que ele não tinha condições de aqui apresentar o projeto de iniciativa popular.

É isso, senhores deputados da Bancada do Governo, que espero que aconteça e, em especial, aos membros da Comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Gostaria de pedir ao deputado Traiano, a atenção de V. Exa. para a questão de ordem que faço ao presidente da Mesa.

Deputado Elio Rusch, V. Exa. que preside os trabalhos, sei que há inúmeras inscrições e, a minha questão de ordem é pessoal, não faço em nome do Bloco Independente, porque não conversei com meus companheiros e nem também com os deputados da Oposição, sobre isso, mas gostaria de fazer um encaminhamento no seguinte sentido, que os deputados que estão inscritos pudessem abrir mão de sua falação e nós passaríamos ao processo de votação, aonde ainda deputados poderiam encaminhar. Por enquanto, estamos discutindo.

Então, poderíamos encaminhar o processo de votação e justifico essa posição.

Alguns parlamentares têm nos procurado, inclusive da Base de Sustentação do Governo, mas aqui dos nossos companheiros, o assunto também já foi por demais debatido de ontem até hoje e todos os dias que

nós conversamos aqui na Casa. Acho que estamos em perfeita condição de encaminhar o processo de votação.

Queria fazer esse encaminhamento, e obviamente isso depende da concordância daqueles que estão inscritos. Não quero jamais tolher a palavra daqueles que estão inscritos aí, mas acho que é de bom alvitre, de bom senso.

Se não houver concordância, volto a repetir, respeito, não há problema nenhum, faço apenas uma sugestão. Peço que V. Exa, encaminhe, por favor.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nós temos alguns oradores que já estavam inscritos que já declinaram, mas apenas para cumprir as formalidades regimentais, ainda vamos chamar os oradores inscritos e se eles entenderem por bem declinar do espaço, acho que todos os deputados ficariam gratos, porque o assunto foi amplamente discutido e debatido.

Temos inscrito o deputado Irineu Colombo.

Não está presente.

Pela ordem, o deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Solicito verificação de votação.

UM SR. DEPUTADO(**Pela Ordem**)

Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Convido o 1º secretário para que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Procede à chamada nominal.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Estou satisfeito, senhor primeiro secretário.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

O deputado Ângelo Vanhoni retira a verificação de presença, e constata o número legal para dar prosseguimento à Sessão.

Temos inscrito o deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, senhores deputados é impressionante, nós estamos aqui, há quase 20 horas, e o vigor é o mesmo, cada vez aumenta mais, parece que estamos começando uma caminhada.

Essa caminhada vem sendo realizada pelos deputados Nelton, Caíto Quintana, Nereu Silvestre, Zuk, Hermes Fonseca, Ademir Bier, Luciana Rafagnin, Renato Gaúcho, Pastor Edson, Serafina, Chico Noroeste, Augustinho Zucchi, Isfer, pelo Ângelo Vanhoni, José Maria Ferreira, Anibelli e outros que estão na outra caminhada, de braços dados perfeitamente em sintonia com o seu

comandante maior, que é o governador Jaime Lerner. Nós estamos encaminhada junto com o povo.

Isso nunca é demais repetir, sobretudo, quando se constata nos documentos, falta de prestação de contas, irresponsabilidade administrativa, falta de ética, falta de decência com o trato do dinheiro público.

Agora há pouco, acabei de receber um telefonema de Toledo.

Por isso que estou nesta tribuna, porque o cidadão me disse, é de uma emissora de rádio de lá: “Deputado, fale por Toledo na tribuna, porque o Duílio, que é o deputado de Toledo, está na trincheira do Jaime Lerner. Faça as vezes do povo de Toledo que está na outra trincheira; está do lado de cá, na trincheira do povo”.

Então, senhores deputados, a vida nos impõe esses desafios.

Na semana que passou, estive em Antônio Olinto e a Câmara de Vereadores, por unanimidade invocou a presença de Deus, para dizer que jamais algum vereador irá votar ou trabalhar ou defender o nome daqueles que estão na caminhada com o chefe do desmonte do Estado do Paraná, que é o governador Jaime Lerner.

Já se falou dos títulos podres, senhores deputados, foram comprados títulos de Osasco, Guarulhos, Maranhão, Santa Catarina, foram para os 100% do valor, só que os títulos senhores deputados, são podres, não são reconhecidos nem pelos Estados e nem pelos municípios.

Na venda do Banestado, deixaram esses títulos para o Banco Itaú e deram como garantia desses títulos, ações da Copel.

Por isso, é o desespero do governador, porque está vendo que não tem outra saída; ou é intervenção federal ou é a liquidação da Copel.

Este é o fim trágico de um governo, que na verdade foi um desgoverno, que na verdade apaga as luzes literalmente, do povo do Estado do Paraná, quem sabe as luzes da esperança de tantos trabalhadores, de tantos estudantes que não têm ônibus sequer para estudar porque ele não paga o transporte escolar.

O nosso IPE está literalmente liquidado. Ficou na tesouraria do Estado, o dinheiro, ficou empenhado na tesouraria e não foi pago recurso para o IPE e para a Secretaria da Saúde e em diversos orçamentos, mas foi repassado para aquelas quatro agências de propaganda mais de 500 milhões de reais, se lembrarmos que naquela época o dólar valia um por um.

Mas dizia do Banestado, venderam por em torno de um bilhão e seiscentos milhões e, o governo assumiu quatro bilhões e vinte e cinco milhões a serem pagos em 30 anos. Isso representa 15% do compromisso do Estado com os inativos, arranjaram uma dívida que o povo vai pagar. Se não bastasse antecipar os Royalties de Itaipu e é menos 40 por mês que entra no cofre do Estado. É menos dinheiro para a saúde, para a educação, para a habitação.

O SR. IRINEU COLOMBO

Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela ordem, o senhor deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, desde ontem, das 14h30min, nós não tivemos nenhum lanchinho, por conta da presidência da Casa, nenhum cafezinho para reanimarmos!...

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Deputado Colombo, V. Exa. talvez não tenha ouvido, mas eu há 1h30min atrás anunciei que tinha pedido um lanche através da nossa assessoria e se encontra no Salão Nobre para os senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Continua com a palavra o deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhores deputados, senhoras deputadas, venderam 34% da Sanepar, para uma empreiteira chamada Andrade Gutierrez, para o Banco Furtunity, para a Vivandi, francesa e mudaram o Estatuto da empresa e delegaram às funções principais da mesma para o grupo privado chamado Dominó Holding.

Esse grupo administra as finanças da Sanepar. Administra material, compra de material, obras, dos 56 pontos da empresa, 35 estão atribuídos para o grupo Dominó Golding. É aquela empreiteira que não fez o tratamento necessário para a barragem do Rio Iraí e como não fez a destoca, o tratamento do solo, está brotando lá, lixo hospitalar, que foi depositado ao longo dos anos. A água se encarrega de trazer isso para a costa da barragem. Não foi feito a destoca, por isso se formam os gazes que estão hoje, e o povo está pagando com a qualidade da água.

Quem sabe quantas pessoas estão com hepatite, graças à situação que vivemos, porque foi feita aquela barragem emergencialmente? Será que foi para eleger o Cássio, prefeito de Curitiba?

Aonde foi o dinheiro do Prosan?

Afirmo, com certeza, foi gasto mais em projeto, do que em obras. E o canal extravasor, quanto foi pago por metro quadrado para a desapropriação daquela área? Quantos e quantos e quantos milhões vazaram do dinheiro público para engordar a festa de alguns poucos?

Agora estão pagando o preço da vergonha, porque têm que ouvir isso. Tem que ouvir, e ouvir calado, porque não pode contraditar. Não há argumentos, há provas documentais.

Venderam o banco, e venderam junto o que o banco tinha a receber, daí um grupo, milagrosamente, comprou o Itaú, aquele um bilhão e seiscentos que o Banestado tinha a receber por 8% do valor. Estão aqui em Curitiba a receber esse dinheiro, esse furo do Banestado, meus irmãos. Esse furo está na conta do povo.

E ao Banestado Leasing aonde estão aqueles que cometeram crimes em cima de crimes. Aonde estão? Como é que fica? Aonde estão, como já disse hoje, um bilhão e oitocentos milhões, no mínimo, a dois bilhões e duzentos milhões, o máximo que foi apurado com a venda de cento e doze bilhões de ações da Copel, que somado dá esse número?

Pois bem, não é entrada meus irmãos, desse recurso extra-orçamentário. É um recurso extra-orçamentário de venda de ativos que não foi prestado conta nem na entrada e nem na saída. A não ser que o governador venha a público e diga: “eu coloquei nessa minha conta ou naquela outra conta. Gastei nisso ou naquilo.” Mas, nos documentos, ele não fez isso.

Ele não remeteu ao Tribunal de Contas, informações.

Senhores deputados, há um contraditório que precisa ser esclarecido, sobretudo, aquele de trezentos e três milhões de reais, que os técnicos do Tribunal de Contas afirmaram que o Estado havia vendido cento e noventa e sete milhões de reais de ações da Copel. O conselheiro Artagão escreveu: “não, o Estado vendeu quinhentos milhões de reais de ações da Copel”.

Com quem está a verdade? Será que está com os técnicos?

Será que está com os conselheiros? Será que nós não estamos afirmando aquilo que é palpável? Será que a nossa assessoria técnica, de auditores profissionais, e muitos e muitos anos, será que eles estão atrapalhados? Será que o Governo não tem chefe na Casa Civil? Será que o Governo não tem Secretário de comunicação? Será que essa gente não pode vir à público para contraditar com um modesto deputado que tenta dar a sua contribuição?

Será que é muito pedir, senhor presidente e senhores deputados, ao decano deputado Basílio Zanusso para que represente o Governo com a sua experiência, com a sua sensibilidade humana, com o seu valor técnico e moral, para que possa contraditar conosco?

Será que o Governo Jaime Lerner não pode explicar um cidadão para nos explicar por que a água está como está?

Será que o Governo não pode dizer, porque só temos um soldado para cada 800 pessoas, no Estado do Paraná?

Senhores deputados administrar é ter, no mínimo, vocação. Agora o roubo você pode mensurar, mas a incompetência não.

Esse é o Governo, você pode mensurar o roubo, mas a incompetência você não pode mensurar. Infelizmente nós estamos diante desse quadro, e eu tenho fé.

A fé é inabalável, tenho a esperança e a certeza que no momento da votação nós vamos conseguir a vitória. Porque nós estamos com o sentimento favorável do povo. Nós estamos com as ruas ao nosso lado.

Os estudantes universitários, todos estão acessando o nosso site para acompanhar o que está acontecendo aqui.

As emissoras de rádio, independentes, estão aqui.

Agora, precisa evidentemente, ter fé na justiça e nós acreditamos nela, porque o dia que deixarmos de acreditar, chegaremos num caminho sem rumo, num caminho sem volta precisamos argumentar, precisamos pedir apoio aos advogados que nos assessoram para que possamos encontrar argumentos técnicos suficientes capazes de reverter esse quadro, se aqui formos bem sucedidos, na justiça do nosso Estado do Paraná.

Confio na justiça, sei que o que está acontecendo aqui não é regimental, já foi mais que argumentado, mas tenho esperança que um fato novo ocorra e que um deputado possa vir do nosso lado, para darmos essa alegria, e esse ânimo, necessários para o povo do nosso Paraná.

Olha, quanto dinheiro, vocês imaginem, quinhentos milhões de reais! Num ano daria para construir 70 mil casas populares, em propaganda em mídia. Foi para quatro agências. Só que as agências, não explicam para quem mandaram o dinheiro, para que televisão, para que jornal para onde foi, que peça foi confeccionada!

Quero que explique!

O nosso requerimento foi aprovado por esta Casa e o presidente Hermas Brandão, me disse: vai fazer cumprir-lo.

Então vai, e esperamos que sim, porque é a lei.

Nós temos aqui a função além de legislar, sobretudo, de fiscalizar os atos do Executivo. Nós temos que estar vigilantes. Nós temos que estar aqui, toda a hora e todo o dia, para defender os ideais de uma população.

Por isso, nós estamos aqui alegres por ver o Plenário vigorante, sobretudo, aqueles que estão ao lado do povo. Alegres em ver os nossos visitantes se renovando e participando de uma sessão histórica como esta.

Então, estamos numa encruzilhada, que vai fazer a diferença, porque estamos aqui para defender o povo.

Agora, não vejo os deputados que defendem o governador Jaime Lerner, se pronunciarem. Não vejo! Sinceramente, eles passaram a maior parte do tempo fora da Sessão.

Então, não há o que discutir, infelizmente, está constatado, o governo perdeu a vergonha.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Pela ordem, o deputado Custódio.

O SR. CUSTÓDIO

Senhor presidente, gostaria de contar com a sensibilidade desta Casa, no que se trata também, das pessoas que ficaram nas galerias, a nossa imprensa, as pessoas que se envolveram no processo de votação, que a Casa, também faça a doação de lanche e café, para essas pessoas que acompanham a votação.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Encerrado o período de discussão, está em votação.

Para encaminhar, o deputado Nereu Moura, por 10min.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, senhoras e senhores que conosco permanecem nessa longa jornada aqui na Assembleia Legislativa do Paraná.

O Paraná merece mais do que isso, o Paraná merece mais que uma noite, duas noites acordado, o Paraná merece a vida inteira acordado, porque nós que nascemos neste Estado, nós que amamos este Estado, evidentemente que poderemos dar não só uma noite de sono em favor do bem, em favor do povo, em favor de uma sociedade justa, igualitária e de um Poder Público coerente, honrado, sério honesto e decente.

Por isso, eu não estou cansado, senhor presidente, como falou o deputado Neivo Beraldin, eu estou tranqüilo, leve, estou com a minha consciência em paz, absolutamente em paz. Posso, quando chegar na minha casa, deitar e dormir tranqüilamente, porque aqui nesta Casa cumpri um dever que o povo do Paraná quis que cumprisse. Aqui nesta Casa comportei-me com dignidade, defendendo com firmeza, às vezes sendo rude até, às vezes exagerando nos meus atos, mas sempre com o desejo de defender os interesses da população do Paraná.

Por isso estamos tranqüilos, senhor presidente.

Como derradeiro, como última mensagem quero deixar aqui, em nome do meu PMDB, em nome dos sete deputados do PMDB, que aqui nesta Casa estão durante este período, daqui não arredarão o pé, aqui ficarão firmes, todos eles vigilantes, na defesa do povo do Paraná, na defesa do povo da Copel, na defesa do nosso patrimônio!

Senhor presidente, com a venda da Copel, o governador Jaime Lerner estará vendendo também os nossos rios, especialmente, o Rio Iguaçu, que é uma dádiva de Deus.

O Rio Iguaçu que nasce aqui nas margens do Palácio Iguaçu e que vai cortando este Paraná, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, com as suas águas, algumas vezes calmas e outras vezes torrentes, vai firme e corajoso, descendo serra abaixo, cantando, fazendo lindas canções. É esse que o governador Jaime Lerner, irresponsável, está também devendo!

Assim também aconteceu com as usinas de Salto Santiago, de Salto Osório que pertenciam à Eletrosul e que foram privatizadas pelo Governo Federal. Lá, nestas usinas, o povo que mora naquelas margens nem mais pode utilizá-las como recreação; nem mais pode utilizá-la para fazer a pescaria, porque os proprietários daquelas empresas hidrelétricas não permitem mais que a população, que margeia o Rio Iguaçu, se utilize das águas para fazer o lazer, para fazer a pescaria ou para utilizar o Rio Iguaçu.

Assim vai ocorrer na usina de Salto Caxias, na usina de Foz do Areia, na usina de Segredo, porque com

a venda da Copel, o governador Jaime Lerner estará vendendo as águas do Rio Iguaçu, também.

Senhor presidente, o governador de Santa Catarina, o careca Esperidião Amim, governador do PDT aliado com o PFL, que não possui hidrelétrica, apenas uma usina termelétrica, não vendeu a sua Celesc. Está lá a Celesc, para orgulho do povo “barriga-verde”, para orgulho do povo catarinense! Não permitiu que a sua empresa fosse vendida e esta lá gerando energia elétrica para o povo “barriga-verde”, para o povo catarinense!

O governador do Rio Grande do Sul também não vendeu a Companhia Energética Riograndense, e é o orgulho do povo gaúcho.

Por quê? Por que o Paraná teria que vender a Copel? Por que o governador teria de vender a Copel? A melhor empresa energética deste País!

Senhor presidente, aqui nós falamos como a palavra derradeira antes da votação deste projeto de lei, é evidente que nós não nos conformaremos com a decisão, é evidente que tudo que for possível fazer nós faremos, para salva o Paraná, para salvar o nosso povo, para defender a nossa gente, mas aqui neste plenário, nós nos manifestamos do fundo da nossa alma, aos deputados aqui presentes, para que pensem, para que analisem, não vamos deixar vender a Copel! Vamos votar do lado do povo, e não ao lado de um governo nefasto, incompetente, de um governo envolvido em “maracutaias”, em corrupção, atenção para o povo do nosso Estado e, não para um governo marcado!

Fomos onde era preciso ir, levamos a nossa mensagem aonde tinha que se levar, gritamos por este Paraná a fora, falamos bem alto em todos os cantos do nosso Estado, tocamos no coração do povo do Paraná e as pesquisas mostram claramente que 95% do povo do nosso Estado não quer que venda a Copel!

Por isso, senhor presidente, estamos com a consciência tranqüila, rigorosamente tranqüila e por isso estamos leves, porque fizemos a nossa parte.

Fica aqui a esta Casa de Lei, a todos os deputados que não viem as cotas para o povo, não deixem se dobrar, porque o governador Jaime Lerner está em fim de mandato e nós queremos que o ano que vem todos os deputados deste período legislativo possam estar aqui novamente eleitos, pela mão sagrada do povo do Paraná, mas para serem eleitos, é preciso ouvir o povo, para serem eleitos, é preciso fazer o que o povo quer, para serem eleitos, é preciso escutar o sentimento que vem da rua, para serem, eleitos, é preciso obedecer sentimento da população!

Concluo, senhor presidente, agradecendo os meus companheiros deputados, às minhas companheiras deputadas, que estiveram conosco nesta jornada, que brigamos juntos, sorrimos e choramos juntos, peleamos, aqui ficamos em favor do Paraná!

Peço desculpas, temos humildade para reconhecer quando às vezes exageramos, aos colegas deputados que não pensam como...

(Término do Horário)

(O Presidente Hermas Brandão concede mais um minuto para concluir)

Eu agradeço sua bondade, senhor presidente.

Quero pedir desculpas aos deputados se nós porventura em algum momento deixamos de ser polidos, urbanos, deixamos de atendê-los como manda o Regimento Interno desta Casa, mas é no calor do debate, é na emoção e no sentimento, que às vezes os gestos se tornam um pouco mais bruscos e nós deixamos de ter a consideração que deveríamos sempre manter.

Fica o nosso apelo à Assembléia Legislativa, vamos com fé em Deus, com respeito ao povo do Paraná, dizer sim ao projeto de lei do povo do nosso Estado, e dizer não ao governador nefasto, Jaime Lerner!

SR. ELI GHELLERE (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, visitantes da imprensa, funcionários da Casa, eu volto a esta tribuna com um pouco de tristeza. Eu estive aqui no início dos trabalhos, e falava que a grande virada viria do Oeste do Paraná. Falava que no Oeste do Paraná nós temos nove deputados e seis já tinham manifestado o voto contra a venda da Copel e falava também da presença dos vereadores da região, do presidente da Câmara de Foz do Iguaçu, falava dos deputados Tiago, Chico Noroeste, Nereu Moura, Ademir Bier, Eli Ghellere, Irineu Colombo, que representam o Oeste do Paraná, e todos estavam firmando compromisso contra a venda da Copel.

E, durante a noite, senhores deputados, senhores visitantes, tivemos a votação do projeto do deputado Divanir Braz Palma, onde nós tivemos o empate do Plenário e tivemos a decisão do senhor presidente, e foi lá do Oeste que faltou o voto para nós impedirmos a venda da Copel. E o voto que faltou lá do Oeste, deputado Colombo, foi o do deputado Sérgio Spada, o voto que esteve junto com a gente lá em Medianeira onde nós fizemos o primeiro começo contra a venda da Copel! Foi o deputado Sérgio Spada, junto com o deputado Ademir Bier, o deputado Eli Ghellere que começou a caminhada no Oeste do Paraná pedindo e aclamando à população para que nós conseguíssemos os votos dos outros deputados do Oeste do Paraná.

Eu constato hoje que nós conseguimos os votos do deputado Chico Noroeste e do deputado Tiago Amarin, mas infelizmente, o único deputado que não está no plenário hoje, é o nosso companheiro lá da região Oeste do Paraná.

Então, fica registrado o protesto do Oeste do Paraná contra a atitude do deputado Sérgio Spada.

Gostaríamos muito, senhor 1º secretário, que o deputado Sérgio Spada pudesse vir aqui e tivesse a atitude que o senhor teve, e declarar o seu voto e justificar o porquê da sua atitude.

Vamos aguardar nas próximas Sessões, eu tenho certeza que o deputado Sérgio Spada tentará explicar esta

ação, mas o tempo vai cuidar de marcar esta sua omissão, tão grave.

Eu encaminho o voto do projeto de iniciativa popular. Encaminho, em nome do PDT, do deputado Zuk, encaminho também o agradecimento ao nosso companheiro Nelton Friedrich, ele que foi um batalhador, presidente do meu Partido e que muito nos honrou, de levar à frente a presidência e a coordenação do Fórum Popular contra a venda da Copel.

Também é motivo de orgulho nosso, termos nesta caminhada, apesar, deputado Zuk, que parece que já estão mais ou menos definidas as coisas, mas é um orgulho nós termos durante todo esse tempo, juntos com mais de 400 entidades de todo o Paraná. Também estivemos percorrendo vários municípios onde coletamos assinatura de mais de 240 municípios, foram mais de 138 mil assinaturas coletadas, e isto a história não apaga!

Fica registrado nos Anais da Casa o primeiro projeto de iniciativa popular da história do Paraná.

Eu gostaria, neste momento, de me dirigir aos meus colegas da Comissão de Constituição e Justiça, eu gostaria de pedir encarecidamente ao presidente da Comissão, deputado Basílio Zanusso, gostaria de pedir aos deputados Duílio Genari, Plauto, Moysés Leônidas e Belinati, que eu, lendo e relendo durante esta madrugada o parecer, que foi relator o presidente da Comissão e no meio do parecer, um parecer muito bem elaborado, eu constatei a seguinte frase..."do atendimento aos requisitos legais, procedida a análise constitucional, legal e regimental da proposição, esta Comissão de Constituição e Justiça constata que o presente projeto de lei atendeu a todos os requisitos impostos pelas normas vigentes..." É o parecer do deputado Basílio Zanusso e que teve o voto de todos que participaram da Comissão.

Como o artigo 145 do nosso Regimento Interno prevê que hoje a votação visa única e exclusivamente nós definirmos a questão constitucional e não a questão de mérito, peço encarecidamente, fazendo minhas as palavras do deputado José Maria, mas reforçando o pedido e o apelo para que não entremos em contradição, vamos aprovar hoje em primeira discussão o projeto de iniciativa popular daí na próxima Sessão, possivelmente hoje à tarde, nós possamos analisar o mérito.

Por isso, deputado Basílio Zanusso, eu peço encarecimento que V. Exa. converse com os membros da Comissão e, por coerência, votaremos a favor do projeto de iniciativa popular.

Era isto, senhor presidente.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu fiz uma questão de ordem a V. Exa. e confesso que não tenho o deferimento ou indeferimento da questão de ordem feita a V. Exa.

Solicitei que o senhor presidente retirasse das notas taquigráficas da Assembléia Legislativa a indicação do deputado Ribas Carli para defender o projeto de iniciativa popular. Primeiro porque no nosso julgamento,

V. Exa. não poderia fazer desta forma. Em segundo lugar, que é mais grave, o deputado Ribas Carli é um deputado que vota pela privatização da Copel. Não teria condições de defender um projeto em nome do povo do Paraná.

Gostaria que V. Exa. me respondesse se V. Exa. acata minha questão de ordem ou não acata.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu já fiz uma solicitação à minha assessoria aqui da Mesa, e já informaremos a V. Exa. por escrito dentro de alguns minutos.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)

Senhor presidente, para que fique registrado, como cidadão paranaense, eu não me sinto representado pelo deputado Fernando Ribas Carli neste projeto de iniciativa popular.

O deputado Cezar Silvestri não se sente representado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, eu acho que, quem sabe aqueles que estão acompanhando a Sessão agora, e muita gente liga para nós, imaginando que isto acabou ontem aí por volta das oito horas da noite, até porque os jornais dão a notícia de que, segundo as últimas informações das 7h45, olha, das 19h45 até agora, se for contar, com certeza absoluta, como dizem aqui os assessores da Mesa, não há na história da Assembléia, segundo me contam, em 35 anos de assessoria, uma Sessão como esta, em que passamos a noite sem dormir um segundo.

É claro que no momento em que vamos para o encaminhamento final da votação, devemos dizer que o resultado que teremos agora, não reflete, veja só, o resultado da verdadeira intenção dos deputados da Assembléia Legislativa. Por quê? Às duas horas da manhã, nós tivemos empate.

Também me lembro, deputado Hermas Brandão, de V. Exa. ter decidido uma vez só, uma votação que deu empate no plenário e decidiu pela segunda vez ontem à noite. O projeto popular agora já tem outros ingredientes, na minha opinião, que determinam, quem sabe, um resultado diferenciado, até porque o deputado Divanir Braz Palma que apresentou o projeto da suspensão da privatização por 90 dias, agora vota, pelo menos é o que demonstrou na outra votação de que vota junto com o governo e a favor da privatização da Copel.

Mas imaginem só, se naquele momento em que empatamos a votação, nós pudéssemos ter suspenso por 90 dias o processo de privatização para que pudéssemos refletir? Mas não foi possível. Ânimos foram exaltados durante a Sessão, o presidente, se não me engano, suspendeu a Sessão por sete, oito vezes, e nos cabe aqui, faço isto, não sei se outro companheiro do bloco independente vai fazer encaminhamento, mas gostaria de citar aqui os deputados que fazem parte do bloco indepen-

dente, os deputados Cezar Silvestri, Marcos Isfer, Chico Noroeste, Serafina, Pastor Edson, Renato Gaúcho, Tiago Amorim, Algaci Tulio, Tony Garcia, faço encaminhamento em nome desses deputados, que todos se posicionam contra a venda da Copel. É um dado importante para aqui também imaginarmos que o Paraná inteiro ficou ligado na Assembléia Legislativa durante todo esse tempo em que permanecemos em Sessão e veja só, recebi um telefonema agora, deputado Hermas, que colocava na televisão: “tumulto tomou conta da Assembléia Legislativa”, quando deu realmente uma pequena confusão, mas de doze, treze horas em que ficamos aqui não tivemos apenas esta confusão, tivemos a discussão exaustiva da matéria, tivemos uma votação empatada, tivemos o desempate por parte do presidente, tivemos aqui o posicionamento do deputado Chico Noroeste, da deputada Serafina e do deputado Tiago, ontem à noite.

Tivemos também o posicionamento do deputado Litro que votava aqui e passou a votar lá. Mudou muita coisa. De fato o Paraná vai nos encontrar após esta votação. As grandes decisões o povo nunca esqueceu. Pode o povo achar que não foi importante, mas não esquecerá porque é uma votação histórica.

Aliás, é uma votação que mereceu ser a única na história da Assembléia Legislativa do Paraná, porque tivemos pela primeira vez um projeto de iniciativa popular.

Quero aqui encerrar, senhor presidente, dizer que os nove deputados do bloco independente ou os dez, dez deputados, com a entrada agora do nosso companheiro Tiago Amorim, todos votaremos contra a venda da Copel. E mais, passaremos a ter uma atuação conjunta, irmanada, firme, determinada, sempre buscando aquilo que é melhor para o Estado do Paraná.

Quero parabenizar o fórum, que permaneceu não sei em quantos, mas até as sete horas da manhã eram muitos e permaneceram aqui e tantos quantos que ligavam para todo mundo perguntando como estava a votação.

Algumas rádios transmitiam diretamente para o Paraná, redes de televisão também reportavam a nossa Sessão para o nosso Estado, mas quantos daqueles que gostariam de estar aqui e não estiveram!

Parabéns ao Fórum Popular contra a venda da Copel pelo trabalho incansável, porque o amor, é combater bom combate, independente do resultado, é fazer a nossa parte.

Quero encerrar com um verso, apenas, do poeta Gonçalves Dias, se não traído pela memória, porque antes fui falar ao deputado Caíto Quintana e não consegui, traído que estamos pelo cansaço da noite que aqui permanecemos, mas já encerrando o nosso pronunciamento, que o povo do Paraná possa acompanhar realmente o que significou esta Sessão e eu ainda espero que possamos votar a favor do projeto de iniciativa popular, fruto genuíno da vontade da população do nosso Estado.

E se perdermos ou se enganarmos, vai aqui, quem sabe, esta estrofe do poema de Gonçalves Dias, que diz o seguinte: “Não chores, meu filho, não chores que a luta é renhida e viver é lutar. A vida é um combate que aos fracos abate, mas aos fortes há de exaltar”.

Muito obrigado, e vamos juntos sempre defender o interesse do povo do Paraná.

O SR. EDSON STRAPASSON (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados, apesar do avançado da hora todos os pronunciamentos que ocorrem a cada minuto acabam nos deixando uma marca profunda em nossa vida, pois cada deputado que aqui tem trazido a sua mensagem, tenho certeza, toca no coração daqueles que realmente fazem da vida pública o sacerdócio para o bem comum.

Confesso aos senhores deputados que a minha experiência como deputado está valendo a pena, apesar deste momento, desta luta aguerrida, tenho certeza que vale a pena quando a gente acredita naquilo que faz, quando nós apesar das frustrações que dizia o deputado Marcos Isfer, quando vemos questões importantes sendo discutidas e não há aqui o contraditório, o debate, mas há, sim, o monopólio das justificativas daquilo que interessa à nossa gente, mas que infelizmente muitas vezes não passam além das paredes, que não ouvem, e muita gente que também preferem não ouvir e outros que preferem não enxergar o óbvio. E, como diz o ditado: o pior surdo é aquele que não quer ouvir, o pior cego é aquele que não quer enxergar.

O Paraná, o povo que esteve envolvido neste movimento popular onde foram apresentados 120 mil assinaturas, mas que representam 90% da vontade do povo do Paraná pela não venda, não apenas de uma companhia energética, não apenas da Copel, mas sim daquilo que representa a grande alavanca de desenvolvimento do nosso Estado, a grande esperança que este governo quer torrar, entregar àqueles que vêm aqui visando grandes lucros, grandes negócios e tenho certeza que a base de sustentação do governo e eu, abrindo um parêntese, deputado Algaci, confesso que, como prefeito de Colombo, quando fui, não conhecia o que era base de sustentação do governo, porque no meu entendimento, governo que é movido pela sinalização do povo, governo que age honestamente, governo que aplica decentemente os recursos do povo, não precisa ser sustentado por ninguém. Agora, fiquei muitas vezes frustrado nesta Casa, quando, apesar das denúncias mil de aplicações indevidas, de desvios, denúncias de corrupção que afeta o governo, foram sustentadas por esta base, onde muitas investigações não foram feitas, muitos requerimentos de informações não foram aprovados e muitas CPI's de investigação não foram investigadas, permitindo que muitas vezes as denúncias sejam acobertadas e o povo realmente seja enganado e a transparência não prevaleça neste governo.

É importante, senhores deputados, colocar aqui que a venda da Copel e a que imprensa que nos ouve, faça o trabalho para divulgar e chegar a todos os rincões do Paraná as informações dos pronunciamentos, dos desejos, das vontades dos deputados que estão aqui defendendo, não o governo, não uma pessoa, mas sim toda a gente do Estado do Paraná.

Quando nós vemos aqui, senhores deputados, muitos discursos e não vemos do outro lado a contra-argumentação, tenho certeza que nós falamos pelo povo, falamos aquilo que acreditamos e apesar de muitos não ouvirem, tenho certeza que a Assembléia Legislativa, a partir deste momento, será diferente, o Paraná será diferente, porque nós todos, cada cidadão, cada meio de comunicação se encarregará de levar a todos os rincões aquilo que desejam os deputados que não são da base de sustentação do governo, mas são sim a base de sustentação do povo do Paraná.

Vamos avante! Não à venda da Copel! Sim ao povo, definitivamente é o nosso voto!

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, caros amigos presentes.

Passamos desde às 14h30min da tarde de ontem aqui no plenário com algumas interrupções, mas com a vontade sempre de acertar, e é nesta vontade que vou me referir e quero que fique registrado, como o ilustre deputado Valdir Rossoni pediu para registrar nos Anais desta Casa, que fique registrado o seguinte: se o próximo governo, seja o Álvaro, seja o Roberto Requião ou seja Osmar Dias, se necessário for vender a Copel, há uma diferença gritante, esses três vão consultar a população do Paraná da necessidade da venda num plebiscito a ser oferecido a todo o Estado.

Tenha certeza, deputado Valdir Rossoni, que nós da Oposição e que aqui nos encontramos, se o governo do Estado viesse, mostrasse a condição pela qual e não mentisse, como ele mente, principalmente da situação caótica que se encontram as finanças do Paraná, se ele viesse aqui e não mentisse que o Paraná previdência é uma enganação ao povo e principalmente ao servidor público que não tem saúde, não tem remédio, não tem internamento e não tem aumento de salário, se o governo aqui viesse com subsídios na mão, trazendo e mostrando a nós, deputados que representamos a população do Paraná, qual seria o motivo maior da venda da Copel. Nós perguntamos inúmeras vezes. O único deputado que subiu à tribuna do outro lado para falar o seu posicionamento pessoal, mas não para defender a venda, foi o deputado Valdir Rossoni, que merece de nós o respeito. São 26, 27 ou 28 deputados. Um falou; o resto é mudo!

Quero neste instante, senhor presidente, dizer que tomamos uma posição. Escutamos o povo da minha cidade, de Ponta Grossa, da região dos Campos Gerais e do Paraná todo. 93% não deseja a venda da Copel. E agora, quando o ilustre presidente do fórum, ex-depu-

tado, ex-secretário de Estado, Nelton Friedrich, conjuntamente com toda a diretoria do Fórum da Copel, estabelecia a cada um de nós, da Oposição, que percorrêssemos os quadrantes do Estado e trouxêssemos até aqui a viabilidade do primeiro projeto histórico popular desta Casa, e assim o fizemos. Temos que reconhecer, aqueles anônimos que aqui não se encontram mas que subscreveram este projeto, os quase 130 mil eleitores do Paraná que haverão de testemunhar através dos votos dos senhores deputados se a vontade do povo é respeitada ou a vontade do governo que está falido, Jaime Lerner, prevalece.

Não quero julgar quem vota a favor ou quem vota contra.

Senhor Presidente, seja do Lyons, seja do Rotary, seja do CBC, seja de quem for! Nenhuma associação do Paraná está a favor. A única pessoa que está a favor é o Jaime Lerner, para tapar o furo de caixa do seu desgoverno do Estado. Nenhuma!

Tenho andado pelo Paraná, com a presença dos componentes do fórum pela não privatização da Copel.

Vemos nas entrevistas que são feitas aonde nós nos encontramos. Quando é colocada uma linha aberta, seja na minha cidade, na minha região, seja em qualquer parte do Paraná que nós andamos. Logo em seguida vem a voz da população, dizendo não à privatização da Copel.

Aonde vamos, nas reuniões de clubes, do Rotary, do Lyons, do CDL, da nossa cidade, na Associação Comercial, nenhuma entidade é favorável. Será que eles estão errados? Não são políticos? Não têm vínculo nenhum com governo algum. Fazem do trabalho a sua sobrevivência. Fazem do seu esforço a contribuição para melhorar o Paraná, pagando os seus impostos. Será que eles estão errados ou é só o Jaime Lerner que está certo?

Lembro de uma parábola, aonde se encontravam diversas pessoas. Só tinha um que dizia que estava certo. Só ele andava certo. Ele andava de um lado do quarto, e era um quarto grande, e andava do outro lado, dando os passos, e chegou perante os companheiros, que eram nove, e disse: olha, aqui tem quarenta passos.

Os nove andaram, e contaram quarenta e seis passos. Ele continuava afirmando que tinha quarenta passos. Os outros diziam: não, tem quarenta e seis. E assim foram teimando, dois, três, quatro, cinco dias.

No sexto dia, aquele que realmente não contou certo os passos, que pensou que era sábio, que sabia contar, realmente disse que a maioria venceu, e começou a contar de novo, e contou quarenta e seis.

Por isso, quero que não os nove, como lá, mas os vinte e sete companheiros desta Casa andem no passo certo, junto com o povo do Paraná, não privatizando a Copel.

Muito obrigado.

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar)

Senhor presidente, o governo determinou a seus aliados: vamos votar o projeto de qualquer jeito. Foi esta a determinação do governo.

Adiar a sessão, porque o governo quer negociar a Copel; queimar a Copel, o quanto antes; porque o governo não quer a angústia da espera, do desgaste político.

Mas esse governo não contava que demoraria até altas horas; não contava que sairíamos em Rede Nacional. E é uma pena, deputado Hermas Brandão, porque em Rede Nacional saíram os piores momentos desta Assembléia Legislativa.

Mas a culpa é do governo Jaime Lerner, que por desmandos, desvios, corrupção, por inúmeras vezes denunciado aqui; a culpa é do Jaime Lerner, com excessivos gastos com festas, a ganância com os Jogos da Natureza, do aumento em cargo comissionado, aumento diferenciado de salários para quem controla setores organizados do governo, para a reeleição, compra de títulos podres, licitações superfaturadas, e assim por diante.

O governo apático. Lerner, que covardemente fugiu dos debates sobre a privatização da Copel.

E nós já estamos aqui desde ontem às 14h30min.

Só tivemos um discurso, deputado Valdir Rossoni, em defesa da privatização da Copel, ao lado do governador Jaime Lerner, que fugiu de todos os debates com a imprensa.

Nós temos uma bancada que também tem, sistematicamente, fugido do debate. Por quê?

Porque se comete um pecado, uma insanidade, um absurdo, e a um absurdo não se tem argumentos racionais.

O governo Jaime Lerner é culpado. Porque o deputado Sérgio Spada, na região Oeste do Paraná, quando perguntarem qual foi o resultado, vão dizer: foi por um voto. E o senhor deputado estava na Sessão? Não, não estava. Então o senhor é o culpado.

Lá em Dois Vizinhos, o governador Jaime Lerner é o culpado. Porque se perguntarem qual foi o resultado, falarem perdeu por um voto, o Litro prometeu o voto, mudou de lado. Você é o culpado.

Ou será diferente? Não estou inventando coisas. É a dinâmica da política. Paga-se aqui e paga-se no ano que vem? Agora, é com angústia. Com o jornal, a televisão, a rede nacional.

O ano que vem paga-se na política, na eleição. Paga-se a irracionalidade porque não precisávamos passar por isto, em nome de um governo corrupto, senhores deputados. Poderíamos falar “não vamos vender a Copel, e aqui nós vamos aprovar tudo que é projeto que passa por aqui. O governo Jaime Lerner cederia a vocês. Tudo o que vocês quisessem. Os favores que buscam para as bases eleitorais, e além do quê vocês estariam de consciência tranqüila em casa, em relação ótima com o público, de cara limpa na eleição do ano que vem, para fazer política tranqüilamente.

O grande culpado é o governo Jaime Lerner.

E eu temo que muitos deputados que se afogaram em angústia, deputados que aqui passaram horas de terror, de tremenda dúvida, de análise circular, de análise

sem fim para que lado iria. Vários deputados, vi aqui, inclusive se afundavam nas poltronas, porque tinham que tomar a decisão. E tomaram a decisão, muitas vezes, não era da absoluta convicção.

A culpa é de um governo desvairado, que fez tudo para se reeleger, não tem projeto para o Paraná, colocaram vocês nesta fria. Nós, no ano que vem, e dos demais deputados estaduais, candidatos, inclusive os colegas de vocês, candidatos, vão falar: “o fulano de tal é do meu partido, mas entregue a Copel”.

Muito mais mal de vocês, vão falar os outros candidatos. Quem sabe nesta hora, não seja o momento de refletir e mudar de posição.

É muito difícil de acontecer. Mas quero dizer, senhor presidente, para as nossas galerias e ao povo do Paraná: nós saímos vencedores, em que pese a Copel, se hoje for reprovado o projeto. Nós saímos vencedores, porque conseguimos dar uma grande movimentação na opinião pública do Paraná.

Coletamos assinaturas, apresentamos o primeiro projeto de iniciativa popular, na Assembléia Legislativa. Fizemos toda essa discussão, arrastada até agora. Uma Sessão histórica. Temos muita demanda judicial, muito embate político ainda.

Até o dia em que se bater o martelo, e vender a Copel, por 8, 9 bilhões no máximo.

E o governo vai dizer que foi um bom negócio.

Nós saímos daqui vencedores, porque o ano que vem muda o governo, federal e estadual.

Não vamos, quem sabe, reestatizar a Copel, se ela for entregue com o circuito jurídico perfeitamente acentado. Mas poderemos com o novo governo federal, o novo governo estadual, criar uma nova empresa. Criar uma nova relação energética para o Paraná, para o crescimento dos paranaenses, da indústria, da agropecuária e abastecimento das nossas cidades.

Nós, o ano que vem, vamos às ruas dizer: cada um dos eletricitários que estiveram aqui, cada um dos sindicalistas, da força sindical, da Central Única dos Trabalhadores, dos Partidos Políticos e o Fórum que luta contra a privatização da Copel, o Crea, Senge, e todas as entidades, cumpriram com a responsabilidade.

E senhores deputados do bloco independente, do bloco de oposição e aos deputados que há pouco aderiram à proposta não venda da Copel: vocês foram brilhantes, vocês foram gigantes, maravilhosos. Vocês cumpriram com o dever. Vocês estão com as consciências tranqüilas, com a responsabilidade.

Vamos para casa, sorridentes, com o dever, a missão, a responsabilidade de homens e mulheres de fibra, cumpridos.

Sociedade civil e esses deputados, com a sua responsabilidade, vamos sorrir para o Paraná. Porque o Paraná nos merece e nós merecemos ser paranaenses.

O SR. NEIVO BERARDIN (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados.

Há uma forte esperança. Algo nos diz: vamos ganhar esta votação, porque o processo é assim mesmo. É dinâmico.

Aqui se combate o bom combate. O combate das idéias.

E eu volto a frisar: quem está com o povo, está com Deus. Haveremos de vencer porque juntos combatemos o bom combate. E os deputados que ainda não se pronunciaram estão avaliando os nossos pronunciamentos.

Estão constatando nas suas bases eleitorais, o grande prejuízo político que estão tendo.

A Igreja Católica, os evangélicos, a Associação Comercial, as entidades de classes organizadas, todos estão trabalhando junto conosco.

Quem sabe estão ligados na Rádio Clube ou em outra emissora, para assistir o nosso trabalho, a nossa luta, em favor da defesa dos ideais do povo, ordeiro e trabalhador. Tenho certeza.

Os comunicadores de televisão estão perfeitamente conhecedores da real posição política que estão expostos. E não tenho dúvida, que na hora do voto - porque até aqui alguns poucos se pronunciaram a favor do governador. Notem os senhores: alguns poucos se posicionaram ao lado do governador. E os demais, sobretudo os comunicadores, aqueles que têm um contato mais direto com a população, estão avaliando. E tenho notícias que a esperança ainda existe! Ela está presente. Com certeza, senhores deputados, do bloco do vigor na defesa dos interesses do povo do nosso Estado. Vamos resistir. Vamos encaminhar essa votação. Vamos levar esta Sessão para a frente. Porque nós vamos vencer. O coração das pessoas, o sentimento de positivo, o sentimento de alegre, do vigor.

Estou lendo ali. Eu não acredito que alguns deputados que estão calados do lado de lá, na hora do voto, não venham decidir. Vão decidir conosco, porque as águas do Rio Iguaçu, são as águas que geram a energia mais barata do mundo, que é a energia hidrelétrica, e as nossas 18 usinas estão construídas. E olha, o povo pagou para construí-las.

Não vamos entregá-las nas mãos de um grupo americano ou alemão, para que venham aqui explorar a geração de energia e ainda usar a rede que nós construímos com o suor do povo, para levar energia ao homem do campo, para levar energia, para formar o maior programa da história deste País.

É o cidadão de Guaraqueçaba, de Tagaça, é o homem do campo que tem a luz, que tem a geladeira para conservar o peixe para o alimento do dia seguinte.

Se vier um grupo particular, vai cortar a energia dessa gente. Nós não podemos permitir, porque a história vai nos condenar.

E mais uma vez conclamo os deputados, sobretudo aqueles que têm responsabilidade, porque estão escutando a voz do povo. Porque estão ouvindo o posiciona-

mento aguerrido, competente, íntegro, honesto, justo, capaz de convencer até os mais insensíveis.

Então, quero mais uma vez lembrar aos senhores deputados que se sucedam ocupando a tribuna, porque nós vamos vencer. Que se revezem para encaminhar esta votação, porque vamos vencer.

Esta é uma Sessão histórica.

O Congresso Nacional está acompanhando esta luta da Assembléia do Paraná.

Os senadores do Paraná estão lá no Senado, acompanhando passo a passo a posição de cada um dos senhores deputados. Eles não dormiram esta noite, não. Assim como nós, assim como vocês. Ninguém dormiu. Não dormiu o Álvaro Dias, que esteve aqui. Não dormiu Osmar Dias, que é seu irmão; Roberto Requião, que é senador do povo do Paraná. Eles estão falando com os deputados, estão empenhando a sua palavra, sua palavra de fé. E o compromisso, sobretudo que pude sentir, irão em cada município, de cada deputado que votar com o interesse do governador, e não com o interesse do povo, para revelar em alto e bom som, porque tem credibilidade e história para sustentar com toda a lisura deste País e deste Estado, porque são senadores íntegros, honestos, capazes. Gente que tem história. Gente que tem passado. Há de prevalecer a palavra desses homens. Há de prevalecer o bom senso.

Como gostaria de ver atendida, através da manifestação da maioria, o desejo da Igreja Católica, da Evangélica, e todas as outras que estão juntas neste processo.

Como gostaria de saber, um único sindicato, uma única organização constituída neste Estado, que viesse a público, para dizer: nós estamos a favor da venda da Copel. Não, não há! O que há é o desespero absoluto do governo, querer vender.

Senhor presidente, senhores deputados: faço mais uma vez uma conclamação aos deputados que estão juntos nesta trincheira. Para que façam uso deste microfone argumentando, porque estamos muito próximos de vencer.

Algo diz em meu coração: vamos vencer esta batalha. Precisamos resistir alguns instantes mais, para poder vencer. Porque aqueles que ainda não se manifestaram, vão se manifestar contra o governador e a favor do povo.

Muito obrigado.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados: já havia declinado, senhor presidente, de fazer uso da palavra no encaminhamento anterior.

Mas atendendo o pedido da minha bancada, do deputado Marcos Isfer, e também, do senhor presidente, até porque, hoje é uma data histórica.

Aqueles que me conhecem, que convivem comigo há 10 anos neste Parlamento, sabem que não sou homem de ocupar a tribuna. Ocupo raras vezes.

Ocupo para defender as minhas idéias, defender projetos que aqui apresentei, tive a felicidade de ser o

deputado que mais projetos foram transformados em leis nestes últimos anos.

Graças à benevolência dos meus pares, e dos governadores que governaram o Estado durante esses anos.

Mas, deputado Hermas Brandão, não poderia deixar de fazer uma reflexão.

Nós nos revoltamos. Todos nós. Todos os deputados estaduais, independente de partidos políticos. Nossos filhos se revoltam, nossas esposas, nossos pais, nossa família, as pessoas chegadas a nós, que acompanham o dia-a-dia de um parlamentar.

A nossa vida não é fácil, não, como muitos pensam. Ficamos indignados quando vemos a população tratar os políticos com desrespeito, quando a Imprensa nos trata com desleixo, quando alguns jornalistas nos criticam de forma impiedosa. Nós nos revoltamos.

Agora, senhor presidente, senhoras e senhores deputados: será que a população está errada? Será que a Imprensa está errada?

Acredito que não.

Se nós deputados representantes do Paraná, perdermos a sensibilidade, e não votarmos o projeto, o primeiro da história do nosso Estado, iniciativa do povo, onde 93% da população do Paraná diz: não vamos vender a Copel.

Se nós perdermos esta sensibilidade, será que o povo está errado? Qual é o argumento que os deputados que estão votando contra o povo do Paraná usam? Dizem que se for vendida a Copel, os municípios terão recursos, levarão obras para atender a população. Mas obras para quem? Obras para nós deputados, ou obras para a população que nós representamos?

Se essa população diz: não quero obras, deixem a Copel. Quero um futuro para o nosso Estado.

Não sou eu que estou dizendo isto; é a população quando se manifesta e diz.

93% da população diz, prefiro ficar sem estrada, prefiro ficar sem Posto Médico, prefiro ficar sem ambulância, mas quero a Empresa de Energia do Paraná construída com o suor do povo paranaense, construída graças à visão estadista de diversos governadores. Começando por Bento Munhoz da Rocha em 1954.

E vejam vocês, senhores deputados, e aqueles que nos assistem. Quem criou a Copel? Bento Munhoz da Rocha.

Quem sucedeu Bento Munhoz da Rocha?

Governador Ney Braga, seu adversário político.

Em uma demonstração de paranismo, no lugar dele enterrar o projeto, deu continuidade. Lutou com todas as suas forças para dar continuidade à Copel, porque sabia que o futuro do Paraná passava por essa empresa de energia.

Nós já tivemos no Estado, empresas privatizadas comandando no setor energético, antes de 1954. Empresa inglesa, canadense, e o que nós vimos naquela época? Não havia investimento em geração. A empresa privada visa apenas lucro. Queria apenas aumentar as tarifas.

Fizeram com que esses governantes investissem nesse setor.

Hoje estava aqui, Pedro Parigot de Souza, filho do ex-governador, e nos dizia: lutem, porque meu pai deu a vida por essa empresa. E eu sou engenheiro civil. Acompanhei na Universidade Federal do Paraná, no departamento de hidrologia e de hidráulica, a luta de Parigot de Souza, pela nossa Copel!

Ele sempre dizia: A nossa Copel!

Hoje, chego a exaustão, senhores deputados; passei a semana toda no hospital ao lado de uma UTI. Estou aqui junto com vocês, mas estou feliz. Há dez anos que sou deputado estadual e nunca tive uma oportunidade como esta e talvez nunca a terei. E todos nós, deputados, jamais teremos uma oportunidade igual, de estarmos representando legitimamente e demonstrando essa legitimidade através do voto que o povo nos delegou. Se nós hoje votarmos, realmente estamos cumprindo com a nossa missão como representantes do povo, votando junto com o povo.

Desculpe-me deputado Custódio. Em dez anos nunca fiz uma crítica a um colega, mas, quando V. Exa. fala que queria mostrar sensibilidade oferecendo sanduíche àqueles que estão nas galerias... mostre sensibilidade votando junto com o povo, não oferecendo sanduíche, porque no momento em que o povo aceita o sanduíche como prêmio, contra a traição do seu voto nós não temos mais o que fazer. Não tenho mais razão para ser político, vou para casa. Se uma cesta básica, um sanduíche, um favorzinho pessoal valer mais do que o Poder que o povo nos dá de sermos seus legítimos representantes, se isso valer mais não tenho por que ser político.

Deputado Hermas Brandão, dizem que tudo na vida tem preço. Qual é o preço do amor dos seus filhos? Qual é o preço do orgulho que os seus filhos sentem de você? Qual é o orgulho dos seus amigos, dos seus correligionários que dizem que se orgulham do seu representante? Qual é esse preço?

Entrei na política sem ser ninguém, minha gente. Fui candidato a vice-prefeito exatamente do deputado Fernando Ribas Carli. Nunca tinha sido vereador, exercido um único cargo político; pouca gente me conhecia em Guarapuava porque eu saí de lá com 7 anos de idade e vim estudar em Curitiba. Pouca gente me conhecia, mas eu tinha uma coisa: um nome.

Filho de Moacir Júlio Silvestri, deputado estadual mais votado no Estado do Paraná; deputado federal, segundo mais votado do Paraná; prefeito de Guarapuava duas vezes, fazendo 86% dos votos, disputando contra três candidatos. Era praticamente uma unanimidade. Largou da política com a minha idade, 46 anos, sem nunca ter perdido uma eleição, porque dizia ter cumprido a sua missão como homem público de exercer o bem comum. Teve diversos e diversos prêmios. Ganhou do presidente Juscelino Kubitschek o prêmio Régis Bitencourt, como o prefeito que mais estradas abriu em todo o Brasil. Recebeu a denominação de uma rodovia no estado do Paraná

do ex-governador José Richa que era seu adversário político. Tem o nome de uma das principais ou da principal avenida de Guarapuava dada também pelo ex-prefeito Nivaldo Kriger, seu tradicional adversário. Conquistou respeito porque tinha um nome que nos orgulha. E eu sempre disse: quem me conhece sabe, o Hermas Brandão sabe, o Rossoni sabe, até os meus adversários sabem que estou na política, aceitei o desafio de entrar na política com o intuito de representar a minha querida Guarapuava, de procurar realmente ser um instrumento de bem-comum.

Fico orgulhoso de representar a minha cidade. Fico feliz e agradeço a Deus a benevolência do povo de Guarapuava, da Região Centro-Oeste do Paraná e de todo o Paraná que me deu essa oportunidade de estar representando todo o povo do meu Paraná.

Agora, senhor presidente, todos os argumentos que nós usamos foram em vão; toda a nossa luta foi em vão. Não conseguimos sensibilizar nossos companheiros deputados. Será que vale a pena? Com certeza vale a pena representá-los, mas será que vale a pena estarmos do lado de lá? Obras, ambulância, posto de saúde, obra de asfalto, quanto vale isso?

Ora, senhor presidente, não quero me alongar e quero respeitá-lo e respeitando inclusive o horário. Agora...

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Solicito a apreensão do apito do nosso visitante.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, ao encerrar vejo lá um funcionário público cargo comissionado. Quanto você ganha funcionário público cargo comissionado? Mil e oitocentos reais, dois mil reais? Cinco mil reais para trabalhar com dignidade pelo Paraná? Sabe quanto numa negociata o seu Donato Gulin que criou a Traidner, o seu Valfrido Ávila funcionário da Copel "laranja" investiram? Apresentaram uma empresa com dez mil reais e num ano essa empresa estava com um milhão e oitocentos. Em duas negociatas: uma vendendo energia para São Paulo e outra importando energia da Argentina ganharam cento e quarenta milhões de reais de comissão. E o salário do "pelego", durante 20, 30, 40 anos?

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente solicito verificação de quórum.

O SR. ALGACI TULIO

Chamada nominal, senhor presidente.

O SR. DURVAL AMARAL

Vamos votar senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Há quórum suficiente para continuar a Sessão, nobre deputado.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, é regimental a conferência de quórum.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Solicito a chamada nominal dos senhores parlamentares.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

É nítido o quórum no Plenário.

Portanto, é uma manobra meramente protelatória para que não possamos votar o projeto que está em encaminhamento neste momento, senhor presidente. Não há necessidade de chamada nominal.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, dois pesos e duas medidas. O deputado Durval Amaral até o presente momento estava...

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Vai ser feita a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Procede à chamada nominal.

Quarenta e oito senhores deputados responderam a chamada, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Há quórum.

Com a palavra o deputado Ademir Bier.

O SR. ADEMIR BIER

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, meus senhores e minhas senhoras.

A Assembléia Legislativa vive um momento especial. Estamos chegando a 20 horas desta Sessão, com toda certeza a mais longa desta Casa.

Este momento é especial no sentido de que o povo do Paraná deu a grande oportunidade a esta legislatura de pela primeira vez na história do Brasil e do Paraná, votar um projeto de iniciativa popular buscando assinatura em cada município deste Estado. Através do fórum de privatização nos organizamos contra a venda da Copel, e em cada município tínhamos um núcleo, colhendo assinaturas para aproximar o povo da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Por isso, meus colegas deputado, a importância deste ato que vai ocorrer daqui a pouco tempo.

Fomos levando a cada canto da nossa Região do Oeste do Paraná, a esperança que esta Casa não iria se curvar e sim acatar a vontade da população do Estado. Percorremos toda a nossa região. E recordo-me de um comício realmente extraordinário que fizemos no município de Medianeira. Lá estava o deputado Irineu Colombo, deputado Eli Ghellere, deputado federal Padre Roque e o deputado Sérgio Spada. E recordo-me como se fosse hoje

os pronunciamentos encaminhados naquela noite. O deputado Sérgio Spada fazia um apelo à Bancada do Oeste do Paraná; cobrava posição naquela ocasião dos deputados Chico Noroeste, Tiago Amorim, Elio Rusch, Duílio Genari; talvez tenha sido ele o que mais cobrou naquele instante um posicionamento de cada deputado. Foi importante, deputado Irineu Colombo, aquele comício, porque ajudou a mudar algumas posições. Mudou a posição do Chico Noroeste, do Tiago Amorim.

Infelizmente não estava nesta Casa, para exercer o seu dever com a população do Estado do Paraná, o deputado Sérgio Spada e a falta do seu voto fez com que enterássemos o Projeto do deputado Divanir.

O povo do Paraná irá cobrar do deputado Sérgio Spada o seu não comparecimento nesta Sessão. Mas, companheiros, sei que estamos todos cansados, mas nunca é tarde para fazermos um último apelo aos deputados que aqui se encontram, para que possam raciocinar, entender o momento importante em que vivemos. Porque se vamos ficar marcados como a maior Sessão até hoje, aqui ocorrida, nós também vamos ficar marcados como a Legislatura que pela primeira vez na história votou e rejeitou um Projeto de iniciativa popular. Nós não temos o direito de votar contra a vontade do povo do Paraná estampada, na grande maioria, 90% do nosso povo.

Nós estamos aqui, meus companheiros deputados, legítimos representantes do povo do Paraná. Nós não estamos aqui votando nem a favor e nem contra o governador Jaime Lerner. Estamos votando contra ou a favor do povo do Paraná, contra ou a favor do futuro deste Estado.

Este Estado tem um poder extraordinário de recuperação e é a Copel o instrumento indispensável para que possamos, num curto espaço de tempo, recuperar o Estado do Paraná. O povo está triste. Se esta Legislatura votar contra esse Projeto de iniciativa popular, com toda a certeza o povo do Paraná estará chateado, triste, aborrecido com todos nós. Só não estará descontente o Banco Itaú, que através da privatização da Copel fará com que esses recursos estejam nos cofres do Banco. Já não está contente o Banco de ter levado de graça o patrimônio do Banestado construído por tantos anos com o esforço do nosso povo?

Por isso, meus companheiros, entendemos essa votação como uma votação importante. Pedimos a todos os deputados: vamos fazer uma grande reflexão. É um momento histórico para a Assembléia Legislativa. É o grito de independência deste Poder. Este Poder não pode estar atrelado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu recebo informação tanto do comitê de imprensa, como das galerias que não estão permitindo a entrada de professores e de estudantes nas galerias da Assembléia Legislativa.

Peço a V. Exa. que autorize o acesso dessas pessoas. E tenho certeza que em nada irá mudar o bom rela-

cionamento que tivemos até então com a população que aqui comparece.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Continua com a palavra o deputado Ademir Bier.

O SR. ADEMIR BIER

Vejo com alegria a presença do deputado Sérgio Spada. Fico satisfeito em vê-lo neste Plenário, queremos contar com o seu voto. Está protocolado um pedido para a votação nominal. É importante que o deputado também aprove esse requerimento, é fundamental para que o povo do Paraná saiba o posicionamento de cada um de nós na voz de cada um. É importante esse requerimento também. Contamos com todos vocês. Vocês não vão falhar com o povo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TULIO (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados.

Ainda estamos com esperança, ainda mantemos uma expectativa de que possamos mudar o resultado desta votação. Ainda temos esperança e esperança é a última que morre. A esperança de convencimento de alguns dos senhores parlamentares que estão vendo a cada instante uma surpresa acontecer neste Plenário. Esta luta não haverá de ser em vão, é uma luta democrática em defesa do Projeto de iniciativa popular; precisa tocar fundo no coração dos senhores deputados da base governista.

Quero, neste momento, senhor presidente, fazer a leitura do editorial de hoje do jornal "Folha do Paraná". Quando esse jornal estiver nas ruas uma decisão certamente já terá sido tomada. Se o voto da maioria dos deputados foi pela entrega da Copel em mãos estranhas, o Paraná terá perdido, assim como terão perdido os parlamentares e o próprio governador Jaime Lerner, porque passará para a história como o homem que jogou pela janela afora o mais rico patrimônio estatal paranaense.

O Poder Legislativo terá contrariado a vontade popular e pisoteado sobre a população, que desde os primeiros momentos veio se manifestando contra a privatização da sua companhia de eletricidade. Terá sido um duro golpe contra o sistema de representatividade popular na Assembléia e o desmoronamento do princípio democrático ao menos no anseio da comunidade oficial paranaense. Porque nunca o povo se envolveu tanto na defesa de um patrimônio público.

Permaneceu atento, vigilante como aqui está desde às 14h30min de ontem. Afinal lher pertence, como no presente episódio, esta luta.

A venda da Copel não pode ser, portanto, considerada uma vitória se contrariada a vontade do povo. Terá sido apenas um "round" ganho pelo governador contra os seus adversários políticos do momento. Por que ele terá que enfrentar ao longo dos seus dias, dentro e fora do governo, o estigma do ato que cometeu. Consagrará o

que deve ser em qualquer circunstância o grande vencedor - o povo. Se a venda não houver se concretizado o tempo se encarregará de apagar da memória dos cidadãos este momento.

Terá sido demais uma demonstração de independência e de emancipação da Assembléia Legislativa depois de quatro décadas de comando único e de subserviência ainda muito presente no momento atual.

Uma decisão contrária à venda fará implantar-se o respeito dos cidadãos pelos seus deputados estaduais, eis que lhe terão também respeito a vontade do povo. Terá prevalecido o princípio da autêntica representatividade popular. Abrindo-se um novo tempo da relação dos cidadãos com os seus representantes na Casa Legislativa.

A triste notícia será se ao amanhecer do dia, este ponto é importante, a triste notícia será se a sociedade paranaense...

O SR. MARCOS ISFER (**Pela Ordem**)

Sr. presidente, gostaria de encaminhar. Existem várias pessoas que vêm no atendimento público do meu gabinete e não estão conseguindo entrar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Daqui a pouco eles vão conseguir.

Continua com a palavra o deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

A triste notícia será se ao amanhecer do dia a sociedade paranaense tomar conhecimento de que nada disso ocorreu, e que foi apenas um sonho de triunfo da democracia.

Esse, o editorial de hoje, do jornal "A Folha do Paraná".

Venho mais uma vez a este Plenário, senhor presidente conclamar ao coração de cada um dos parlamentares que dão sustentação ao governo nesta Casa.

Não se trata de uma vitória do governador, ou de uma derrota. Trata-se de respeitar o 1º Projeto de Iniciativa Popular, encaminhado a esta Casa, com mais de 130 mil assinaturas; com mais de 80 mil assinaturas e abaixo-assinados; com mais de 400 instituições envolvidas, dizendo "não" à venda da Copel.

E, senhores deputados, parece que isso não é suficiente para sensibilizá-los.

O que mais é preciso fazer aqui nesta Casa, para que se toque o coração dos parlamentares?

O que mais tem a sociedade que fazer nesta Casa, senão esperar a sensibilidade e o bom senso dos senhores parlamentares?

Volto, senhor presidente, já praticamente sem voz, fazer este apelo final e derradeiro aos senhores parlamentares: "falta apenas um voto. Apenas um voto, que vai fazer a grande virada neste plenário. Um voto, para atendermos os anseios da população do Paraná.

Encareço aos senhores parlamentares; encareço, especialmente, ao deputado Custódio da Silva, deputado

que veio das massas populares. Deputado ligado à força sindical, aqui representada nesta Assembléia, que clama pelo seu voto, deputado Custódio da Silva.

Encareço a V. Exa. ainda, esta reflexão.

Ainda é tempo de pensar que votar neste momento, é votar pelo voto em apoio ao Projeto de Ação de Iniciativa Popular.

Senhor presidente, espero ainda que nós possamos, nos derradeiros minutos que restam ainda, desta manhã, contrariar evidentemente, a vontade da minoria, ou melhor: a vontade da minoria de um governador e de apenas os seus deputados.

Porque a maioria é a vontade do povo. A maioria é a vontade das entidades. A maioria é a vontade desta minoria, aqui na oposição, e no grupo independente, que deseja a aprovação deste Projeto, senhor presidente.

O SR. MARCOS ISFER (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

Volto, como disse há pouco o deputado Algaci Tulio, em um último apelo.

Um último apelo aos senhores deputados.

Prestem atenção senhores, que neste momento, votamos em 1ª Discussão, o Projeto de Iniciativa Popular. Já ressaltai, quando discutido Projeto, que de acordo com o Artigo 145, discutimos neste momento a constitucionalidade e a legalidade deste projeto.

Tenho certeza, deputado Basílio Zanusso, tenho certeza, deputados que compõem a Comissão de Constituição e Justiça que V. Exa. não irão contrariar.

Porque tenho certeza esse é o desejo da população, esse é o desejo de todos aqueles que querem que o Paraná continue sendo um Estado diferente, um Estado estratégico, um Estado capaz de continuar crescendo, trazendo indústrias, trazendo comércio, mas, principalmente trazendo a justiça social para nosso povo.

A SRA LUCIANA RAFAGNIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria de pedir a V. Exa. que permitisse a entrada de vários estudantes e professores que estão lá fora, inclusive subscreveram o Projeto que estamos discutindo e votando nesta Casa: o projeto de iniciativa popular. Eles também são autores desse projeto. Senhor presidente, gostaríamos de pedir que lhes dê esse direito de assistir a essa votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. sabe que foram distribuídas senhas às lideranças e nós queremos manter, temos cuidado de manter toda segurança da Casa.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, a informação que nós temos é que não estão aceitando a senha, tanto é que a minha assessora saiu para comprar um suco e não pode mais entrar, ficando trancada para fora.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, fui pessoalmente conferir, lá fora, porque aqui tem um acesso que dá a visão ampla, percebi várias pessoas que vinham do Palácio Iguaçu, entraram direto e estão aí lotando a parte superior, são bem-vindos aqui, mas, por outro lado, professores, estudantes, que estavam aqui ontem, estão sendo impedidos, presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Estamos providenciando, deputado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores parlamentares.

Na verdade eu acho que renovar a senha é uma boa providência de V. Exa. porque está havendo revezamento de turno, então largamos novas senhas principalmente para que os autores do Projeto de iniciativa popular possam acompanhar a votação.

Quero, senhor presidente, senhores deputados, enquanto encaminho a votação, ao mesmo tempo fazer uma consulta à presidência e quero que isso se registre na Casa porque seguramente, nós iremos, na sequência nos valer dessa interrogação para possíveis entendimentos futuros.

Toda lei tem um espírito da razão pela qual ela existe. O Artigo 145 diz o seguinte: “A 1ª Discussão de um Projeto de Lei, de Resolução ou de um Decreto Legislativo, versa unicamente, sobre a sua constitucionalidade, legalidade e será feito em globo”. Artigo 146: - “A 2ª Discussão será feita sobre cada artigo, separadamente, e as emendas que forem oferecidas entrarão em discussão conjuntamente com os artigos a que se referirem”.

Ora, senhor presidente, senhores parlamentares, esses dois artigos são cristalinos, mostram o seguinte: na 1ª Votação vota-se a constitucionalidade. Ora já disse antes, seria um absurdo a Assembléia negar a constitucionalidade de um Projeto que está revestido de todos os requisitos, tanto que a CCJ deu Parecer Favorável. Se o Artigo 146 diz que o mérito vai ser discutido o 146, quando serão apresentadas as emendas, se nós não dermos a possibilidade da 2ª Votação nós estamos cerceando o direito do Plenário de apresentar emendas. Por que eu digo isso? Nós temos duas emendas prontas, junto com a liderança das oposições, se nós apresentarmos as emendas agora, naturalmente a presidência não vai aceitá-las porque está em 1ª Votação. Conseqüentemente teria que ter a 2ª Votação para poder receber as emendas. Se não existir a 2ª Votação caracteriza-se que está se tolhendo o direito de apresentação de emendas a um Projeto que está sendo votado. Para receber as emendas o Presidente mais uma vez fica numa sinuca de bico.

Teria que retirar o Projeto, se receber na 1ª Votação.

O Regimento diz que não pode, mas se receber tem que retirar o Projeto para serem apreciadas as emendas. Portanto, quero deixar isso muito claro e cristalino, nós

temos que votar agora, apenas a constitucionalidade. E conforme o Artigo 146 nós temos que abrir a 2ª Votação para que seja possibilitado ao Plenário a apresentação de emendas.

Então, faço esse encaminhamento, senhor presidente, apenas regimental, como uma consulta a V. Exa., se a 1ª Votação será terminativa ou se nós votamos a constitucionalidade agora e teremos uma nova Sessão para votar o mérito e aceitar a possibilidade de emendas que possam ocorrer e o governo, se tiver votos suficientes, poderá, em 2ª Votação, transformar o Plenário em Comissão Geral, para o apreciação delas. O que não se pode é tolher o direito da apresentação de emendas, matando o Projeto na 1ª Votação, quando o Regimento diz que o mérito da questão não será avaliado na 1ª Votação e pura e simplesmente a sua constitucionalidade. Seria um enorme atestado de desconhecimento jurídico, regimental e constitucional, aprovarmos na CCJ, dizendo que o Projeto é constitucional, e votarmos em Plenário, pela sua inconstitucionalidade, o que seria uma grande contradição.

Muito obrigado.

SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, a questão de ordem formulada por este deputado estaria sendo respondida pela assessoria da Mesa e que me comunicaria por escrito.

Gostaria que V. Exa. procedesse antes da votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Estamos providenciando e V. Exa. receberá.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Na mesma condição V. Exa. ficou de remeter a este Parlamentar a sua resposta à minha questão de ordem levantada, durante a madrugada de hoje. Gostaria também de ter em mãos já esta resposta, senhor presidente.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados, coube a mim, finalmente, nesta Sessão com quase 20 horas de duração, sair do meu lugar, na 2ª Secretaria onde eu estive ao lado de V. Exa. senhor presidente, do Sr. Valdir Rossoni, representando os 14 deputados da Oposição, quando fui eleito pela Oposição, para sentar-me ao lado de Vs. Exas.

Tive a dignidade de votar contra a decisão da Mesa, senhores deputados e companheiros que nos honram com suas presenças, nas galerias, da decisão da Mesa, quando o meu voto foi vencido, para que a Polícia entrasse no recinto desta Casa. E não poderia ser diferente o meu posicionamento. Jamais, poderia compactuar com a Polícia entrando para intimidar, não só os deputados mas as galerias.

Tive a honra, companheiros da Assembléia como presidente desta Casa, em 85 e 86 não aceitar que a Polícia aqui entrasse para retirar os professores.

Aconselhei-me naquela época com meu pai, falecido Antônio Anibelli, que pelos desígnios da natureza, hoje faz quatro anos que faleceu. E eu não poderia deixar de prestar homenagem ao meu pai, que foi governador deste Estado, deputado Cezar Silvestri, quando V. Exa. recordava a trajetória de seu pai, de vida digna, exercendo o mandato de deputado federal, estadual e prefeito de Guarapuava; o meu de Clevelândia, deputado estadual por doze anos, tendo assumido a presidência da Assembléia Legislativa por duas vezes em substituição a Bento Munhoz da Rocha Neto, quando Bento renunciou ao governo para ser candidato à vice-presidência da República e depois acabou sendo ministro da Agricultura.

Meu pai me aconselhou e o velho Anibal Khury, presidente desta Casa, que eu não deveria abrir as portas desta Casa, para que a polícia viesse retirar os professores. Hoje, com o meu voto, como 2º secretário vencido, mas homenageando aqueles dois ex-presidentes meu pai e meu padrinho, Anibal Khury, eu mantive a mesma posição da escola que freqüentei que o deputado Sérgio Spada não deve ter freqüentado em Foz do Iguaçu, onde meu pai também foi promotor de Justiça Federal e lá eu também morei. O prefeito Dobrandino aqui estava e eu falava com ele da gente de Foz do Iguaçu. “Dobrandino, Samis, Chico Noroste, aquela gente deve estar envergonhada do fujão, do apagão, Sérgio Spada”. Nós não podemos ficar aqui 20 horas esperando um deputado que veio a informação de que tinha sido seqüestrado, e eu não sei se foi o seqüestro da Polícia que estava aqui dentro, dos ladrões que a Polícia não pega, ou o seqüestro do governador Jaime Lerner.

Mas, quero também dizer aos deputados do Sudoeste que também sou filho do Sudoeste, criado em Clevelândia. Meu pai criou o município de Dois Vizinhos, de Beltrão, de Santo Antonio, de Capanema e de Barracão. E lá, deputados do Sudoeste, honram a palavra que não fariam, como meu pai nunca fez, como os deputados do Sudoeste nunca fazem, como o deputado Litro não fez, cumprindo a sua palavra de ter de votar contra a privatização da Copel.

É a história que nos ensina a ter dignidade, deputado Pugliesi, deputado Cezar Silvestri. Fui deputado federal, ao lado de Ulisses Guimarães e Tancredo Neves, enfrentamos a polícia e o exército da ditadura militar, de tantas vítimas.

Conseguimos que Ulisses Guimarães fosse recebido, como anti-candidato, na Bahia, mas aquele governador que recebeu Ulisses com os cães na praça, hoje para não ser cassado, por fraudar um painel eletrônico, teve que renunciar, passar vergonha e pedir desculpas a esse incompetente presidente, Fernando Henrique.

A história se constrói, com atos e não com covardia, deputado Spada, a história se constrói com dignidade. Enfrentando desde a primeira hora, correndo o Paraná, pegando assinaturas, estar na Mesa, ao lado de nossos companheiros de Oposição representando-os com dignidade, não vendendo o nosso voto e não trocando por

interesses pessoais. Votando com a população paranaense, com mais de 130.000 assinaturas. Teve gente que foi à praça quando o deputado Hermas Brandão, presidente desta Casa, recebeu o projeto de iniciativa popular, que foi lá dizer que votaria com o povo e hoje se escondeu, não sei aonde. Talvez embaixo da saia da sua mãe, se tiver e talvez a mãe tenha ficado envergonhada.

Como V. Exa. deputado Tiago Amorim, que perdeu a mãe há uma semana atrás, mas talvez pela força da consciência e do amor que sua mãe lhe deu você veio votar com o povo paranaense. Por isso minha gente, orgulho-me e não poderia deixar de aqui estar e falar com vocês e escrever o meu nome na história de 27 anos de mandato que tenho e nunca ter participado de uma Sessão tão importante para o meu Estado.

Talvez hoje, nós que perdemos, que tivemos a revolução, que viramos a ditadura, que enfrentamos Antonio Carlos Magalhães, que votamos no General Monteiro, que enfrentamos com Ulisses, o anti-candidato, que dispusemos o Collor, que fizemos as “diretas já”, com a população nas ruas, nós não nos submetemos à incompetência do governador Jaime Lerner. Nós ficaremos inscritos nos Anais desta Casa, para que os nossos filhos, o meu neto, a minha família, o meu pai em sua homenagem, nos 4 anos no dia 15, como governador do Estado, com 24 anos deputado, ele se orgulhe do filho que tem que não se vende, não se troca, não se ajoe-lha a esses incompetentes de plantão do Palácio Iguaçu.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO SPADA

Tendo sido citado nominalmente pelo deputado Antonio Anibelli, peço senhor presidente, pela ordem, e faço questão de registrar nesta Casa, que a verborragia do deputado Anibelli é mais ou menos o discurso que a gente ouve muito nesta Casa, de um grupo que se auto denomina, a bancada de Oposição e que não aceita, por vezes, a participação de outros integrantes das bancadas plenárias na mesma direção. A sensação que eu sinto é que há uma preocupação em perder espaço, que a bandeira da Oposição é exclusividade desse grupo dos 14 parlamentares e que qualquer um outro que venha a votar, ou assim ou assado, desde que divida o discurso, as glórias, os méritos com a bancada dita de oposição, cria um certo constrangimento, é por isso que até surgiu, recentemente, aqui nesta Casa, a bancada dita independente.

E eu falo com a maior tranquilidade hoje, aliás, deputado Anibelli, tanto quanto V. Exa., eu tenho seis mandatos consecutivos, tirados das urnas, todos arrancados das urnas, com o voto popular da sociedade paranaense. Entendo a posição de V. Exa., talvez V. Exa. esteja focando muito seu olhar para a questão específica de Foz do Iguaçu, onde o PMDB, seu partido, tem a Prefeitura. Onde soube que o ex-prefeito de Foz do Iguaçu esteve aqui, fazendo lobby, pressionando, para ganhar votos a favor do Projeto de iniciativa popular. Aliás, diga-se de passagem, um dos integrantes do PMDB que não faz jus

até à história do próprio PMDB, por tudo de errado que já fez naquela cidade, em termos de má gestão, má administração. Mas essa questão, para mim é secundária, não considero, deputado Anibelli, sei que nossa amizade, a nossa história é muito mais importante.

Quero aproveitar este momento para esclarecer o meu voto hoje a respeito desse Projeto de iniciativa popular.

Senhor presidente, senhores deputados, eu sou do PSDB, meu partido tem por filosofia, por princípio, a social-democracia, a desestatização, a privatização de setores que não sejam considerados essenciais, entre eles a própria energia. Não estou nenhum pouco preocupado com as manifestações da galeria, cabos eleitorais desse ou daquele partido, isso não me interessa! Aliás todo mundo regiamente remunerado para fazer claque aqui neste Plenário, tenho certeza. Não estou preocupado com isso aí! Quero dizer a esta Casa que ontem votaria, aliás não compareci como não compareceria, até porque tinha tido uma conversa com integrantes desta Casa, pensando num projeto político futuro, para mim, para o grupo político ao qual poderíamos pertencer, e em função disso tomei a atitude que tomei. Mas, em função disso confesso, tenho que fazer uma revelação aqui: fui insistentemente procurado por duas das lideranças políticas que mais prezo e mais respeito, no Estado do Paraná: os senadores Osmar Dias e Álvaro Dias. Inclusive o senador Álvaro Dias fretou um avião exclusivamente de Brasília a Curitiba, esteve na minha casa pela madrugada e fez um apelo, em nome de uma amizade que vai quase 30 anos, em cima também de um compromisso, de um projeto político que Álvaro Dias, em qualquer circunstância vai ser candidato a governador do Estado do Paraná, no ano que vem.

Em função disso, senhor presidente, do apelo dramático, do apelo pessoal, da amizade de Álvaro Dias, em função de um telefonema que recebi agora, de outra liderança extraordinária, o senador que só enaltece, enobrece o Estado do Paraná em Brasília, é que eu vim aqui votar a favor do Projeto de iniciativa popular!

(Aplausos)

Independentemente do resultado. A informação inclusive é de que o projeto não passa. Não tem problema, vou manter, Anibelli. A minha coerência, é coisa de décadas, não é de hoje e reconhecida, não por meus concorrentes, por meus adversários mas inclusive reconhecido pela sociedade, particularmente da minha região que tem me dado seis mandatos consecutivos e a quem eu devo, efetivamente, satisfação!

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. ÂNGELO VANHONI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados. Eu não estava inscrito para encaminhar esta votação, talvez de todas as intervenções feitas, nessas 20 horas em torno da

privatização da Copel, talvez seja uma das falas mais difíceis que vou proferir aqui, hoje. Porque eu quero conversar com o deputado Sérgio Spada, a quem eu sempre tive muito respeito e admiração, nesses seis anos que estou aqui, na Assembléia Legislativa.

Aprendi quando era moço, quando o PMDB, o antigo MDB ainda lutava para transformar a nossa sociedade numa sociedade democrática, eu, ainda quando estudante via que do norte do Paraná e de Foz do Iguaçu vinham ventos de democracia e de resistência contra a ARENA e contra a ditadura militar.

(Aplausos)

De lá para cá, dessas regiões de Foz do Iguaçu, do sudoeste do Paraná, do oeste do Paraná e sobretudo de Londrina é que se consolidaram com a perspectiva da mudança, em 82, com a vitória de Richa contra o candidato da ARENA e da ditadura militar.

Com certeza o deputado Sérgio Spada é dessa época, com certeza fez movimento estudantil, enfrentando regime militar, com certeza colocou a sua vida, nesse projeto. Hoje o deputado Sérgio Spada que 6 vezes já se elegeu deputado estadual e federal do nosso País - é com tristeza que faço a seguinte constatação do que está acontecendo agora, neste momento, na Assembléia Legislativa do Paraná. Que os senhores não se enganem, os senhores da galeria não se enganem, o deputado Sérgio Spada falta com a verdade para conosco e falta com a verdade para com os senhores. O deputado Sérgio Spada só disse que vai votar no Projeto contra a privatização da Copel, única e exclusivamente porque a contagem de votos lhe garante que o Projeto será derrotado. Porque está 27 a 26 com a votação dele. Porque o posicionamento correto do deputado Sérgio Spada que sempre conheci, o seu dever era estar aqui às 10h00 da noite quando o projeto principal foi votado nesta Assembléia e nós, por um voto, perdemos ao desempate do deputado Hermas Brandão. Que projeto político é esse que fala o deputado Sérgio Spada, quando o Paraná se divide - por um voto - para saber se privatiza ou não a maior empresa de energia elétrica do nosso País. Quatro partidos, deputado Sérgio Spada, que não lhe dão espaço. Se na Bancada de Oposição está o seu Partido PSBD! Está o PTB, está o PPB - de Paulo Maluf, está o PT, está o PMDB, está o PTB, está o PSC. Diga qual grupo político o senhor justifica que não lhe dá espaço, quando apenas o seu voto, e o senhor sabia disso, porque o senhor esteve aqui na Assembléia Legislativa, conversando com outros deputados às 10 horas da noite e se negou a vir à Assembléia para votar o Projeto que não permitiria a privatização da Copel.

O senhor deveria ter a mesma posição de um deputado do seu Partido, que sofreu o que eu nunca vi um deputado sofrer. Um homem humilde, que veio lá do Sudoeste, que praticamente é um analfabeto, não teve oportunidade de ir à escola, não foi como o senhor - um Constituinte defendendo os direitos de todos os brasilei-

ros no Congresso Nacional. E falo do Luiz Fernandes Litro, que recebeu todas as pressões inclusive do Presidente do seu partido, pressões legítimas, para que ele mudasse a sua posição. Está até agora passando mal, depois de 20 horas de discussão, de pressão. Não mudou a sua opinião. Prometeu ao governo, em função das pressões, que ia votar contra o Projeto que não permite a privatização.

A coragem, o caráter, a dignidade é preciso que fique marcado, aqui, entre cada um de nós. Desculpe, deputado Sérgio Spada, é com tristeza que me manifesto hoje no Plenário da Assembléia Legislativa. Porque lhe tenho como amigo, sempre o respeitei. Mas não posso assistir - depois do empenho que nós fizemos, para que a deputada Serafina tomasse uma posição audaciosa, que o deputado Edson tomasse uma posição audaciosa, para que o deputado que sempre apoiou o governo, Tiago Amorim também tomasse uma posição audaciosa, o senhor viesse aqui agora, e no momento que sabe que nós vamos perder a votação - mesmo por um voto, o senhor vem fazer uma demagógica afirmação de que vai votar a favor do povo do Paraná em nome da defesa da nossa Copel.

Mais ainda. V. Exa. só está aqui porque o senhor sabe que um deputado da sua cidade, que sempre deu base de sustentação ao governo, ao contrário do senhor que estava até ontem conosco na Oposição, o Chico Noroeste que com coragem, com galhardia, com dignidade recebendo pressão de toda a Bancada do governo se posicionou firme na defesa do povo do Paraná. É lá sua base, deputado Sérgio Spada, V. Exa. foi conduzido a esta Assembléia pelo voto popular, pelo voto do povo, pelo seu trabalho, pela sua dignidade. Mas tenho que...

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Deputado Ângelo Vanhoni, quero fazer uma comunicação urgente à Mesa. Neste momento estudantes estão sofrendo espancamento aqui à frente da Assembléia por parte da polícia.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, aqui na frente da Assembléia está tomado de gente, é um mar de gente. Temos aqui na frente, com certeza, mais de 3 ou 4 mil pessoas tentando entrar na Assembléia Legislativa. O povo do Paraná está chegando junto conosco. Vamos à luta!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Continua com a palavra o deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Deputado Sérgio Spada, V. Exa. foi 6 vezes deputado, teve mandato eletivo - tanto federal quanto estadual. Pode ter certeza de uma coisa: aqueles mesmos que lhe deram o voto popular, não lhe darão mais. Porque o senhor na noite de ontem traiu o povo do Paraná, traiu os

seus companheiros justamente com um companheiro seu: o Luiz Fernandes Litro, que até antes de ontem estava na Oposição assinando o Projeto de iniciativa popular junto com os trabalhadores e o povo do Paraná. É com tristeza que me dirijo, assim, para um companheiro. Mas não poderia deixar passar - neste momento tão grave da história do nosso Estado - uma posição demagógica, para que o povo do Paraná não tivesse consciência do que aconteceu nesta Casa. Em homenagem ao Edno Guimarães, em homenagem ao Ribas Carli que está do seu lado, que vota com o governo, que defende o governo é a favor da privatização da Copel, tem coragem de vir aqui se posicionar.

V. Exa. devia ter tido, desde o começo, a mesma coragem de vir aqui se posicionar. V. Exa. deveria ter tido, desde o começo, a mesma coragem e não ter enganado a nós da Oposição e ao povo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra pela ordem, o deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA

Fui nominado mais uma vez e faço questão com muita tranquilidade, deixar claro a minha posição.

Primeiro o deputado Vanhoni falou que estive em Casa, ontem, às 22 horas. Não procede esta afirmação. Segundo, isso vale para mim mas deve valer para toda esta Casa e todo o Estado do Paraná. Se não estou aqui para votar a favor do Projeto de Iniciativa Popular, eu sou responsável pela rejeição do projeto.

Estou aqui para votar a favor do Projeto de Iniciativa Popular, não é bem vindo o meu voto. É complicada a situação.

Mais uma vez bem claro o seguinte: é o medo de que os nossos líderes maiores - Álvaro Dias e Osmar Dias, que são lideranças respeitadas no Estado, que a Bancada do PSDB tanto federal, quanto estadual, os nossos prefeitos, que esse grupo político que cresce no Estado tem perspectiva real de ganhar a eleição. E aí o medo de perder no discurso. É só isso, deputado Vanhoni. Vamos discutir o que é mais importante: essa discussão que está sendo travada entre V. Exa. e eu, poderia ser travada com V. Exa. e outro deputado. Mas, há um desvirtuamento no foco, na direção da discussão.

Mas, mais uma vez falo e reitero com muita convicção, que não é pelo que diz ou deixa de dizer a Bancada do PT, do PMDB, que Bancada for, que eu vou votar do jeito que eu vou votar. Vou votar dentro das minhas convicções, pelo respeito aos meus eleitores que em 6 eleições me reconduziram. Que na última eleição de prefeito me deu mais de 34 mil votos na cidade de Foz do Iguaçu e não é o deputado Vanhoni que vai direcionar o voto que vai vir ou vai deixar de vir para mim, lá na minha base, em função do meu trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Para encaminhar, concedo a palavra ao deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhores deputados.

Companheiros que estão aqui desde ontem às 14h30min já estamos indo para 21 horas de Sessão corrida.

Senhoras e senhores da Imprensa, deputado Sérgio Spada, a razão da minha presença nesta tribuna, é V. Exa. Sou do PSDB, pertencço à Bancada do PSDB, caminhei e caminho no projeto político do senador Álvaro Dias, do senador Osmar Dias, e ontem tivemos nesta Casa algumas surpresas agradáveis. Algumas demonstrações de que tem deputado com sensibilidade, colocando seus projetos políticos, pessoais, mas quando o assunto discutido da sua ótica é do interesse público, ele acompanha o interesse público.

Aqui tivemos, na sexta-feira deputada Serafina Carrilho que com todas as suas dificuldades, precisando de verbas para investir no seu município, na sua região, na sua instituição que ela trata com muito carinho, ouviu o povo, ouviu a sua consciência e definiu seu voto de acordo com a sua consciência e de acordo com o interesse público do nosso Estado. Depois, na segunda pela manhã, recebi um telefonema do senador Álvaro dias me contando a boa nova.

“Acabo de falar com o Tiago que é do PTB e ele cerrará fileiras no projeto de defesa da Copel, junto com o Projeto de Iniciativa Popular”.

Fui no Tiago, vi o homem com a bíblia aberta sobre sua mesa de trabalho. E dizia: “Eu já disse ontem, estou com a consciência em paz e devo isso a um sentimento de reflexão que fiz e devo ao sofrimento que a minha mãe passou pelas agruras que este governo me fez viver e que ela sofreu junto comigo”.

Fui no seu gabinete, falei com suas secretárias, falei com sua relação de imprensa, falei com o seu Miguel - assessor seu, só sabia que V. Exa., companheiro Sérgio Spada, estava numa clínica. Tentei vosso celular, tentei os 3 celulares que tenho na minha agenda, tentei vossa residência e não encontrei um rastro que pudesse localizar o meu companheiro de Bancada que era ontem o meu Líder, para poder conversar e estabelecer a ação dentro da Sessão de ontem.

Informaram-nos que V. Exa. estaria na clínica e às duas horas estaria de volta. Às duas horas estava lá, deputado Sérgio Spada, para conversar com V. Exa., para ver qual seria a atitude que nós tomaríamos, como é que V. Exa. iria encaminhar a votação enquanto Líder da minha Bancada. Procurei o deputado Renato Gaúcho, o deputado Augustinho Zucchi, o deputado Neivo Beraldin e expliquei que eu não estava encontrando V. Exa. e que V. Exa. estava numa clínica. E que eu entendia que um Líder do PSDB, um Líder que tem um candidato a governo do Estado, um Líder que diz que faz

parte do Projeto político do senador Álvaro Dias, do senador Osmar Dias estaria lá. Não podia estar em clínica alguma nem que fosse de maca, com sonda e com soro, tinha que estar aqui, porque fazia parte - deputado Sérgio Spada, desse Projeto Político. Aí me lembrei, segunda à noite, o deputado Cezar Silvestri esteve no meu gabinete, eram 9 horas e perguntou: “Como é que está a Bancada do PSDB?” Eu disse: “Está tranqüila. Nós vamos dar 6 votos de fé e eu sou crédulo. Quando alguém fala que vai e é meu companheiro, é meu amigo e eu acredito e daí a minha indignação, daí a minha revolta, a minha incapacidade de compreender esse comportamento e essa atitude. Porque eu acreditei no Sérgio Spada. Eu acredito no Litro quando ele assinou o Projeto na frente de 15 mil pessoas. Eu acreditei em todos os momentos quando foi para a televisão, no Horário do PSDB, e dizia que era contrário à venda da Copel.

E é por isso que não conseguia entender a afirmação do deputado Cezar Silvestri. Ele dizia: “o deputado Sérgio Spada não vai conosco”. Eu disse: “Mas, como? O deputado Sérgio Spada é nosso Líder, merece a nossa confiança e o nosso respeito.”

Fui à Imprensa, o Sérgio Spada não chegou. Na abertura da Sessão, disse: “O Sérgio Spada deve ter uma justificativa forte para não vir. Não sei o que aconteceu, pode ser um problema de saúde. Vou esperar que o Sérgio Spada venha dizer a mim o que aconteceu. Porque tenho certeza que ele vai ter uma boa justificativa.”

E passou. Procurei. Encaminhei os nossos assessores a Colombo, atrás do deputado Sérgio Spada e não encontrei. Ligamos para o senador Álvaro Dias - que é meu Líder e tenho certeza que é o seu meu caro companheiro, e ele veio de Brasília, pegou um jatinho e veio à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, à meia noite e vinte, aqui ele chegou. Para quê? Porque ele tem um Projeto Político, E esta definição não é apenas uma definição de eleição.

Não é apenas uma definição de uma votação, mas defendia a definição, deputado Sérgio Spada, como o senhor e o deputado Litro, definiam como o governo teria condições de encaminhar a votação aqui na Casa com respeito ao Projeto Copel. Conversei com o deputado Litro, porque sentia...

A SRA. SERAFINA CARRILHO (Pela Ordem)

Senhor presidente, estão invadindo! Deputado Hermas Brandão, por favor, estão invadindo a Assembléia e derrubaram as grades! Precisa de mais segurança!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pela ordem, com a palavra o deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Faço sugestão à Mesa que suspenda a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está suspensa a Sessão!

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI EM SESSÃO DO DIA 14 DE AGOSTO DE 2001.

“Sem Patrocínio, Atleta Pode não ir à China”

Gazeta do Povo

A mesatenista curitibana Livia Bittencourt, 18 anos, está vivendo um drama típico dos atletas olímpicos brasileiros. Sem patrocínio, ela corre contra o tempo para obter recursos para disputar o Campeonato Mundial Universitário (Universiade), na China, entre os dias 23 e 30 deste mês.

Seu roteiro diário inclui gabinetes de políticos, na Câmara Municipal e na Assembléia Legislativa, além de

escritórios de empresas privadas. De acordo com cálculos da atleta, ela precisa de 2,4 mil dólares para custear as passagens mais as diárias na Vila Olímpica, em Pequim. Até agora, no entanto, Livia só obteve 500 dólares, arrecadados junto à Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde é aluna do curso de Direito. “Se não conseguir o dinheiro até o final da próxima semana, provavelmente terei que ceder a vaga para outro atleta” lamenta.

Campeã paranaense universitária em sete ocasiões, Livia joga tênis de mesa desde os dez anos de idade. Nos últimos anos, disputou os Jogos Abertos pelos municípios de Londrina, Medianeira e Foz do Iguaçu. A atleta obteve a vaga para o Mundial da China no mês passado, quando disputou um torneio classificatório em São Paulo.

O embarque da delegação brasileira para a China está previsto para o dia 19. Cerca de duzentos atletas brasileiros em doze modalidades esportivas devem disputar o Mundial Universitário.

Maiores informações sobre a mesatenista curitibana pelo e-mail <lmsbitten@hotmail.com>.